

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**CAMPOS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – STRICTO SENSU NÍVEL DE MESTRADO**  
**EM GEOGRAFIA**

**VÂNIA DIRLEY GRAFF**

**O FENÔMENO URBANO COMO CONDIÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO**  
**SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DA REGIÃO DO LAGO DE**  
**ITAIPU**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**CAMPOS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – STRICTO SENSU NÍVEL DE MESTRADO**  
**EM GEOGRAFIA**

VANIA DIRLEY GRAFF

**O FENÔMENO URBANO COMO CONDIÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO**  
**SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DA REGIÃO DO LAGO DE**  
**ITAIPU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon como condição obrigatória para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2013**



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



**PARANÁ**

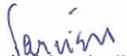
GOVERNO DO ESTADO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos oito dias do mês de agosto de 2013, às 10h00min, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. Edson Belo Clemente de Souza (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Tarcísio Vanderlinde (UNIOESTE) e Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira (UFMS), para avaliarem o trabalho "A Urbanização dos Municípios da Região do Lago de Itaipu", apresentado pela pós-graduanda **Vânia Dirley Graff** para a obtenção do título de "Mestra em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Edson Belo Clemente de Souza, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 8 de agosto de 2013.

  
Edson Belo Clemente de Souza  
Orientador

  
Tarcísio Vanderlinde  
Membro

  
Marco Aurélio Machado de Oliveira  
Membro

  
Vânia Dirley Graff  
Pós-Graduanda

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela presença constante em minha vida e também na realização deste trabalho.

Agradeço por todas as pessoas e oportunidades que Deus colocou em meu caminho e que me proporcionaram ampliação de conhecimentos e crescimento em afeto, especialmente àquelas que, pelo exemplo, me fizeram crescer no amor ao próximo e confiança em Deus.

Agradeço a minha família. Aos meus pais Vilton Theobaldo Graff e Lori Graff, pelo amor, compreensão, grande dedicação e apoio durante o meu mestrado, sem os quais não seria possível chegar até aqui.

Agradeço a meu irmão Ronald e a todos meus amigos e colegas que de alguma forma ou outra me ajudaram.

Agradeço, também, a meu professor, orientador Edson Belo Clemente de Souza, pela dedicação, orientação e, especialmente, pelo incentivo que manteve em mim a persistência em estudar. Agradeço pela sugestão do tema de estudo, o qual me entusiasma constantemente. Compreender a realidade em que se vive significa compreender um pouco mais sobre si mesmo.

Agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia pelo apoio técnico e humano.

E, por fim, agradeço a todos aqueles que forneceram dados, fotografias, imagens e informações essenciais para a pesquisa. Especialmente às prefeituras municipais da Região do Lago de Itaipu, nas quais encontrei cordialidade e disposição em ajuda.

A todos estes ficam, aqui, meus agradecimentos.

*“Estirados sobre a carga, seguimos com o olhar fixo às estrelas, as quais, somente estas, seriam sempre as mesmas nos acompanhando em todo o trajeto. Fitando-nos desde o céu dos pampas gaúchos até as terras douradas de General Rondon.”*

*(VILTON THEOBALDO GRAFF em PRIMÓDIOS).*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a urbanização dos municípios da região Lindeira ao Lago de Itaipu, localizada no Oeste do Estado do Paraná, por meio de suas dinâmicas socioespaciais, estabelecidas a partir da construção da Hidrelétrica da Itaipu. O levantamento e interpretação dos dados econômicos demonstrou que os municípios apresentam diferentes ritmos de desenvolvimento econômico e muitos deles carecem de infraestrutura urbana. Em outras palavras, ao passo que alguns municípios apresentam setores econômicos altamente diversificados e representativos, outros, em contraposição, carecem de maior dinamismo econômico. Para chegar a tais resultados, a metodologia empregada pautou-se no estudo bibliográfico/teórico sobre o conceito de região, de rede, urbanização da sociedade, planejamento urbano regional e paisagem urbana. A respeito do levantamento de dados sobre o objeto deste estudo, recorreu-se a informações do IBGE, Iparde, secretarias municipais, associações comerciais e industriais. Afora isso, a aplicação de entrevistas consistiu em uma última, mas não menos importante, metodologia, realizada com algumas secretarias municipais ligadas ao Planejamento, Indústria e Comércio, ao setor de Obras e Serviços Públicos, aos coordenadores de Planos Diretores Municipais, bem como ao representante da entidade política regional, a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). De modo geral, os municípios fazem uso de várias fontes de recurso das esferas municipais, estaduais e federais, mas a falta de planejamento regional e infraestrutura urbana, ainda, configuram-se como entrave para um maior desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** região do Lago de Itaipu; urbanização, dinâmica socioespacial.

# **THE URBAN PHENOMENON AS A CONDITION FOR SOCIO-SPATIAL STIMULATION OF CITIES IN PARANÁ IN THE ITAIPU LAKE REGION**

## **A B S T R A C T<sup>1</sup>**

This study aims to analyze the urbanization of cities of the region surrounding Itaipu Lake, located in the West of Paraná State, through its socio-spatial dynamics, established from the construction of Itaipu Hydroelectric Power Plant. The survey and interpretation of economic data showed that the cities have different rates of economic development and many of them lack of urban infrastructure. In other words, while some cities have economic sectors highly diversified and representative, others, in contrast, require greater economic dynamism. To come to these results, the methodology used was based on bibliographical/theoretical studies about the concept of region, network, urbanization of society, regional urban planning and urban landscape. Regarding the collection of data about the object of this study, information from IBGE, Ipardes, municipal departments, commercial and industrial associations were used. Aside from that, the interviews consisted of a last, but not least, methodology, performed with some municipal departments linked to Planning, Trade and Industry, to the sector Public Works and Services, the coordinators of Municipal Master Plans, as well as representative of the regional political entity, the Association of Municipalities of West Paraná (Amop). In general, the cities make use of various funding sources of municipal, state and federal areas, but the lack of regional planning and urban infrastructure also appear as obstacles to further development.

**KEYWORDS:** Itaipu Lake area; urbanization; socio-spatial dynamics.

---

<sup>1</sup> Traduzido por Dayane Kelly Israel Smaniotto

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Localização dos Municípios Paranaenses Lindeiros ao Lago de Itaipu .....	17
<b>Figura 2-</b> Ruínas da Missão - Aula de campo realizada em (2011) .....	50
<b>Figura 3</b> - Parte do Trem da Cia Mate Laranjeiras. ....	53
<b>Figura 4</b> - Destacamento Militar de Porto Mendes. ....	54
<b>Figura 5</b> – Embarcação para Transporte de Madeira no Porto Britânia. ....	54
<b>Figura 6</b> - Acampamento de pioneiros da família Graff. Marechal Cândido Rondon. ....	57
<b>Figura 7</b> - Desfile de tratores em Marechal Cândido Rondon- (1970).....	59
<b>Figura 8</b> - Usina Hidroelétrica de Itaipu.....	60
<b>Figura 9</b> - Formação do Lago de Itaipu. ....	61
<b>Figura 10</b> - Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1960.....	61
<b>Figura 11</b> - Avenida Brasil em Foz do Iguaçu (1970).....	62
<b>Figura 12</b> - Passarela das Sete Quedas - Guaíra. (1970) .....	63
<b>Figura 13</b> - Lar- Unidade Industrial de Rações de Medianeira e Santa Helena. ....	79
<b>Figura 14</b> - Agrícola Horizonte- Marechal Cândido Rondon.....	79
<b>Figura 15</b> - Centro comercial de Foz do Iguaçu .....	87
<b>Figura 16</b> - Centro Comercial de Marechal Cândido Rondon.....	87
<b>Figura 17</b> - Centro comercial de Medianeira.....	88
<b>Figura 18</b> - Centro comercial de Guaíra .....	88
<b>Figura 19</b> - Centro comercial de São José das Palmeiras.....	89
<b>Figura 20</b> - Transporte urbano coletivo em Foz do Iguaçu .....	105
<b>Figura 21</b> - Aeroporto Internacional Cataratas de Foz do Iguaçu .....	106
<b>Figura 22</b> - Dinâmica urbana do centro comercial da Cidade de Foz do Iguaçu .....	130
<b>Figura 23</b> - Cataratas do Iguaçu.....	130
<b>Figura 24</b> - Igrejinha de Pedra em Guaíra. ....	131
<b>Figura 25</b> - Praia Artificial de Santa Terezinha de Itaipu.....	132

<b>Figura 26</b> - Centro de Eventos em Marechal Cândido Rondon – 2006 .....	133
<b>Figura 27</b> - Pista de Halpique no parque Nacional Iguaçu.....	134
<b>Figura 28</b> - Ponte Airton Senna.....	148
<b>Figura 29</b> - BR 277 Duplicada em Foz do Iguaçu.....	149
<b>Figura 30</b> - Fluxo de Veículos e Pedestres na Ponte da Amizade.....	150
<b>Figura 31</b> - Projeto Beira Foz.....	151
<b>Figura 32</b> - Avenida Irio Jacob Welp.....	164
<b>Figura 33</b> - Instalação da Rede Adutora de Captação de Água em Marechal Cândido Rondon. .....	167
<b>Figura 34</b> - Vista Parcial da Favela Jupira.....	172
<b>Figura 35</b> - Vista Parcial da Favela Conjunto Bubans .....	173
<b>Figura 36</b> - Vista Parcial da Favela Rio Boicy.....	173
<b>Figura 37</b> - Marechal Cândido Rondon em 1957. Aos fundos, Hotel Avenida.....	183
<b>Figura 38</b> - Construção de edificios no centro de Marechal Cândido Rondon (1975).....	184
<b>Figura 39</b> - Edifício Irmãos Lamb .....	184
<b>Figura 40</b> - Edifício Irmãos Lamb (2006) .....	185
<b>Figura 41</b> - Centro comercial de Marechal Cândido Rondon (2013).....	186
<b>Figura 42</b> - Frigorifico de Aves da Copagril. (2013).....	186
<b>Figura 43</b> - Parque Ecológico Rodolfo Rieger (2009).....	187
<b>Figura 44</b> - Parque de Exposições e Centro de Eventos.....	188
<b>Figura 45</b> - Vista aérea de Marechal Cândido Rondon (2009).....	189

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Informantes consultados durante a pesquisa.....	20
<b>Quadro 2</b> - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas às secretarias de Indústria e Comércio .....	95
<b>Quadro 3</b> – Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas com coordenadores de Planos Diretores Municipais nas questões sobre a política de distribuição do FPM. ....	115
<b>Quadro 4</b> – Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas à Coordenadores de Planos Diretores e Secretarias de Planejamento na questão direcionada ao uso dos royalties .....	122
<b>Quadro 5</b> - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas às secretarias de Indústria Comércio e Turismo nas questões direcionadas ao papel da atividade turística. ....	136
<b>Quadro 6</b> - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas à Coordenadores de Planos Diretores Municipais. ....	144
<b>Quadro 7</b> - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas à secretarias de Planejamento, de Obras e Serviços Públicos e de Indústria e Comércio .....	161
<b>Quadro 8</b> - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas a secretarias de Planejamento nas questões sobre a Política Habitacional. ....	177
<b>Quadro 9</b> - Texto de material inédito de Vilton Theobaldo Graff, pioneiro de Marechal Cândido Rondon.....	182

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - População e Grau de Urbanização 1970 e 2010.....	64
<b>Tabela 2</b> – PIB e PIB per capita a Preços Correntes 2009. ....	73
<b>Tabela 3</b> - Valor Adicionado Bruto 2010 a Preços Básicos e Segundo o Ramo de Atividades .....	76
<b>Tabela 4</b> – Estabelecimentos Industriais- 2010 .....	78
<b>Tabela 5</b> - Estabelecimentos Prestadores de Serviços-2010.....	84
<b>Tabela 6</b> - Estabelecimentos Comerciais 2010.....	86
<b>Tabela 7</b> - População Ativa e Desempregada – 2010.....	98
<b>Tabela 8</b> - IDH 2010.....	101
<b>Tabela 9</b> - Frota de Veículos Cadastrados no Estado do Paraná e Habitantes por Veículo 2010 .....	103
<b>Tabela 10</b> - Repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por Município de Origem da Contribuição - 2011.....	110
<b>Tabela 11</b> - Área Alagada pela Formação do Lago de Itaipu e o Repasse dos Royalties .....	117

## LISTA DE SIGLAS

ADEOP- Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná

ADETUR- Agência de Desenvolvimento da Região Turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos Integrados ao lago de Itaipu

AMOP- Associação do Municípios do Oeste do Paraná

ANEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES- Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BPFfrom- Batalhão de Fronteira

CACIOPAR- Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná

CEEP- Centro Estadual de Educação Profissional

CNS- Conselho Nacional de Saúde

COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná

CODEFOZ- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONSAMU- Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência

COPEL- Companhia Paranaense de Energia

DETRAN- Departamento de Trânsito do Paraná

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

EXPOMAR- Exposição da Indústria e Comércio de Marechal Cândido Rondon

FDU- Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano

FNRU- Fórum Nacional de Reforma Urbana

FOSTRANS- Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu

FPM- Fundo de Participação dos Municípios

FPTI- Fundação parque Tecnológico Itaipu

FUNASA- Fundação Nacional da Saúde

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

INDUSCOM/OESTE - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR- Imposto de Renda

ITR- Imposto Territorial Rural

LDOs- Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOAS- Lei Orçamentária Anual

MARIPÁ- Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná

MRG- Microrregião

MRH- Microrregião Homogenia

MS- Ministério da Saúde

M Tur- Ministério do Turismo

NUC- Núcleo Urbano Central

OLADE- Organização latino-americana de Energia

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PDTIS- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PDU- Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná

PEA- População Economicamente Ativa

PEDU- Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano

PIA- População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNDU- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PO - População Ocupada

PRODEFI- Programa de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu

PRODETUR- Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

PPAs- Plano Plurianual

PTE- Plano Transporte Escolar

PTI- Parque tecnológico Itaipu

SAMU- Serviço Móvel de Urgência

SANEPAR- Companhia de Saneamento do Paraná

SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEDU- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná

SNE- Sistema Nacional de Emprego

STN- Secretaria do Tesouro Nacional

UNILA- Universidade Federal da Integração Latino Americana

UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

VAB- Valor Adicionado Bruto

VAF- Valor Adicionado Fiscal

## SUMÁRIO

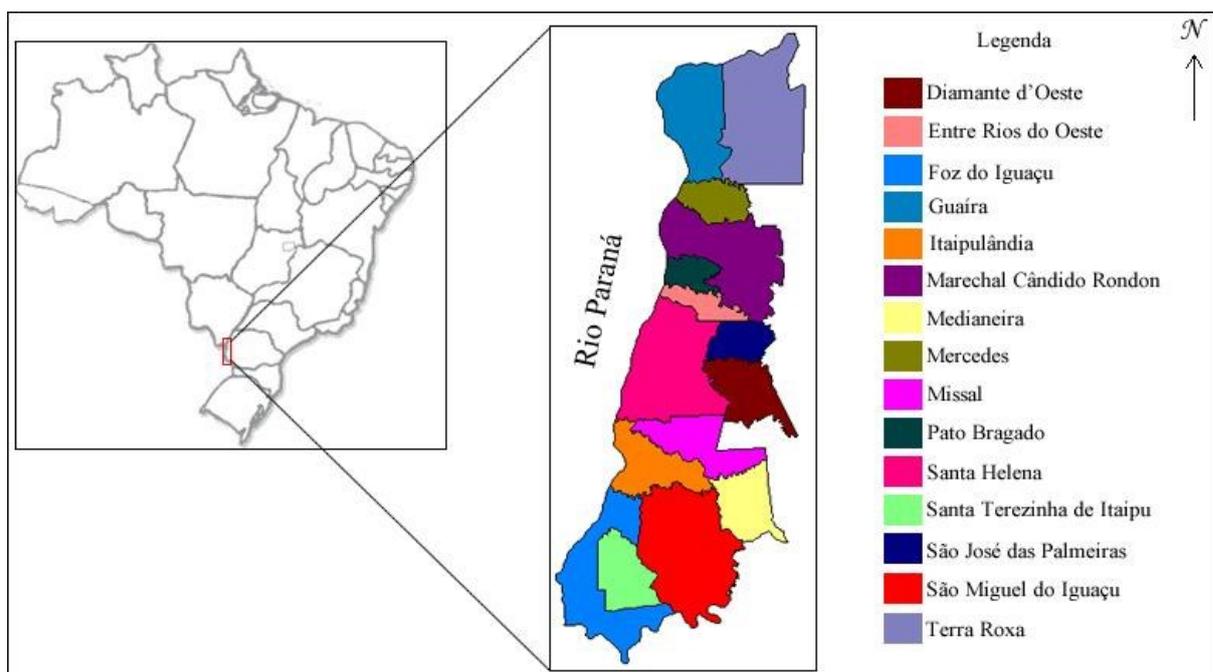
<b>RESUMO</b> .....	6
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	8
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	10
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	11
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I - A URBANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	23
<b>1.1 A Urbanização da Sociedade</b> .....	26
<b>1.2 Uma Análise sobre o Conceito de Região</b> .....	31
<b>1.3 A Importância das Redes e suas Articulações</b> .....	36
<b>1.4 Planejamento Urbano</b> .. ..	41
<b>1.5 A Paisagem Urbana</b> .....	45
<b>CAPÍTULO II - PROCESSOS DE FORMAÇÃO URBANA E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS</b> .....	48
<b>2.1 História de Ocupação da Região Oeste do Paraná</b> .....	48
<b>2.2 Processo de Formação Socioespacial Urbana</b> .....	58
2.2.1 Aspectos Econômicos.....	72
2.2.1.1 Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Segundo o Ramo de Atividades.....	75
2.2.1.1.1 Estabelecimentos Industriais .....	76
2.2.1.1.2 Estabelecimentos Prestadores de Serviços .....	83
2.2.1.1.3 Estabelecimentos Comerciais .....	85
2.2.1.2 Políticas de Incentivo ao Crescimento Socioeconômico e Investimentos Públicos.....	89
2.2.2 Aspectos Socioeconômicos .....	97
2.2.2.1 Qualidade de Vida .....	99
2.2.2.2 Veículos e Mobilidade.....	103
<b>CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS REGIONAIS</b> .....	107
<b>3.1 O Fundo de Participação dos Municípios</b> .....	107
<b>3.2 Os <i>Royalties</i> e as Políticas Regionais</b> .....	117
<b>3.3 Instituição Política para o Desenvolvimento Integrado - Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu</b> .....	122
<b>3.4 Instituição Política Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP</b> .....	123
<b>3.5 Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná- ADEOP</b> .....	126
<b>3.6 Programa de Regionalização do Turismo</b> .....	127
<b>3.7 Aspectos do Planejamento Urbano e o Plano Diretor</b> .....	136

<b>CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO</b> .....	147
<b>4.1 Infraestrutura Urbana</b> .....	147
<b>4.2 Políticas de Investimento Urbano dos Municípios Lindeiros</b> .....	153
4.2.1 Programas Institucionais e Governamentais de Investimentos Regionais que Influenciam na produção do espaço.....	162
<b>4.3 Políticas Habitacionais</b> .....	169
<b>4.4 A Paisagem Urbana e o Lugar</b> .....	179
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	190
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	197
<b>ANEXOS</b> .....	210
Apêndice 1 .....	213
Apêndice 2.....	214
Apêndice 3 .....	215
Apêndice 4.....	215
Apêndice 5 .....	216

## INTRODUÇÃO

“A aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 1996, p.69).

O objetivo da presente pesquisa de dissertação é analisar a dinâmica socioespacial urbana da região lindeira ao Lago de Itaipu, localizada no extremo Oeste do Estado do Paraná e formada pelos seguintes municípios: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa, conforme Figura 1.



**Figura 1- Localização dos Municípios Paranaenses Lindeiros ao Lago de Itaipu.**

FONTE: Base Cartográfica IBGE ( Elaboração Karl Heins Evald).

Os municípios que margeiam esta região apresentam ritmos de urbanização diferenciados, fator este que se expressa por meio de uma dinâmica socioespacial própria de cada um, sob os diferentes níveis e aspectos de desenvolvimento econômico. São municípios jovens, em sua maioria, muitos sofreram o processo de desmembramento de outros municípios, cuja data de instalação ocorreu na década de 1990, o que implica em uma população pequena, na carência de infraestrutura e serviços, e se traduz na necessidade do deslocamento da população para municípios próximos.

A construção da Hidroelétrica de Itaipu Binacional, a partir de 1970, e a consequente formação do Lago de Itaipu, promoveram um rearranjo espacial e novas formas de organização deste espaço através de novos ordenamentos políticos e administrativos, sobretudo, em vista do recebimento de *royalties*<sup>2</sup> e do incentivo à busca de novas formas de atividades e sustentação econômica.

A relevância deste período de intensas transformações que contribuíram nos processos de formação urbana e construção deste espaço regional justifica o recorte temporal do presente objeto de pesquisa.

A abordagem teórica-metodológica constitui-se, inicialmente, pelas diversas fontes bibliográficas, tendo como temas norteadores principais: o conceito de região, o estudo das redes, a urbanização da sociedade, planejamento urbano e a paisagem urbana.

Consultou-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), Departamento de Transito do Paraná (DETRAN), secretarias municipais, associações comerciais e industriais, materiais informativos de jornais, revistas locais e endereços eletrônicos de órgãos institucionais e governamentais.

Destaca-se, aqui, a importância da análise dos dados populacionais, realizada por meio dos censos demográficos, para o estudo das diferentes dinâmicas populacionais urbanas, dos processos de formação urbana e das reconfigurações do espaço urbano regional.

A abordagem metodológica constitui-se, também, pela análise comparativa entre os municípios, a qual possibilita uma melhor visualização do grau de urbanização existente entre eles. Os dados econômicos de cada município, representados pelo Produto Interno Bruto (PIB), foram analisados e comparados entre si e com a média total do Estado do Paraná, como forma de obter informações eficazes na interpretação de aspectos da realidade econômica e da dinâmica urbana de cada município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi analisado com vistas aos elementos que revelem aspectos sobre a realidade social e as possíveis diferenças ou semelhanças existentes entre os municípios. Dados relativos à População Economicamente Ativa (PEA) e a População Ocupada (PO) foram averiguados e comparados, a fim de identificar percentagens relativas às taxas de desemprego. Os diferentes tipos e quantidades de indústrias, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços de cada município foram pesquisados e coletou-se informações quanto aos ramos de atividades que se destacam.

---

<sup>2</sup> Os *royalties* são uma compensação financeira pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica. *Royalties*. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2011.

Algumas informações foram adquiridas através de jornais, revistas e endereços eletrônicos de órgãos institucionais e governamentais, os quais proporcionaram subsídios para a averiguação das principais instituições políticas regionais existentes e envolvidas em prol do desenvolvimento regional e, ainda, revelaram sua importância na identificação dos anseios regionais relacionados a investimentos em infraestrutura urbana e no reconhecimento dos principais programas de investimentos a nível local, estadual e federal existentes, e que colaboram na produção do espaço urbano regional.

Dados relativos a receitas de transferências financeiras estaduais e federais, como o Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foram avaliados e comparados em relação ao número de habitantes de cada município. Neste sentido, também a diferença nos repasses de valores de *royalties* foram averiguados, a fim de compreender as diferentes fontes de receitas e possibilidades financeiras que cada município apresenta diante da necessidade de um planejamento que contemple a realidade atual e futura.

Afora isso, entrevistas realizadas por meio de questionários com coordenadores de Planos Diretores de alguns municípios que compõem a região limdeira, também se constituíram em uma das abordagens metodológicas adotadas, objetivando a compreensão sobre a forma pela qual o Plano Diretor estabelece seus objetivos e se existe integração regional.

Entrevistas com alguns secretários municipais também consubstanciaram a pesquisa, pois eles ordenam, coordenam e executam ações em prol do desenvolvimento urbano dos municípios. Com este objetivo, foram elaborados questionários para secretarias municipais relacionadas à Viação e Serviços Públicos com o intuito de identificar quais são as obras prioritárias para investimentos nos municípios e quais as fontes de recursos que os mesmos utilizam para a efetivação de suas obras. Foram dirigidas questões às secretarias relacionadas à Indústria e Comércio, buscando informações relativas às políticas de investimentos em obras que promovem, ou que dão suporte às atividades econômicas na região e, por fim, o questionário foi aplicado às secretarias municipais relacionadas à Coordenação e Planejamento, para melhor compreensão de como se processa o planejamento urbano tendo em vista a realidade presente e as expectativas futuras de desenvolvimento dos municípios. Integra-se ao campo de entrevistados a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), com a qual objetivou-se a compreensão dos principais interesses da região Oeste e sua forma de atuação diante das reivindicações e do desenvolvimento socioeconômico regional.

O critério de seleção das prefeituras municipais entrevistadas foi a diversidade da faixa populacional. Desta forma, foram selecionados os Municípios de Foz do Iguaçu, cujo número de habitantes é o mais expressivo, correspondendo a 256.081 habitantes, Marechal Cândido Rondon, com 46.799 habitantes, Guaíra e Santa Helena com 30.660 e 23.425 habitantes respectivamente e o município de Mercedes, com população menor, correspondente a 5.046 habitantes. Os dados populacionais estão baseados nos números do último censo do IBGE (2010).

Informações referentes aos questionários foram tratadas no decorrer da pesquisa, no segundo, terceiro e quarto capítulos e elas visam comparar e ampliar informações relacionadas à realidade socioeconômica e ao planejamento e infraestrutura urbana dos municípios envolvidos na pesquisa, sob o foco principal que é a compreensão da realidade regional.

Os questionários enviados às diversas secretarias municipais dos municípios acima elencados foram recebidos no decorrer do mês de maio de 2013, cuja identidade dos entrevistados será preservada, diferenciando-os pelo pseudônimo “Informante”, seguido por números consecutivos e município conforme ilustra o Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1 - Informantes consultados durante a pesquisa.**

<b>INFORMANTE</b>	<b>ENTIDADE /SECRETARIA</b>	<b>MUNICÍPIO/REGIÃO</b>
Informante 2	Associação dos municípios do Oeste do Paraná-AMOP	Região Oeste do Paraná
Informante 3	Assessoria Especial de Planejamento	Foz do Iguaçu
Informante 4	Secretaria de Coordenação e Planejamento	Marechal C. Rondon
Informante 5	Secretaria de Administração Planejamento e Finanças	Mercedes
Informante 6	Secretaria de Administração e Planejamento	Santa Helena
Informante 7	Secretaria de Coordenação e Planejamento	Guaíra
Informante 8	Secretaria de trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio	Foz do Iguaçu
Informante 9	Departamento de Indústria e Comércio	Mercedes
Informante 10	Secretaria de Indústria e Comércio	Santa Helena
Informante 11	Secretaria de Indústria e Comércio	Guaíra
Informante 12	Secretaria de Obras	Foz do Iguaçu
Informante 13	Secretaria de Viação e Serviços Públicos	Marechal C. Rondon
Informante 14	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos	Mercedes
Informante 15	Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes	Santa Helena
Informante 16	Coordenação do Plano Diretor	Foz do Iguaçu
Informante 17	Coordenação do Plano Diretor	Marechal C. Rondon
Informante 18	Coordenação do Plano Diretor	Guaíra

NOTA: Elaboração Vânia Dirley Graff

Com os questionários, além de se objetivar informações quanto aos aspectos da urbanização dos municípios Lindeiros, também buscou-se obter informações sobre como os municípios coordenam suas atividades, o que consideram prioritário para o planejamento e os investimentos urbanos, bem como, se existem iniciativas para um planejamento de forma integrada entre os municípios.

O Projeto de pesquisa que originou este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob número do parecer: 259.160, O Comitê de Ética em Pesquisa contribui no desenvolvimento de pesquisas dentro de padrões éticos, preservando a integridade e a dignidade dos sujeitos de pesquisa. Tal comitê é vinculado à Comissão Nacional de Ética em pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

A pesquisa apresenta-se em quatro capítulos. O primeiro constitui-se pelo arcabouço teórico baseado em diversas fontes bibliográficas. O propósito é auxiliar na compreensão dos diversos segmentos da pesquisa à luz dos conceitos geográficos. Os temas norteadores selecionados são o conceito de região, o estudo das redes, a urbanização da sociedade, o planejamento urbano regional e a paisagem urbana.

A análise dos processos de formação urbana da Região Lindeira ao lago de Itaipu, através de um breve relato histórico de formação dos primeiros núcleos urbanos e da análise dos dados populacionais, a partir de 1970, está presente no segundo capítulo. Nele, ver-se-á que a análise das bases econômicas demonstram realidades e dinâmicas urbanas distintas entre os municípios, conforme os indicadores sociais e setores econômicos analisados. Alguns municípios possuem setores econômicos altamente diversificados e representativos, outros, no entanto, revelam grandes desigualdades e menor dinamismo.

O terceiro capítulo traz aspectos relativos ao planejamento urbano regional, os programas de regionalização do turismo, as organizações políticas regionais e ao papel do Estado, procurando, através dos Planos Diretores, compreender de que forma os municípios organizam seus planejamentos em prol de seus objetivos comuns.

Ademais, buscou-se caracterizar aspectos relativos às principais fontes de receitas municipais. A relevância desta análise reside na informação identificada pelos indicadores socioeconômicos que revelaram grandes divergências socioeconômicas entre os municípios. Os municípios pequenos são os que carecem de melhor desenvolvimento econômico, embora alguns destes apresentem bom desempenho frente à realidade social. Os menores valores de repasse de ICMS são identificados nos municípios com população pequena, confirmando uma menor geração de renda própria. Com relação ao Fundo de Participação dos Municípios

(FPM), os municípios pequenos, com população inferior a cinco mil habitantes, são os que recebem maiores recursos diante do seu pequeno quadro populacional, refletindo, assim, em melhores possibilidades financeiras. A fonte de recursos via FPM advém de impostos que são gerados, principalmente, pelos setores econômicos das grandes cidades e são estas que carecem de maiores investimentos sociais. A falta de economia mais atuante em alguns municípios pequenos faz com que a falta de oportunidades e empregos reflita em um de perda populacional progressiva, estimulando migrações para cidades maiores.

Diante disto, faz-se necessário que as ações políticas garantam maior equilíbrio regional. O desenvolvimento de cada município deve estar incluso nas políticas federais estaduais e locais. Neste sentido, a política regional se torna uma ferramenta importante para melhorar as condições socioeconômicas de todos os municípios, trazendo maior equilíbrio regional. Os instrumentos para que as ações se efetivem são os meios de planejamento, principalmente os Planos Diretores municipais, os quais, para sua constituição, necessitam da participação dos cidadãos e dos diversos segmentos da sociedade organizada.

O quarto capítulo objetiva a avaliação das principais carências em infraestrutura urbana e sobre os programas de investimentos a nível local, estadual e federal, utilizados pelos municípios e que potencializam a produção do espaço urbano regional. Também a análise das políticas habitacionais, se fez relevante, para compreender como os municípios planejam suas ações frente as suas demandas habitacionais.

A análise de objetos da paisagem urbana, pelo recurso da imagem fotográfica, constituiu-se como ferramenta importante no processo de rememoração e compreensão das transformações sociais e urbanas ocorridas em distintos tempos históricos. Para compor o quadro de imagens foi selecionada a cidade de Marechal Cândido Rondon, tendo em vista, maior integração e proximidade do observador com os objetos da paisagem.

Segue-se o primeiro capítulo, fazendo uso de alguns referenciais teóricos, buscando melhor avaliar e interpretar, diante dos conceitos geográficos, os dados posteriormente abordados a respeito do fenômeno estudado.

## CAPÍTULO I - A URBANIZAÇÃO DO ESPAÇO

A urbanização representa a estruturação do território que é condicionada pelos aspectos sociais, econômicos e políticos de determinados momentos da sociedade, os quais se diferem de acordo com as possibilidades e características de cada lugar. “O urbano é o modo como a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e possibilidade” (CARLOS, 2008, p.183).

Para entender a urbanização brasileira, hoje, é necessário perceber as diferenças e as diversidades das transformações.

Uma vez que a urbanização hoje está intrinsecamente ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família, e, por conseguinte, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas (LIMONAD, 2008 p. 243).

Neste sentido, compreende-se que a distribuição da população e a análise das bases produtivas são instrumentos valiosos para entender o fenômeno urbano nas diferentes regiões e em diferentes esferas, capazes de traduzir informações importantes sobre a organização social, cultural e política, além de demonstrar aspectos peculiares de cada região e o grau de envolvimento na expansão do sistema capitalista.

A organização do espaço não se estabelece, apenas, através de objetos, mas resulta, também, da organização do trabalho e de modelos de comportamento que induzem ao consumo e transformam a vida cotidiana das pessoas, de acordo com a racionalidade do processo de acumulação capitalista.

Segundo Carlos (2002, p.173):

é no plano do lugar que é possível, por exemplo, entender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação que não se realiza apenas produzindo objetos e mercadorias, mas liga-se cada vez mais, a produção de um novo espaço, de uma divisão e organização do trabalho, de modelos de comportamento que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana.

A racionalidade hegemônica capitalista impulsiona o processo histórico de acumulação e produção contínua de uma infinidade de objetos e mercadorias fabricadas pelo homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho social. Estes objetos e mercadorias produzidas e acumuladas representam instrumentos de trabalho e meios de

consumo pelos quais os homens se utilizam para garantir sua existência e impulsionar o progresso e a reprodução da sociedade.

Neste sentido, Moreira (1993, p.42) relata:

...enquanto resultado e impulsor do processo histórico, a formação sócio-espacial é processo de acumulação (reprodução ampliada). Isto é, armazenamento contínuo de um arsenal de “coisas” produzidas pelos homens no decurso da socialização da natureza pelo trabalho social. Os objetos do arranjo espacial, e o próprio arranjo no seu todo, são exemplos de formas dessas “coisas” produzidas e cumuladas no decurso infinitamente contínuo do processo de reprodução, como instrumentos de trabalho e meios de consumo individuais e coletivos, dos quais os homens se valem para produzir sua existência e impulsionar o progresso mais para frente ainda. Isto é, como meios de reprodução da sua existência e reprodução da sociedade.

A reprodução ampliada do capitalismo está relacionada aos processos pelos quais sua existência pode se concretizar através da manutenção de suas estruturas. A globalização da economia e o desenvolvimento do meio técnico-científico criou uma pressão constante por parte do capital e da força de trabalho por investimentos em infraestrutura, melhoria de serviços, comunicações, habitação, transporte, energia, entre outros, fazendo-se necessário reorganizar o espaço urbano, tornando os sistemas urbanos satisfatórios para atender aos interesses de acumulação capitalista, bem como atenuando as inquietações sociais.

Conforme Limonad (2008, p. 256), urbanizar implica em,

...transformar as relações sociais de produção, organizar este espaço de forma particular, em um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas enquanto satisfação de necessidades intrínsecas ao viver no urbano, enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência, que configuram as condições de vida de largas parcelas da população.

Sendo assim, a dinâmica econômica de cada município pode ser interpretada e está expressa nas estruturas físicas, na presença de serviços e atividades. A capacidade de cada lugar em proporcionar os meios de produção e de consumo, bem como o acesso ao trabalho, cultura, saúde, educação, são exemplos de necessidades fundamentais para viver no espaço urbano atual.

As regiões não permanecem estáticas, mas, continuamente, se transformam, adaptando-se a novas e diversas necessidades, sofrem consequências de processos naturais e sociais, e adquirem novas formas e conteúdos, de acordo com novas realidades. Conforme

Silveira (2010, p.75) “A natureza mutante dos processos sociais contemporâneos exige, mais do que nunca, ver a região como um conceito dinâmico e não como uma categoria que cristaliza os conteúdos do passado”.

A presença das novas estruturas e objetos urbanos carrega em si uma simbologia que identifica o envolvimento das cidades no sistema econômico mundial e sua capacidade de estar inserida neste sistema, pois objetos numerosos traduzem uma maior presença das redes e fluxos, elementos essenciais para capacitar e agilizar as transações comerciais e a concretização do desenvolvimento econômico.

Conforme Santos (1996a, p.140) “O fato de que os objetos criados pelas atividades hegemônicas sejam dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos histórico anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também”.

Neste contexto de constante inovação tecnológica e fluidez econômica, o estado atua como financiador dos projetos e demandas municipais, no entanto, as preocupações estabelecidas se caracterizam, sobretudo, em obras que buscam projetar o desenvolvimento econômico, cujo planejamento se define em função de tais objetivos.

Gottdiener (1993) defende que o espaço está a serviço do crescimento, de modo que ao Estado é apenas permitido intervir indiretamente, sacrificando-se o poder intervencionista, para subsidiar a economia por meio da política de crescimento.

As articulações do Estado se traduzem em políticas voltadas a atender e concretizar a promoção do desenvolvimento econômico. Para tal finalidade, o Estado intervém com políticas e programas de apoio, sobretudo em infraestrutura que garanta suporte a perfeita sincronia de todos os elementos do mundo técnico atual implantado.

O mundo competitivo e acelerado se reflete nas relações sócio-espaciais, por meio da disputa das relações econômicas, do conflito de interesses e anseios da população na busca da satisfação de suas necessidades elementares que, muitas vezes, se tornam inacessíveis. Assim, conforme Gottdiener (1993, p. 290) “O pensamento sócio-espacial deve ser redirecionado de uma análise da economia para a transformação das relações sociais, o que requer um retorno à luta por uma vida comunitária equilibrada que desenvolva no espaço relações sociais transformadoras”.

## 1.1 A Urbanização da Sociedade

A história da evolução da técnica ampliou e modificou progressivamente as relações sociais, fazendo emergir novas e diferentes formas de trabalho diante da instituição de novos contextos sociais e constantes inovações tecnológicas, culminando em uma complexa diversificação de atividades e funções com presença de grande instabilidade frente a uma valorização inconstante do trabalho e menor utilização de mão de obra humana.

... assim cada momento certas formas de trabalho são valorizadas e outras não, certas regiões passam a abrigar o trabalho que se valoriza e outras o perdem. Essa perda de valor é uma das causas centrais da pobreza e, como esta adquire conteúdos diferentes segundo os contextos regionais, falamos conjuntamente, de desigualdades regionais (SILVEIRA, 2005, p.142).

Diante deste fato, muitas pessoas e regiões incapazes de acompanhar os novos ritmos do trabalho permanecem excluídas das benesses de sua modernização, implicando em aumento das desigualdades regionais e da pobreza.

A baixa remuneração, associada aos custos dos componentes necessários à vida urbana, como, habitação, transporte, saúde, alimentação, dentre outros fatores, perfazem uma realidade excludente que limita o acesso à vida urbana, fazendo emergir as periferias e a ampliação dos problemas sociais.

No início do processo de industrialização, a economia era fundada em técnicas menos intensivas e a criação de empregos se baseava, sobretudo, no aumento dos volumes de mercadorias produzidas. O tempo de vida de uma fábrica era maior e, devido ao aumento da produção, novas fábricas eram constantemente agregadas (SILVEIRA, 2005).

Neste período, o aumento na fabricação de produtos demandava aumento de mão de obra, caracterizando uma época em que as relações sociais eram mais estáveis, com menores incertezas. O ritmo das mudanças era menos frenético, e menores eram as exigências demandadas pelo mercado de trabalho.

A revolução dos transportes a partir de 1950 e, posteriormente, nos anos de 1970, a revolução das telecomunicações, decorrentes da revolução científico-técnica e a incorporação dos satélites brasileiros fomentou a ideologia dos processos de modernização industrial, invadindo o setor público, as organizações de ensino e as relações pessoais, provocando intensas alterações no mundo do trabalho (SILVEIRA, 2005).

A modernização industrial permitiu maior flexibilidade nos processos produtivos, ampliou a capacidade de fabricação de produtos diferenciados, estimulando um maior

consumo. Consequentemente, ela criou um quadro de maior instabilidade e a demanda por trabalhadores qualificados, aptos ao ritmo acelerado das mudanças dos processos produtivos.

Atualmente, a constante inovação dos meios de produção e de seus produtos, e a revolução tecnológica dos diversos meios de comunicação, contribuem para a formação da cultura do consumismo. Conforme exemplifica Harvey (1996, p.64):

porque a televisão ela é mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista.

A demanda atual de consumo exige constante inovação. A fabricação de produtos deve atender características e gostos individuais. As mercadorias se tornam facilmente obsoletas diante dos modelos de comportamento e desejos que se alteram por influência da mídia. Não se faz mais necessário estender a venda de produtos para uma massa maior de consumidores, desde que se mantenha o consumo para uma determinada elite disposta e apta a consumir. “O problema é que o gosto está longe de ser uma categoria estática. O capital simbólico só se mantém como capital na medida em que os caprichos da moda o sustentam” (HARVEY, 1996, p. 82).

Tecnologia, inovação, flexibilidade, agilidade, informação e instabilidade são palavras que expressam o atual discurso da humanidade. Estão presentes nas relações sociais e se estabelecem em ideologias que moldam a vida urbana e fazem-se representar através dos objetos urbanos. Cada região ou cidade possui determinada feição que traduz uma dinâmica urbana própria que se manifesta com diferentes intensidades.

Harvey (1996) exemplifica o padrão dos valores urbanos no período pós-modernista através das suas formas arquitetônicas. Muitos as identificam como esquizofrênicas e outros como característica geral da mentalidade pós-moderna. Uma destas tendências, ilustradas por ele, é reviver formas urbanas do passado pela réplica de construções antigas, criando simulacros de versões restauradas das originais. A inclinação pós-moderna de acumular toda espécie de referências a estilos passados é uma das características mais presentes entre os projetistas urbanos. “Ao que parece, a realidade está sendo moldada para imitar as imagens da mídia” (HARVEY, 1996, p.85).

Conforme Harvey (1996), a importância nesta análise reside no fato de que, no início dos anos 70, a preocupação com a identidade e com as raízes pessoais e coletivas passou a

estar muito mais presente devido à insegurança em relação a mercados de trabalho e, também, diante do surgimento das inovações tecnológicas. Para Hewison (apud HARVEY, 1996, p.86) “... não temos uma compreensão profunda da história, recebendo em vez disso uma criação contemporânea, que é mais um drama e uma re-presentação de costumes do que discurso crítico”.

Harvey (1996) ressalta que esta geografia dos gostos e culturas diferenciadas se torna marcante quando acompanhada pelas ondas de migração do trabalho e do capital. Um pequeno grupo unido é capaz de produzir alterações na geografia local pela construção de imagens, costumes, festivais étnicos, etc. “... Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados” (HARVEY, 1996, p.92).

Para Silveira (2005), a implantação do modelo de consumo e produção norte-americano e a dependência tecnológica agravaram o atraso e as disparidades sociais, pois, embora a renda pudesse aumentar, também cresceria o desamparo social diante do poder público que passou a tratar a pobreza com ações isoladas e programas específicos.

A política do neoliberalismo e a livre concorrência de mercado desampararam a sociedade, instituindo o aumento das desigualdades sociais, através de um quadro de instabilidade perante as incertezas do mercado de trabalho, e a insegurança diante das ações do Estado, que tem como foco principal atender aos anseios da política econômica.

Na perspectiva de Silveira (2005), a implantação do sistema de telecomunicações, através das redes, possibilitou maior difusão da informação e do consumo, facilitando a financeirização do território e fazendo com que este obtivesse novos conteúdos e comportamentos pela constituição de um espaço moderno e fluido. A necessidade de promover a intensificação da circulação justifica a ênfase dada ao aprimoramento de sistemas de infraestrutura que facilitem fluidez e movimento. Com este objetivo, o Estado intervém e investe, pesadamente, em estradas de rodagem que servem tanto aos interesses nacionais como aos internacionais, sendo que as regiões que produzem para a venda em comércios distantes tem prioridade neste equipamento.

Neste sentido, morar na periferia pode significar exclusão e dificuldades em obter uma vida economicamente mais justa. As razões possuem caráter variado, sendo algumas facilmente identificadas. Em desajuste à lógica do tempo rápido, a distância pode significar maiores custos e menor acesso ao trabalho formal amparado pela legislação e menor acesso a educação de nível superior, traduzindo, por conseguinte, também menores rendas salariais

diante de um quadro extremamente competitivo. Fatores como estes, certamente, dificultam outros segmentos da vida cotidiana, como alimentação de qualidade, cultura, moradia, saúde e educação.

... há bens e serviços que são de interesse geral comum, representativos de direitos “naturais” comuns que deveriam ser reconhecidos como um direito legítimo, acessível a todos. Tal é o caso da educação, da saúde, da aposentadoria, da cultura, cuja distribuição deveria ser universal (SILVEIRA, 2005, p.177).

Santos (1993) descreve a atual sociedade informatizada através da multiplicação do tempo. Para ele, a simultaneidade entre os lugares não é mais, apenas, do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social. O tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo das multinacionais e das grandes empresas, sendo que os momentos que, no mesmo tempo do relógio são vividos por cada lugar, sofrem defasagem e se submetem a hierarquias.

O território corporativo, empreendido pelo interesse das grandes empresas, revela uma utilização privilegiada dos bens públicos e passa a desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia, exercendo controle por interesses particularizados.

... é o caso de uma grande empresa global numa cidade. Sua presença incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo, o uso de infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar da própria imagem do lugar e do impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos. Paralelamente há a exigência de uma dada política, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para atender as necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento dessa empresa (SILVEIRA, 2005, p.174).

Uma das consequências da urbanização pela implantação de empresas é a chamada guerra fiscal. Ela representa a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas, tendo em vista oferecerem, principalmente, vantagens fiscais. Já estas buscam se instalar em lugares onde podem obter lucros mais altos através de um conjunto de ações que lhe tragam benefícios. Ou seja, é um conjunto de atrativos locacionais que vai definir para aonde as empresas irão.

Dentre os benefícios possíveis, como uma localização estratégica com demanda de mão de obra e matéria prima, estão os benefícios relacionados aos investimentos do Estado. Neste sentido, municípios dão suporte a novos empreendimentos por meio de investimentos

como a doação de terrenos, vantagens fiscais e melhorias em infraestrutura, remodelamento de rodovias através de ciclovias e calçadas, melhoria da iluminação pública, dentre outros recursos que estimulam a fluidez e a segurança do espaço.

A introdução de uma grande empresa cria um novo foco de investimentos públicos e privados, supervalorizando os terrenos e promovendo as intenções especulativas do mercado imobiliário. Com a nova empresa instalada, amplia-se o espaço urbano pela formação de uma nova rede de empreendimentos imobiliários que irão usufruir das ações municipais.

Diante da urbanização que privilegia e prioriza a expansão econômica, ampliam-se as deficiências em investimentos sociais e públicos que subtraem as necessidades da população e do meio-ambiente, fazendo com que em todos os lugares as dificuldades sejam idênticas. Com diferentes intensidades, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas.

Conforme Santos (1993, p.95):

o seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda a parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p.95).

As transformações advindas com o reordenamento dos lugares faz com que a oferta de infraestrutura e capital seja estimulada nas áreas geográficas já privilegiadas, fortalecendo a expansão da economia global e desestimulando, ainda mais, as regiões menos desenvolvidas.

Silveira (2005) esclarece a diferenciação dos lugares pelo ponto de vista da produtividade e da competitividade pela existência de duas regiões, as luminosas e as opacas:

é um processo recorrente e acelerado de construção, destruição e reconstrução de diferenciações e hierarquias que conduz a frequentes desvalorizações e revalorizações das parcelas do território. O resultado é uma fragmentação política cuja manifestação mais visível é a ingovernabilidade da nação. Tende a se instalar um verdadeiro círculo vicioso, com a superposição da oferta e da demanda nas áreas geográficas já privilegiadas. Lógica idêntica age, no sentido diametralmente oposto, com a vocação ao esvaziamento de certas áreas. Quando o Estado deixa ao setor privado a regulação de aspectos essenciais da vida social, acaba por penalizar certas camadas sociais e certas regiões (SILVEIRA, 2005, p.177).

Neste sentido, as regiões luminosas estão ajustadas ao tempo rápido, e são o local onde ocorre a maior concentração de recursos financeiros e de infraestrutura urbana. Já as regiões opacas acabam por ser esvaziadas diante da falta de estímulo e investimentos capazes de promover maior equilíbrio e fortalecimento regional.

O desequilíbrio, advindo com a concentração econômica e com os investimentos públicos em poucas áreas ou regiões, promove mecanismos de exclusão, processos de migrações e a conseqüente produção da pobreza, uma vez que os investimentos se reverterem às regiões já desenvolvidas, relegando as demais a um segundo plano.

## **1.2 Uma Análise sobre o Conceito de Região**

O conceito de região sempre esteve relacionado à diferenciação de áreas e aos diferentes recortes do espaço geográfico através dos tempos. Na perspectiva geográfica possibilista, o mundo era percebido como uma infinidade de regiões dotadas de particularidades e autonomia.

O imperceptível ritmo das mudanças fez com que geógrafos teorizassem sobre a paisagem e a identificassem como limites de duração eterna. Eles viam no mundo resquícios de civilizações antigas, com suas paisagens regionais relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas (MOREIRA, 1997).

La Blache definia a região como a própria realidade, dotada de uma individualidade, em relação às suas áreas limítrofes. O meio oferecia diferentes possibilidades para os homens, através das diferentes paisagens e modos de vida. (PEREIRA, 2004).

No entanto, a intensidade das transformações das últimas décadas alterou o modo de entender a região, pois o território passou a se organizar de maneira diversa e complexa.

A segunda Revolução Industrial, em meados do século XX, aperfeiçoou a técnica, de modo que os antigos espaços diferenciadores regionais, foram substituídos por limites territoriais precisos e singulares, advindos da nova divisão internacional do trabalho (MOREIRA, 1997).

O emprego da energia elétrica e o melhor aproveitamento dos recursos minerais, promoveram o aperfeiçoamento do complexo industrial e estimularam a produção de produtos em larga escala. O capitalismo rompeu fronteiras acelerando a economia mundial.

Este novo momento da história do homem é marcado pela crescente internacionalização da economia capitalista. A utilização da ciência e da tecnologia na produção e o desenvolvimento dos fluxos do transporte e das comunicações trouxeram uma

nova divisão interna do trabalho, muito mais complexa, na qual o leque de trabalhos possíveis se torna maior diante da expansão do capital.

As mudanças expandiram-se através dos fluxos da circulação e foram apreendidas em distintos níveis de percepção e compreensão, nas mais diversas formas de relações sociais: na organização do trabalho, novos valores e necessidades se instituíram; a organização da sociedade se ajustou à competição e à lógica mercantil; a cultura popular foi sendo substituída por elementos culturais mercantilizados e a educação sofreu influência de modelos de comportamento que atendem aos interesses expansivos do capital pela introdução de novos conceitos. Rapidez, flexibilidade e multifuncionalidade são requisitos a serem incorporados nas diversas relações sociais e de trabalho.

Nesta ordem de considerações, a região torna-se uma importante categoria de análise. O mundo, como um todo, tornou-se uniforme para atender às necessidades da nova maneira de produzir. “Mas enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, 1996b, p.46).

Esta especialização tem como base de formação a influência direta de diversos fatores, tanto naturais quanto sociais, culturais, econômicos e políticos. Cada espaço do território possui peculiaridades que o definem e ramificações de atividades que se estabelecem e relacionam a nível local e mundial.

As atividades podem ser diversas e complexas, ajustadas tanto ao ritmo das necessidades locais, quanto às regras e valores internacionais. Como exemplo, muitos ramos de atividades agroindustriais absorvem a produção local, sua comercialização é transnacional e suas relações produtivas sofrem interferência das exigências internacionais.

Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (SANTOS, 1996b, p. 46).

A região se estrutura como um conjunto de vários lugares com elementos similares e contraditórios, que estabelecem relações entre si e com outras regiões sob diferentes níveis e intensidades, com interesses variados e comuns. Esta complexidade de relações faz com que o desenvolvimento de cada lugar se processe de forma particular e desigual.

Para Arrais (2008), os novos arranjos territoriais são resultados das transformações e das novas tecnologias e fatores de produção que envolvem rápidas mudanças e padrões de

desenvolvimento desigual, fazendo demandar a busca de novos conceitos para explicar a integração de cidades, como o conceito de “cidade região” (ARRAIS 2008).

Para este autor, a integração econômica tornou problemas, como a degradação ambiental, a falta de saneamento básico, o desemprego, a carência de infraestrutura urbana dentre outras necessidades mais visíveis. É a necessidade de estimular respostas para além da escala municipal, que justificaria, teoricamente, falar em cidade região.

Dessa maneira, problemas estruturais, como o desemprego e a carência de infraestrutura urbana seriam melhor administrados em escala regional, alavancando o pensamento e o fortalecimento regional através de discussões e de ações políticas que minimizem as deficiências. Os desafios institucionais comuns devem fomentar a discussão política de espaços integrados.

Conforme Arrais (2008, p.88):

se antes a hierarquia se dava pelo tamanho da população, pelo peso do setor industrial e de serviços, agora ela se justifica pela inserção global, tendo como atributos a criatividade, o conhecimento e a inovação, territorializados, evidentemente, em poucas regiões do planeta.

Tais atributos fazem com que as regiões continuamente se transformem, adaptando-se a novas e diversas realidades e adquirindo novas formas e conteúdos, de acordo com novas necessidades. As mudanças advindas pelos processos sociais exigem uma análise das regiões sob diversas hipóteses de apreensão, suas diferentes faces regionais que perfazem uma dinâmica urbana específica e particular.

Os lugares não estão mais isolados, mas conectados a um sistema maior e hegemônico, estão ligados verticalmente aos ditames globais, enquanto necessidade do capital externo. Desta forma, todas as organizações das cidades obedecem às necessidades impostas pela demanda de grandes empresas que, ao utilizarem técnicas inovadoras e tecnologia de ponta, tornam-se altamente competitivas, pois o consumo de seus produtos é influenciado pela mídia e, por meio dela, tem repercussão em diversas partes do globo.

O crescimento econômico não se manifesta em todos os lugares e ao mesmo tempo, mas em pontos privilegiados e em intensidades variadas e diferentes dinamismos de crescimento. A aglomeração urbana aumenta as necessidades coletivas em matéria de habitação, de transportes e de serviços, daí o surgimento de empreendedores e trabalhadores qualificados que forma, assim, um novo polo e quadro de estruturação, divergente de muitos outros locais.

O surgimento de um polo de desenvolvimento suscita uma sequência de desequilíbrios econômicos e sociais:

... o polo implantado distribui salários e rendas monetárias adicionais sem aumentar necessariamente a produção local dos bens de consumo; ele desloca a mão-de-obra e os separa de suas unidades originárias sem lhes proporcionar necessariamente um novo enquadramento social; concentra cumulativamente, em um lugar e em um ramo, o investimento, o tráfego, a inovação técnica e econômica, sem, necessariamente recompensar outros lugares, cujo crescimento e desenvolvimento podem ser ao contrário retardados (PERROUX apud TAVARES, 2001, p. 233).

O desequilíbrio dos investimentos públicos, concentrados em poucas regiões, favorece o aumento da pobreza e das desigualdades. Uma das características das metrópoles é a atração que estas exercem diante do seu conglomerado de investimentos públicos e privados. O polo instalado apresenta maiores oportunidades, fazendo com que pessoas migrem de cidades menores em direção às metrópoles em busca de trabalho ou aprimoramento pessoal. No entanto, as metrópoles se interpõem às pretensões de ascensão social e econômica e de melhores condições de vida da população, dado que apresenta inúmeros desafios como a distância e a dificuldade de locomoção, o alto custo de alugueis e demais fatores inseridos nesta questão.

Em cidades menores, existe a hipótese de que tais problemáticas seriam melhor administradas. Todavia, o menor número de oportunidades revela urgente necessidade de desconcentração de investimentos públicos, para que estes canalizem, também, os investimentos privados, proporcionando maior equilíbrio entre as cidades.

A ciência e a tecnologia dirigidas para a inovação constituem, pois, componentes centrais do desenvolvimento. Isto é, o progresso técnico contribuiu de forma direta para o crescimento econômico e de todas as formas, as cidades e as regiões buscam se tornarem competitivas. Liberadas da enorme dependência do Estado e de posse de relativa liberdade orçamentária, as cidades e regiões estabelecem políticas próprias para atrair novos empreendimentos.

Conforme Tavares (2001, p.234), “No clima do liberalismo outra vez triunfante, as cidades e as regiões deveriam ser “vencedoras”. Logo se percebeu, entretanto, que haveria as cidades e as regiões perdedoras”.

Surgem, assim, inúmeras cidades científicas e parques tecnológicos. As indústrias pesadas e poluentes estão sendo substituídas por atividades de alto valor agregado, com forte componente de trabalho imaterial. Ao mesmo tempo, elas passaram a se preocupar com um

plano urbanístico que lhe garanta reconhecimento, através, de uma arquitetura de prestígio, com atividades culturais, turísticas, dentre outras (TAVARES, 2001).

A nova cidade, moderna e fluida, deve estar equipada com recursos que estimulem as intenções do capital. O centro é transformado em um espaço diferenciado, com componentes paisagísticos, cultura mercantilizada, dentre outros atrativos capazes de proporcionar bem estar e entretenimento a uma elite apta a usufruir de seus benefícios. Enquanto isso, os pobres são desestimulados a frequentar estes espaços, visto que sua participação cultural é representada como desqualificada e o Estado, por sua vez, atua como guardião de tais locais, subtraindo do espetáculo urbano criado os problemas mais elementares de ordem social.

Tavares (2001) relata que no Brasil o enfraquecimento do Estado keynesiano iniciou lentamente em meados dos anos 1980 e a partir de 1990 se acelerou:

à pressão externa-capitaneada pelos organismos internacionais - juntaram-se os interesses dos capitais internos, sequiosos de encontrar saídas para a acumulação. Essa conjugação de forças é responsável pela “eficaz” estratégia para chegar ao estado mínimo da receita neoliberal... (TAVARES, 2001, p. 243-244).

Conforme Tavares (2001) na Constituição de 1988, a União desobrigou-se quase por completo do tratamento das questões de desenvolvimento regional e urbano:

aproveitando a crise dessa área, que já vinha da segunda metade dos anos de 1970, extinguiram-se o ministério do Interior-Minter, o BNH e por fim duas superintendências de desenvolvimento regional (a Sudesul e a Sudeco) e a Serse (que se ocupava do Sudeste) (TAVARES, 2001, p.244).

A política do Estado mínimo alterou o foco de preocupações do Estado. Se antes problemas como saúde, emprego, saneamento e habitação estavam na pauta dos interesses e preocupações do Estado, agora são as necessidades do desenvolvimento econômico que sugam e travam suas atenções.

A semelhança entre os problemas que as regiões apresentam deveriam fomentar a busca de soluções e a troca de experiências através de um planejamento capaz de ultrapassar a escala municipal, promovendo maior fortalecimento regional e desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado e integrado.

Para Haesbaert (2007), estaríamos vivendo um processo novo de territorialização, uma nova identidade territorial planetária estaria se formando por meio da conscientização global

de problemas ecológicos, políticos, econômicos, sanitários, de saúde, dentre outros. Esta compreensão se daria tanto no sentido negativo, de opressão e controle, como positivo, pela formação de uma nova identidade territorial, de um novo espaço a preservar e controlar de maneira conjunta, onde valores como a democracia, a autonomia e os direitos humanos seriam universalizados.

No entanto, para Haesbaert (2007), existe, também, um lado perturbador desta sociedade, pois o mundo está se estruturando em um grupo social muito seletivo, em um grande território acoplado por inúmeras redes integradas.

### **1.3 A Importância das Redes e suas Articulações**

Estamos diante de um novo momento da história, marcado pela crescente internacionalização da economia capitalista, da utilização da ciência e da tecnologia na produção, do desenvolvimento dos fluxos do transporte e das comunicações. O território passou a se organizar de maneira diversa, veloz e intensa. “O que, entretanto, se precisa mudar é o modo de entender a região, uma vez que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens hoje é a da rede” (MOREIRA, 1997, p. 2).

Para Moreira (1997), as redes sempre existiram. Nas civilizações antigas, o território era organizado em torno de cidades centrais, as quais organizavam os espaços periféricos através de vetores de comunicação que orientavam as trocas entre as civilizações. Após o Renascimento, com o desenvolvimento do transporte marítimo a grandes distâncias e, nos continentes, o transporte fluvial e terrestre, surge uma interligação mais intensa e de caráter permanente entre as cidades.

Os lugares ganharam novas formas e conteúdos devido ao aumento do deslocamento territorial de objetos e pessoas, pelo estabelecimento de novas relações sociais e pela introdução de novas atividades e elementos culturais.

Com a segunda revolução industrial, novas formas técnicas de transporte e comunicações introduziram-se. A construção de estradas de rodagem, equipamentos aéreos e a especialização dos recursos da comunicação aceleraram ainda mais o deslocamento e a comunicação entre os territórios, o que significa que a capacidade de fluidez estimulou novas relações entre lugares, promovendo trocas informacionais e comerciais pelo uso de sofisticados equipamentos em rede.

Para Corrêa (1989), considera-se a existência de uma rede urbana quando se realiza a economia de mercado na qual a produção local é negociada por outra, diversa, através de

pontos fixos. Estes tendem a se conectar a outras atividades, formando núcleos de povoamento dotados de atividades diversas, tais como o comércio, serviços e atividades industriais. O volume e os tipos de produtos comercializados, bem como as atividades político administrativas e a extensão dos pontos focais dão origem à diferenciação e à hierarquia entre os núcleos urbanos.

Esta hierarquia representa os processos de diferenciação entre as cidades. Cidades estruturadas com setores econômicos diversificados, economia atuante e maior presença de equipamentos modernos e fluidos exercem maior controle, influência regional e canalizam os investimentos públicos e privados para seu território.

Nos países subdesenvolvidos, na década de 1970, as políticas tinham por objetivo conter o crescimento exagerado das metrópoles através de ideias de descentralização para novos centros de crescimento, como as cidades de porte médio, pois o mercado consumidor e a industrialização expandiram a oferta de produtos e serviços de modo espacialmente desigual, instaurando a hierarquia entre as cidades e criando ações desiguais por parte do capital e pelo próprio Estado (CORRÊA, 1989).

Na primeira metade do século XX, muitos estudos procuravam compreender a rede urbana pela hierarquia de seus centros. Dentre estes, está a teoria das localidades centrais, formulada pelo geógrafo alemão Walter Cristaller (1933), a qual exemplifica a hierarquia entre as cidades através de alguns princípios:

existem princípios gerais que regulam o número, tamanho, e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como localidades centrais. Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação a qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1989, p. 21).

Esta teoria explica que todos os núcleos de povoamento possuem funções centrais, no entanto, para uma localidade central de mais alto nível hierárquico, o número de funções centrais e sua região de influência é maior do que em um centro de nível inferior, pois se têm naquela um maior número de atividades e uma população significativamente maior.

Com base nas considerações apresentadas, nos países subdesenvolvidos o baixo nível de demanda em produtos mais sofisticados, resultado da exploração da força de trabalho, a persistência da economia agrícola e a limitada mobilidade espacial originam a estruturação de três possibilidades concretas de redes de localidades centrais (CORRÊA, 1989).

A primeira possibilidade diz respeito à existência de maior número de pequenos centros, pouco distantes entre si, os quais possibilitam fornecer produtos imprescindíveis e necessários devido a pequena capacidade de mobilidade da população (CORRÊA, 1989).

A menor demanda traduz-se na menor presença de centros intermediários, pois estes oferecem bens e serviços mais caros com menor frequência de consumo. A metrópole regional acaba sendo o único centro que apresenta produtos e serviços mais sofisticados, pois nela residem aqueles que dispõem da renda para consumi-los.

A segunda possibilidade é a que emerge dos mercados periódicos, composta por pequenos núcleos, semi-rurais, que em dias ou épocas específicas transformam-se em mercados centrais, pela venda dos mais diversos produtos e, posteriormente, voltam à forma anterior de pacatos núcleos rurais (CORRÊA, 1989).

Neste caso, a cidade mantém grande dependência em relação ao campo, tornando-se importante avaliar o impacto da comercialização dos produtos rurais e seus reflexos sobre as demais atividades urbanas como o comércio, a indústria e a prestação de serviços.

Corrêa (1989), também, identifica que a limitada demanda e a pequena capacidade de mobilidade espacial fazem com que surjam estratégias de sobrevivência, como as atividades terciárias de produção, classificadas por Milton Santos como o circuito inferior da economia.

O pequeno número de empregos gerados pelo mercado formal estimula estas novas formas de sustentação econômica. Estas atividades congregam características específicas, como trabalho informal, intensivo, pequenos estoques, capitais reduzidos, dentre outros aspectos, e se mantêm em dependência com o circuito superior, o qual é composto pelas atividades modernas que atendem a demanda das populações de renda mais elevada.

Outro aspecto destacado por Corrêa (1989) é a atração que a cidade, especialmente a metrópole, exerce sobre a população de sua região de influência, definindo processos de migrações e fazendo com que o crescimento demográfico da metrópole seja superior ao seu crescimento vegetativo. Também existem as migrações pendulares, uma atração cotidiana de moradores de núcleos próximos que nela encontram um relativamente grande mercado de trabalho.

O inexpressivo quadro econômico em cidades menores faz com que muitos busquem, em cidades maiores, melhores perspectivas para a vida, como, acesso a uma maior variação de

atividades e trabalho, educação de nível superior, cultura, lazer, dentre outros atrativos. A atração exercida por estas cidades estimula o aumento de seu quadro populacional ou, apenas, acolhe cotidianamente pessoas de cidades vizinhas que, diariamente, se deslocam motivadas pelo mercado de trabalho.

Para Corrêa (1989), todas estas abordagens anteriormente descritas sobre a relação cidade-região são incapazes de revelar o completo significado da rede urbana, pois são análises parcelares, que tratam a cidade e a rede urbana como algo neutro, destituído de interesses antagônicos e de conflitos. São as articulações do comércio, bancos, indústrias, transporte, educação, serviços e outros que promovem a rede urbana. “Através delas as decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, de acordo com uma dinâmica interna ao capitalismo, atividades e cidades” (CORRÊA, 1989, p.50).

A rede urbana atua como promotora do crescimento regional, no entanto, de forma desigual, pois tem em si a capacidade de articular os segmentos econômicos e promover seus espaços em detrimento de outros que permanecem esquecidos. A especialização funcional centralizada em alguns locais estimula, dessa forma, a inovação, criando uma hierarquia pela valorização de alguns lugares em detrimento de outros, ou seja, algumas cidades perdem importância enquanto outras são valorizadas.

Incorporar maior fluidez em determinados espaços acelera o seu desenvolvimento e valoriza economicamente, podendo deixar outros espaços à margem de investimentos. A revitalização de uma avenida e sua modernização, além da ampliação dos atrativos para seu aproveitamento, como, mobilidade, agilidade, segurança e melhora do seu padrão estético, proporcionam, também, a valorização deste espaço pela introdução de novos empreendimentos públicos e privados.

Os vetores da informação também contribuem neste sentido. Empresas alavancam sua produção e ampliam a exposição e venda de seus produtos através da fluidez proporcionada por modernas técnicas de comunicação.

A utilização da ciência e da tecnologia na produção e o desenvolvimento dos fluxos do transporte e das comunicações intensificaram e diversificaram as opções de consumo, fazendo emergir uma nova divisão interna do trabalho, muito mais complexa, na qual o leque de trabalhos possíveis se torna maior diante da expansão do capital.

Para Corrêa (1989, p.50):

a rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais que, efetivamente, introduzem – tanto na cidade como

no campo – atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações.

As grandes corporações alteram o espaço no qual estão inseridas, influenciando nas decisões políticas e canalizando os grandes investimentos do Estado.

Conforme Dias (2004), estamos assistindo a aceleração de quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico e introduzem uma nova ordem, cada vez mais liberta de controle territorial. “Os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios, os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias, os movimentos de informações ou fluxos informacionais, os movimentos de capitais ou fluxos monetários ou financeiros” (DIAS, 2004, p.165).

No contexto da fluidez se fazem necessárias a adaptação e a flexibilidade aos desafios. Pessoas migram buscando sua inserção em ambientes que ofereçam novas perspectivas e oportunidades, empresas ampliam seus contatos, estimuladas pelas facilidades da comunicação, o sistema financeiro se rearranja, adaptando-se ao compasso único de tempo, flexibilizando e agilizando as operações.

A reforma financeira e a modernização das redes de telecomunicações criaram as condições para que os bancos se tornassem instrumento privilegiado do Estado no processo de internacionalização da economia brasileira e no processo de integração do mercado nacional. Concentração bancária e constituição de grandes bancos nacionais que não se identificam mais com o interesse de um território limitado, mas de todo o país, configuraram processos que significaram o desaparecimento dos bancos regionais e a redução do número de praças bancárias... (DIAS, 2004, p.164).

A intensidade das interligações aumenta a mobilidade sobre o território, diminuindo a distância entre os lugares, comprimindo o tempo e o espaço. Através das redes, as cidades se convertem em “nós” formados por pontos centrais que vão integrar em redes os múltiplos lugares e convertê-los em um espaço global.

Desaparecem, pois, as hierarquias por regionalidade de cidades, enquanto pelas mãos dos nós da rede uma forma nova hierarquia urbana se instala. As cidades que se interligam, se hierarquizam e se diferenciam na medida da relação da nodosidade. Há cidades incluídas e cidades excluídas. A determinante é o grau de presença ou ausência da cidade na rede. Há cidades mundiais e cidades que permanecem locais ... (MOREIRA, 1997, p. 3).

Neste sentido, o que determina a hierarquia e a centralidade dos lugares é o grau de sua presença e inserção nas redes. Estas estão cada vez mais ajustadas aos interesses do capital hegemônico, que busca, constantemente, atrair novos investimentos aos “nós” de sua teia, que são seus pontos centrais. Usufruem destas redes os mais diversos segmentos econômicos, como o sistema financeiro e os setores de produção industrial, comercial e de prestação de serviços.

O espaço que a cidade organiza em sua ação arrumadora do território é um agregado de segmentos contíguos de atividades. É a horizontalidade. Através da ação nodal, a cidade insere esses segmentos contíguos horizontalmente unidos em rede. É a verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre globalizada em rede vai ser resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade. E é isso o lugar (MOREIRA, 1997, p.4).

A combinação dos diferentes espaços da horizontalidade, unidos em rede pelos veículos da circulação de produtos e informações, forma a verticalidade. A forma material da verticalidade são os fluxos das redes dos transportes e das comunicações, que levam aos diferentes espaços horizontais as necessidades do circuito econômico global.

A rápida movimentação territorial de objetos, pessoas e informações desloca e transforma as relações sociais e econômicas sobre o território. Assim, entender a região pressupõe conhecer suas articulações em rede e significa compreender o emaranhado das diversas sobreposições regionais, ajustadas a um mesmo espaço e tempo.

É preciso entender as diferentes possibilidades de interpretação e análise de uma região. Os vetores de transporte e comunicação, aliados ao constante aperfeiçoamento tecnológico, possibilitam a construção e a existência de várias faces regionais que, pela superposição, tornam únicos e diferenciados os lugares. Dentre as faces regionais, destacam-se a econômica, a política, a turística e a fronteiriça, dentre outras possibilidades que se articulam e se ajustam, localmente, diante do compasso global, tornando específicos e singulares os lugares.

#### **1.4 Planejamento Urbano**

O processo de planejamento necessita de um conjunto de técnicas e instrumentos normativos que regula o uso do solo urbano e traça as linhas norteadoras do crescimento das cidades. Destarte, o desafio maior do planejamento é considerar, de forma mais atuante, a

participação dos cidadãos no exercício do planejamento e na busca de soluções compatíveis às suas necessidades.

Conforme Silva (2008, p.84):

... o processo de planejar apoia-se num conjunto de técnicas e de instrumentos normativos e de natureza interdisciplinar que regula o uso do solo urbano e traça as linhas norteadoras do crescimento da cidade. O pecado maior do planejamento foi o de não considerar, de forma mais incisiva a ação dos atores envolvidos no processo de construção da cidade. Neste sentido, a participação dos cidadãos no exercício do planejamento é fundamental para buscar soluções compatíveis com suas demandas.

A realidade física e social da cidade moderna deixa de lado espaços de proximidade, vizinhança, conflitos ou solidariedade, para se consolidar em espaços de múltiplas atividades e interesses, materializando-se em arranjos urbanos contraditórios através de refinados espaços e porções periféricas de miséria e pobreza.

A cidade ideal vem a se caracterizar como um sonho cada vez mais distante, sobretudo porque as preocupações se resumem em manter um nível razoável de urbanização, a fim de que a cidade seja funcional e procure garantir, mesmo que insatisfatoriamente, a sobrevivência de seu povo. Esta funcionalidade se faz presente na organização da vida urbana, nas características infraestruturais que procuram interligar espaços de interesses econômicos diversos, no aproveitamento dos fluxos da informação e na extensão das redes que possibilitam melhores acessos e circulação de mercadorias e informações entre as diversas organizações de atividades econômicas, cujos objetivos estão ajustados à lógica financeira global.

Na perspectiva modernista, conforme Silva (2008, p.87), “a cidade deve ser dotada de infraestrutura, divididas em zonas de atividades e interligadas entre si por um intrincado sistema de comunicação. Cada zona deveria estar equipada com um complexo sistema de redes de equipamentos e de prestação de serviços”.

Desta forma, cada espaço ocupado da cidade é formado por um conjunto de objetos representados por equipamentos e infraestrutura, vias asfaltadas, redes de energia elétrica, saneamento básico, fibra óptica, dentre inúmeros outros elementos e recursos capazes de atender às necessidades dos fluxos de informação, dos serviços e da circulação de mercadorias.

Conforme Silva (2008), sob a lógica do planejamento, a construção de uma nova imagem urbana justifica-se na conversão do espaço banal em espaço carregado de peso

simbólico, pois cada porção da cidade, quando aperfeiçoada, incorpora maior valor, gerando maior demanda do mercado especulativo, de forma que a imagem urbana vai assumindo uma imagem mercantil.

Segundo Spósito (1994), na sociedade capitalista, a exclusão de cidadania por aqueles que não possuem parcela do território provoca diferentes reações. Em muitos casos, buscam-se as periferias para obter aluguel e terreno mais barato, aumentando a distância em relação aos locais de emprego e ao centro da cidade. Devido às desproporções das possibilidades de emprego, algumas pessoas passam a exercer atividades informais que são consideradas marginais ao sistema. Além disso, as áreas periféricas são aumentadas, onde favelas e loteamentos clandestinos se consolidam, gerando, também, a violência urbana e expressando o quadro desigual do país.

Conforme sublinha Lefebvre (2001), os promotores de venda não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas urbanismo, que se tornou valor de troca. Carregado de símbolos e subjetividades, o espaço, agora, tem seu planejamento ajustado à lógica mercantil da produção de riquezas e de desenvolvimento econômico.

De acordo com Silva (2008), a globalização e a crise da governabilidade fizeram surgir novos conceitos de planejamento urbano, ajustados à lógica de reestruturação produtiva, reduzindo a cidade à condição de um enorme mercado, enfatizando seu potencial produtivo de riquezas e ampliando a competição entre as cidades. Esta é a lógica do planejamento estratégico.

Para Lefebvre (2001), o projeto dos promotores de venda buscam oferecer espaços privilegiados, de felicidade, pois é perpassado, preponderantemente, de ideologias que visam atingir o sentimento imemorial de sentir-se em casa, de o sujeito fixar seu lugar num mundo que esfacela sua identidade. Dessa maneira, “... a sociedade do consumo traduz-se em ordens, ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz” (LEFEVRE, 2001.p.25).

Os espaços privilegiados são instrumentos de inserção do capital e, portanto, instrumentos de poder, que promovem a seletividade e a segregação da população, eliminando suas ocupações. Neles, os grupos definem seus territórios e formas particulares de ocupação, de relação com os recursos naturais e com o patrimônio construído. Conforme Silva (2008, p.93):

o processo de seletividade sócio-espacial tende a eliminar as ocupações populares. Sendo a cidade fundamentalmente espaço de expressão e conflito onde se manifestam os diversos conteúdos sociais, nela os grupos delimitam seus espaços, definindo seus territórios e suas formas particulares de habitação, de relação com os

recursos naturais, com o patrimônio construído, ocasionando assim um complexo processo de apropriação e controle.

Para o autor, a lógica do planejamento estratégico é uma lógica em curso, que trata a cidade numa perspectiva empresarial, diferente da dos pressupostos da Constituição Federal de 1988, que preconiza o Plano Diretor, com efetiva participação popular, como o mais importante instrumento de planejamento.

O momento atual, no qual as exigências decorrentes da competitividade econômica e da globalização se acentuam cada vez mais, são enaltecidos os aspectos e as necessidades de desenvolvimento político, social e econômico dos municípios, cuja necessidade fundamental recai sobre o crescimento e a expansão do capital.

Segundo Carlos (2008, p.184), o capitalismo impõe, hoje, uma nova realidade, na qual a aliança entre os setores econômicos e o Estado “assume importância fundamental na constituição de um espaço voltado prioritariamente às necessidades da reprodução, propiciando a infraestrutura física, os instrumentos fiscais e a política monetária para que a valorização do capital como fonte de crescimento se realize plenamente”.

Sob este viés, uma economia em expansão faz uso constante em infraestrutura e planejamento, para os quais o Estado é um elemento importante, provedor de projetos e recursos que visam a viabilização das atividades econômicas e das novas formas de convivência social que se estabelecem.

Neste contexto de constante inovação tecnológica e fluidez econômica, o Estado atua como financiador dos projetos e demandas municipais, no entanto, as preocupações estabelecidas se caracterizam, sobretudo, em obras que buscam projetar o desenvolvimento econômico, cujo planejamento se define em função de tais objetivos.

O capitalismo impõe, hoje, uma nova realidade, apoiada numa aliança entre os setores econômicos e o Estado que assume importância fundamental na formação de um espaço voltado à reprodução capitalista. “Por um lado o Estado foi enfraquecido como elemento de construção da cidadania, neste caso ele foi satanizado. Por outro lado o Estado foi fortalecido como legitimador do mercado, como legitimador da democracia de mercado, então neste caso ele foi angelizado” (CATAIA, 2011, p.27).

Diante dos fatos e da ausência de políticas do Estado, o que se observa é que as vantagens da globalização não estão disponíveis para todos. Desemprego, desvalorização do trabalho, falta de acesso aos bens universais, como saúde e educação de nível superior, são exemplos das constantes necessidades. A ideia de um mundo democrático e igualitário é,

apenas, uma crença que distorce a realidade. Conforme Cataia (2011, p.29) “é uma crença e que como toda crença, constitui razões para a obediência”.

Desse modo, a atuação do Estado leva em conta interesses de uma política hegemônica que se configura no espaço por meio de incentivos fiscais, financiando projetos, isenções de taxas, aparato em infraestrutura, dentre outros elementos que se concretizam em transformações no espaço. Pode-se entender, assim, que a forma espacial é o elemento intrínseco e essencial ao funcionamento e estruturação das relações sociais que se apresentam.

“O espaço revela-se como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, num espaço globalizado” (CARLOS, 2009.p. 297).

A cidade deixou, assim, de ser um espaço privilegiado da vida e do convívio social de uma comunidade – onde a população se sinta parte integrante e possa participar ativamente dos recursos públicos disponíveis – para se transformar num espaço de disputas, tendo em vista atender às necessidades econômicas.

O planejamento urbano atua, apenas, como elemento remediador de uma urbanização instalada, cuja “ideologia do crescimento ignora o fato de que o desenvolvimento desigual é parte intrínseca do processo de crescimento do capitalismo tardio” (GOTTDIENER, 1993, p. 286).

### **1.5 A Paisagem Urbana**

A cidade é o cenário onde se manifestam as mais diversas formas de relacionamento humano, do qual participam atores sociais e na qual o tempo histórico e social deixa as suas marcas. O entendimento do que é uma cidade talvez fique claro recorrendo ao conceito geográfico de paisagem.

Para Santos (1996b, p.61), “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Uma paisagem possibilita a apreensão de várias faces da realidade. Estas se estabelecem pela percepção individual de cada observador e definem-se em função de várias influências, como, sentimentos, conhecimentos, o tempo histórico, representatividade individual e coletiva do lugar, dentre outros fatores que se diferem e influenciam na interpretação da imagem.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e está será tanto mais válida quanto mais limiarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (SANTOS, 1996b, p.62).

Faz-se necessário aprimorar a percepção diante do objeto visível, ir além das aparências. O observador deve propor-se a um processo contínuo de aprendizagem, buscando soluções que deem conta de compreender a realidade. Uma das formas é o confronto com outras reflexões, quanto maior o número de informações, mais completa a definição da paisagem e menor o risco de simplificar seu significado e conteúdo.

A paisagem continuamente se transforma e sofre consequências de processos sociais, econômicos e políticos, que imprimem aos diferentes espaços a presença de novos objetos urbanos. A paisagem urbana tem uma materialidade característica em construções e infraestruturas, mas, também, apresenta movimento.

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, já que é formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das cidades, sobretudo as grandes. As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc., são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (SANTOS, 1996b, p.68)

A paisagem urbana contempla as diversas formas de trabalho humano materializado em cada objeto, em diferentes tempos históricos. Cada pessoa tem uma relação individual com os elementos da paisagem. Estes podem trazer informações, lembranças, sensações, ou, até mesmo, indiferença.

Segundo Santos (1996), vivemos um tempo de mudanças, no qual a convivência longa e repetida com os objetos, trajetos e imagens se alteraram. A familiaridade com o lugar era fruto de uma história própria, da sociedade local, onde cada indivíduo participava ativamente da construção desse lugar. Hoje, a mobilidade se tornou criadora de produção, os homens mudam de lugar constantemente, mas, também mudam as ideias, imagens e mercadorias. “Tudo voa. Daí a idéia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, frequentemente, uma

outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização” (SANTOS, 1996, p. 262 – [grifo do autor]).

A familiaridade com os objetos urbanos traz acolhimento, decore da proximidade, quando o espaço urbano proporciona satisfação e bem estar. Já o estranhamento, resulta de falta de vínculos de proximidade, frustração e ineficiência.

... nesse processo, a explosão da cidade produz o desabamento dos referenciais, pois as relações sociais perdem sua base de sustentação. A cidade está alienada como o próprio homem e o espectro da cidade sobrevive ao que antes era urbanidade. A função da habitação modifica-se profundamente: de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, torna-se coisa funcional, objeto de status (CARLOS 2007, p.50).

Os espaços continuamente se transformam. Objetos antigos são suprimidos e novos incorporados, fazendo com que os espaços percam seus referenciais históricos, e os símbolos do passado se tornem invisíveis.

...a mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam, passa a ser o lugar em que as pessoas ‘se arranjam para viver’ ou quem sabe ‘sobreviver’ criando constantemente, ‘formas de ganhar dinheiro’ (CARLOS, 2007, p.51)

A modernização da agricultura e a dispersão industrial introduziram novas formas de organização espacial. Estas promoveram intensas alterações sociais ao longo do tempo histórico, pela incorporação de modelos de comportamento e equipamentos urbanos que enaltecem e valorizam determinados espaços, alterando a importância dos lugares.

A paisagem em transformação é resultado das possibilidades técnicas de uma época, das condições econômicas, políticas, culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental para interpretar a realidade, as relações nela contidas, que estão subliminar à paisagem visível.

## **CAPÍTULO II - PROCESSOS DE FORMAÇÃO URBANA E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS**

Este capítulo objetiva apresentar um breve relato histórico sobre os primeiros núcleos urbanos que se fixaram na região Oeste do Paraná, abordando suas diferentes formas de organização social e de trabalho até a chegada dos colonizadores imigrantes.

A dinâmica de ocupação destes municípios foi incentivada na interação e presença de recursos naturais, isto é, uma vasta floresta de matas nativas que foi sendo paulatinamente destruída, dando lugar à produção agropecuária de subsistência.

Ao longo do tempo, novas formas de sustentação econômica introduziram-se, projetando novos contextos socioeconômicos, fomentando o avanço da infraestrutura e, conseqüentemente, alterações na paisagem regional.

A dinâmica econômica de cada município pode ser interpretada e está expressa nas estruturas físicas, na presença de serviços e atividades as quais traduzem elementos importantes à análise da realidade regional.

### **2.1 História de Ocupação da Região Oeste do Paraná**

A história de ocupação da região Oeste do Paraná e a formação dos primeiros núcleos urbanos podem ser contextualizadas a partir do final do século XV, quando os reinos da Espanha e de Portugal resolveram dividir entre si as terras que haviam descoberto na América.

O acordo resultou no chamado *Tratado de Tordesilhas*, assinado em 7 de junho de 1494, o qual traçava uma linha imaginária que se estendia de Norte a Sul do território da América. Este tratado deu à jurisdição do reino da Espanha praticamente toda a região que, atualmente, compreende o território paranaense e, naturalmente, toda a região Oeste (COLODEL, 1988).

Foi através da atividade missioneira dos padres Jesuítas e da formação da Província de Guairá, que a coroa espanhola ampliou seu campo de atuação na região Oeste do atual Estado paranaense.

A atividade agrícola, desenvolvida através da servidão indígena, era denominada *encomenda*, e ocorreu sob muita resistência. O trabalho de pacificação e domesticação dos

índios guaranis foi confiado aos missionários jesuítas (GREGORY; GREGORY; MYSKIW, 2004).

As missões do Guairá representaram o início do trabalho de evangelização por redução dos jesuítas com os índios Guarani na América. A companhia de Jesus concentrou sua ação missionária em torno da organização e fundação de povoados missioneiros (SCHALLENBERGER, 2006).

As reduções eram espaços de convívio mútuo, onde os índios, orientados pelos missionários, desenvolviam diversos ofícios. Cada grupo familiar era responsável por uma parcela de terra, os homens lidavam com a agricultura e faziam trabalhos de carpintaria, as mulheres cuidavam dos filhos e das atividades domésticas, sendo que todos participavam de trabalhos artísticos e religiosos<sup>3</sup>.

Conforme Schallenberger (2006), a região do Guairá, esteve, até 1617, polarizada administrativamente em torno do núcleo colonial de Assunção e configurava-se como uma fronteira aberta para missões. Seu território “compreendia a região localizada entre o rio Paraná na vertente Oeste, o Paranapanema ao Norte, o Iguaçu ao Sul e a Leste a Linha de Tordesilhas...” (SCHALLENBERGER, 2006, p.53).

Na ação evangelizadora e integradora os jesuítas exerciam certo controle sobre o espaço, produzindo o território das missões.

Os Jesuítas, na medida em que convertiam os caciques, buscaram com estes uma aliança para a expansão da sua obra da evangelização e para a formação de um espaço missioneiro que possibilitasse a construção de uma rede de colaboração e integração entre os povos a serem reduzidos. Desta forma, os jesuítas projetaram seu campo missional para as regiões circunvizinhas dos rios Paraná e Uruguai (SCHALLENBERGER, 2006).

A constituição das reduções abria as fronteiras na organização de novos espaços missioneiros e promovia a integração entre os índios Guarani, de forma que o cristianismo se difundia facilmente, diante os aspectos míticos da cultura indígena.

A primeira redução que os jesuítas fundaram na província do Paraná foi Santo Inácio Guaçu, em 1610, esta se tornou porta de entrada para o trabalho missioneiro na região. A percepção das possibilidades de expandir o espaço missioneiro fez com que com que o Padre Roque Gonzales, desbravador das novas frentes de evangelização, buscasse articulações e apoio com as lideranças da companhia do Paraguai a fim de organizar o espaço missional e em 1619, foi fundada a redução de Natividade de Nossa Senhora a qual representou um elo de

---

<sup>3</sup>*Programa Misiones Jesuíticas Guaraníes. La vida em las Misiones.* Boletaria de San Ignacio. Argentina: 2011.

integração entre os espaços missioneiro do Guairá e em constituição no Paraná (SCHALLENBERGER, 2006).

A integração das reduções promovia o fortalecimento e a segurança coletiva entre os grupos indígenas, diante as frentes de expansão do colonialismo e tinha como objetivo a defesa do sistema reducional.

No entanto, entre os anos de 1628 e 1632, a falta de trabalhadores escravos em terras de domínio português fez com que bandeiras paulistas invadissem as matas espanholas, destruindo as reduções. O objetivo dos portugueses era aprisionar índios guaranis para o trabalho escravo. As invasões resultaram na morte de milhares de índios e na fuga de muitos para as matas e rios da região (COLODEL, 1988).

Com a destruição das reduções, teve fim um complexo universo social, com específicas formas de organização, de trabalho e práticas sociais, deixando em ruínas e abandono representativas edificações. Na Figura 2, as ruínas da Missão Jesuítica Guarani Jesús de Tavarangüe, em Tapeguhê Porãite, no Paraguay.



**Figura 2- Ruínas da Missão Jesuítica Jesús de Tavarangüe**

Fonte: Aula de Campo realizada em 2011.

Foto: Vânia Dirley Graff.

“Com a ruptura da expansão espanhola, sendo arrasadas suas reduções e também suas povoações, essa região vê-se sob um estado de quase abandono por mais de uma centena de anos, pois sem *índios* e sem *ouro* e *prata*, não mais atrairia a atenção” (COLODEL, 1988, p.34).

No século XIX, os espanhóis encontraram um novo foco de interesse pela região e novas formas de sustentação econômica através da atividade exploratória da madeira e erva-

mate. Formava-se o complexo das Obrages<sup>4</sup>, uma forte rede de contrabando e exploração, na qual os trabalhadores, sob o comando dos obrageros, exploravam a erva-mate e madeira, exportando-a para a Argentina e o Uruguai através de portos clandestinos construídos nas barrancas do rio Paraná (COLODEL, 1988).

O isolamento em que a região se encontrava facilitava a exploração de seus recursos naturais, de modo que as fontes de matéria-prima eram facilmente contrabandeadas aos países vizinhos, sem qualquer tipo de represália ou fiscalização.

Enquanto que os Argentinos, de um modo geral, entraram nestas regiões como detentores de capitais para o desenvolvimento das atividades exploratórias das *obrages*, coube aos paraguaios entrarem como fornecedores de mãos-de-obra barata no complexo predatório que ali se estruturou (COLODEL, 1988 p. 55). [grifo do autor]

Detentores do capital, os argentinos apropriavam-se dos recursos naturais, usufruindo de vantagens pela exploração do trabalhador paraguaio.

Percebendo o grande valor estratégico que a região possuía e o isolamento em que esta se encontrava, os militares entenderam que seria extremamente temerário deixar a mesma isenta de qualquer tipo de fiscalização e, por este motivo, solicitaram medidas junto ao Governo para a fundação de uma Colônia Militar, na região de Foz do Iguaçu (COLODEL, 1988).

Em 1888, Thomaz José Coelho de Almeida, após ter assumido a pasta do Ministério da Guerra, criou uma comissão estratégica com a incumbência de realizar importantes e vastas tarefas no território paranaense, dentre as quais a construção de estradas de rodagem para integração e acesso à Foz do Iguaçu, local onde se estabeleceria a Colônia Militar (COLODEL, 1988).

Em 1905, a Colônia Militar estava composta por 58 famílias que haviam adquirido lotes de terras. O restante da população era representado por peões paraguaios e argentinos, que trabalhavam nas matas extraindo erva-mate (COLODEL, 1988).

A Colônia Militar, recém-instalada, configurava-se como estratégia ineficiente com relação às atividades que na região imperavam. Com carência de soldados e privada de recursos que lhe propiciassem um melhor desenvolvimento, a atividade de contrabando continuava a existir (COLODEL, 1988).

Diante das dificuldades, os trabalhos de edificação do núcleo urbano continuavam a se desenvolver. “A pouca ajuda enviada pelo governo foi destinada à construção de alojamento

---

<sup>4</sup>As obrages eram grandes propriedades rurais para a exploração de erva-mate e madeira onde os empregados eram tratados com muita violência e más condições de vida (COLODEL, 1988).

para a diretoria, ergueu-se uma farmácia, a casa do médico, depósito de gêneros, quartel das praças, ferraria, carpintaria e mais alguns casebres” (COLODEL, 1988, p. 49).

O pequeno núcleo urbano, aos poucos, ia criando formas específicas estimuladas pelas necessidades da pequena população que ali se formara. No início do século XX, Foz do Iguaçu destacava-se como o núcleo populacional mais significativo da história de ocupação da região do Oeste do Paraná. “A emancipação político-administrativa do município inicialmente denominada Vila Iguaçu ocorre em 1914 quando do seu desmembramento do município de Guarapuava” (ROESLER, 2007, p. 21).

O cultivo de grandes extensões de erva-mate na região e o esgotamento das reservas nativas de madeira em território argentino, fizeram com que se instalassem inúmeras Companhias Obreiras na região, as quais colaboraram para o surgimento de povoados e de pequenos núcleos urbanos.

Uma destas companhias, a Companhia Domingos Barthe, em 1858 passou a controlar grande parte do comércio e da exploração na região, pertencente, então, à Guarapuava. Nas margens do rio Paraná esta formou dois portos de desembarque: Santa Helena e Sol de Maio. No início da década de 1920, quando começaram a chegar os primeiros colonos gaúchos na região de Santa Helena, a presença argentina fazia-se de modo marcante e a companhia desenvolvia intensamente suas atividades (COLODEL, 1988).

Outra Companhia que teve destaque na primeira década de 1900 foi a Companhia Mate Laranjeiras, que requereu terras do governo do Estado do Paraná para abrir uma estrada até Salto Carapã e Portón. A necessidade em garantir infraestrutura e moradia para os operários que participavam da construção da estrada fez surgir às margens do Rio Paraná o povoado de Guaíra (ROESLER, 2007).

Como forma de agilizar o escoamento da produção de erva mate e de madeira no trecho do rio dominado pelas Sete Quedas, “no ano de 1913 a Companhia Mate Laranjeiras adquiriu da firma Islard Alves & Cia., os direitos de concessão para a construção de um ramal ferroviário entre o Porto de Guaíra e Porto Mendes, o último pertence ao município de Marechal Cândido Rondon” (ROESLER, 2007, p.47).

Quando da conclusão da ferrovia, em 1917, o Porto de Guaíra já possuía razoável estrutura:

... havia iluminação elétrica, máquinas movidas a vapor, limpeza pública, escola, aeroporto, hospital, laboratório, serviço telefônico, metalúrgica, serraria, oficinas mecânicas, estaleiros, almoxarifado, usina elétrica, água encanada, esgoto e um grande armazém central,

em que tudo se vendia (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p. 203).

Na Figura 3, Locomotiva da Cia Mate Laranjeiras, no Museu Sete Quedas da cidade de Guaíra.



**Figura 3 - Parte da Locomotiva da Cia Mate Laranjeiras.**

Fonte: Aula de Campo realizada em 2011.

Foto: Vânia Dirley GRAFF.

A construção da ferrovia fomentou e intensificou o desenvolvimento do núcleo urbano de Guaíra pela introdução de diversas atividades e serviços públicos necessários à vida urbana que ali se formava. Diante das atividades desenvolvidas, o acesso e a comunicação com a região eram necessários e, para tal finalidade, instalou-se um aeroporto e serviço telefônico.

Em Porto Mendes, a Companhia Mate Laranjeira instalou armazéns, casas para funcionários, casa de administração, correios, estrada de ferro e uma linha telegráfica que acompanhava a ferrovia (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

Após o período de auge de extração de erva-mate e madeira na região, o porto foi transformado em destacamento militar, por se tratar de região de fronteira nacional e, no ano de 1982, o porto foi desativado devido à formação do lago artificial da Itaipu Binacional, que acabou por inundar suas instalações (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

Na Figura 4, o destacamento militar de Porto Mendes, antes da formação do lago.



**Figura 4 - Destacamento Militar de Porto Mendes.**

Fonte: Acervo de Matias Seyboth (1982).

Outra empresa obragera, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, também denominada de Fazenda Britânia ou Imóvel São Francisco, fundada em 1906, em Buenos Aires, recebeu do governo federal a autorização para o funcionamento de uma obra, a qual foi construída na região do atual território do município de Pato Bragado. Nesta localidade, a empresa obragera construiu um porto denominado Porto Britânia e, também, formou um povoado denominado Rio Branco (GREGORY; GREGORY; MYSKIW, 2004). Na Figura 5, embarcação utilizada para transporte de madeira no Porto Britânia, em 1960.



**Figura 5 – Embarcação para transporte de madeira no Porto Britânia.**

Foto: Vilton Graff (1960).

As atividades obrageiras utilizavam-se da mão de obra dos mensus, trabalhadores assim denominados por representarem um grupo de operários simples, sem muita qualificação. Estes exerciam os trabalhos sob muitas formas de resistência, controlados por capatazes que, no comando das atividades, praticavam muitas atrocidades (GREGORY; GREGORY; MYSKIW, 2004).

Em 1924, as atividades das obrages ficaram praticamente paralisadas devido à passagem da Coluna da Morte<sup>5</sup> e da Coluna Prestes<sup>6</sup>, tropas militares de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente, que passaram pelas terras da Fazenda Britânia, destruindo parte desta e trazendo desânimo aos ingleses (GREGORY, GREGORY, MYSKIW, 2004).

A partir de então, os ingleses passaram a diversificar suas atividades econômicas através da instalação de uma fábrica de extrato de laranja nativa apepu e extrato de erva-cidreira (GREGORY, GREGORY, MYSKIW, 2004).

Tem início, a partir de então, a decadência das companhias obrageiras, situadas no Oeste do Paraná. Além da conjuntura econômica e política desfavorável, a publicação de artigos sobre os maus tratos cometidos por obrageiros, relatados pelas colunas que aqui passaram, ajudaram a colocar em debate, em âmbito nacional, a questão da segurança nacional em áreas de fronteira (GREGORY; GREGORY; MYSKIW, 2004).

Estas informações contribuíram para que o Governo de Getúlio Vargas, a partir de 1937, adotasse uma política de nacionalização, o Programa Marcha para o Oeste, visando dificultar e diminuir a presença de estrangeiros em terras brasileiras (GREGORY; GREGORY; MYSKIW, 2004).

Conforme Lopes (2002) alegando motivos estratégicos e de segurança, em 1943 foi criado pelo governo Vargas o Território Federal do Iguazu, através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943. “Situado na parte Centro- Ocidental do Sul do Brasil, o Território do Iguazu apresentava limites internos com o Território de Ponta Porã<sup>7</sup>, e os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e limites fronteiriços com a Argentina e Paraguai” (LOPES, 2002, p.112).

O Estado do Paraná, para não ver seu território dividido, comprometeu-se com ações e planos de colonização, favorecendo a criação e o estabelecimento de companhias madeireiras

---

<sup>5</sup> A Coluna da Morte foi um movimento, com participação dos tenentes, que pretendia substituir o presidente Artur Bernardes e instaurar um novo governo nos moldes da democracia liberal. TECCHIO, Caroline; ESPIG, Márcia Janete. *A escrita do Tenente Revolucionário João Cabanas no Livro “A coluna da Morte”*. Disponível em <[http://ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH\\_00463.pdf](http://ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH_00463.pdf)> Acesso em 08 de Outubro de 2013.

<sup>6</sup> A Coluna Prestes foi um agrupamento de forças do movimento revolucionário tenentista liderado pelo Capitão Luís Carlos Prestes. (SODRÉ, 1985).

<sup>7</sup> O Território Federal de Ponta Porã foi criado através do Decreto-Lei 5.812 de 13 de Setembro de 1943, juntamente com os territórios Federais do Iguazu, Guaporé e Rio Branco. (LOPES 2002).

e de colonização, com predomínio absoluto de acionistas nacionais (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

Na tarefa da colonização do território, destacaram-se várias Companhias de Colonização, dentre as quais: “a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A-MARIPÁ; a Pinho e Terras; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda.; a Colonizadora Gaúcha Ltda.; a Colonizadora Matelândia Ltda. e a Colonizadora Crissiúma Ltda” (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p.141).

Por volta de 1940, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, proprietária da Fazenda Britânia, entrou em decadência. Este fato favoreceu a compra da área de terras por um grupo de comerciantes gaúchos da industrial madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ, a qual objetivava a colonização na base da pequena propriedade (ROESLER 2007).

“A década de 1940 revelou-se como uma etapa de povoamento intensivo, onde as companhias colonizadoras particulares, gaúchas em sua maioria absoluta, desenvolveram um papel de capital importância” (COLODEL, 2003, p. 68).

Constata-se que, em 1946, existia um povoado na localidade de Porto Mendes, local onde se faziam embarques de erva mate com destino à Argentina. Estima-se que viviam naquela localidade portuária mais ou menos 200 pessoas (ROESLER, 2007).

Colodel (2003) aponta três frentes de colonização para o Oeste do Paraná, sendo uma proveniente do chamado Paraná Tradicional, vinda dos campos de Guarapuava, das antigas colônias de imigrantes europeus estabelecidos no terceiro planalto, e de Laranjeiras do Sul, dentre outros lugares. Uma segunda frente vinda das áreas cafeeiras do Norte do Paraná, e uma terceira frente, considerada pelo autor como o exemplo mais marcante desta fase colonizadora, pela organização e pelo sucesso alcançado, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A, denominada como Maripá, a qual comprou diversos empreendimentos colonizadores no Oeste paranaense, abriu estradas e demarcou lotes urbanos e rurais para a venda.

Na Figura 6, acampamento de pioneiros da família Graff, vindos do Rio Grande do Sul para fixar residência em terras da Maripá, em Arroio Fundo, Marechal Cândido Rondon (1952).



**Figura 6 - Acampamento de pioneiros da família Graff em Marechal Cândido Rondon.**

Fonte: Acervo de Vilton Theobaldo Graff (1952).

Conforme Roesler (2007), foi no início da década de 1950 que a Maripá incentivou a vinda de novos moradores dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que vieram em busca de terras férteis para exercerem atividades agrícolas. “Eles se somaram aos demais imigrantes que se deslocaram do próprio Estado do Paraná, de Minas Gerais, de São Paulo, do Espírito Santo e de outras localidades com seus desejos e sonhos de melhoria de condições de vida pessoal e comunitária” (ROESLER, 2007, p. 55).

Estes novos moradores foram, em sua maioria, descendentes de alemães, italianos, poloneses, luso brasileiros e de outras nacionalidades (ROESLER, 2007). “A colonizadora MARIPÁ apoiou a construção de casas, escolas, igrejas, estabelecimentos comerciais e sociais, fazendo-se presente estrategicamente nas decisões político-administrativas dos povoamentos constituídos...” (ROESLER, 2007, p. 56).

A região apresentava uma vasta floresta de matas nativas que foi sendo paulatinamente destruída pela exploração e comercialização da madeira pelas companhias colonizadoras. Os novos moradores se fixavam nas vilas e se deslocavam para as matas a fim de iniciarem os trabalhos na lavoura, priorizando a agricultura e a pecuária como forma de subsistência. Desta forma, tem início a história de formação dos primeiros núcleos populacionais urbanos desta região fronteiriça (ROESLER, 2007).

A despeito da riqueza dos recursos naturais, que se tornou estratégia de propaganda de empresas colonizadoras – relevo, clima, hidrografia, cobertura vegetal e outros aspectos – a realidade dos colonos era extremamente precária, tendo-se em vista que ocuparam vazios demográficos, distantes das cidades e demais centros de povoação, e que lutavam pela sobrevivência em meio aos desafios de um país recentemente descoberto.

Ao longo do tempo, novas formas de sustentação econômica introduziram-se, fazendo emergir cada vez mais a vida urbana. O aperfeiçoamento da técnica projetou novas relações socioeconômicas, fomentando o avanço da infraestrutura e, conseqüentemente, gerou alterações na paisagem regional, inserida no processo histórico de formação urbana.

## 2.2 Processos de Formação Socioespacial Urbana

Na segunda metade do século passado, o Estado sofreu grandes transformações, visto que “a base produtiva passou a apresentar progressiva diversificação na agropecuária, com modernização técnica da produção e grande expansão de culturas, o que permitiu a entrada da comercialização de commodities e na agroindustrialização” (MOURA, 2004, p. 34).

Ainda conforme a autora, as cidades adaptaram-se a novos usos e funções. Este período representou o marco da reestruturação econômica, pois gerou o esvaziamento de amplas áreas rurais e direcionou as migrações para os diversos centros urbanos.

As cidades foram expandidas para abrigar trabalhadores atraídos por melhores perspectivas de vida nos setores produtivos urbanos, devido à incapacidade de permanência e subsistência no campo tecnificado.

O processo de mecanização, pelo qual passou o setor agrícola do Paraná, foi decisivo para o crescimento da população urbana dos municípios. Dentre eles estão os municípios lindeiros que, afetados pelo êxodo rural, sentiram a necessidade desafiadora de adaptação a novos anseios e dificuldades. Na Figura 7, marcando o contexto da mecanização agrícola, observa-se um desfile de tratores comercializados pela Casa Rieger, em Marechal Cândido Rondon (1970).



**Figura 7 - Desfile de tratores em Marechal Cândido**

**Rondon- (1970)**

Fonte: Acervo de Matias Seyboth.

Conforme sublinha Carlos (2008), a extensão do capitalismo impõe uma nova velocidade às mudanças, apoiada numa aliança entre os setores econômicos e o Estado, sendo que este último assume importância fundamental e proporciona a infraestrutura física, os instrumentos fiscais e a política monetária para que a valorização do capital se realize plenamente e com crescimento.

Sob tal viés, a partir da década de 1950, instaura-se, no Brasil, um intenso processo de industrialização. Dentre inúmeros investimentos criados, em consequência de demandas por esta industrialização, destaca-se a intervenção estatal na construção de barragens para satisfazer as necessidades da produção de energia hidroelétrica. Na Figura 8, usina Hidroelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu.



**Figura 8 - Usina Hidroelétrica de Itaipu.**

Fonte: Aula de Campo realizada em 2008.

Foto: Vânia Dirley Graff (2008)

O investimento no setor energético brasileiro, motivado pelo processo de industrialização, representa um elemento relevante de análise, porque marca um ciclo importante do capitalismo e objetiva a inserção do Brasil no conjunto dos países de padrão industrializados, correspondendo ao ideário de desenvolvimento e progresso almejado mundialmente.

Neste sentido, nos relata Souza (2011, p.149):

a inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo brasileiro e mundial. As políticas de desenvolvimento

direcionam o parque industrial brasileiro para um padrão semelhante ao dos países industrializados, buscando incluir o Brasil entre os países industrializados.

A construção da Itaipu representa a expressão física concreta deste período transformador de mudanças sociais. No entanto, a magnitude da obra e o almejado progresso se contradizem diante de inúmeros problemas que resultaram da construção da usina.

A formação do Lago de Itaipu produziu grandes impactos em todos os municípios que o margeiam. Além das terras submergirem, houve a alteração da vida cotidiana dos moradores das áreas alagadas, pois tiveram que se deslocar para outros lugares. “As águas do reservatório inundaram tanto áreas rurais como urbanas, habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano” (SOUZA, 2009, p. 60). Na Figura 9, pessoas assistindo ao transbordamento de um afluente do Rio Paraná, quando da formação do Lago de Itaipu, em 1982.



**Figura 9 - Formação do Lago de Itaipu (1982).**

Fonte: Acervo de Matias Graff.

Por outro lado, se alguns municípios tiveram diminuição no total da população, a construção da barragem da Itaipu Binacional causou um crescimento populacional bastante acentuado no município de Foz do Iguaçu, no decorrer da década de 1970. No início desta, o município possuía infraestrutura pouco expressiva, cuja base de sustentação econômica era o turismo. Na Figura 10, centro de Foz do Iguaçu na década de 1960.



**Figura 10 – Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1960.**

Fonte: Acervo de Matias Seyboth

Dez anos depois, o município se firmou como um polo turístico internacional: estava cinco vezes maior, com avenidas asfaltadas e hotéis de luxo, mas, também, já havia inúmeras favelas e alto índice de desemprego devido ao expressivo aumento populacional provocado pelo deslocamento de operários vindos para a construção da usina (SOUZA, 2009).

Foz do Iguaçu, segundo dados do (IBGE), que contava, em 1970, com 33.970 habitantes, passou a ter, em 1980, 136.320 habitantes. Na Figura 11, centro de Foz do Iguaçu na década de 1970.



**Figura 11 - Avenida Brasil em Foz do Iguaçu (1970)**

Fonte: TERRINHA DAS ÁGUAS FOZ

Disponível em: <<http://www.terrinhadasaguasfoz.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

Municípios como Terra Roxa e Guaíra perderam população neste período devido à modernização agrícola, no entanto, tiveram que buscar alternativas para atender as necessidades da nova população urbana que se formava.

Guaíra sofreu grande decadência econômica a partir de então, devido à sua dependência ao turismo, por meio da existência das Sete Quedas que foram submersas em 1982 com a formação do lago. Este fato causou grandes problemas estruturais, dentre os quais relacionados à geração de empregos, fator que se agravou diante da população que era expulsa do campo (SILVA, 2007). Na Figura 12, uma passarela das Sete Quedas, em Guaíra.



**Figura 12 - Passarela das Sete Quedas - Guaíra. (1970)**

Fonte: Acervo Matias Seyboth.

O município de São Miguel do Iguazu perdeu um distrito administrativo, denominado Itacorá, o qual ficou totalmente submerso pelas águas do Rio Paraná. O mesmo tinha como principal base de sustentação econômica a agricultura, mas seu comércio era forte e diversificado. A população contava com farmácia, hospital, escolas, postos de combustíveis, rede de energia elétrica, agência bancária, destacamento da polícia militar, correio, cartório, escritório de contabilidade, hotéis, cinema, dentre outros serviços. As famílias que residiam em Itacorá, depois de indenizadas, buscaram outros lugares para se instalarem, algumas continuaram no próprio município de São Miguel do Iguazu, mas, a maioria delas, se

deslocou para outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Bahia, Minas Gerais e, muitas, para o país vizinho, Paraguai.<sup>8</sup>

Com efeito, a migração se constituiu na alternativa dos desapropriados de outros municípios, afetados pela formação do Lago de Itaipu. Com a indenização compulsória, as muitas famílias que haviam migrado entre as décadas de 1940 e 1950, na maioria do Rio Grande do Sul para a região, tiveram que dar início a um novo processo migratório.

A maior parte foi para a sede de seus municípios, outra parcela para outros Estados, como Mato Grosso e Rondônia e, ainda, outros para diferentes distritos, municípios e, em menor percentagem, para o país vizinho, Paraguai (ZAAR, 2000).

A construção da barragem exerceu intensa influência no desenvolvimento da região Oeste do Paraná, cujas transformações contribuíram, também, para o rearranjo espacial nas áreas atingidas pelo reservatório, em vista do desmembramento de alguns municípios, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Antes da formação do lago, a área era composta por oito municípios (Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra). Posteriormente, tendo em vista a melhor capacidade de alocar os recursos disponíveis, criaram-se melhores possibilidades de desenvolvimento econômico e social após a construção da Hidrelétrica de Itaipu, e novos municípios foram instituídos: Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes se desmembraram de Marechal Cândido Rondon. São José das Palmeiras se desmembrou de Santa Helena, Diamante D' Oeste de Matelândia e Itaipulândia de São Miguel do Iguaçu.

**Tabela 1 - População e Grau de Urbanização 1970 e 2010.**

Município	População 1970				População 2010			
	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (%)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (%)
Diamante D Oeste	-	-	-	-	5.027	2.561	2.466	51
Entre R. do Oeste	-	-	-	-	3.922	2.641	1.281	67

<sup>8</sup> *Dados Históricos de Itaipulândia*. Disponível em: <www.itaipulandia.pr.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2011.

Foz do Iguaçu	33.966	20.064	13.902	59	256.081	253.950	2.131	99
Guairá	32.875	11.261	21.614	34	30.660	28.176	2.493	92
Itaipulândia	-	-	-	-	9.027	4.742	4.285	52
Marechal C Rondon	43.776	7.166	36.610	16	46.799	39.134	7.665	83
Medianeira	31.142	7.289	23.853	23	41.830	37.403	4.427	89
Mercedes	-	-	-	-	5.046	2.439	2.607	48
Missal	-	-	-	-	10.474	5.420	5.054	51
Pato Bragado	-	-	-	-	4.823	2.991	1.832	62
Santa Helena	26.834	2.108	24.726	8	23.425	12.596	10.829	53
Santa T. de Itaipu	-	-	-	-	20.834	18.832	2.002	90
São J. das Palmeiras	-	-	-	-	3.831	2.412	1.419	63
São M. do Iguaçu	25.242	2.214	23.028	9	25.755	16.476	9.279	64
Terra Roxa	38.237	6.137	32.100	16	16.763	12.802	3.961	76

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico 1970 – 2010 (Org. Vânia Dirley Graff).

A emancipação política dos municípios colaborou para a configuração da nova região. As análises socioeconômicas de Marechal Cândido Rondon, na atualidade, representam realidades diferentes do período anterior ao desmembramento. Conforme dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marechal Cândido Rondon reduziu-se em mais de 22% na década de 1990, devido ao desmembramento dos territórios dos municípios de Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes.

O município de São Miguel do Iguaçu, conforme o IBGE, perdeu mais de 28% de sua população no período entre 1980 e 1991. As perdas se devem tanto pelos processos de desapropriação de Itaipu, como pelo desmembramento do município de Itaipulândia.

O município de Santa Helena, conforme censo do IBGE, reduziu sua população, no período entre 1980 e 1991, em 46%. “As causas da redução residem não somente no desmembramento de São José das Palmeiras (1985) – que possuía, em 1991, 5.598 habitantes –, mas também pela desapropriação das propriedades rurais e urbanas e o consequente deslocamento dos antigos moradores” (SOUZA, 2009, p.123).

A emancipação destes novos municípios buscava uma melhor capacidade de alocar os recursos disponíveis, *os royalties*, e obter melhores possibilidades de desenvolvimento econômico e social, mas principalmente, trata-se também da questão da emancipação política (SOUZA, 2009).

Conforme Ribeiro (2010, p. 292), “os processos emancipatórios no Brasil foram fomentados através da Constituição Federal de 1988 que versava sobre a descentralização política como possibilidade de ação mais democrática entre os entes federados”.

O objetivo era alcançar uma distribuição maior do poder político entre os Estados e municípios, como forma de garantir maior visibilidade do planejamento e da gestão pública, de modo que a população tivesse condições de exercer fiscalização sobre as práticas governamentais. Todavia, este fato acarretou uma fragmentação político-administrativa profunda do território nacional, através da multiplicação de municípios muito pequenos, sem

capacidade de sustentação econômica e política. Diante do processo de proliferação de municípios, a União tomou para si, novamente, essa atribuição, em 1996, por meio de Emenda Constitucional (RIBEIRO, 2010).

Ribeiro (2010) aponta que a instalação de novos municípios, justificada pelas melhorias à população, na prática, muitas vezes, não promoveu melhores condições econômicas ou sociais, muito menos a possibilidade de sua maior participação política. Em contraposição, a instalação de novos municípios intensificou a formação de desigualdades pela concentração de riquezas em determinados municípios. “O que se vê é que a maior parte dos novos municípios assume despesas relativamente elevadas com o novo aparato administrativo, tornando-se fortemente dependentes das transferências de impostos como o Fundo de Participação dos Municípios – (FMP)...” (RIBEIRO, 2010, p. 296).

Segundo Roemer (1998), Back (1998) e Ferreira (1994), apud Souza, (2009), estudos sobre a emancipação dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu demonstram que alguns distritos se sentiram negligenciados pelos municípios aos quais pertenciam e, assim, as comunidades se mobilizaram para atingir sua autonomia. A ideia central era que, com a emancipação, houvesse maior possibilidade de empregar os recursos arrecadados e se criassem novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social, embora, do ponto de vista do rearranjo territorial, trata-se, também, da questão da emancipação política.

Estas emancipações resultaram na formação de municípios jovens, cujo processo de desmembramento ocorreu na década de 1990. Este fator, a saber, implicou em uma população pequena, na carência de infraestrutura e serviços, e se traduz na necessidade do deslocamento dessa população para municípios próximos.

Embora, na atualidade, todos os municípios apresentem urbanização superior à 50%, com exceção do município de Mercedes (48,3%), a pouca expressividade populacional de alguns municípios remete à informação da possibilidade de menor dinâmica urbana e dependência para com municípios próximos, tendo em vista satisfazer possíveis necessidades de serviços urbanos.

No Brasil, os domicílios de habitantes rurais e urbanos são informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem por base de análise a posição do domicílio no município. Na análise de Araújo; Soares (2009, p.208) “esta classificação é problemática, uma vez que, em áreas que são consideradas urbanas, os sujeitos que nela vivem podem possuir práticas tipicamente ligadas ao modo de vida rural ou mesmo inversas”.

Reis (2006, p.8) afirma que “a legislação vigente data do Estado Novo (Decreto-Lei 311 1938), momento em que o Brasil era vastamente rural e considerava urbana toda sede de

município (cidade) e de distrito (vila), sem levar em conta suas características e estruturas funcionais”.

Este fato estabelece uma série de problemas relacionados à análise da configuração territorial brasileira. “De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de dois mil habitantes e 3.887 com menos de 10 mil, todas com estatuto legal de cidade, idêntico ao dos grandes núcleos metropolitanos de concentração populacional” (VEIGA apud REIS 2006, p. 8).

Estudos e dados do Paraná apontam, também, para esta situação, na qual muitos municípios com população inferior a cinco mil habitantes tiveram sua emancipação nas últimas décadas.

Conforme Cigolini (2001), com relação aos dados do Estado do Paraná, o número de habitantes e sua dinâmica não constitui explicação para as emancipações ocorridas no Estado, que estabeleceu, dentre outros requisitos, a sua Constituição, promulgada no ano de 1989, por meio da lei complementar 56/9, em fevereiro de 1991. Esta se constitui em um dispositivo “sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, estabelecendo que nenhum município seria criado sem a verificação da existência de população estimada superior a cinco mil habitantes” (CIGOLINI, 2001, p. 88). Cigolini ressalta, no entanto, que grande parte dos novos municípios foi criada burlando a legislação.

Nesse sentido, um distrito, ao se tornar município por meio de uma negociação mais direta, tem a possibilidade de eliminar intermediários com as instâncias que repassam recursos. Ou seja, “a criação de municípios não é um fim, mas um meio pelo qual são dadas aos interessados no processo novas possibilidades. Estas possibilidades estão associadas à criação de territórios que dão controle sobre os recursos econômicos e acesso a representatividade política” (CIGOLINI, 2001, p. 90).

O perímetro urbano “não representa a realidade de modo satisfatório, uma vez que os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento de sua demarcação” (REIS, 2006, p. 8).

Para Veiga (apud REIS, 2006, p. 9) “é necessário combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”. O mais comum, conforme o autor, é a combinação de critérios estruturais e funcionais, como a densidade demográfica e a existência de serviços indispensáveis à urbe.

Conforme Reis (2006), muitos municípios de pequeno tamanho, geralmente, possuem a sua economia mais fortemente apoiada na exploração e utilização de recursos naturais. Com isto, estão presentes várias características que são inerentes ao mundo rural e, apesar da

presença de setores secundários e terciários, as relações econômicas e demográficas proporcionam o uso do solo predominantemente não urbano.

Diante disto, muitos municípios pequenos poderiam ser classificados como vilas rurais, considerando suas características econômicas e funcionais. Para Graziano (2006, p.9) “não houve migração recente do campo para a cidade, mas sim ocorreu que a cidade invadiu o campo”.

Desta forma, a concepção do que é urbano e rural se alterou nos últimos anos, pois, se antes a população urbana e rural era definida por sua localização espacial, por edificações ou pela densidade demográfica, conforme Limonad (2008, p. 246), “a urbanização contemporânea extravasa o marco construído, deixa de estar limitada à cidade e conquista a escala territorial. Passa-se assim da etapa de urbanização da sociedade para a da urbanização do território”.

Os lugares não estão mais isolados, mas conectados a um sistema maior, hegemônico, estão ligados, verticalmente, aos ditames globais, ao que o capital externo necessita. De acordo com Silveira (2007, p. 02), “a reorganização do Estado e da economia, a modernização da economia e da sociedade e a diversificação e aprofundamento dos consumos revelam novas e complexas divisões territoriais do trabalho”.

No Paraná “as atividades do setor primário que em 1970 respondiam por mais de 40% da renda gerada no estado, progressivamente passaram a ser superadas pelas do setor secundário, que consolidaram sua participação, atingindo, no ano de 2000, metade dessa renda” (MOURA, 2004, p. 34).

As transformações demográficas, vivenciadas pelo meio rural e urbano, são resultados das redistribuições produtivas. “Ainda que a urbanização fosse um fenômeno esperado, por ser inerente aos avanços do modo de produção capitalista, nada ou muito pouco se fez, de modo geral, para que a população rural encontrasse condições para sua reprodução.” (IPARDES 2008).

Esta nova realidade de mudanças na economia, nas relações de trabalho e na estrutura agrária, resulta em processos de migração mais próximos, entre as fronteiras municipais e estaduais. Devido à consolidação da atividade agroindustrial, o Oeste paranaense passou a exercer uma dinâmica emigratória dentro da região e para outras regiões e Estados.

As mudanças “resultaram em intensos fluxos migratórios internos e externos às fronteiras estaduais. Embora se constate relativa desaceleração no processo de urbanização do Estado e se verifique que os fluxos migratórios de longa distância cedem lugar a movimentos de proximidade...” (MOURA, 2004, p. 35).

Entre 1970 a 1990, as emigrações interestaduais corresponderam, sobretudo, à expansão das novas fronteiras agrícolas, constituídas, principalmente, pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Entre 1986 a 1991, houve redução do fluxo de migração interestadual. (COLLA; et al, 2011).

Entre 1995 e 2000, o fluxo migratório interestadual continuou a declinar. Neste período, o Estado de Santa Catarina foi o principal destino, seguido por São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rondônia e Minas Gerais (COLLA; et al, 2011).

O crescimento populacional dos municípios do Paraná se configurou nas últimas décadas em espacialidades de concentração e esvaziamento. De um lado, criou aglomerações de municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado e contínuo e, por outro, gerou grande número de municípios que apresentam contínuo decréscimo populacional.

Conforme Moura (2004, p. 35):

entre os municípios, esse crescimento populacional se expressou na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, criou aglomerações que conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80). Noutra extremidade, um grande número de municípios vem apresentando contínuo decréscimo de população. Entre 1970 /1980, 169 municípios paranaenses perderam população; entre 1980/1991, esse número se elevou para 185; e entre 1991/2000 já eram 203 municípios perdendo moradores.

Neste sentido, Moura (2009, p. 22) ressalta que os pequenos municípios têm uma dinâmica bastante reduzida, “entre os 332 com menos de 25 mil habitantes em 2007, apenas 86 tiveram crescimento positivo nos períodos 1991-2000 e 2000-2007, e 38 perdiam população no primeiro e passaram a crescer no segundo”.

Este é o caso do município lindeiro de Diamante D’Oeste que, durante a década de 1990, diminuiu sua população em mais de 48%, retomando seu crescimento em pouco menos de 3% durante a década de 2000, conforme censo do IBGE.

Municípios com população superior a 25.000 habitantes, como Guaíra e Marechal Cândido Rondon, também perderam população neste período, em 4,5% e 17% respectivamente. Conforme o censo do IBGE, retomaram impulso no crescimento na década de 2000 em 6,53% e 12,38%.

Esta característica se dá devido à falta de atrativos em alguns municípios, os quais carecem de elementos que possam garantir melhores perspectivas para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores. Diante disso, estes preferem migrar para outros

lugares, na busca de novas oportunidades, de maneira que possam usufruir de melhores perspectivas de acesso ao trabalho, à educação, à cultura, dentre outros aspectos.

Moura (2009, p. 24) assim relata:

salvo pequenos municípios inseridos nas dinâmicas das aglomerações urbanas os demais não vêm manifestados sinais de que possuem atrativos a novos moradores ou de que contemplam as exigências dos vários segmentos da própria população residente, que migra em busca de oportunidades.

A situação apontada no Paraná, onde muitos municípios perderam população, também pode ser observada no município de São José das Palmeiras, o qual vem perdendo população progressivamente. Conforme dados dos censos demográficos do IBGE, desde a década de 1991, até 2010, o município diminuiu em mais de 40% sua população.

O município de Terra Roxa também se deparou com grande êxodo populacional e estagnou economicamente. “...Tendo sido a agricultura local duramente atingida pela modernização agrícola que a região vivenciava na época, Terra Roxa se vê empobrecendo e perdendo sua população em razão desse processo” (ALVES; SOUZA; WILLERS, 2010, p. 6).

Conforme a análise dos dados populacionais do município de Terra Roxa, contidas na tabela anterior, referente aos censos de 1970 e 2010, verifica-se um decréscimo populacional em mais de 43% neste período, fator que reflete grande estagnação populacional e econômica.

Contudo, cabe ressaltar que, nas últimas décadas, o município tem retomado seu crescimento econômico devido ao surgimento de um novo ramo de atividade industrial, de confecções de roupas infantis e bordados (ALVES; SOUZA; WILLERS, 2010).

À mercê da análise de dados sobre o crescimento populacional das cidades brasileiras, as pesquisas demonstram que o país manteve a dinâmica de concentração populacional nas aglomerações metropolitanas.

Pesquisadores do Observatório das Metrôpoles (2011), a partir dos dados do Censo de 2010, analisaram as áreas de concentração da população e concluíram que o país manteve sua dinâmica de concentração populacional nas aglomerações metropolitanas desconstruindo a hipótese de que as cidades médias estariam ocupando esta posição.

Neste sentido, a análise do censo demográfico de 2010, do IBGE, revela que, no município de Foz do Iguaçu, esta situação também se reflete. A população desta cidade manteve-se, praticamente, estável ao longo da década de 2010, reduzindo-se em menos 1%.

Segundo o Observatório das Metrôpoles, para o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, os dados divulgados pelo Censo 2010 mostram que o Estado do Paraná,

acompanhando tendências nacionais, tornou-se mais urbano, mais metropolitano, mais feminino e mais idoso. Além disso, houve redução das taxas de crescimento da população nos municípios paranaenses, devido, principalmente, ao declínio da taxa de fecundidade. Independente do decréscimo, as taxas médias de crescimento da população do Oeste do Paraná superam as do Estado, formando novas áreas de concentração, “seja a aglomeração Cascavel/Toledo, em que este município experimenta elevadas taxas de crescimento da população, seja a aglomeração de Foz do Iguaçu, na qual, mesmo que o núcleo tenha taxa negativa de crescimento, os municípios periféricos crescem expressivamente”<sup>9</sup>.

Ainda segundo o Observatório das Metrôpoles, a perda populacional de Foz do Iguaçu contraria o processo de elevado crescimento de décadas anteriores. A perda populacional pode estar sendo compensada pelo elevado crescimento de seus municípios vizinhos, “Itaipulândia que cresce a taxa de 2,82% a.a. - quarta maior taxa do Paraná – e Santa Terezinha de Itaipu (1,27% a.a.) ambos, ao que tudo indica, desempenhando a função de absorvedores do crescimento periférico do polo”.

Segundo o Ipardes (2008, p. 22):

Foz do Iguaçu e municípios limítrofes seguem um padrão comum na conformação dos aglomerados, com elevado crescimento da cidade principal, seguido, nos decênios seguintes, pelo crescimento ainda mais elevado de municípios periféricos – que funcionam como receptáculos de uma população de menor renda excluída da cidade principal pelo mercado de terras. Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu confirmam esse processo.

Conforme estudo de Colla et al (2011) sobre a dinâmica econômica e populacional da região Oeste do Paraná, entre o período de 1970, até 2009, os fluxos migratórios interestaduais reduziram-se ao longo do período. Esta redução pode ser explicada pelas migrações intra-estaduais e intra-regionais devido à redistribuição produtiva regional e pelo desenvolvimento de regiões dentro do Estado, capazes de atrair contingente populacional. Os destinos mais procurados dos migrantes da região Oeste foram a região metropolitana de Curitiba, por ser a mais dinâmica e industrializada do Estado. No entanto, outras regiões de atração foram as “Microrregiões do Sudoeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umuarama, Campos Gerais, Campo Mourão ou aquelas que além da MRH de Curitiba são economicamente mais dinâmicas do Estado, caso das microrregiões homogenias de Londrina, de Maringá” (RIPPEL, 2005 apud COLLA; et al, 2011, p.12).

---

<sup>9</sup> *Censo 2010: Paraná mais Urbano e Mais Idoso*. Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)>. Acesso em: 13 Jul. 2011a.

A partir de 1991, além de Foz do Iguaçu, que possuía o setor industrial mais forte, novos municípios constituíram-se como base industrial, fortalecendo a economia e reduzindo a tendência de emigração intensa. Dentre os municípios limieiros em que o setor industrial passou a se dispersar a partir de então, estão os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Terra Roxa, Itaipulândia, Guaíra, Medianeira e Entre Rios do Oeste (COLLA; et al, 2011).

Os vínculos existentes entre o adensamento demográfico e as dinâmicas resultantes das políticas econômicas, na atração de investimentos, são fatores que provocam movimentos populacionais. As mazelas poderiam ser minimizadas por políticas públicas regionais que incentivem a permanência da população nos municípios pequenos. O modelo de ocupação adotado, especialmente nas áreas metropolitanas, induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população. Conforme o Observatório das Metrôpoles:<sup>10</sup>

os efeitos concentradores e suas mazelas poderiam ser minimizados por políticas públicas regionais voltadas a incentivar a permanência da população nos pequenos municípios - sejam projetos de geração de emprego e renda, sejam transferências governamentais (...). No âmbito intraurbano, o modelo de ocupação adotado, especialmente nas áreas metropolitanas, induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em territórios com baixa qualidade de vida urbana. É necessária, pois a reversão desse modelo e da perversa lógica que desde sempre definiu o desenvolvimento urbano brasileiro, de forma a assegurar o direito à cidade para todos.

Diante desta perspectiva de constante perda populacional em municípios com número já reduzido de habitantes, faz-se importante incentivar a permanência da população nestes locais. A superação deste desafio somente se fará possível mediante políticas públicas regionais e ações que objetivem melhores condições para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores, diminuindo, desta forma, as mazelas dos efeitos concentradores nas grandes metrôpoles, e permitindo que a população participe mais ativamente dos recursos públicos disponíveis.

A capacidade de cada lugar em proporcionar os meios de produção e de consumo, bem como o acesso ao trabalho, à cultura, à saúde e à educação, são exemplos de necessidades fundamentais para viver no espaço urbano atual. “O urbano é o modo como a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e possibilidade” (CARLOS, 2008, p.183).

---

<sup>10</sup> *Censo 2010: Paraná mais Urbano e Mais Idoso*. Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)>. Acesso em: 13 jul. 2011b.

As especificidades e desafios de cada lugar são informações pertinentes a serem consideradas para um melhor planejamento urbano regional. A análise das bases econômicas demonstra realidades e dinâmicas urbanas distintas entre os municípios, conforme os indicadores sociais e os diversos meios de produção estabelecidos na região, a seguir discutidos.

### 2.2.1 Aspectos Econômicos

O valor dos bens e serviços produzidos em determinada região é representado por meio do Produto Interno Bruto (PIB). Ele representa a soma em valores monetários destes bens e serviços durante um período, sendo calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos, correspondendo às remunerações do trabalho, somado ao excedente bruto de exportações e aos impostos.

Ao analisar a região dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, em um conjunto, ela possui satisfatória representatividade econômica regional, fato que se justifica na análise da média regional do PIB per Capita<sup>11</sup>, cujo valor é inferior em apenas 1% na comparação média do PIB per Capita do Estado do Paraná.

O município de Foz do Iguaçu concentra 56% da população e 66% da renda regional, perfazendo um PIB per capita 16% maior do que o do Paraná e 17% maior do que o da região, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 – PIB e Pib per capita a Preços Correntes 2009 dos Municípios Lindeiros.**

Município	Pib a preços correntes (R\$1.000,00)	População	Pib per capita	PIB per capita do município	
				X PR	X Região Lindeira

<sup>11</sup> O PIB Per Capita representa a divisão do Total do PIB pela população residente.

Diamante do Oeste	43.356	5.129	8.453	<b>-52%</b>	-52%
Entre Rios do Oeste	64.456	4.113	15.671	<b>-12%</b>	-11%
Foz do Iguaçu	6.702.200	325.144	20.613	<b>+16%</b>	+17%
Guaíra	327.709	29.665	11.047	<b>-37%</b>	-37%
Itaipulândia	109.911	9.349	11.765	<b>-33%</b>	-33%
Marechal C. Rondon	890.871	47.049	18.935	<b>+6%</b>	+8%
Medianeira	637.894	39.855	16.005	<b>-10%</b>	-9%
Mercedes	76.282	4.902	15.561	<b>-12%</b>	-11%
Missal	124.092	10.759	11.533	<b>-35%</b>	-34%
Pato Bragado	54.276	4.947	10.971	<b>-38%</b>	-37%
Santa Helena	287.766	24.198	11.892	<b>-33%</b>	-32%
Santa Terezinha de Itaipu	254.993	20.539	12.415	<b>-30%</b>	-29%
São José das Palmeiras	33.570	3.942	8.516	<b>-52%</b>	-51%
São Miguel do Iguaçu	452.660	26.451	17.113	<b>-3%</b>	-2%
Terra Roxa	257.026	16.733	15.360	<b>-13%</b>	-12%
Total da Região Lindeira	10.060.293	572.775	17.564	<b>-1%</b>	0%
Paraná	189.991.954	10.686.312	17.779	<b>0%</b>	+1%

**Fonte:** IparDES – 2009 (org. Vânia Dirley Graff).

A análise individual de cada um dos municípios revela diferenças com relação ao PIB per capita, configurando diferentes representatividades econômicas com relação à média do Paraná. Muitos municípios influenciam, subtraindo representatividade na média do PIB per capita regional, quando incluídos nas médias com municípios de maior expressão, como Foz do Iguaçu (16%) e Marechal Cândido Rondon (6%).

Dessa maneira, observa-se percentagens negativas bastante altas em alguns municípios com relação à média do Paraná, como é o caso de Diamante D' Oeste (-52%) e São José das Palmeiras (-52%), fator este relacionado a uma menor dinâmica de atividades e menor inserção nos fluxos financeiros em comparação aos demais.

Sobretudo, a representatividade regional do PIB é devida à característica econômica de alguns municípios, cujos setores econômicos são altamente diversificados e representativos, como no caso do município de Foz do Iguaçu, que apresenta grande diversidade na prestação de serviços devido à sua posição estratégica frente à tríplice fronteira e à sua representatividade turística, congregando aspectos expressivos que identificam a dimensão de sua presença na globalização econômica.

Como exemplos desta expressividade, pode-se destacar alguns elementos de forte projeção econômica como a Usina Hidroelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu, elementos estes significativos e inseridos em um contexto econômico e turístico que se utiliza de grande aparato físico, de informação e de tecnologia.

Para Roseira (2006), Foz do Iguaçu é uma importante cidade rede na América do Sul, sendo o maior centro urbano da Tríplice Fronteira. A polarização regional é exercida pelo

conjunto de suas atividades turísticas e pelo fato de congregarem elementos que permitem integração territorial continental, pois se situa num dos principais núcleos logísticos do Mercosul, tendo o poder de concentrar e dispersar um conjunto de atividades legais ou ilegais.

Rede de hotelaria, grande presença de serviços financeiros bancários, a presença do Aeroporto Internacional Cataratas de Foz do Iguaçu e a presença da rodovia BR-277 que conecta algumas das principais cidades do Estado, são exemplos de elementos que justificam e fortalecem a economia local e remetem à sua capacidade de inserção nos fluxos e redes, estabelecendo relações com diversas partes do Brasil e do mundo.

Também merece destaque quanto ao PIB o município de Marechal Cândido Rondon, cujo valor é superior em (6%) à comparação à média do Paraná conforme análise de valores do PIB 2009. O município se destaca economicamente através de um forte segmento industrial do ramo alimentício através de suas agroindústrias, as quais industrializam 70% da matéria-prima gerada pelo setor agrícola, bem como oferecem grande número de empregos neste segmento. Ademais, o município se destaca fortemente no setor comercial e de serviços. Conforme Froehlich (2011, p.34):

nós sabemos que cerca de 70% da matéria prima gerada pelos produtores rurais do município atualmente são industrializados em Marechal Cândido Rondon. Proporcionalmente para um município com 47 mil habitantes, é provável que Marechal Cândido Rondon, tenha o maior parque agroindustrial do país. É uma transformação intensa dos produtos da agricultura e da pecuária.

No entanto, a pouca representatividade no número de habitantes e o PIB negativo em alguns municípios demonstram uma economia mais estagnada e menos diversificada. Embora o grau de urbanização em percentagem populacional seja maior que cinquenta por cento na maioria dos municípios, com exceção do município de Mercedes (48,3%), a análise das bases produtivas expressas no PIB revelam uma menor dinâmica urbana, configurando um grau de urbanização menos expressivo. Afora isso, ressalta-se que a análise do Valor Adicionado Bruto contribui para caracterizar os aspectos econômicos de cada município, conforme exposto no próximo item.

#### 2.2.1.1 Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Segundo o Ramo de Atividades

O Valor Adicionado representa o valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo<sup>12</sup>. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

O objetivo desta análise de dados é proporcionar melhor compreensão sobre a representatividade e importância dos ramos de atividades produtivas, identificando os destaques em cada município e as diferenças entre os mesmos. Para a maioria dos municípios, o maior valor de produção econômica está concentrado no ramo de serviços.

O município com maior representatividade de Valor Adicionado Agropecuário, na comparação entre os municípios, é Marechal Cândido Rondon. No entanto, este valor representa apenas 13% do valor total do município quando comparado aos outros ramos de atividades, indústria e serviços. Para este município e grande parte dos demais, é o ramo de serviços que se destaca.

Para o município de São José das Palmeiras, a maior concentração econômica está no ramo de atividade agropecuária, cujo valor adicionado agropecuário corresponde a 49,6%, representando em valor quase a metade de sua produção econômica. Outro município com relevante representação econômica, no ramo agropecuário, é Diamante do Oeste (43,7%), município, em que, pouco menos da metade da população ainda reside na área rural, conforme análise do censo do IBGE.

No caso do município de Foz do Iguaçu, a participação do segmento agropecuário representa apenas 0,31% do valor total de suas atividades, confirmando o alto grau de urbanização deste município (99,1%), conforme anteriormente apresentado. Para este município, os segmentos indústria e serviços apresentam valores significativamente maiores em relação aos demais municípios, configurando sua grande expressividade econômica, anteriormente analisada por meio do indicativo do PIB e confirmada pelo Valor Adicionado Bruto, conforme a Tabela 3.

**Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto 2010 a Preços Básicos e Segundo o Ramo de Atividades.**

Municípios	Ramo de Atividades (Valor R\$1.000)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total

<sup>12</sup> *Glossario por Tema: Economia.* Disponível em: <[www.portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T\\_Economia.htm](http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T_Economia.htm)> Acesso em: 05 mai. 2013.

Diamante D' Oeste	21.741	3.202	24.724	<b>49.667</b>
Entre Rios do Oeste	18.084	23.883	41.981	<b>83.948</b>
Foz do Iguaçu	19.613	3.902.713	2.317.454	<b>6.239.780</b>
Guaíra	66.939	68.248	243.812	<b>378.998</b>
Itaipulândia	25.563	35.041	62.267	<b>122.871</b>
Marechal Cândido Rondon	122.852	290.162	546.894	<b>959.909</b>
Medianeira	46.061	198.789	415.441	<b>660.292</b>
Mercedes	30.480	12.326	39.951	<b>82.758</b>
Missal	49.447	17.358	80.472	<b>147.278</b>
Pato Bragado	19.108	7.877	33.542	<b>60.526</b>
Santa Helena	88.381	47.793	193.920	<b>330.094</b>
Santa Terezinha de Itaipu	32.380	31.040	116.878	<b>180.298</b>
São José das Palmeiras	20.597	2.498	18.440	<b>41.535</b>
São Miguel do Iguaçu	100.353	74.059	303.125	<b>477.537</b>
Terra Roxa	99.263	34.537	163.113	<b>296.913</b>

Fonte: Iparides, 2010 (org.Vânia Dirley Graff).

A economia regional também pode ser caracterizada através da análise de seus principais setores econômicos. A diversificação dos ramos de atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços presentes em cada município permite traduzir informações relevantes quanto à dinâmica urbana dos municípios e de que forma os mesmos estabelecem suas diretrizes econômicas.

#### 2.2.1.1.1 Estabelecimentos industriais

A análise dos Estabelecimentos Industriais, conforme a Tabela 4, demonstra que os municípios com menor número de indústrias são Diamante D' Oeste e São José as Palmeiras, com, apenas, 7 e 4 indústrias, respectivamente, fator que justifica o menor número de empregos neste segmento de atividade.

Porém, existem municípios com forte projeção industrial, conforme destacado anteriormente, como o município de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, cujo número de indústrias corresponde a 315, 224 e 154, respectivamente.

Foz do Iguaçu dispõem de 1.844 empregos no segmento, Medianeira de 4.932 empregos e o município de Marechal Cândido Rondon de 3.639 empregos no segmento industrial.

**Tabela 4 – Estabelecimentos Industriais- 2010**

Municípios	Número de Indústrias/ Empregos (I/E)											
	Madeira e Imobiliário	Textil, Vestuário, Artefatos de Tecido e Calçados	Produtos Alimentícios, Bebida e Alcool Eti.	Indústria de Minerais	Metalúrgica e Mecânica	Materiais Elétricos e Comunicações	Materiais de Transporte	Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	Borracha, Fumo, Couros, Peles e Outros	Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários	Total de Indústrias (I) Total de Empregos (E)	
Diamante D' Oeste	1	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	I-7
	1	70	11	-	-	-	-	-	-	-	-	E-82
Entre Rios do Oeste	4	3	4	4	2	1	-	-	-	1	-	I-19
	16	96	11	46	3	2	-	-	-	2	-	E-176
Foz do Iguaçu	36	39	64	33	52	8	3	50	13	17	-	I- 315
	189	327	401	233	278	28	10	245	43	90	-	E-1.844
Guaira	14	10	13	4	10	-	4	6	6	1	-	I-68
	92	376	407	38	30	-	20	36	18	2	-	E-1.019
Itaipulândia	6	5	11	7	5	1	-	2	1	-	-	I-38
	33	110	551	87	25	11	-	5	2	-	-	E-824
Marechal C Rondon	19	25	42	13	77	4	11	17	9	7	-	I-224
	100	441	1723	127	328	328	162	137	256	37	-	E-3.639
Medianeira	36	13	29	18	30	5	3	8	6	6	-	I-154
	717	91	3263	439	211	25	52	36	20	78	-	E-4.932
Mercedes	2	2	6	2	3	-	1	-	-	-	-	I-16
	9	83	94	18	31	-	1	-	-	-	-	E-236
Missal	7	6	4	4	12	-	-	3	-	2	-	I-38
	39	36	111	42	54	-	-	10	-	28	-	E-320
Pato Bragado	4	10	5	4	7	-	-	1	-	-	-	I-31
	20	262	236	56	42	-	-	2	-	-	-	E-618
Santa Helena	7	24	18	12	7	-	2	4	1	1	-	I-76
	25	481	353	138	60	-	24	30	14	8	-	E-1.133
Santa T de Itaipu	10	4	7	5	10	1	1	5	1	5	-	I-49
	105	29	109	44	102	3	3	10	21	61	-	E-487
São J. das Palmeiras	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	-	I-4
	-	-	0	-	1	-	-	-	16	-	-	E-17
São Miguel do Iguaçu	21	8	15	14	21	-	2	5	2	-	-	I-88
	138	296	478	158	114	-	17	35	2	-	-	E-1.238
Terra Roxa	4	81	6	6	6	-	-	2	4	2	-	I-111
	3	1755	72	66	33	-	-	9	37	9	-	E-1.984

Fonte: Ipar-des-2010 (org. Vânia Dirley Graff).

O destaque industrial está concentrado no ramo de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etílico, cujo número de empregos corresponde a 401 em Foz do Iguaçu, 1.723 no Município de Marechal Cândido Rondon e a 3.263 em Medianeira. Na Figura 13, destaque para a Cooperativa Lar – Unidade Industrial de Rações, localizada em Medianeira e Santa Helena.



**Figura 13 - Lar- Unidade Industrial de Rações de Medianeira e Santa Helena.**

Fonte: LAR - Disponível em:

<<http://www.lar.ind.br/v3/unidade.php?industria=5&acao=visualiza>>.

Acesso em: 22 maio 2013.

Na Figura 14, Fecularia Agrícola Horizonte, em Marechal Cândido Rondon:



**Figura 14 - Agrícola Horizonte- Marechal Cândido Rondon**

Foto: Vânia Dirley Graff (2013).

Outros municípios também se destacam no ramo industrial de Produtos Alimentícios, embora menos expressivos que os anteriores. É o caso de Guaíra, São Miguel do Iguçu e Itaipulândia, cujo número de empregos corresponde a 407, 478 e 551, respectivamente.

Em Medianeira, também se destaca o setor industrial do ramo da Madeira e Imobiliário, o qual gera 717 empregos. Já no caso de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguçu, o segundo destaque industrial é ramo Têxtil, Vestuário e Artefatos de Tecido, que geram 441 e 327 empregos, respectivamente.

O município de Terra Roxa se diverge dos demais, se destacando no ramo Têxtil, de Vestuário e Artefatos de Tecido, possuindo 81 indústrias que geram ao todo 1.755 empregos neste setor.

Conforme exposto anteriormente, na análise dos censos de 1970 e 2010, o município de Terra Roxa sofreu neste período grande êxodo populacional e econômico. Contudo, a partir do final da década de 1990, a cidade retomou seu crescimento econômico pelo surgimento de um novo ramo de atividade da indústria têxtil para moda bebê. (ALVES; SOUZA; WILLERS, 2009).

Ainda, conforme os autores, foi a iniciativa de alguns empresários do setor de confecções que fez surgir, neste período, uma pequena concentração de empresas de confecções de roupas infantis bordadas e que vem crescendo progressivamente, alterando neste sentido, a realidade local e trazendo maior dinamismo ao município.

O novo arranjo produtivo de confecção têxtil de moda bebê de Terra Roxa “partiu da necessidade econômica pessoal de uma moradora local, a partir da constatação de um mercado promissor a ser explorado. Com essa constatação, a precursora da ideia especializou a mão-de-obra no bordado” (IPARDES, 2006, p.9).

Introduziu-se desta forma, uma nova atividade produtiva em Terra Roxa, que ganhando mercado contribuiu para a formação de uma nova divisão do trabalho. O crescimento do setor têxtil desencadeia, também, efeitos positivos para outros setores, como é o caso do setor do comércio atacadista, comércio varejista e de serviços.

Da mesma forma, Guaíra e Santa Helena possuem representatividade no ramo Têxtil, Vestuário e Artefatos de Tecido, com 10 e 24 indústrias, que geram, ao todo, 376 e 481 empregos, respectivamente.

O número elevado de indústrias em Foz do Iguçu contrasta com os demais municípios. Outro fator de destaque, anteriormente mencionado, é a grande representatividade do Valor Adicionado Bruto relacionado ao ramo de atividade industrial, cujo valor econômico é superior aos demais municípios.

Segundo o Iparides (2008), os municípios que apresentam maior desempenho econômico e especialização em atividades produtivas deixam evidentes os vínculos existentes entre as instituições de ensino superior e as de pesquisa e desenvolvimento.

Os municípios com maior desempenho econômico e especialização de atividades são, também, aqueles que apresentam maior presença de instituições superiores, como exemplo, o município de Foz do Iguaçu, que comporta, entre outras instituições, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

Em Marechal Cândido Rondon, dentre outras instituições de ensino superior, tem destaque a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e, no município de Medianeira, a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Marechal Cândido Rondon e Medianeira, apesar de estarem na segunda e terceira colocação quanto ao número de indústrias, geram mais empregos em comparação a Foz do Iguaçu, município onde se concentra a maior representatividade econômica industrial e onde está instalado o complexo da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Conforme o Iparides (2008), os atrativos do interior do Estado, desde o início do processo de industrialização, estão ligados, basicamente, à oferta de matérias-primas agropecuárias. As maiores indústrias do Oeste somam 11,23 % das indústrias do Estado. Estas, em 2005, foram responsáveis por 4,36% do Valor Adicionado Fiscal (VAF)<sup>13</sup> e por 10,30% do emprego industrial do Paraná. Destaca-se a desproporção entre as participações no VAF e no número de empregos, denotando que o trabalhador da indústria do Oeste do Estado tem produtividade duas vezes menor que a produtividade média do Estado. “Isso pode decorrer do nível tecnológico, do tipo de atividade industrial ou da conjugação desses fatores, que ainda são influenciados pelo porte dos estabelecimentos” (IPARDES, 2008, p. 38).

Os segmentos industriais do Oeste são relativamente representativos para o Estado, mas com baixa participação no VAF total da indústria estadual. Por outro lado, são importantes no número de empresas e empregos gerados.

Segundo o Iparides (2008), entre 1985 e 2005, a participação regional do Oeste do Paraná no número de empregos industriais formais do Estado se elevou de 5,88% para 10,23%. O que precisa ser investigado é a produtividade desses empregos, pois na riqueza

---

<sup>13</sup> Valor Adicionado Fiscal (VAF) é um indicador econômico utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos municípios. *Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal*. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/declaracoes\\_demonstrativos/vaf/](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/declaracoes_demonstrativos/vaf/)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

gerada (VAF) a participação da indústria regional se mantém ao redor dos 4% do total estadual. Em tais circunstâncias, os salários tendem a ser baixos e a taxa de lucro pode ser insuficiente para financiar modernizações e ampliações da capacidade produtiva.

A pesquisa do Iparde (2008) revelou que a região Oeste tem uma matriz industrial mais especializada e tradicional, focada em poucas atividades e menos intensiva em capital. A produtividade do trabalho das empresas são mais baixas que as empresas das mesmas atividades, localizadas, particularmente, em outras regiões do Paraná, sendo que a média da remuneração da força de trabalho está abaixo da média do Estado.

As indústrias instaladas, trazem inúmeras possibilidades de investimentos públicos, maiores necessidades de infraestrutura e preocupações com o transporte, fluxo de informações, iluminação pública, bem como abrem a possibilidade de maior número de empregos em segmentos de atividades industriais específicas.

Dessa forma, dada a forte presença industrial, articulam-se forças locais para expandir o comércio industrial por meio dos fluxos da informação e da circulação, promovendo a participação ativa e competitiva na economia.

Segundo Paterno (2012) as regiões do Paraná têm reivindicado, junto ao Governo do Estado, uma séria e eficiente política de descentralização de investimentos industriais. Esta ação se deve ao fato de que 350 municípios do Estado, juntos, respondem por apenas 4% do ICMS industrial. O secretário de Indústria Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, relata que esta situação é consequência de inexistência de planejamento a longo prazo que garanta o crescimento hegemônico de todo o território, formado por 399 municípios. Ele afirma, ainda, que isto proporcionaria maior equilíbrio na geração e distribuição de riquezas, sendo que quase a totalidade do ICMS paranaense está na região metropolitana de Curitiba, que responde por mais de 70% do PIB estadual.

Ainda conforme Barros, a intenção é criar um programa de incentivos, procurando gerar compensações às regiões distantes do Porto de Paranaguá e da capital e, também, criar uma política para compensar a falta de obras estruturais e de logística e, por fim, para amortizar os efeitos do pedágio sobre o produto final.

Neste sentido, Paterno (2012) relata o posicionamento do presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), Khaled Nakka, o qual enfatiza que a descentralização de investimentos é uma urgência para o Estado e isso vai muito além do que qualquer projeto de um único governo. Para ele, a política diferenciada de tributos não pode ocorrer sozinha.

De acordo com esta afirmação, também se posiciona o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná (Induscom/Oeste), José Fernando Dillenburger, para quem o caminho está em associar essa política de compensação a pesados investimentos em infraestrutura e logística, muitas das políticas são reivindicadas há 20 anos, como no caso de um novo Aeroporto Regional para o Oeste do Paraná, das extensões da Ferroeste, dentre outras.

“O consenso dos Líderes do Interior é que a descentralização de investimentos fará bem inclusive a Região Metropolitana de Curitiba, que receberá a redução dos seus índices de violência e criminalidade e também na formação de bolsões de pobreza” (PATERNO, 2012, p.B7).

Outra análise relacionada aos setores econômicos são os estabelecimentos prestadores de serviços e os diversos ramos de atividades existentes, cuja análise contribui à reflexão dos diferentes aspectos e dinâmicas urbanas existentes entre os municípios.

#### 2.2.1.1.2 Estabelecimentos Prestadores de Serviços

A análise dos estabelecimentos Prestadores de Serviços, conforme Tabela 5, demonstra maior destaque no número de prestadores de serviços e empregos no município de Foz do Iguaçu, o qual concentra 2.231 estabelecimentos que geram 29.984 empregos.

Dentre estes empregos no ramo de prestação de serviços gerados em Foz do Iguaçu, a maior concentração está nos serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão, correspondendo a 9.396 empregos somente neste setor. Posteriormente, destacam-se os Serviços de Administração Pública, com 6.808 empregos, e o setor de Transporte e Comunicação, com 4.283 empregos, além de possuir representatividade em outros ramos de serviços. Estes dados traduzem a realidade de Foz do Iguaçu, marcada por uma forte dinâmica urbana e intensa movimentação de veículos e pessoas, resultado da grande concentração urbana, das atividades turísticas, bem como de sua posição estratégica em relação à tríplice fronteira, o que faz com que serviços como transporte, alimentação, alojamento, serviços públicos, dentre outros, tornem-se extremamente necessários e fortalecidos.

**Tabela 5 - Estabelecimentos Prestadores de Serviços-2010**

Municípios	Número de Estabelecimentos Prestadores de Serviços e Empregos (P/E)									
	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Instit. de Crédito, Seguro e Capital.	Administradora de Imóveis, Valores Imob. Ser.Técnicos e Econômicos	Alojamento, Alimentação, Rep.Manut. Radio.Telev.	Médicos, Odontológicos e Veterinários	Ensino	Administração Pública Direta e Indireta	Transporte e Comunicação	Total Prestadores Serviços e Empregos
Diamante D' Oeste	3	2	1	2	3	2	1	3	2	P-19
	2	-	6	4	2	1	1	234	2	E-252
Entre Rios do Oeste	-	11	-	4	14	6	1	2	10	P-48
	-	56	-	14	56	36	21	127	17	E-327
Foz do Iguaçu	6	246	60	600	892	297	120	10	448	P-2.231
	1.705	2.273	631	3.086	9.396	2.448	3.637	6.808	4.283	E-29.984
Guaira	-	14	8	25	80	24	12	3	49	P-215
	-	64	58	79	437	72	246	761	191	E-1.908
Itaipulândia	1	27	2	10	23	5	1	2	14	P-85
	3	60	14	29	36	6	4	207	44	E-403
Marechal C Rondon	42	117	16	103	148	73	21	2	132	P-654
	47	1.985	156	541	908	469	583	960	637	E-6.286
Medianeira	2	119	17	94	124	58	24	4	124	P-566
	59	390	186	605	1.053	323	462	964	472	E-4.514
Mercedes	1	5	2	3	8	3	1	2	7	P-32
	2	27	13	5	13	4	3	221	17	E-318
Missal	-	25	3	10	25	7	6	2	24	P-102
	-	26	24	34	51	26	28	402	77	E-668
Pato Bragado	1	3	1	9	24	6	3	2	11	P-60
	13	5	8	28	56	15	7	247	48	E-427
Santa Helena	1	77	5	27	50	27	7	2	39	P-235
	11	180	46	119	133	72	81	574	77	E-1.293
Santa T de Itaipu	4	39	3	20	36	10	7	2	26	P-147
	132	176	27	54	209	54	70	670	98	E-1.490
São J. das Palmeiras	-	1	1	-	5	3	-	2	2	P-14
	-	1	2	-	5	8	-	165	6	E-187
São Miguel do Iguaçu	-	78	7	38	59	18	9	2	38	P-249
	-	392	46	137	231	34	142	820	128	E-1.930
Terra Roxa	1	5	8	11	34	11	4	3	12	P-89
	15	85	38	22	112	24	19	506	48	E-869

Fonte: Iparades, 2010 (org. Vânia Dirley Graff).

Para o município de Marechal Cândido Rondon, o destaque no número de empregos de prestadores de serviços está no ramo da Construção Civil, cujo número de estabelecimentos é de 117 empresas que geram 1.985 empregos no setor. O aumento destes números, conforme informações da Secretaria de Planejamento e Engenharia do Município de Marechal Cândido Rondon<sup>14</sup>, justifica-se pelas políticas do Governo Federal de financiamento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida. Conforme dados fornecidos, em 2010 foram expedidos 826 alvarás de construção, o aumento percentual foi de aproximadamente 28,8% em relação a 2009, cujo número era de 588 alvarás. O número de alvarás de habite-se em 2010, foi de 497, o crescimento foi maior que 32% em relação a 2009, quando foram expedidos 337 alvarás.

Em Marechal Cândido Rondon, o setor de Administração Pública e de serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão destacam-se com 960 e 908 empregos, respectivamente.

O município de Medianeira tem seu maior número de empregos no ramo de prestação de serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão, com 1.053 empregos neste setor.

Com relação aos demais municípios, todos possuem sua maior representatividade de empregos na Prestação de Serviços, relacionados à Administração Pública.

Outra análise que permite a reflexão sobre os aspectos econômicos e a dinâmica urbana dos municípios são os estabelecimentos comerciais, os quais serão estudados na sequência.

#### 2.2.1.1.3 Estabelecimentos Comerciais

A análise dos estabelecimentos comerciais, conforme a Tabela 6, revela que o município com maior número de estabelecimentos e empregos deste setor é Foz do Iguaçu, que concentra 2.814 empresas comerciais e gera 14.718 empregos.

Alguns municípios apresentam números bem menos expressivos de estabelecimentos comerciais, do que os primeiros acima elencados, correspondendo a um comércio de variação menor, estabelecendo dependência para com outros municípios para suprir necessidades comerciais não disponíveis nestes municípios, sendo este o caso dos municípios de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes.

---

<sup>14</sup>Dados do Departamento de Urbanismo da prefeitura de Marechal Cândido Rondon. Fonte: E-mail: jairsorge@gmail.com, recebido em 30 de março de 2012 e 03 de abril de 2012 [mensagem pessoal].

**Tabela 6 - Estabelecimentos Comerciais 2010**

Municípios	Número de Estabelecimentos Comerciais e Empregos no Setor			
	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Total de Estabelec. Comerciais	Total de Empregos
Diamante D' Oeste	30	1	31	
	111	11		122
Entre Rios do Oeste	47	4	51	
	140	46		186
Foz do Iguaçu	2.578	236	2.814	
	13.465	1.253		14.718
Guaíra	315	73	388	
	1.273	127		1.400
Itaipulândia	88	2	90	
	259	12		271
Marechal Cândido Rondon	701	53	754	
	3.055	708		3.763
Medianeira	551	40	591	
	2.927	187		3.114
Mercedes	48	3	51	
	190	16		206
Missal	132	5	137	
	414	23		447
Pato Bragado	85	6	91	
	257	125		382
Santa Helena	209	18	227	
	794	73		867
Santa Terezinha de Itaipu	39	14	53	
	176	139		413
São José das Palmeiras	31	1	32	
	73	8		81
São Miguel do Iguaçu	249	16	265	
	914	172		1.086
Terra Roxa	151	15	166	
	556	130		686

**Fonte:** IparDES 2010 (org. Vânia Dirley Graff).

O município de Foz do Iguaçu se destaca mais uma vez, tendo em vista suas peculiaridades anteriormente elencadas como polo turístico e divisa com o municípios de Ciudad del Leste, no Paraguai, e Puerto Iguaçu, na Argentina, municípios estes com grande potencial comercial. O intenso fluxo de comércio nesta região faz com que Foz do Iguaçu seja rota de comércio para consumidores e turistas vindos de diversas regiões do Brasil e, até mesmo, do mundo, que procuram nestes países, além de atrativos turísticos, produtos diferenciados e menor custo.

Na Figura 15, destaca-se uma vista parcial da paisagem urbana do centro comercial de Foz do Iguaçu:



**Figura 15 - Centro comercial de Foz do Iguaçu**

Foto: Vânia Dirley Graff (2013).

Os municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira também se destacam no número de empresas e empregos, embora em menor quantidade do que Foz do Iguaçu. Marechal Cândido Rondon possui 754 empresas e 3.763 empregos neste setor. O município de Medianeira possui 591 empresas e 3.114 empregos neste setor.

Na Figura 16, vista parcial do centro comercial de Marechal Cândido Rondon:



**Figura 16 – Centro Comercial de Marechal Cândido Rondon.**

Foto: Vânia Dirley Graff (2013)

Na Figura 17, destaca-se, também, a vista parcial da paisagem urbana do centro comercial de medianeira:



**Figura 17 - Centro comercial de Medianeira.**

Fonte: Conheça Medianeira. Disponível em:

<<http://www.sub100.com.br/empresas/imob/espaco3/conheca-medianeira.php>>.

Acesso em: 27 maio 2013.

Em terceiro lugar em quantidade de empregos no setor de estabelecimentos comerciais, aparecem os municípios de Guaíra e São Miguel do Iguaçu, que geram, ao todo, 1.400 e 1.086 empregos, respectivamente.

Na Figura 18, vista parcial da paisagem urbana do centro comercial da cidade de Guaíra:



**Figura 18 - Centro comercial de Guaíra**

Foto: Vânia Dirley Graff. (2013)

Os municípios com menor número de empresas comerciais e empregos são São José das Palmeiras e Diamante D' Oeste, com 32 e 31 empresas, respectivamente, 81 e 122 empregos no setor comercial, respectivamente, configurando grande dependência para com

outros municípios. Na Figura 19, destaca-se a vista parcial da paisagem urbana do centro comercial de São José das Palmeiras:



**Figura 19 - Centro comercial de São José das Palmeiras.**

Fonte: Portal São José das Palmeiras.

Disponível em: <saososedaspalmeiras.blogspot.com>.

Acesso em: 27 maio 2013.

Para melhor compreender a realidade econômica, a política de investimentos dos municípios, as prioridades e incentivos aos diversos setores econômicos e as secretarias municipais relacionadas à indústria, ao comércio e ao turismo, também colaboram com informações neste sentido.

#### 2.2.1.2 Políticas de Incentivo ao Crescimento Socioeconômico e Investimentos Públicos

Com o intuito de investigar e analisar questões relacionadas às políticas de investimento público e estímulo ao crescimento socioeconômico dos municípios, foram realizadas entrevistas com diversas secretarias municipais da região.

Objetivando compreender como se processam os incentivos, ações e investimentos em obras e ações que promovam ou deem suporte às atividades econômicas na região, foram entrevistadas diversas secretarias municipais relacionadas à atividade industrial e comercial. Os informantes da pesquisa estão identificados por numeração e municípios aos quais pertencem, e conforme quadro próprio apresentado na introdução deste trabalho.

Dentre as principais atribuições das secretarias relacionadas à Indústria e ao Comércio, os entrevistados elencaram diversas atividades. Selecionou-se como exemplo das atividades o município de Guaíra, as quais foram relatadas pelo Informante 11 (Guaíra):

cabe à secretaria de Indústria e Comércio a execução da política do desenvolvimento econômico, industrial, comercial e de serviços, articulando-se com os setores produtivos e atraindo e incentivando investimentos, executando ações elaboradas pela comissão municipal de Fomento, divulgando o potencial socioeconômico de Guaíra e seus produtos característicos, como por exemplo o artesanato em cerâmica, visando não somente a geração de empregos e renda, mas principalmente a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do nosso município.

Questionados quanto à forma como o município apoia as empresas ou estimula iniciativas para novos investimentos industriais ou comerciais, todos os Informantes consultados, declararam que estimulam seus segmentos econômicos, apoiando iniciativas de investimentos. Este apoio fundamenta-se, principalmente, em ações ligadas ao planejamento urbano, investimentos em infraestrutura urbana, concessão de terrenos, barracão, incentivo tributário, fornecimento de maquinário e aprimoramento profissional, sendo, estas informações, compartilhadas pelos informantes 9 (Mercedes), 10 (Santa Helena), 11 (Guaíra). Este último informante declarou que o município de Guaíra procura, na medida do possível, e dentro da realidade dos recursos, “incentivar as empresas, conforme sua real necessidade, disponibilizando incentivos na ordem tributária, imobiliária, de infraestrutura, aperfeiçoamento profissional, dentre outras”.

O município de Foz do Iguaçu destacou que estimula iniciativas para novos investimentos industriais ou comerciais através de incentivos em obras de grande projeção em infraestrutura urbana, capazes de atrair novos investimentos, como o Projeto Beira Foz<sup>15</sup>, reformas na Ponte da Amizade, dentre outras obras. O Informante 8 (Foz do Iguaçu) explanou que, na área industrial, está sendo aplicada a lei número 3701/2012, que criou o Programa de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu (PRODEFI). Os objetivos do programa são liberar benefícios fiscais para empresas que querem se instalar no Distrito Industrial e criar novas frentes de trabalho e renda. O Informante destacou, ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (CODEFOZ), o qual catalisa ideias e mobiliza ações socioeconômicas. Os parâmetros das decisões do conselho têm dado direcionamento para as ações da esfera pública e privada. Neste sentido, o Informante destacou alguns objetivos:

a revitalização da Avenida das Cataratas, Aeroporto Internacional, iluminação da Ponte da Amizade (lado brasileiro), a construção e execução do projeto Beira Foz, discussões sobre o Plano Diretor de Foz do Iguaçu, a realização do Fórum Foz 2030 e a construção do Censo Econômico. A Casa do Empreendedor também é uma

---

<sup>15</sup> O Projeto Beira Foz, de Foz do Iguaçu, será explanado no capítulo seguinte.

ferramenta de construção de empreendedores individuais para dar o suporte no comércio regional.

Quanto aos principais ramos de atividades industriais e comerciais que se destacam nos municípios, estes relacionaram diferentes atividades em expansão, nas áreas de confecções, hotelaria, agroindústria, construção, metalurgia, agropecuária e o comércio em geral. Neste sentido, o Informante 9 (Mercedes) acrescentou além da área de confecções, os setores de “construção, laticínios, amidos, além da agropecuária, agricultura, avicultura, entre outras”. O Informante 10 (Santa Helena) apontou os ramos de “confecções, metalurgia, agroindústrias e comércio”.

Afora isso, chama-se atenção para o aspecto diferencial apontado no caso de Guaíra, que é o ramo da indústria naval. Além de o município se destacar na indústria de confecção e no setor de hotelaria, o Informante 11 (Guaíra) acredita, também, no setor de indústria naval, confecção de barcos, lanchas e chatas<sup>16</sup> e destacou a influência histórica que vem da época da Cia. Mate Laranjeiras.

Município com expressiva representatividade econômica, conforme análise anterior, Foz do Iguaçu não possui dados pontuais quanto às suas principais atividades e, está elaborando o Censo Econômico de Foz do Iguaçu, almejando, até o final do, ano obter maiores informações neste sentido. O Informante 8 (Foz do Iguaçu) relatou, ainda, que:

a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio está apoiando o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (CODEFOZ) na construção do Censo Econômico de Foz do Iguaçu. Esses dados trarão informações nítidas da saúde econômica do município, além de pontuar todas as influências e mecanismos que impulsionam a economia local. O Censo Econômico de Foz do Iguaçu será publicado no final do ano de 2013.

Com relação aos principais investimentos públicos relacionadas às obras ou aos serviços urbanos que dão suporte aos interesses e necessidades dos empresários da região, todos os municípios investigados apresentam grande preocupação com relação às melhorias nos serviços urbanos e à infraestrutura de forma a propiciar bom desempenho e incentivo aos setores industriais e comerciais.

---

<sup>16</sup> Chatas são barcos de serviço, utilizados em águas tranquilas por ter pouca navegabilidade, podendo, ou não, ser motorizados. *Descrição dos Tipos de Embarcações*. Disponível em: <<http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/descricao/>>. Acesso em: 19 de Jun. de 2012.

Neste sentido, dentre outras preocupações o Informante 10 (Santa Helena) destacou a coleta de lixo seletivo e a conservação das estradas. O Informante 11 (Guaíra) relacionou a pavimentação asfáltica e iluminação pública. O Informante 9 (Mercedes) destacou que são todos os investimentos públicos que dão suporte aos interesses e necessidades dos empresários da região.

Para dar suporte aos interesses e necessidades dos empresários da região, o Informante 8 (Foz do Iguaçu) relatou inúmeros projetos voltados a incrementar e melhorar sua infraestrutura urbana. As inovações correspondem a projetos de habitação, saneamento, melhorias na ponte, no aeroporto, construção de uma segunda ponte, o projeto Beira Foz, o qual compreenderá a revitalização da região da Ponte da Amizade e da costa da Avenida Beira Rio, com investimentos na segurança, no turismo, no lazer e na gastronomia, dentre outras obras e incentivos a seguir destacadas pelo informante 8 (Foz do Iguaçu):

\*Habitação – Os projetos habitacionais vão ganhar um novo impulso nessa administração com parcerias entre o município, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Cohapar e empresários interessados em construir conjuntos habitacionais. O Fozhabita seguirá realizando a relocação das famílias, mas essas parcerias vão ampliar a eficiência de construção de novas residências que poderão ser incluídos no programa “Minha Casa Minha Vida”.\*Projeto Beira Foz – Uma revitalização na região da Ponte da Amizade e na costa da Avenida Beira Rio. Fazendo a cidade se voltar de frente para o Rio Paraná, com investimentos na segurança, turismo, lazer e gastronomia.\*Aeroporto Internacional de Foz – A área do entorno do aeroporto será desapropriada para que a pista tenha uma ampliação que permita novos voos. Nesse sentido, o Fundo Iguaçu já apresentou à Infraero um Plano Diretor, que prevê melhorias até 2039 e previsão de aumento de passageiros para 19 milhões de pessoas ao ano.\*Obras de saneamento – A prefeitura projeta que a cobertura com os serviços de esgoto na cidade chegue em torno de 90%, nos próximos três anos. Atualmente, 67% da população de Foz conta com acesso ao sistema de coleta e tratamento de esgoto. \*Centenário – Desde janeiro o novo governo discute o centenário de Foz do Iguaçu. Serão 100 anos de emancipação política e administrativa comemorados no dia 10 de junho de 2014. Os preparativos para essa festa começaram a ser discutidos por um comitê executivo.\*X Games – Um dos maiores eventos de esportes radicais do mundo está para começar em Foz do Iguaçu. Este é o primeiro de grandes eventos que acontecem no Brasil, e que vão alavancar ainda mais o setor turístico e levar o nome da cidade para o mundo inteiro. \*A construção da segunda ponte. [grifo do autor]

Questionados sobre os estabelecimentos industriais e comerciais presentes, e se estes têm sido suficientes para atender a demanda por empregos no município ou região as opiniões foram divergentes entre os entrevistados, alguns consideram como suficiente o número de

empregos para atender a demanda e outros apontam que a oferta de empregos não atende a demanda por empregos. Dentre os que declararam que atende a demanda estão os Informantes 9 e 11. O Informante 9 (Mercedes) relatou que os estabelecimentos industriais e comerciais presentes, “tem sido suficientes para atender a demanda, inclusive sobra vagas na região, com a abertura de um frigorífico”. O Informante 11 (Guaíra) ressaltou “as empresas do município tem falta de mão de obra devido a vários aspectos”.

No entanto outros municípios declararam que os estabelecimentos industriais e comerciais presentes nos municípios e região não tem sido suficientes para atender a demanda por empregos, é o caso do Informante 10 (Santa Helena) e do Informantes de 8 (Foz do Iguaçu) o qual mencionou que “os estabelecimentos comerciais, na região de Foz do Iguaçu, não são suficientes para atender a demanda flutuante de emprego, com o emprego informal proveniente da região do Paraguai”.

O Informante 8 (Foz do Iguaçu) apontou as principais atuações da secretaria, as quais objetivam ações para minimizar o desemprego. Destacou que a secretaria auxilia a manter a estrutura da Agência do Trabalhador em parceria com o governo estadual, coordena e mantém um centro de qualificação profissional, promove cursos aos trabalhadores informais, cooperativas, associações de produtores e demais iniciativas de economia solidária, oferecendo-lhes apoio ao crédito através do Banco Social. O Informante 8 (Foz do Iguaçu) informou também, que faz avaliação de políticas públicas de emprego, renda, salário, qualificação profissional, seguro desemprego, desenvolvimento profissional para a inserção ou reinserção ao mercado de trabalho, bem como outras atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Emprego (SNE), através de coordenação e discussão, em parceria com outras secretarias.

Adiante, serão analisadas informações referentes às percentagens das taxas de desemprego de cada município, de forma a possibilitar maiores informações neste sentido.

Questionados sobre a existência de articulações conjuntas entre as secretarias de Indústria e Comércio dos municípios da região lindeira ao lago de Itaipu, que objective integração e planejamento conjunto, as opiniões também divergem neste sentido. Cada Informante possui uma percepção diferenciada com relação à existência de ações e planejamentos conjuntos. Neste sentido o Informante 10 (Santa Helena) destacou entidades representativas como a Caciopar, Adetur e o Conselho dos Municípios Lindeiros<sup>17</sup>. O Informante 9 (Mercedes) destacou a Câmara Técnica de Indústria e Comércio dos Municípios

---

<sup>17</sup> Estas entidades e suas ações serão esclarecidas no decorrer do trabalho.

Lindeiros, mas ressaltou também que a mesma está desativada, O Informante 11 (Guaíra) não tem conhecimento de ações neste sentido.

O Informante 8 (Foz do Iguaçu) mencionou que Foz do Iguaçu é uma cidade que comporta de maneira magnífica a “indústria do turismo”. Enfatizou, ainda, que o município tem como característica marcante a informalidade e o comércio. Informou, também, que o CODEFOZ e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio estão investindo em profissionais capacitados para edificar dados que comprovem as teorias econômicas. A primeira grande ação foi a formatação do Censo Econômico. Ainda se tratando do Informante 8, o mesmo notificou que “esse diagnóstico vai evidenciar a dinâmica econômica regional, como as cadeias produtivas propulsivas da região de Foz do Iguaçu e as perspectivas da economia municipal. O conselho vai articular ações conjuntas entre vários municípios da região de Foz”.

Questionados sobre a fonte de recursos que o município utiliza para realização de suas obras públicas urbanas que dão suporte às necessidades e contribuem para o desenvolvimento dos setores econômicos do município, conforme as informações relatadas, os municípios utilizam-se tanto de recursos próprios, como da esfera estadual e federal, empréstimos e financiamentos, conforme se depreende da fala de três Informantes, a saber, os Informantes 9 (Mercedes) e 10 (Santa Helena), segundo os quais são empregados recursos próprios e verbas federais e estaduais sendo que o Informante 11 (Guaíra) acrescentou os recursos de empréstimos e financiamentos.

O Informante 8 (Foz do Iguaçu) relatou que “a fonte principal de recursos são oriundos de aportes federais e estaduais, como a Construção da Trincheira Vila A que dará o suporte no tráfego que está sendo custeada pelo governo estadual”.

Indagados sobre se a secretaria possui dados socioeconômicos disponíveis sobre a realidade local, os Informantes avaliaram e verifica-se uma carência nas secretarias quanto a um histórico de informações socioeconômicas que apontem informações precisas sobre a realidade dos municípios. Os Informantes 10 (Santa Helena) e 11 (Guaíra) declararam que não possuem dados socioeconômicos disponíveis. O Informante 9 (Mercedes) declarou que utiliza de dados socioeconômicos “somente em sites específicos (IBGE)”.

O Informante 8 (Foz do Iguaçu) apontou que a secretaria não possui dados socioeconômicos atuais disponíveis e, até o momento, não houve ações neste sentido. O Informante mencionou, ainda, que a mesma está providenciando estes dados. O CODEFOZ está contratando um pesquisador para auxiliar na composição de dados que interferem na questão econômica da cidade.

No Quadro 2, encontra-se a síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas às secretarias de Indústria e Comércio.

**Quadro 2 - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas às secretarias de Indústria e Comércio**

<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaira)	<p>Questão 1) Em sua política a secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico e Indústria e Comércio tem como objetivo estimular o crescimento e progresso do município, liderando ações que visam dar sustentabilidade à área Industrial e Comercial. Neste sentido, quais são as principais ações da Secretaria?</p> <p>Questão 2) De que forma a secretaria apoia as empresas ou estimula iniciativas para novos investimentos industriais ou comerciais no município?</p>
<b>Principais Apontamentos:</b>	
a) Todos os municípios entrevistados estimulam seus segmentos econômicos, apoiando iniciativas de investimentos. Este apoio fundamenta-se, principalmente, em ações ligadas ao planejamento urbano, investimentos em infraestrutura urbana, concessão de terreno, barracão, incentivo tributário e aprimoramento profissional.	
<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaira)	<p>Questão 3) Quais os principais ramos de atividades industriais e comerciais que se destacam no município?</p>
<b>Principais Apontamentos:</b>	
b) Dentre as principais atividades em expansão, os entrevistados relacionaram áreas como a de confecções, hotelaria, construção, metalurgia, agropecuária, agroindústria e o comércio em geral.	
c) Município com grande projeção econômica, Foz do Iguaçu está elaborando “O Censo Econômico de Foz do Iguaçu” almejando obter informações precisas neste sentido.	
c) Dentre as inovações em ramos de atividades, o município de Guaira destacou o ramo da indústria naval.	
<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaira)	<p>Questão 4) Quais os principais investimentos públicos relacionadas a obras ou serviços urbanos que dão suporte aos interesses e necessidades dos empresários da região?</p>
<b>Principais Apontamentos:</b>	
d) Os municípios trabalham em prol de melhorias nos serviços urbanos, e na infraestrutura urbana para propiciar melhor desempenho e incentivo aos setores industriais e comerciais.	
e) O município de Foz do Iguaçu possui inúmeros projetos e ações voltados a incrementar sua infraestrutura urbana. As propostas correspondem a projetos de habitação, saneamento, melhorias na ponte, no aeroporto, dentre outras obras e incentivos.	
f) Dentre as inovações objetivadas em Foz do Iguaçu, estão a construção da segunda ponte ligando Foz do Iguaçu ao Paraguai sobre o Rio Paraná, a ampliação do aeroporto, o evento esportivo X Games e o projeto Beira Foz. Este último compõe uma revitalização na região da Ponte da Amizade e na costa da Avenida Beira Rio, com investimentos na segurança, no turismo, no lazer e na gastronomia.	

<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaíra)	Questão 5) Os estabelecimentos industriais e comerciais presentes no município tem sido suficientes para atender a demanda por empregos do município e região?
<b>Principais Apontamentos:</b> g) São divergentes as opiniões dos entrevistados com relação à satisfação da oferta e demanda por empregos. Metade dos entrevistados apontou carência em empregos.	
<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaíra)	Questão 6) Existem articulações conjuntas entre as secretarias relacionadas aos setores de Indústria e Comércio dos municípios da região lindeira ao Lago de Itaipu que busquem de forma integrada e através de planejamento sanar deficiências ou estimular novos investimentos econômicos na região?
<b>Principais Apontamentos:</b> h) Quanto às articulações e direcionados a um planejamento integrado, cada informante possui uma percepção diferenciada quanto à existência de ações conjuntas e planejadas. Foram ressaltadas as entidades do Conselho dos Municípios Lindeiros, Adetur e Caciopar.	
<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaíra)	Questão 7) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas que dão suporte as necessidades e contribuem para o desenvolvimento dos setores econômicos do município?
<b>Principais Apontamentos:</b> i) Para suas obras, os municípios utilizam-se tanto de recursos próprios, como da esfera estadual e federal, empréstimos e financiamentos.	
<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaíra)	Questão 10) A secretaria possui dados socioeconômicos disponíveis sobre a realidade local?
<b>Principais Apontamentos:</b> j) A maior parte das secretarias não possui dados socioeconômicos disponíveis.	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff.

Todos os municípios demonstraram grande preocupação relacionada à atração de investimentos e incentivos aos diversos setores econômicos presentes na região. Os investimentos em infraestrutura urbana são considerados elementos fundamentais em prol destas preocupações.

A seguir, será apresentado outro indicador para aferir a realidade regional, que são a população com atividade e a população desempregada.

### 2.2.2 Aspectos Socioeconômicos

A População em Idade Ativa (PIA) representa o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica<sup>18</sup>. No Brasil, a PIA é composta por toda a população com 10 ou mais anos de idade. Esta população apta a exercer atividade econômica compreende a População Economicamente Ativa (PEA) e a População Ocupada (PO).

A PEA é composta pelo potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, representada pela população ocupada e a população desocupada.

A População Ocupada (PO) são as pessoas que trabalham. Empregados com carteira assinada, ou não, empregadores, trabalhadores por conta própria e mesmo pessoas com atividades não remuneradas em cooperativas, igrejas, como aprendizes, estagiários, dentre outros.

A análise das taxas de desemprego, conforme a Tabela 7, demonstra que todos os municípios apresentam necessidade de desenvolver seus segmentos econômicos de forma a proporcionar maiores possibilidades de empregabilidade à população.

O município de Foz do Iguaçu concentra a maior parcela da população regional e apresenta, entre os demais municípios, os maiores índices de desemprego (7,41 %). Isto quer dizer que, embora este município possua ampla diversificação nos segmentos econômicos e elevado PIB, denota-se a necessidade de desenvolver e proporcionar melhores e maiores condições de acesso à empregabilidade populacional.

O município de Mercedes é o município com o menor índice de desemprego (1,50 %), em comparação a outros municípios como São José das Palmeiras (5,61 %) e Santa Terezinha de Itaipu (5,65%), municípios com maiores níveis percentuais de desemprego.

Merece destaque a observação de que o município de Mercedes configura-se como o município com o menor grau de urbanização (48,3%), sendo que pouco mais da metade de sua população reside, ainda, no campo.

---

<sup>18</sup> *Relacionamento do Município com os Demais Entes Federados. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor/1](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor/1)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

**Tabela 7 - População Ativa e Desempregada – 2010**

Municípios	PIA	PEA	PO	(%)Taxa de Atividade	(%)Taxa de Desemprego
Diamante D Oeste	4.229	2.603	2.535	61,56	<b>2,61</b>
Entre Rios do Oeste	3.415	2.469	2.376	72,30	<b>3,76</b>
Foz do Iguaçu	215.329	133.547	123.643	62,02	<b>7,41</b>
Guairá	25.992	16.026	15.199	61,66	<b>5,16</b>
Itaipulândia	7.796	5.061	4.845	64,20	<b>4,26</b>
Marechal C Rondon	40.941	27.560	26.594	67,32	<b>3,50</b>
Medianeira	36.067	24.774	23.796	68,69	<b>3,94</b>
Mercedes	4.391	2.990	2.945	68,10	<b>1,50</b>
Missal	9.185	5.714	5.518	62,22	<b>3,43</b>
Pato Bragado	4.153	2.978	2.906	71,71	<b>2,41</b>
Santa Helena	20.355	13.557	12.977	66,61	<b>4,27</b>
Santa T. Itaipu	17.904	10.842	10.229	60,56	<b>5,65</b>
São José das Palmeiras	3.309	1.942	1.833	58,69	<b>5,61</b>
São Miguel do Iguaçu	22.154	13.370	12.788	60,36	<b>4,35</b>
Terra Roxa	14.548	9.866	9.532	67,82	<b>3,38</b>

Fonte: Ipardes (org. Vânia Dirley Graff)

Embora alguns Informantes tenham, anteriormente, declarado que sobram vagas em determinados setores e ramos de atividades para trabalho, a análise das taxas de desemprego acima elencadas apontam que os municípios necessitam desenvolver seus segmentos econômicos, de forma a propiciar maiores possibilidades de empregabilidade à população. Neste sentido, cabem maiores informações quanto aos ramos de atividades oferecidas, à qualificação profissional, dentre outros fatores que não serão objeto de aprofundamento em pesquisa neste trabalho.

No entanto, conforme dados do Ipardes de 2000 as taxas de desemprego destes municípios neste ano eram superiores as taxas de 2010, configurando significativa diminuição no quadro percentual das taxas de desemprego durante o período 2000 a 2010, conseqüentemente, houve melhora no quadro de ocupações disponíveis em todos os municípios lindeiros.

Os setores com maiores volumes de emprego são Serviços, Comércio e Indústria, nessa ordem. Conforme o Ipardes (2008), Foz do Iguaçu vem perdendo, ao longo dos anos, participação no número de empregos formais no Estado do Paraná. Em termos setoriais, sua menor participação ocorre na Indústria. Em Serviços e Comércio, a taxa de crescimento de Foz do Iguaçu está pouco acima da média estadual, mas é em Serviços que a cidade concentra a maior parte de sua força de trabalho formal. Tal participação está diretamente relacionada à forte atividade turística.

Em relação à região Oeste do Estado, Foz do Iguaçu têm os postos de trabalho mais bem pagos ao longo do período analisado:

em 2005, aproximadamente 38% de sua força de trabalho estava inserida nas faixas de remuneração acima de 10,01 salários mínimos (SM), mas com participação ainda maior em 1995, quando teve 52,42% de trabalhadores nessa faixa salarial. Por conseguinte, registrou em 2005, em relação ao total de trabalhadores do espaço, 63,11% da faixa de 10,01 a 20,00 SM e 90,88% da faixa acima de 20,01% (IPARDES, 2008, p. 46).

No entanto, a média salarial da região Oeste, conforme o IparDES (2008), diverge em relação ao município de Foz do Iguaçu, apontando que a região melhorou sua participação no número de empregos, mas estes novos empregos criados pertencem às faixas de remuneração mais baixas. Conforme análise do período de 1985-2005, os novos postos criados, em maioria, pertencem a faixas de remuneração de até três salários mínimos. Em contrapartida, o volume de empregos gerados é capaz de gerar impactos positivos nos indicadores sociais.

Na região Oeste, a inserção da força de trabalho, em faixas mais baixas de remuneração, foi sempre maior que a média do Estado. “Este aspecto pode ser explicado pela matriz econômica presente no espaço e pela decomposição do dado de emprego por setor econômico, mas também pode estar revelando que a exploração do trabalho no espaço é maior, considerando-se a média do Estado” (IPARDES, 2008, p.47).

O desemprego configura-se como um problema estrutural que necessita de ações profundas, pois atinge todos os municípios, independente do seu tamanho e grau de envolvimento econômico. Faz-se necessárias ações planejadas que descentalizem os investimentos, proporcionando maior equilíbrio econômico regional.

A valorização mais equilibrada dos espaços pode desacelerar os processos migratórios e os problemas sociais em cidades, especialmente nas de maior porte. Além dos aspectos econômicos, a qualidade de vida, também, apresenta indicadores relevantes na caracterização da região, conforme segue.

#### 2.2.2.1 Qualidade de Vida

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) <sup>19</sup> divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo:

---

<sup>19</sup> *Atlas de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <[www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

“Oferecer um contraponto ao indicador Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para direcionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”. Ainda segundo o PNDU:

no IDH estão equacionados três sub-índices direcionados as análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último o sub-índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer.

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de educação, renda e longevidade, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador for, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou da região.

Embora na análise do PIB per Capita a maioria dos municípios tenha índices bastante inferiores em comparação à média do Paraná, o indicador do IDH, conforme a Tabela 9, revela divergências entre os mesmos. Para alguns municípios, o índice do PIB contrasta com o IDH, que denota qualidade de vida nestes municípios. Como exemplo, destacamos o PIB dos municípios de Entre Rios do Oeste (-12%) e Medianeira (-10%). Para estes municípios, no entanto, o IDH revela-se superior à média do Paraná em (+1%).

Na outra ponta, ressaltam-se, também, municípios com IDH baixo e com PIB extremamente inferior em relação à média do Paraná, como o caso dos municípios de Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, já que ambos apresentam PIB inferior em (52%) na comparação com a média do Paraná, caracterizando uma realidade urbana bastante divergente dos demais municípios, pois, além de possuírem um valor de PIB extremamente inferior, as características do IDH também remetem a maiores dificuldades sociais representadas em (-14%) e (-4%), respectivamente.

As análises comparativas dos indicativos do PIB e do IDH nestes municípios permitem concluir que, no caso de alguns, a qualidade de vida representada no IDH não pode ser justificada pelo nível de envolvimento e representatividade econômica, o qual se configura negativo em relação a média do Paraná em quase todos os municípios, com exceção de Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

**Tabela 8 - IDH 2010**

Município	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda	IDH Municipal	IDH do Município
					X PR
Diamante do Oeste	0,532	0,776	0,647	0,644	<b>-14,0%</b>
Entre Rios do Oeste	0,686	0,826	0,778	0,761	<b>+1,0%</b>
Foz do Iguaçu	0,661	0,858	0,748	0,751	<b>+0,2%</b>
Guairá	0,615	0,836	0,739	0,724	<b>-3,0%</b>
Itaipulândia	0,608	0,848	0,779	0,738	<b>-1,0%</b>
Marechal C. Rondon	0,704	0,842	0,782	0,774	<b>+3,0%</b>
Medianeira	0,686	0,849	0,762	0,763	<b>+1,0%</b>
Mercedes	0,680	0,843	0,708	0,740	<b>-1,0%</b>
Missal	0,608	0,828	0,714	0,711	<b>-5,0%</b>
Pato Bragado	0,694	0,807	0,745	0,747	<b>-0,2%</b>
Santa Helena	0,678	0,823	0,738	0,744	<b>-0,6%</b>
Santa T. de Itaipu	0,689	0,814	0,716	0,738	<b>-1,4%</b>
São J. das Palmeiras	0,627	0,844	0,686	0,713	<b>-4,8%</b>
São M. do Iguaçu	0,588	0,818	0,726	0,704	<b>-6,0%</b>
Terra Roxa	0,639	0,818	0,697	0,714	<b>-4,6%</b>
Região	0,646	0,828	0,730	0,730	<b>-2,5%</b>
<b>Paraná</b>	0,668	0,830	0,757	0,749	<b>0%</b>

Fonte: Iparides 2010 (org. Vânia Dirley Graff).

A análise do IDH dos municípios na comparação com a média do Paraná permite concluir que alguns possuem características e elementos que traduzem maior qualidade de vida. A menor produção de riquezas expressa no PIB, bem como a carência de alguns serviços urbanos, necessariamente não significa menores possibilidades de acesso a alguns bens como saúde, educação e poder de compra, elementos estes justificados pelo indicador IDH.

A análise das bases econômicas dos municípios de Entre Rios do Oeste e Mercedes revelam menor dinamismo. A pouca representatividade do PIB demonstra menor diversificação de atividades, caracterizando uma economia mais estagnada e menos diversificada, elementos estes essenciais para caracterizar o fenômeno urbano.

No entanto, bom padrão de qualidade de vida representada no IDH destes municípios não pode ser justificado com o nível de envolvimento e representatividade econômica demonstrada no PIB.

Um estudo do Iparides (2008), referente a dados de 2000, apontou que, no Oeste do Estado, existiam 18 municípios nos quais mais de 1/3 de suas famílias residentes se encontrava em situação de pobreza. “Paradoxalmente, alguns destes municípios se agregam àqueles com maiores IDH-M, no eixo Cascavel/Marechal Cândido Rondon (dinâmico em termos econômicos) ou entre municípios lindeiros.” (IPARDES, 2008, p. 25).

O IparDES (2008, p.25) classificou os municípios do Oeste de acordo com suas melhores ou piores posições do Estado, em 2000, e segundo indicadores selecionados como: “IDH-M, Renda per capita abaixo de 1/2 SM (%), Taxa de alfabetização (15 anos e mais), Taxa bruta de frequência à escola, Coeficiente de mortalidade infantil, Esperança de vida ao nascer, Taxa de pobreza, Déficit habitacional relativo”.

Como síntese do perfil sociodemográfico, o Oeste do Estado engloba poucos municípios classificados como socialmente críticos, mas as condições sociais desse conjunto são bastante heterogêneas. “Enquanto muitos municípios se colocaram mais de uma vez entre os 10% em melhores condições do Estado, segundo indicadores selecionados, outros, também, por mais de uma vez, incluíram-se entre os 10% em situação mais crítica do Estado” (IPARDES, 2008, p. 27).

Dentre os municípios Lindeiros com melhores posições, perante os dados do IparDES de 2000, destacaram-se, em ordem de melhor posição: Marechal Cândido Rondon, Entre Rios, Mercedes, Pato Bragado, Medianeira, Santa Helena e Foz do Iguaçu. No entanto, dentre os municípios com piores posições estão os municípios de Diamante D’Oeste e São José das Palmeiras.

Entre os municípios que se posicionaram em condições deficitárias, em 2000, “muitos se avizinham aos polos regionais, fazendo parte de aglomerações urbanas, confirmando a convivência entre condições de relevância econômica e institucional e condições sociais críticas” (IPARDES 2008, p. 28).

Outro fator apontado na pesquisa foi que os centros maiores concentravam, também, os maiores volumes de déficit habitacional e famílias pobres, “fato diretamente relacionado ao crescimento econômico e à concentração urbana vivenciada pela região nas últimas três décadas, desacompanhados de políticas sociais compatíveis” (IPARDES, 2008, p. 28).

Outro aspecto relevante é que, em proporções distintas, os municípios lindeiros são beneficiados pelo repasse de royalties, fato que contribui no desempenho dos municípios. Diamante do Oeste e São José das Palmeiras estão entre os municípios que recebem menores valores de repasse em comparação a outros.

Outro elemento importante e aferidor da dinâmica urbana dos municípios é o número de veículos automotores, pois estes revelam informações sobre a mobilidade urbana de cada município.

### 2.2.2.2 Veículos e Mobilidade

Indicativo importante na análise comparativa entre os municípios da Costa Oeste do Paraná é o número de veículos automotores. Diamante D' Oeste e São José das Palmeiras, de acordo com a Tabela 9, são os municípios com menor número de veículos.

**Tabela 9 - Frota de veículos cadastrados no Estado do Paraná e Habitantes por veículo 2010**

Municípios	Número de Veículos 2010	População 2010	Habitantes por Veículo
Diamante do Oeste	1.307	5.027	<b>3,84</b>
Entre Rios do Oeste	2.021	3.922	<b>1,94</b>
Foz do Iguaçu	112.124	256.081	<b>2,28</b>
Guaíra	17.207	30.669	<b>1,78</b>
Itaipulândia	3.672	9.027	<b>2,45</b>
Marechal Cândido Rondon	27.821	46.799	<b>1,68</b>
Medianeira	21.313	41.830	<b>1,96</b>
Mercedes	2.822	5.046	<b>1,78</b>
Missal	5.493	10.474	<b>1,90</b>
Pato Bragado	2.230	4.823	<b>2,16</b>
Santa Helena	10.546	23.425	<b>2,22</b>
Santa Terezinha de Itaipu	7.642	20.834	<b>2,72</b>
São José das Palmeiras	1.311	3.831	<b>2,92</b>
São Miguel do Iguaçu	11.234	25.755	<b>2,29</b>
Terra Roxa	6.736	16.763	<b>2,49</b>

**Fonte:** Detran (org. Vânia Dirley Graff).

Observa-se, no entanto, que o município com maior número de veículos é Foz do Iguaçu, o que se justifica em razão da intensificação dos fluxos de tráfego e da grande quantidade de ônibus e micro ônibus, destacando a forte presença do transporte coletivo, fator relevante na dinâmica dos transportes em uma região de fortes atrativos turísticos e de localização geográfica fronteiriça.

Outras cidades, como Entre Rios do Oeste e Pato Bragado, possuem número menor de veículos. Supõe-se, com isso, que dentre outros fatores, a mobilidade necessária seja menor devido ao menor número de habitantes, à dinâmica urbana menos expressiva e a menor ramificação de atividades.

A análise do número de habitantes por veículo revela Marechal Cândido Rondon como o município com maior número de veículos por pessoa, possuindo uma média de 1,68 habitantes para cada veículo. Posteriormente, se destacam os municípios de Mercedes, Missal,

Entre Rios do Oeste e Medianeira, com 1,78; 1,90; 1,94 e 1,96 habitantes, respectivamente, para cada veículo existente.

Os municípios com o maior número de habitantes por veículo correspondem a Diamante D' Oeste e São José das Palmeiras, municípios estes com menor número de veículos e que possuem 3,84 e 2,92 habitantes por veículo.

Outro aspecto relevante para temática em questão são os movimentos pendulares da população, influenciados pela centralidade que municípios exercem e pela posição geográfica que ocupam.

A análise do movimento pendular destaca Foz do Iguaçu, como o município com o mais elevado número de pessoas envolvidas: “16.195 pessoas se deslocam no município para trabalho e/ou estudo, sendo que 80% (12.900) corresponde a saídas majoritariamente para o Paraguai e 20% (3.295) corresponde a entradas em grande parte vindas de Santa Terezinha de Itaipu (1.518 pessoas)” (IPARDES, 2008, p. 53).

Essa fonte de informações se limita apenas às pessoas procedentes de municípios brasileiros, o que não revela o papel receptor de Foz do Iguaçu com relação à população estrangeira. Cabe ressaltar também, que Santa Terezinha de Itaipu está entre os municípios que tiveram bom desempenho de crescimento populacional, segundo o censo de 2010.

Segundo estudo de Cintra; Moura (2008), sobre mapeamentos dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná em 2000, dentre os municípios limítrofes que mais recebem fluxos do movimento pendular, depois de Foz do Iguaçu, estão Medianeira, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, “todos com fluxos envolvendo mais de 500 pessoas no total. Além das trocas internas, que são intensas, os principais fluxos têm origem nos municípios das mesorregiões vizinhas, além de Curitiba, Maringá e de São Paulo” (CINTRA, MOURA, 2008, p.31).

O grande número de veículos, em Foz do Iguaçu, revela uma expressiva dinâmica urbana e grande presença de serviços ligados ao transporte de passageiros, o que representa uma alternativa quanto ao deslocamento ao trabalho, aos centros comerciais ou às outras necessidades de circulação urbana.

O município de Foz do Iguaçu apresenta, como órgão do governo responsável pelo trânsito no município, o Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu - Foztrans, o qual desempenha relevante itinerário dentro do município, gerencia e fiscaliza os serviços relacionados ao transporte público e ao trânsito. Este Instituto é parte de uma administração

indireta do município que busca oferecer ao usuário segurança e qualidade de vida, por meio do planejamento e controle dessa atividade<sup>20</sup>.

Na Figura 20, seguinte, passageiros fazendo uso de transporte urbano.



**Figura 20 - Transporte urbano coletivo em Foz do Iguaçu**  
Foto: Vânia Dirley Graff (2013).

Em relação à acessibilidade, a região Costa Oeste conta com razoável infraestrutura de acesso ao sistema de transporte, tanto terrestre, quanto aéreo. A principal via de acesso ao município de Foz do Iguaçu e região é a BR 277, devido à sua relevância econômica, responsável pelo escoamento agrícola do Estado que conecta algumas das principais cidades do Paraná.

Além disso, Foz do Iguaçu conta com o Aeroporto Internacional Cataratas de Foz do Iguaçu, operando com importantes linhas aéreas. Na Figura 21, o aeroporto de Foz do Iguaçu:

---

<sup>20</sup> *Foztrans Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu*. Disponível em: <[www.pmfi.pr.gov](http://www.pmfi.pr.gov)>. Acesso em: 15 maio 2013.



**Figura 21 - Aeroporto Internacional Cataratas de Foz do Iguaçu.**

Fonte: INFRAERO Aeroportos. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/parana/aeroporto-internacional-de-foz-do-iguacu.html>. Acesso em: 22 maio 2013.

A análise dos setores econômicos, a caracterização da existência de infraestrutura, bem como a utilização das redes e fluxos de circulação de mercadorias e informações, de acordo com as diversas dinâmicas urbanas, revelam diferentes graus de fluidez econômica, que se traduzem na necessidade constante de planejamento, políticas e normas que possam regulamentar o uso do espaço, bem como estabelecer as principais diretrizes de crescimento.

A análise dos fluxos pendulares se faz importante para a identificação dos processos de expansão territorial e torna-se um instrumento fundamental para a formulação de políticas intermunicipais, especialmente relacionadas a gestões públicas de interesse comum, no que se refere às políticas de habitação, de transporte e de oferta de serviços públicos (IPARDES, 2008).

O planejamento e a organização do espaço devem estar explícitos em diretrizes e metas. Não obstante, suas ações se viabilizam e se concretizam na capacidade do uso dos recursos financeiros disponíveis, financiados pelas diferentes esferas de poder, conforme análise a ser referendada no capítulo seguinte.

### CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS REGIONAIS

A globalização trouxe consigo a constante necessidade de inovação, de transformação, buscando adequar a realidade presente às necessidades expansionistas do capital. Desta forma, as funções do território se alteram, mudando as características e conteúdos dos lugares e das regiões como um todo. “Sendo a formação sócio-espacial a expressão fenomênica da formação econômica social, toda vez que esta se reproduz como um todo se reproduz como um todo a formação sócio-espacial” (MOREIRA, 1993, p. 40).

Conforme já demonstrado, as modificações causadas pelo impacto da construção da Itaipu, na década de 1970, trouxeram novos modos de ocupação e uso do solo, tanto para o meio rural, como para o meio urbano, uma vez que o alagamento ocasionou mudanças nos municípios lindeiros, devido às perdas de áreas produtivas, do modo de vida e do deslocamento da população.

As mudanças que se seguiram à construção da Itaipu foram rápidas e profundas, alterando a paisagem e a cultura regional, criando novos valores, reconfigurando o espaço. A base da economia, que era a agricultura, cedeu lugar a outros ramos de atividade, como forma de promover o desenvolvimento em um novo cenário regional.

Também se iniciaram, a partir de então, novas articulações entre os municípios na busca de novas soluções para usufruir de um melhor desenvolvimento social e econômico. Surgiram novos projetos, dentre eles, o Projeto Costa Oeste<sup>21</sup>, incentivados pelo Governo do Estado, visando desenvolver o turismo (SOUZA, 2008b).

O incentivo da atividade turística trouxe a necessidade de inúmeros investimentos em infraestrutura e planejamento, viabilizando a atividade por meio de programas, planos e projetos.

O turismo representa um dos segmentos de forte crescimento no mundo globalizado, promovendo uma importante alternativa econômica. De acordo com Carlos (2009, p. 302), “o turismo como solução para superar as condições adversas da economia revela um movimento de análise, que vai da consciência do espaço tornado mercadoria nos processos de constituição/reprodução da cidade capitalista para a produção do conhecimento viabilizando a venda do espaço”.

---

<sup>21</sup> A região lindeira é também denominada região Costa Oeste do Paraná, inserida na Mesorregião Oeste do Estado foi fundada em circunstâncias estratégicas no sentido de promover o desenvolvimento econômico por intermédio de um programa de regionalização turística, implantado em 1997, chamado Projeto Costa Oeste (SOUZA, 2008b).

Criado em 1990, o Conselho dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu<sup>22</sup> objetiva promover o desenvolvimento integrado regional. São inúmeras as demandas municipais que se traduzem em uma série de necessidades sociais e de infraestrutura, como projetos de pavimentação asfáltica, habitação, dentre outros. Em razão disso, os municípios lindeiros se articulam politicamente em prol de objetivos através da representação do conselho.

Os Planos Diretores são instrumentos importantes para o processo de planejamento das diretrizes urbanas municipais e para a implantação de ações e políticas que visam o desenvolvimento integrado dos municípios. Tais Planos contemplam temas importantes e fundamentais para o planejamento e condução estratégica de metas que visam atender e amenizar as principais necessidades da população e da organização do espaço territorial de cada município.

Este capítulo objetiva apresentar as principais políticas do Estado e os programas institucionais urbanos que influenciam na produção deste espaço regional, procurando compreender como os municípios se utilizam dos recursos financeiros disponíveis e de que forma se organizam em prol de seus objetivos. Outro aspecto a ser analisado são as políticas de planejamento urbano e os Planos Diretores, visando analisar se metas comuns se concretizam em ações capazes de possibilitar o desenvolvimento urbano integrado e se as políticas urbanas buscam superar as desigualdades regionais.

### **3.1 O Fundo de Participação dos Municípios**

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b) da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes, na qual são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual<sup>23</sup>.

Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as

---

<sup>22</sup> *Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu*. Disponível em: <[www.lindeiros.org.br](http://www.lindeiros.org.br)>. Acesso em: 21 mai 2012.

<sup>23</sup> *Repasse da Receita*. Disponível em: <[www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/repasse\\_receita](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.<sup>24</sup>

Muitos municípios pequenos, constituídos por segmentos econômicos estagnados, com pouca expressividade, dependem sobremaneira do recurso citado para cumprir com suas demandas sociais e administrativas. O estabelecimento de políticas, que visem um bom planejamento, possibilita administrar e incrementar este recurso, buscando promover desenvolvimento social e econômico capaz de dinamizar as oportunidades atuais e futuras.

Para Dowell; Gomes (2000), o FPM favorece os municípios menores incentivando emancipações. O mecanismo de repasse do FPM faz com que municípios pequenos, especialmente os com até 5 mil habitantes, disponham de mais recursos financeiros que os demais, exceto os municípios com mais de um milhão de habitantes do Sudeste.

O mecanismo de divisão, com base na população e sua classificação em faixas populacionais, é o que determina o valor do repasse. Este compreende duas etapas:

*i) uma alocação é feita para cada estado com base na proporção da população em termos nacionais; ii) o total de cada estado é dividido com base na população dos seus municípios, favorecendo os municípios menores. Um valor mínimo é dado para municípios com menos de 10.188 habitantes e um máximo é dado para municípios com 156.216 habitantes. Os 4% restantes são distribuídos para os municípios com mais de 156.216 habitantes com base na sua população e renda *per capita* (MAGALHÃES, 2007, p.16 – grifos do autor). [grifo do autor]*

A alocação deste recurso é determinada por critérios estabelecidos, no sentido de existir um valor mínimo e máximo estipulado, fator que, para muitos municípios, difere das proporções populacionais, garantindo vantagens a municípios com população bastante pequena.

No entanto, as receitas próprias municipais tendem a variar conforme o aumento do número de habitantes, fazendo com que municípios maiores disponham de melhores perspectivas para o planejamento e custeio de seu sistema administrativo.

O estudo de Dowell; Gomes (2000) demonstra que a percentagem de participação das receitas próprias na receita corrente dos municípios brasileiros, em 1996, era proporcional ao número de seus habitantes. Este estudo identificou que, nos municípios brasileiros com até 5

---

<sup>24</sup> *Estados e Municípios. Transferências Constitucionais.* Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp)> Acesso em: 15 fev. 2013.

mil habitantes, as maiores receitas próprias (resultantes de recursos arrecadados pelos próprios municípios) foram de apenas 9%. Já os municípios com mais de um milhão de habitantes tinham receitas próprias equivalentes a quase 56% de suas receitas correntes totais.

Este condicionamento faz com que municípios de até 5 mil habitantes dependam em maior grau das transferências de impostos federais e, em grande maioria, inclusive para o custeio das despesas administrativas.

Dowell; Gomes (2000) apontam que a intensa criação de novos municípios, desde 1985, no Brasil, alterou a distribuição dos gastos públicos, pois a maioria dos municípios criados possui menos de 20.000 habitantes e são os que recebem mais recursos. A redistribuição também beneficia parte da população brasileira em detrimento de outra parte. A maioria da população não vive nas pequenas cidades. Segundo censo de 1996, apenas 7,5% da população vivia em municípios com até 10.000 habitantes e, apenas, 2,2% da população em municípios com até 5 mil habitantes.

Conforme Dowell; Gomes (2000), os municípios com mais de um milhão de habitantes de todas as regiões do Brasil e os municípios do Sudeste e Sul, com mais de cem mil habitantes, transferem recursos para os demais, sendo financiadores líquidos, via FPM. Por consequência, estes municípios com expressiva população reduzem a sua capacidade em financiar investimentos e prestar serviços públicos, fato que desestimula, também, os incentivos à produção.

Nesta ordem de considerações, a transferência de receitas tributárias, originadas nos municípios grandes, para os municípios pequenos, reduz a capacidade financeira das grandes cidades em realizar programas sociais e suprir serviços, como transporte, saneamento, segurança, dentre outros.

A proliferação de pequenas cidades, advinda da descentralização política, implantada em 1988, fez com que muitos distritos se convertessem em municípios, o que lhes determinou parcela de poder e maiores recursos financeiros. '

Diante desta perspectiva de maior descentralização política administrativa e de recursos financeiros, foi que, também, se emanciparam vários municípios da região litorânea ao Lago de Itaipu, com base nas informações mencionadas no capítulo anterior.

Procurando melhor compreender aspectos relativos aos valores de repasse do FPM dos municípios litorâneos ao lago de Itaipu, a Tabela 10 intenciona trazer informações relacionadas às regras de repartição deste recurso financeiro. O objetivo é comparar os dados populacionais com os valores do total de repasse do FPM no ano de 2011 e com as parcelas recebidas do

ICMS 2011, este último selecionado devido a sua correlação entre a geração e a distribuição deste recurso.

De acordo com a Tabela 10, todos os municípios lindeiros, com população inferior a 10.000 habitantes, receberam o mesmo valor de repasse de FPM, em 2011, correspondendo a R\$ 4.963.955,52 para cada município, independentemente da diferença numérica de habitantes existente entre eles. Dentre os seis municípios com este valor de repasse, o de maior população é Itaipulândia, (9.027 habitantes) e o de menor São José das Palmeiras (3.831 habitantes). Dividindo o valor do FPM pelo número de habitantes, tem-se um valor de R\$549,90 por habitante daquele município, e de R\$1.295,93 por habitante deste município, demonstrando grande diferença por número de habitantes com o mesmo valor de repasse.

**Tabela 10 - Repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por Município de Origem da Contribuição - 2011.**

Município	População (2010)	Total de ICMS (2011) (R\$1,00)	ICMS por habitante	Total de FPM (2011) (R\$1,00)	FPM por habitante
Diamante do Oeste	5.027	41.344,08	<b>8,23</b>	4.963.955,52	<b>987,46</b>
Entre Rios do oeste	3.922	302.173,39	<b>77,05</b>	4.963.955,52	<b>1.265,67</b>
Foz do Iguaçu	256.081	46.550.032,75	<b>181,77</b>	42.856.681,56	<b>167,35</b>
Guaira	30.669	2.753.335,41	<b>89,78</b>	13.237.214,11	<b>431,61</b>
Itaipulândia	9.027	1.632.957,99	<b>180,89</b>	4.963.955,52	<b>549,90</b>
Marechal Cândido Rondon	46.799	10.546.517,56	<b>225,36</b>	16.546.517,56	<b>353,57</b>
Medianeira	41.830	7.055.748,36	<b>168,68</b>	14.891.865,83	<b>356,10</b>
Mercedes	5.046	469.016,46	<b>92,94</b>	4.963.955,52	<b>983,74</b>
Missal	10.474	591.742,43	<b>56,50</b>	6.618.607,26	<b>631,91</b>
Pato Bragado	4.823	516.813,26	<b>107,16</b>	4.963.955,52	<b>1.029,23</b>
Santa Helena	23.425	706.257,71	<b>30,15</b>	9.927.910,69	<b>423,82</b>
Santa Terezinha de Itaipu	20.834	1.272.161,78	<b>61,06</b>	9.927.910,69	<b>476,52</b>
São Jose das Palmeiras	3.831	39.140,77	<b>10,22</b>	4.963.955,52	<b>1.295,73</b>
São Miguel do Iguaçu	25.755	1.385.288,52	<b>53,79</b>	11.582.562,34	<b>449,72</b>
Terra Roxa	16.763	2.870.522,46	<b>171,25</b>	8.273.259,00	<b>493,54</b>

Fonte: Iparades. Elaboração: Vânia Dirley Graff

Municípios como Marechal Cândido Rondon (46.799 habitantes) e Medianeira (41.830 habitantes) possuem valor do repasse do FPM por habitante bem menor em comparação aos municípios pequenos, correspondendo a 353,57 e 356,10 por habitante, respectivamente.

Já o município de Foz do Iguaçu, com população de 256.051 habitantes, tem na divisão de seu repasse pela população um valor ainda menor, de 167,35 por habitante.

Diante desta análise, nota-se que, levando em consideração o número de habitantes, os valores do FPM beneficiam os municípios de maneira bastante desigual, cedendo vantagens, sobretudo, aos municípios menores por número de habitantes.

Procurando-se demonstrar a relação do crescimento da renda per capita própria com o tamanho populacional, utilizou-se os valores das parcelas do ICMS 2011. Efetuando a análise dos valores de ICMS para com os mesmos municípios do exemplo anterior, Itaipulândia apresenta valor de 180,89 por habitante, e São José das Palmeiras, com 10,22 por habitante, o que revela a inexpressiva dinâmica econômica neste último caso, como anteriormente averiguado através dos indicativos do PIB e da renda *per capita*.

Neste sentido, verifica-se grande divergência entre valores do FPM e do ICMS, sendo o primeiro financiador dos municípios pequenos, cuja economia própria é incapaz de financiar os mesmos.

Para o município de Foz do Iguaçu, a situação é inversa. O ICMS é superior ao FPM, obedecendo a lógica de que, em municípios grandes, os recursos financeiros próprios são maiores do que em municípios pequenos.

Magalhães (2007) chama atenção para alguns pontos ignorados nos estudos de Gomes Mac Dowel (2000), como a contrapartida de alguns benefícios indiretos. A realocação dos recursos públicos possibilita desenvolver novas potencialidades em municípios menores, incentivando a população a permanecer em suas cidades, o que representaria um benefício indireto para centros maiores, pela diminuição de problemas decorrentes das aglomerações, como violência, desemprego, favelização, congestionamentos, entre outros.

Destarte, o que determina a importância do valor e o aproveitamento do repasse são as políticas públicas, capazes de estimular as potencialidades locais e a permanência de seus cidadãos, oportunizando atividades que favoreçam demandas por trabalho, habitação, saneamento, educação, construção de estradas, segurança, saúde, dentre outras, e que proporcionem maior dinamismo e estabilidade a vida urbana.

Como exemplo de estímulo às novas potencialidades, destaca-se o município de Terra Roxa, que obteve melhora em seu desempenho econômico, através do surgimento de um ramo de atividades da indústria têxtil. Após várias décadas de perda populacional, o município tem retomado o seu crescimento, conforme análise efetuada no capítulo anterior.

Segundo a tabela anterior, a análise do ICMS por habitante de Terra Roxa (16.763 habitantes) revela-se superior em 64% em comparação ao município de Santa Terezinha de Itaipu, município este com população maior (20.834 habitantes).

Na perspectiva de Dowel; Gomes (2000), os municípios pequenos, sobretudo até 5.000 habitantes, estão recebendo cada vez mais recursos, e os médios e grandes cada vez menos. No entanto, o que se verifica, de maneira geral, é que pequenos municípios canalizam investimentos para a esfera administrativa e às despesas com o Legislativo, reduzindo o dinheiro disponível para outras necessidades.

Para Magalhães (2007), outro ponto controverso, que carece de análise no estudo de Mac Dowell e Gomes (2000), são os custos relativos à implantação dos serviços públicos. A implementação das políticas públicas não depende, apenas, do número de pessoas beneficiadas, mas, também, do tamanho do território sobre o qual essas políticas serão implementadas.

Magalhães (2007, p. 21) exemplifica:

provavelmente custará menos ao estado construir um sistema integrado de transporte, saneamento e energia para 20 mil pessoas residentes em uma pequena favela de uma grande cidade do que custaria um mesmo sistema para um município com apenas 20 mil habitantes, mas com um grande território.

Nesse caso, Magalhães desconsidera a potencialidade harmônica que existe entre os investimentos públicos e as possibilidades relacionadas à melhor qualidade de vida em territórios planejados. Os investimentos públicos não podem considerar, apenas, a eficiência de seus gastos na redução de custos, mas, devem considerá-la, também, no que possam proporcionar em benefício do viver urbano. Padrões adequados de habitações, maior segurança, menores riscos ambientais, maior acesso aos equipamentos urbanos, dentre outras vantagens são, em maiores chances, inviabilizados em aglomerados subnormais, pois necessitam de melhor ordenamento espacial.

Magalhães (2007) ressalta, ainda, que em processos emancipatórios faz-se necessário verificar se o futuro município será economicamente sustentável. As intenções devem ser investigadas e, caso o fator determinante para a emancipação advenha de descaso por parte do município de origem, este deve utilizar-se de métodos que revertam a situação.

Questionados alguns representantes dos Planos Diretores Municipais de alguns municípios da região limdeira sobre suas opiniões particulares sobre se consideram adequada a

forma como o recurso do FPM é distribuído entre os municípios, os Informantes relataram não concordar com a distribuição do recurso.

O Informante 16 (Foz do Iguaçu) relatou que “é muito difícil afirmar que determinado mecanismo não é o ideal, pois isso nos remete a necessidade de apontarmos outro que seja melhor ou mais eficiente”. No entanto, o mesmo entrevistado argumentou que a distribuição teria que levar em consideração o empreendedorismo do município e, neste sentido, ele menciona a importância do esforço para a busca do crescimento, sugerindo “a melhoria de índices como de saúde básica, de educação ou de desenvolvimento sustentável pela gestão de resíduos, além, é claro, da própria expansão econômica, ao contrário de outros que se acomodam e se mantêm única e exclusivamente de recursos do FPM”.

Em se tratando da mesma pergunta, o Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) respondeu que não concorda com a distribuição. Para ele, “o Brasil adota uma política de tirar de quem tem para dar a quem não tem. Não se foca em desenvolvimento, mas em crescimento”. O Informante ressaltou, ainda, que “a distribuição dos recursos deveria acontecer na forma inversa, ficando no município a maior parte, de acordo com a produção e repassando a menor fatia ao governo do Estado e Federal”.

Já o Informante 18 (Guaíra) destacou que a distribuição do FPM leva em consideração apenas um critério, a faixa populacional, e que o FPM deveria contemplar outros critérios muito relevantes, mencionando que o município de Guaíra “está situado na faixa de fronteira com um Estado e um país, isto gera uma pressão sobre os serviços públicos como escola e saúde que são bancados por estas fontes, não refletindo o número grande de atendimento de não residentes com origem em país vizinho e estado vizinho”.

Os Informantes não concordam com a política de distribuição do recurso e destacaram que a distribuição do FPM deveria levar em consideração o esforço do município em se desenvolver e melhorar as condições socioeconômicas do mesmo. Outro importante apontamento é de que o recurso deveria levar em consideração as peculiaridades dos municípios de fronteira, como no caso de Guaíra, que faz divisa com outro Estado e país, o que reflete em uma pressão sobre serviços públicos como escola e saúde pública.

No Quadro 3, tem-se a síntese das conclusões apreendidas das respostas.

**Quadro 3 – Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas com coordenadores de Planos Diretores Municipais nas questões sobre a política de distribuição do FPM.**

<b>Informantes</b>	<b>Questão</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 4) O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b). A distribuição dos recursos é feita levando em consideração o número de habitantes e faixas populacionais. Em sua opinião, considera adequada a forma como este recurso é distribuído ente os municípios? Justifique.
<b>Principais Apontamentos:</b> a) A distribuição do FPM deveria levar em consideração o esforço do município em se desenvolver e melhorar suas condições socioeconômicas. b) O FPM, em sua distribuição, também deveria levar em consideração as peculiaridades dos municípios de fronteira, fator que reflete em uma maior pressão sobre os serviços públicos como escola e saúde pública.	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

“No censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, 176 municípios paranaenses, ou pouco menos da metade (44%) do número de municípios, ainda perderam população” (CASTRO NETO, 2012, p.128).

Seguindo o raciocínio de Castro Neto (2012), dentre estes municípios com expressiva perda populacional, com taxas ao ano inferior a -1%, 58 municípios apresentavam média de 6,5 mil habitantes e, apenas, 11 apresentavam população acima de 10.000 habitantes. “Perderam população os municípios muito pequenos e pouco urbanizados, pois não apresentam condições de reter gente, seja por falta de infraestrutura urbana, seja por não gerarem empregos que resultem em salários dignos” (CASTRO NETO, 2012, p.128).

Neste sentido, as cidades pequenas, sem expectativas de crescimento, são incapazes de atrair recursos que permitam seu desenvolvimento, fazendo com que os municípios mais pobres atuem como expectadores do avanço dos municípios maiores. Estes se caracterizam como uma alternativa mais atrativa para os investidores e, conseqüentemente, para as injeções de recursos governamentais.

Conforme Manfrin (2013), a diminuição populacional é característica presente, também, no Oeste do Paraná. Uma estimativa populacional, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a região Oeste do Paraná cresceu 0,5% para o ano de 2012. No entanto, quase metade de seus municípios teve diminuição populacional. Dos 52 municípios do Oeste, 23 registraram perda de habitantes na comparação com a estimativa de 2011. A maior parte dessas cidades é considerada de pequeno porte. A matéria foi divulgada no “Jornal O Paraná”, e fez referência à preocupação dos municípios

quanto ao prazo final para contestar os números populacionais, dada a influência deste fator estatístico para com o repasse do FPM.

Ainda, conforme Manfrin (2013), o diretor do IBGE no Paraná, Sinval Dias dos Santos, expôs que foram analisadas informações como a taxa de mortalidade, de natalidade e tendências à migração. Segundo ele, a migração de cidades menores ocorre pela busca de melhores oportunidades de trabalho. Isso explicaria o crescimento de centros mais industrializados como Cascavel (1%), Marechal Cândido Rondon (0,9%) e Toledo (1,3%). Em percentuais, os municípios que mais cresceram foram Cafelândia (1,7%) e Itaipulândia (1,8%). Este último, destacado anteriormente no segundo capítulo como município com a quarta maior taxa de crescimento no Paraná.

Destarte, o planejamento integrado se torna fundamental, é a ferramenta para que as ações políticas se efetivem em benefício de todos. Estas não podem ser tratadas de forma isolada, mas devem promover o crescimento de forma mais ampla e harmoniosa.

Castro Neto (2012) assevera que foram várias as tentativas, no Paraná, para harmonizar seu território com políticas inclusivas nos últimos 50 anos. Contudo, muitas destas políticas, quando executadas com sucesso não tinham continuidade.

Para o autor, a análise do cenário de crescimento metropolitano, especialmente do Núcleo Urbano Central (NUC), representado pela cidade de Curitiba e seus municípios contíguos, congrega 2,5 milhões de pessoas, apontando onde está centrado o progresso paranaense.

Castro Neto (2012) menciona informações do IBGE em que o crescimento da população paranaense, com base no último período censitário, entre 2000 e 2010, foi de pouco mais de 880 mil pessoas, sendo que o crescimento populacional do NUC foi de 385 mil habitantes. Quase a metade (43,7%) do crescimento demográfico paranaense ocorreu nos 14 municípios do NUC e, ainda, o incremento populacional maior (18,7%) ocorreu em Curitiba.

Outro fator que comprova o processo concentrador de pessoas no território paranaense é a preponderância de municípios pequenos. Pelos dados censitários de 2010, dos 399 municípios, pouco mais da metade, 203, tem população abaixo de 10 mil habitantes e um quarto do número de municípios, ou seja, precisamente 98 municípios têm população abaixo de 5 mil moradores. Essa centena de municípios com menos de 5 mil moradores soma quase 350 mil habitantes, o que corresponde a, somente, 3,34 % da população estadual, sendo que mais da metade dos municípios paranaenses (50,87%) representa, apenas, um décimo da população estadual (CASTRO NETO, 2012).

Por outro lado, os 18 municípios com mais de 100 mil habitantes concentram quase a metade (49,32%) da população estadual, sendo que Curitiba e seus 6 municípios contíguos representam um quarto da população do estado (CASTRO NETO, 2012).

A conclusão de Castro Neto (2012, p. 141) é a seguinte:

uma política urbana não inclusiva, que atenda somente os habitantes das grandes cidades, não causa maiores celeumas, pois é nestas que está a grande parte dos eleitores, acessíveis pelos meios massivos de comunicação, e mais preocupados com a sua rua que interessados no desenvolvimento estadual como um todo. É um combate muito desigual na luta pelo dinheiro público...

O caráter da responsabilidade solidária frente ao planejamento e as ações administrativas traz a necessidade dos municípios promoverem ações integradas. Para Castro Neto (2012), os municípios menores, com população abaixo de 5 mil habitantes, estão despreparados para cumprir com suas obrigações locais, como para a elaboração de planos diretores que estruturam as ações administrativas, pois a existência destes é mais uma decisão político-institucional de criar novos municípios, do que exigência de organização do território. A maioria não tem as condições de desenvolvimento e está perdendo população ano após ano.

Castro Neto (2012) assegura que não basta, apenas, ter um plano diretor, porque o processo de planejamento deve ser continuado no tempo. Solução apropriada seria uma estrutura de planejamento regional ou, ainda, os consórcios municipais integrando municípios vizinhos, iniciativa esta encontrada em alguns lugares do Paraná.

Cabe ressaltar as diferenças regionais, identificadas no capítulo anterior, pela análise da dinâmica populacional e dos indicadores socioeconômicos. Tal análise denotou a carência de planejamento integrado e de metas que proporcionem maior eficiência na superação das desigualdades regionais.

Metas comuns necessitam de planejamento integrado para melhor eficiência de ações e investimentos. Elas devem possibilitar melhor equilíbrio regional na busca de soluções conjuntas para as mais diversas necessidades, elevando, acima de tudo, as oportunidades e o nível de renda dos trabalhadores.

Assim como o FPM e o ICMS são recursos importantes para estimular o desenvolvimento dos municípios lindeiros, os *royalties* são considerados um incremento a mais e que proporciona o crescimento de alguns núcleos urbanos, conforme análise seguinte.

### 3.2 Os *Royalties* e as Políticas Regionais

Os municípios afetados pela formação do lago recebem os *royalties* da Itaipu, que representam uma compensação financeira pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica, cujo valor é proporcional à área submersa pelo lago, é definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL) e depende da geração de energia comercializada para cada mês. Consta, ainda, que os *royalties* são repassados aos municípios mensalmente, desde que a Itaipu começou a comercializar energia, em março de 1985<sup>25</sup>.

Conforme a Itaipu, no último dia 10 de dezembro de 2012, foi efetuado mais um repasse de *royalties* ao Tesouro Nacional. Ao governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório de Itaipu, destinam-se o equivalente a US\$ 7,6 milhões.

Visualiza-se, na Tabela 11, a área alagada e os valores recebidos pelos municípios:

**Tabela 11 - Área Alagada pela Formação do Lago de Itaipu e o Repasse dos *Royalties***

Município	Área alagada (Km2)	Repasse 12/2012	Acumulado
Foz do Iguaçu	201,84	US\$ 746,5 mil	US\$ 270,9 milhões
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	US\$ 155 mil	US\$ 56,2 milhões
São Miguel do Iguaçu	90,91	US\$ 336,1 mil	US\$ 134,5 milhões
Itaipulândia	179,73	US\$ 664,8 mil	US\$ 228,8 milhões
Medianeira	1,16	US\$ 4,3 mil	US\$ 1,5 milhão
Missal	40,07	US\$ 148,2 mil	US\$ 53,7 milhões
Santa Helena	263,76	US\$ 975,6 mil	US\$ 354,1 milhões
Diamante do Oeste	5,62	US\$ 20,8 mil	US\$ 7,5 milhões
São José das Palmeiras	1,94	US\$ 7,2 mil	US\$ 2,6 milhões
Marechal Cândido Rondon	56,04	US\$ 207,3 mil	US\$ 82,1 milhões
Mercedes	19,32	US\$ 71,5 mil	US\$ 24,5 milhões
Pato Bragado	47,07	US\$ 174,1 mil	US\$ 59,9 milhões
Entre Rios do Oeste	32,90	US\$ 121,7 mil	US\$ 41,8 milhões
Terra Roxa	1,58	US\$ 5,8 mil	US\$ 2,1 milhões
Guaíra	51,01	US\$ 188,7 mil	US\$ 68,4 milhões
Mundo Novo (MS)	14,71	US\$ 54,4 mil	US\$ 19,6 milhões

Fonte: Itaipu. (Org. Vânia Dirley Graff)

Dentre os municípios paranaenses atingidos pela construção da Itaipu Binacional, o município de Medianeira foi o menos atingido em relação à área alagada, área de 1,16 km<sup>2</sup>,

<sup>25</sup> *Royalties*. Disponível em: < www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2010.

seguido do município de Terra Roxa e São José das Palmeiras, com 1,58km<sup>2</sup> e 1,84 km<sup>2</sup> de área alagada, respectivamente. O município de Santa Helena representa o maior território alagado, em 263,76 km<sup>2</sup>, sendo este município o maior recebedor dos *royalties* da Itaipu Binacional.

Segundo Souza (2009), os *royalties* são um incremento de recursos para os municípios, contribuindo para o crescimento de alguns núcleos urbanos, como no caso do município de Itaipulândia. Estima-se que sua receita chega a ser 8 vezes maior que a de alguns municípios do mesmo porte.

Segundo o recenseamento de 2010, o município de Itaipulândia foi um dos que mais cresceu no Paraná, recebendo um incremento dos *royalties* todos os meses em cerca de US\$ 600 mil. O município mais beneficiado é Santa Helena que, conforme consta na tabela anterior, até 2012 já recebeu US\$ 354,1 milhões.

Ao longo dos anos, os *royalties* provenientes da Itaipu têm sido fonte importante na receita dos municípios da região. Para o município de Marechal Cândido Rondon, os *royalties* representam cerca de 25% da receita corrente líquida do município, recurso que, a exemplo do que ocorre em outras municipalidades, têm extrema importância no planejamento e na execução orçamentária municipal, repercutindo diretamente na consecução das diretrizes do Plano Diretor a ser aprovado<sup>26</sup>.

Souza (2008) sublinha que os municípios não possuem uma política definida para o investimento do recurso, os quais são aplicados, sobretudo, em infraestrutura e em manutenção de programas já existentes, como educação e financiamento da agricultura, equipamentos e pavimentação.

Um problema relacionado aos investimentos dos *royalties* é que estes podem ser usados, somente, em infraestrutura, não podendo ser gastos em folha de pagamento de pessoal, o que dificulta a manutenção dos gastos para com os novos aparatos físicos (XAVIER, 2013).

Conforme consta no Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon a distribuição dos recursos dos *royalties* tem vigência prevista até 2023, prazo em que devem esgotar-se. Desta forma, tem-se a necessidade de instrumentos de planejamento e estratégias capazes de substituir esta fonte de receitas que, para alguns municípios, é substancial, como é o caso do município de Santa Helena, que recebe maior parcela de recursos.

---

<sup>26</sup> *Receitas Municipais. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

Grande parte dos municípios que recebem *royalties* afirma que seria necessária uma reestruturação em todos os setores do município, o que geraria um conflito, pois estes valores são revertidos e investidos no setor agropecuário, na educação, na indústria, na saúde, no lazer, dentre outras melhorias (XAVIER, 2013).

Não obstante muitos municípios apontarem os valores dos *royalties* como indispensáveis para o avanço dos municípios, alguns deles seriam menos prejudicados, como é o caso de Terra Roxa. “Observa-se que o município de Terra Roxa depende muito mais do setor têxtil e agropecuário, através da arrecadação de ICMS e FPM ...” (XAVIER, 2013, p. 96).

Neste sentido, outro município que merece destaque em seu desempenho socioeconômico é o município de Quatro Pontes. Desmembrado de Marechal Cândido Rondon na década de 1990, este não recebe parcela de *royalties*, devido ao fato de não ter sido atingido pela formação do Lago de Itaipu. No entanto, a análise de dados do IBGE, denota bom desempenho frente aos valores de PIB-2009 e IDH-2010, apresentando valores percentuais de participação superiores em (+4%) e (+5%) respectivamente em comparação a média do Estado do Paraná, configurando a forte representatividade econômica e social deste município.

Com o intuito de averiguar outras informações quanto à importância dos *royalties* em prol do desenvolvimento regional, foram questionadas algumas secretarias municipais relacionadas ao planejamento. Com respeito ao uso dos *royalties*, o Informante 3 (Foz do Iguaçu) o considera “inadequado e insuficiente”. Já o Informante 4 (Marechal Cândido Rondon) mencionou que “os *royalties* são razoavelmente bem aplicados” e o Informante 5 (Mercedes) destacou que os *royalties* são de grande importância, sendo uma compensação financeira por algo que foi tirado. Neste sentido, o Informante ressaltou as perdas das áreas produtivas devido à formação do reservatório da Itaipu, o que culminou com a redução dos índices de repasse de ICMS e FPM. Ele ressaltou, também, que os *royalties* são utilizados, principalmente, em infraestrutura urbana e rural, e que o recurso é de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Diferente desta foi a opinião do Informante 6 (Santa Helena), ao declarar que as ações sobre o uso dos *royalties* deveriam ser planejadas e elaboradas previamente, e que os valores deveriam ser repassados de forma diferenciada para os municípios.

Por sua vez, o Informante 7 (Guaíra) enalteceu a necessidade do uso dos *royalties* para o desenvolvimento regional. Para ele, estratégias compartilhadas seriam um bom caminho,

desde que realizadas com clareza de gerenciamento e geridas por estruturas maiores que a escala municipal. Neste sentido, o Informante indagou:

atualmente (falamos dos *royalties* de Itaipu), são por perdas territoriais por unidade federativa, em seu processo de revisão seria possível, porém devemos ter clara que região? Qual a estratégia de desenvolvimento e como compartilhá-la. Sim seria um bom caminho porém com a clareza de criação de estrutura supramunicipais e infraestaduais para organizar e gerir estas ações.

Compartilham deste posicionamento e informações outros representantes dos Planos Diretores Municipais de alguns Municípios limieiros entrevistados.

O Informante 16 (Foz do Iguaçu) destacou que “o recebimento de *royalties* pagos pela Itaipu é uma questão de justiça pelo alagamento de terras altamente produtivas”. Ele argumentou, ainda, que “difícil é saber se estaria se produzindo mais riquezas se as terras não tivessem sido alagadas, gerando mais emprego e renda do que o montante pago a cada município limieiro”. A opinião do Informante sobre o uso dos *royalties* é direta: “sendo uma receita resultante da produção, mesmo que indireta, é claro que deve ser aplicado no desenvolvimento, o que é visto e defendido das mais variadas maneiras pelos gestores municipais, e muitas vezes, nos parece, isso não está sendo feito da melhor forma”.

O posicionamento do Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) em relação à dependência causada pelos *royalties*, segundo ele, é de que estes são “importantes, mas não devem ser considerados imprescindíveis. O município precisa sobreviver de suas receitas próprias”.

O Informante 18 (Guaíra) assinalou que muito se fala nos *royalties* da Itaipu, devido às perdas territoriais por unidade federativa. E neste sentido, ele ressaltou a necessidade de te clareza das estratégias de desenvolvimento e de como compartilhá-las. O informante considera o compartilhamento de estratégias um bom caminho e resalta a necessidade de criação de estruturas superiores às escalas municipais, para organizar e gerir ações.

Utilizados, principalmente, em infraestrutura urbana, os *royalties* são considerados pela maioria dos municípios como um incremento fundamental para o desenvolvimento da região, sendo bem aplicados. Os municípios consideram importante que as receitas dos *royalties* sejam aplicadas no desenvolvimento socioeconômico, de forma a propiciar ao município a capacidade de sobreviver com suas próprias receitas.

Na opinião do Informantes 6 (Santa Helena), 7 (Guaíra) e 18 (Guaíra) os recursos dos *royalties* deveriam estar atrelados a um planejamento previamente elaborado para cada

município. Um dos caminhos apontados foi o desenvolvimento compartilhado desde que planejado e gerido por esferas superiores às municipais, levando em consideração interesses comuns.

No caso do município de Foz do Iguaçu, os recursos são considerados insuficientes. Destarte, cabe considerar que o repasse dos *royalties* é estabelecido de acordo com o total da área submersa pelo Lago de Itaipu em cada município. No entanto, para Foz do Iguaçu representa uma realidade singular, ao analisar-se que a construção de Itaipu trouxe o agravamento de problemas sociais decorrentes do expressivo contingente populacional criado pela construção da usina.

No Quadro 4, síntese das conclusões apreendidas das entrevistas com às Secretarias de Planejamento e Coordenação de Planos Diretores Municipais na questão sobre o uso dos *royalties*.

**Quadro 4 – Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas à Coordenadores de Planos Diretores e Secretarias de Planejamento na questão direcionada ao uso dos royalties**

Informantes	Questões
- Informante3 (Foz do Iguaçu) - Informante 4 (Marechal C.R.) - Informante 5 (Mercedes) - Informante 6 (Santa Helena) - Informante 7 (Guaira) - Informante 16 (Foz do Iguaçu) - Informante 17 (Marechal C.R.) - Informante 18 (Guaira)	Questão 10) Qual sua opinião sobre o uso dos royalties em prol do desenvolvimento regional.(Sec.Planejamento)  Questão 07) Qual sua opinião sobre o uso dos royalties em prol do desenvolvimento regional. (Coord. Plano Diretor)
<p><b>Principais Apontamentos</b></p> <p>a) Utilizados, principalmente, em infraestrutura urbana, os <i>royalties</i> são considerados, pela maioria dos municípios, como um incremento fundamental para o desenvolvimento da região.</p> <p>b) A aplicação dos <i>royalties</i> deveria estar atrelada a um planejamento previamente elaborado para cada município.</p> <p>c) Para os Informantes, é importante que os <i>royalties</i> sejam aplicados no desenvolvimento socioeconômico, de forma a propiciar ao município capacidade em sobreviver com suas próprias receitas. Os Informantes também consideram importante o compartilhamento de estratégias regionais que gerenciem estas ações.</p> <p>d) A estratégia do desenvolvimento compartilhado foi apontada como um bom caminho, desde que planejada e gerida por intermédio de esferas superiores às municipais, levando em consideração interesses comuns.</p> <p>e) Para o município de Foz do Iguaçu, os recursos são considerados insuficientes.</p> <p>f) Se faz necessário considerar que, no caso do município de Foz do Iguaçu, a construção da Itaipu trouxe o agravamento dos problemas sociais, decorrentes do expressivo contingente populacional criado pela construção da usina.</p>	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

A articulação associativa dos municípios da região do Lago de Itaipu fortalece o poder de negociação política com a direção da Itaipu Binacional, no sentido de pleitear a manutenção do pagamento dos *royalties*.

Para Souza (2009), com a formação do Lago de Itaipu, os municípios se articularam e se inseriram num contexto regional, sendo que os recursos dos *royalties* mantêm os municípios unidos em prol de seus objetivos, os quais reivindicam, juntos, quando há atraso no repasse dos *royalties* e buscam melhores possibilidades de uso e aproveitamento do lago.

Por estarem inseridos num contexto regional singular e disponibilizarem dos recursos dos *royalties*, os municípios buscam unir forças e encontrar alternativas conjuntas para promover os interesses e objetivos da região. Esta união se dá através de articulações políticas entre os municípios. Destaca-se, neste sentido, o Conselho de Desenvolvimento Integrado dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, que objetiva o fortalecimento regional e o apoio aos anseios regionais.

### **3.3 Instituição Política para o Desenvolvimento Integrado – Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu**

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu tem como finalidade o desenvolvimento integrado e socioeconômico da região.

A parceria associativa entre os municípios fez surgir novas alternativas e propostas de união, voltadas a inserção regional em um contexto mais amplo de reconhecimento, que promova crescimento econômico, e seja capaz de perpetuar os objetivos da região.

Fundado em 1990, o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu<sup>27</sup> tem como membros os municípios de Mundo Novo- MS, Guaíra, Marechal Candido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante D'Oeste, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Itaipulândia.

A associação é formada por representantes das prefeituras municipais, câmaras de vereadores e associações comerciais. Surgiu devido à necessidade de um órgão que os representasse diante da expectativa dos *royalties* e diante de outros interesses da região.

O Conselho conta com a parceria da Itaipu Binacional e tem por finalidade promover o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural de toda a região de forma integrada,

---

<sup>27</sup> Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros. Disponível em: <[www.lindeiros.org.br](http://www.lindeiros.org.br)>. Acesso em: 03 jan. 2013.

respeitando as características de cada município, contribuindo para o fortalecimento institucional perante as entidades governamentais e instituições de crédito e financiamento, viabilizando obras e serviços de interesse comum e promovendo estudos e pesquisas para o planejamento integrado da região.

O Conselho atua por meio da divisão em câmaras técnicas que procuram, através dos diferentes segmentos, alcançar os objetivos estabelecidos no que se refere ao desenvolvimento integrado. Fazem parte destas câmaras os segmentos de Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Comunicação, Cultura, Educação, Esporte, Turismo, Indústria e Comércio, Saúde e Segurança.

As iniciativas surgem em vários contextos e, por meio de diferentes segmentos econômicos, articulam-se forças nacionais, regionais e microrregionais, cujos objetivos pretendem estabelecer maior dinamização econômica. Outra instituição importante, neste sentido, é a Instituição Associativa dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP.

### **3.4 Instituição Política Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP**

Fundada em 1969, a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP)<sup>28</sup> é outra entidade cujo objetivo é auxiliar os interesses da região. Congrega e representa as forças da sociedade organizada regional de 52 municípios do Oeste do Paraná.

A AMOP compreende sete departamentos nas áreas de educação, agricultura, turismo, informática, esporte, planejamento e assessoria jurídica, sendo, também, parceira de diversas entidades da sociedade organizada. Ela acompanha e executa programas fundamentais às necessidades da comunidade regional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população.

Com vistas a melhor compreender as atividades da AMOP e sua representatividade frente aos municípios do Oeste do Paraná, conforme entrevista por meio de questionário realizada em maio de 2013 à AMOP, o Informante 2 (região Oeste do Paraná) destacou a grandiosidade da região Oeste do Paraná diante do seu potencial agropecuário, industrial e turístico. Ele relatou, também, que a falta de planejamento e a infraestrutura são os maiores entraves contra o desenvolvimento.

Questionado quanto às principais demandas do Oeste do Paraná, o Informante relatou que: “a AMOP, enquanto representante do Oeste do Paraná, luta pela pavimentação de vias,

---

<sup>28</sup> Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Disponível em: <[www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)>. Acesso em: 02 jan. 2013b.

duplicação das estradas, ferrovias e pela construção de um aeroporto regional”. O mesmo destacou, ainda, uma preocupação atual com relação ao desenvolvimento de um Plano Regional de Gestão de Resíduos Sólidos, resultado de uma parceria entre AMOP-PTI-Itaipu. A intenção é que os objetivos propostos em união, através de um plano regional, sejam mais facilmente cumpridos e, neste sentido, o Informante destacou que “o plano em si é uma exigência federal para todos os municípios. Porém, é conhecida a dificuldade que pequenos municípios possuem para elaboração de planos e projetos, e a execução dos mesmos”.

Ainda com relação às prioridades regionais relacionadas a obras ou serviços urbanos, o Informante destacou que a luta pelo desenvolvimento regional não é algo fácil. Segundo ele, questões de cunho político exigem anos de perseverança e dedicação, não havendo prioridade, pois todos os assuntos podem trazer benefícios à população. Entretanto, ele mencionou algumas lutas que fazem parte da história de 44 anos da AMOP: “a duplicação da BR 467, pavimentação e duplicação da BR 277, construção da UNIOESTE e do Hospital Universitário, construção da Ponte Ayrton Senna e o projeto da Estrada do Colono, por exemplo”. O Informante relatou, também, que é de interesse da AMOP todos os assuntos que podem trazer benefício econômico e qualidade de vida para a população.

Questionado sobre a forma como a AMOP colabora com os municípios, tendo em vista a promoção do desenvolvimento socioeconômico, o mesmo Informante destacou que é na AMOP que ocorrem várias discussões políticas importantes, a partir das quais se tramitam projetos na câmara dos deputados. O entrevistado também citou que a AMOP possui vários departamentos de prestação de serviço com diferentes objetivos.

O departamento de Planejamento auxilia os municípios no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e de engenharia, visto que muitos municípios não possuem equipe técnica para isso. O objetivo da criação desse departamento foi principalmente impedir que os municípios perdessem recursos federais por falta de planejamento adequado. O departamento de Educação da AMOP oferece qualificação aos professores da região, cursos de capacitação, seminários e desenvolve material didático. É excelência em assessoria educacional. O departamento de Relações Institucionais é um canal de comunicação entre o governo federal e os municípios, com a missão de repassar toda e qualquer informação a cerca dos recursos disponibilizados pelo governo federal para que os municípios possam enquadrá-los e efetivar os objetivos explanados em seus planos de governo.

Quanto ao papel da assessoria de Planejamento<sup>29</sup>, ela elabora projetos para os municípios e acompanha o andamento de obras executadas pelo governo do Estado e, além disso, cabe a assessoria desenvolver projetos de caráter urbanístico e social para as prefeituras da região, com ênfase às de pequeno porte e menor índice de IDH.

Indagado sobre os projetos urbanos e regionais, da união e do governo do Paraná, que tem a participação da AMOP, o Informante 2 (Região Oeste do Paraná) respondeu que a AMOP não pode solicitar ou participar diretamente de recursos e projetos da União e do governo. A AMOP é uma entidade sem fins lucrativos, gerida por pessoa física, ligada à administração pública, e sua participação é indireta, como exemplifica o departamento de Planejamento, que desenvolve muitos dos projetos enviados pelos municípios para a União, para firmar convênios de transferência de recursos. Neste sentido, o Informante citou, novamente, o trabalho que está sendo desenvolvido em parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e a Itaipu, para elaboração do Plano Regional de Gestão de Resíduos Sólidos.

A despeito da estratégia da AMOP para a promoção de um planejamento integrado entre os municípios, na busca de maior equilíbrio regional, o entrevistado salientou que “a principal estratégia é verificar as questões macrorregionais, conscientizar de que juntos os municípios podem prosperar mais e a luta pelo municipalismo”. Ele, ainda, respondeu que “a AMOP é palco de criação e formação de convênios e consórcios intermunicipais de saúde, educação, indústria e comércio, que são uma forma de garantir que os serviços públicos básicos sejam oferecidos para a população com qualidade”.

O Informante 2 também informou que “em 2007 a AMOP encabeçou a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Territorial que, basicamente, se constitui de levantamentos e apuramentos das questões e problemáticas mais urgentes do Oeste do Paraná e estabeleceu metas e objetivos para que o desenvolvimento fosse alcançado”. Afora isso, é válido mencionar, por fim, as contrapartidas dos municípios para estarem associados à AMOP, seguindo a fala do Informante 2: “A contribuição financeira dos municípios é mensal e é calculada sob o valor do repasse do ICMS (0,40%). Além disso, os municípios devem participar ativamente das atividades e lutas da AMOP, dos eventos culturais e das assembleias ordinárias”.

Outra entidade importante que visa promover maior fortalecimento regional é a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP).

---

<sup>29</sup> Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Disponível em: <[www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)>. Acesso em: 02 jan. 2013b.

### 3.5 Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná - ADEOP

Instalada no Parque Tecnológico Itaipu (PTI) e fundada no ano de 2005, a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP)<sup>30</sup> tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.

Contando com 29 municípios em seu entorno, ela tem como principais ações projetos nas áreas de meio ambiente, urbanismo, habitação, planos diretores e iniciativas sustentáveis de expansão em inúmeras áreas, envolvendo os municípios que estão dentro e fora do extremo Oeste do Paraná.

Dentre os principais trabalhos já realizados, está o levantamento de geração de energia em todo o Brasil por meio de fontes renováveis, feito em parceria com a Organização Latino-americana de Energia (Olade), o Centro Internacional de Hidroinformática (CIH) e o PTI.

Dentre seus principais projetos estão o Projeto Saneamento Ambiental e Turismo Integrado, Projeto da Frente Parlamentar e o Projeto Nossa Gente.

Salienta-se que o Projeto Parlamentar tem como objetivo identificar os problemas comuns de fronteira, promover discussões locais e gerais, almejando gerir soluções com os respectivos governos federais, acompanhando e dando suporte técnico à Frente Parlamentar Internacional dos Legisladores dos Municípios Fronteiriços da América do Sul. A Frente Parlamentar Internacional envolve câmaras de municípios de fronteira do Brasil com a Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Argentina, Paraguai e Uruguai<sup>31</sup>.

A experiência de integração dos municípios que compõem a região limdeira, por meio de seus diversos órgãos gestores apresentados, caracteriza a necessidade e importância de uma incessante busca de reconhecimento regional. As articulações e interesses comuns, por meio de projetos e reivindicações, objetivam buscar as soluções para o fortalecimento regional pelo desenvolvimento da infraestrutura e da logística, com as quais todos os municípios virão a se beneficiar e fortalecer, estando os mesmos inseridos num contexto de proximidade ou divisa fronteiriça e de grande projeção econômica. Os investimentos, nessa região, por meio do aprimoramento das redes e da maior dinâmica dos fluxos, vêm a fortalecer a imagem desses municípios em um contexto global, devido à possibilidade de um maior reconhecimento da força da integração regional.

---

<sup>30</sup> *Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná*. Disponível em: <[www.pti.org.br/adeop](http://www.pti.org.br/adeop)>. Acesso em: 02 jan. 2013.

<sup>31</sup> *Projeto da Frente Parlamentar*. Disponível em: <[www.ideall.com.br/adeop/artigo/493](http://www.ideall.com.br/adeop/artigo/493)>. Acesso em: 02 jan. 2013.

Dentre os investimentos que buscam dinamizar a economia regional estão os programas que visam incentivar a atividade turística, promovendo a valorização do espaço e a integração regional.

A região dos municípios lindeiros ao lago Itaipu compõe um dos 87 roteiros considerados prioritários pelo Ministério do Turismo para ampliar a oferta turística do país e atingir as metas do Plano Nacional de Turismo<sup>32</sup>.

### 3.6 Programa de Regionalização do Turismo

O incentivo da atividade turística tornou necessários inúmeros investimentos em infraestrutura e planejamento, viabilizando a atividade e os anseios da demanda turística por meio da criação de programas e políticas direcionadas a este segmento.

O turismo representa um dos segmentos de forte crescimento no mundo globalizado, promovendo uma importante alternativa econômica. De acordo com Carlos (2009, p. 302):

o turismo como solução para superar as condições adversas da economia revela um movimento de análise, que vai da consciência do espaço tornado mercadoria nos processos de constituição/reprodução da cidade capitalista para a produção do conhecimento viabilizando a venda do espaço.

Um importante instrumento do Ministério do Turismo para promover e conduzir ações que oportunizem o desenvolvimento da atividade turística é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)<sup>33</sup>, o qual configura-se como instrumento para o planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, e tem por objetivo orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis. É um documento que contém as informações que caracterizam a situação atual e definem os problemas e oportunidades de estratégias e ações visando à melhoria da qualidade de vida das populações residentes. O mesmo estabelece prioridades, determinando ações e decisões da política turística, dirigindo, assim, os investimentos.

Segundo consta no relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo-PDTIS (2010), a potencialidade turística do Brasil fez desta atividade uma área estratégica, criando ações e programas que visam promover o turismo em diversas áreas do Brasil, por

---

<sup>32</sup> *Aspectos Turísticos. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor\\_](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor_)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

<sup>33</sup> *Plano Nacional de Turismo.* Disponível em: <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)>. Acesso em: 23 jan. 2013.

meio de financiamentos e programas regionais de captação de recursos. A cidade de Foz do Iguaçu, por exemplo, vem a ser um polo do turismo devido a seus atrativos naturais, como as Cataratas do Iguaçu e seu patrimônio arquitetônico. Desde 2010, ampliou-se a área turística e estão integrados ao seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo 20 municípios, dentre estes os 15 municípios que compõem a base desta pesquisa.

Como anteriormente mencionado, o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu objetiva o desenvolvimento regional integrado e, para tanto, também insere o turismo na pauta de suas preocupações. Dentre os projetos relacionados a esta preocupação, destaca-se o Caminhos do Turismo Integrado, cuja finalidade é difundir os valores culturais da região (paisagem, arquitetura, religião, gastronomia, música, festas etc).

O Instituto de Turismo e Eventos dos Caminhos<sup>34</sup> tem seu foco na promoção da atividade turística em ações que gerem demanda para o roteiro turístico e o desenvolvimento da região. Ele busca, também, a captação e o desenvolvimento de novos investimentos e negócios, desenvolvendo e aprimorando a infraestrutura e os serviços turísticos da região, juntamente com o setor público e a iniciativa privada.

Conforme o Instituto de Turismo e Eventos dos Caminhos, a cidade de Foz do Iguaçu é considerada um dos principais polos do turismo nacional, frente ao mercado internacional. Em pesquisa realizada pela Embratur, no segmento "Lazer", em 2004 e 2005, Foz do Iguaçu foi considerado o 2º destino mais visitado por turistas estrangeiros, atrás apenas do Rio de Janeiro. No segmento "Negócios", Foz aparece em 6º lugar em 2004 e 8º em 2005. A Figura 22 expressa parte da dinâmica urbana no centro comercial de Foz do Iguaçu.

---

<sup>34</sup> *Foz do Iguaçu. Atrativos e Serviços.* Disponível em: <<http://www.caminhositaipu.com.br/modules/lago/site/cidades.php>> Acesso em: 07 jan. 2013.



**Figura 22 - Dinâmica urbana do centro comercial da cidade de Foz do Iguaçu**

Fonte: JIE ITAIPU- Disponível em: <<http://jie.itaipu.gov.br/jie/files/image/10.06.2009/foz%2520centro%2520a.jpg&imgrefurl>>  
Acesso em: 20 maio 2013.

Anualmente, milhares de turistas provenientes das mais diversas partes do mundo chegam a Foz do Iguaçu para conhecer uma das maravilhas da humanidade, o complexo das cataratas. Eleita em 2012 como uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza<sup>35</sup>, as Cataratas do Iguaçu representam uma atração que une culturas, especialmente a dos países próximos. Na Figura 23, as Cataratas do Iguaçu em Foz do Iguaçu:



**Figura 23 - Cataratas do Iguaçu.**

Fonte : Aula de Campo em 2008.  
Foto: Vânia Dirley GRAFF.

<sup>35</sup> *Cataratas do Iguaçu uma Ótima Opção para Visitar neste Feriadão*. Jornal O Paraná, 29 de março de 2012, p. C4.

Na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, estão instalados complexos hoteleiros, gastronômicos e de lazer, dispostos nos roteiros integrados entre os três países. Dentre os atrativos constam o Parque Nacional Iguazú, museu, cassino, minas de cristais, comércio de artigos de couro, embutidos e vinhos, além de artigos provenientes das mais diversas partes do mundo, como bebidas, perfumes e eletrônicos<sup>36</sup>.

Ainda conforme o Instituto de Turismo e Eventos dos Caminhos, o Circuito Histórico e Cultural de Guaira a Foz do Iguacu traz a possibilidade de percorrer atrativos culturais e históricos dos Caminhos ao Lago Itaipu. O percurso compreende a passagem pelas cidades de Foz do Iguacu, Guaira, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Itaipulândia. Em Guaira, pode-se conhecer a história da região no Museu Histórico, a lenda da Igrejinha de Pedra, a beleza das flores no Sitio das Orquídeas, a religiosidade dos monumentos do Cristo Esplendor e de Nossa Senhora Aparecida, o artesanato regional e as opções de lazer da região. Na Figura 24, Igrejinha de Pedra em Guaira:



**Figura 24 - Igrejinha de Pedra em Guaira.**

Fonte: Aula de Campo 2011.

Foto: Vânia Dirley Graff.

Os espaços turísticos dos municípios da Costa Oeste compreendem locais destinados a proporcionar uma paisagem diferenciada através das praias artificiais, locais com infraestrutura destinada ao camping, descanso e lazer dos visitantes. As praias artificiais estão presentes em vários municípios como Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Marechal

---

<sup>36</sup>Roteiro: *Circuito 1: Histórico e Cultural - Guaira a Foz do Iguacu*. Disponível em: <[www.caminhositaipu.com.br](http://www.caminhositaipu.com.br)>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Cândido Rondon e Santa Terezinha de Itaipu. Na Figura 25, praia artificial de Santa Terezinha de Itaipu:



**Figura 25 - Praia Artificial de Santa Terezinha de Itaipu.**

Fonte: SKYSCRAPERCITY. Disponível em:  
 <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=71179423>>  
 Acesso em: 20 maio 2013.

Também são inúmeras as festas gastronômicas, cuja referência são os aspectos culturais, que relembram tradições e expressões folclóricas, herança dos descendentes de migrantes.

Na figura 26, o Centro de Eventos de Marechal Cândido Rondon, arquitetura que procura preservar o estilo germânico, enquanto herança dos imigrantes alemães que se instalaram, a partir de 1824, no Brasil, sobretudo na Região Sul. Ou seja, além de algumas variantes dialetais, como o *Brasildeutsch*<sup>37</sup>, Marechal Cândido Rondon busca resgatar alguns elementos da cultura germânica, daí a presença de casas em estilo enxaimel e letreiros em língua alemã em alguns pontos comerciais. A Figura 26 mostra o local onde, além de inúmeras festividades e comemorações, é realizada anualmente a *Oktoberfest*<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Variante dialetal *Brasildeutsch*. DAMKE, Ciro. O Brasildeutsch Como Fator de Conservação da Língua Alemã no Brasil. *Revista Trama*, n 07, 2008, vol.4, p.115-123.

<sup>38</sup> *Oktoberfest* significa “festa de outubro” e, no Brasil, a comemoração é dedicada a reviver as tradições germânicas no país. *Por que a Oktoberfest é comemorada em Outubro?* Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/educacao>>. Acesso em: 02 jul. 2013.



**Figura 26 - Centro de Eventos em Marechal Cândido Rondon – 2006**

Fonte: Acervo de Matias Seiboth.

Diante da avaliação das potencialidades e das estruturas existentes, conclui-se no PDTIS que o turismo náutico, de pesca esportiva e de aventura poderão, por meio de estímulo e investimentos, ampliar consideravelmente o fluxo turístico na região, pois são complementares ao segmento do ecoturismo e vêm ao encontro do objetivo do PDTIS, que é promover o aumento da satisfação, o número e o tempo de permanência do turista na região.

Um evento esportivo de aventura e destaque, em Foz do Iguaçu, que atrai muitos turistas e divulga o nome da cidade, apontado anteriormente pelo Informante 8, é o evento internacional para esportes radicais X Games.

Em abril de 2013, o X Games de Foz do Iguaçu marcou uma série inaugural das edições de verão que serão realizadas no decorrer do ano, e para a qual foi montada uma grande estrutura. As instalações foram distribuídas no Parque Infraero, na Usina de Itaipu e no Parque Nacional Iguaçu.<sup>39</sup> Na Figura 27, a pista de Halpique para skate e BMX vertical, no Parque Nacional Iguaçu:

---

<sup>39</sup> *x Games de Foz do Iguaçu*. Disponível em: <[www.jogadaensaiada.com.br](http://www.jogadaensaiada.com.br)>. Acesso em: 27 mai 2013.



**Figura 27 - Pista de Halpique no parque Nacional Iguazu.**

Foto: Divulgação. Disponível em: < <http://www.jogadaensaiada.com.br/fechando-o-especial-je-sobre-os-x-games-em-foz-do-iguacu-veja-a-estrutura-montada-e-a-programacao-do-evento.html>>.

Acesso em: 27 maio 2013.

Como forma de aprimorar o fluxo turístico, no PDTIS, também, estão identificadas as preocupações quanto às carências de infraestrutura urbana e a necessidade de melhorar a acessibilidade regional, o que interfere na qualidade da visita aos principais atrativos turísticos, conforme consta no documento<sup>40</sup>: necessitam de aprimoramentos a principal via de acesso, a BR 277, uma importante rodovia federal que recebe todo o fluxo terrestre de quem vem da direção de Curitiba e de São Paulo; o trecho entre Santa Tereza do Oeste e Medianeira é um dos mais perigosos do Paraná e precisa ser duplicado; as duas pontes internacionais apresentam problemas relacionados à burocracia aduaneira; o tráfego intenso e a má conservação das estruturas físicas das pontes e de seu entorno e, por fim, o terminal rodoviário e o Aeroporto Internacional de Foz do Iguazu encontram-se ultrapassados e necessitam, urgentemente, de melhorias para adequar-se à demanda existente.

Os problemas elencados representam, conforme o PDTIS, ações a serem executadas pelo PRODETUR, os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, os quais objetivam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias, são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma alternativa econômica geradora de emprego e renda<sup>41</sup>.

O Programa inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal. Os investimentos do programa são operacionalizados pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o

<sup>40</sup> *Polo Turístico de Foz do Iguazu*. Disponível em: <[www.setu.pr.gov.br](http://www.setu.pr.gov.br)>. Acesso em: 22 jan. 2013.

<sup>41</sup> *Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/PDITSFozdoIguacu.pdf>> em: 22 jan. 2013.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento, que atuam como financiadores internacionais.

O acesso à linha de crédito do PRODETUR requer algumas condições e informações, como a capacidade de endividamento de cada município, a identificação das áreas turísticas prioritárias e a elaboração de um PDITS, que oriente a execução do financiamento.

O órgão gestor e de apoio às atividades, projetos e iniciativas do turismo na região de abrangência, com sede em Santa Helena, é a Agência de Desenvolvimento da Região Turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos Integrados ao lago de Itaipu (ADETUR)<sup>42</sup>. Esta agência atua, juntamente com o setor público e a iniciativa privada, na promoção da atividade turística, na captação e no desenvolvimento de novos investimentos e negócios, no aprimoramento da infraestrutura e dos serviços turísticos e na defesa dos recursos naturais e culturais.

A ADETUR está encaminhando uma proposta aos municípios limieiros para contribuição de um valor fixo de R\$ 2,6 mil anual, em uma única instância de governança<sup>43</sup>. O objetivo é viabilizar a atuação conjunta no fortalecimento dos municípios limieiros e na promoção do turismo regional.

Questionadas algumas secretarias municipais da região relacionadas à atividade da Indústria Comércio e Turismo quanto à importância das atividades turísticas para a região e de como os investimentos no setor contribuem para as transformações dos espaços urbanos de cada município, o Informante 8 (Foz do Iguaçu) destacou que a parceria entre a Prefeitura Municipal de Foz e a Secretaria Nacional da Política de Turismo resultou em uma nova política de turismo com a participação da iniciativa privada e de investimentos mundiais, canalizados para Foz do Iguaçu. Ele acrescenta, ainda, que o termo de cooperação, que foi assinado entre a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e o Ministério de Turismo, servirá de referência para o Brasil<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> *No Festival de Turismo das Cataratas Iguaçuence Assume a Presidência da ADETUR Cataratas e Caminhos*. Disponível em: <[www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia](http://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>43</sup> *Prefeitos Limieiros Dizem Sim Para ADETUR*: Proposta de contribuir com o valor fixo de R\$2,6 mil anual, em uma única instância de governança, será oficializada em cada município por meio de projeto de lei que será encaminhado para as Câmaras de Vereadores. *Jornal o Presente*, p.09, 12 de jul. de 2012.

<sup>44</sup> O informante de Foz do Iguaçu compartilhou, ainda, que o prefeito Reni Pereira (gestão 2013-2016) anunciou a instalação de uma nova indústria de medicamento na cidade. Salientou que “serão investidos 60 milhões de euros e a empresa terá um rendimento mensal de 40 milhões de reais. Foi assinado um protocolo de intenções com essa indústria de alta tecnologia de ponta. Hoje tem uma sede em Juazeiro (PE) e na Região Sul, Foz será a sede”.

O Informante 9 (Mercedes) destacou que “os investimentos no setor turístico sempre acarretam em empregos, geração de renda, crescente melhora em espaços públicos e privados, além de divulgação regional”.

O Informante 10 (Santa Helena) ressaltou que o turismo contribui “atraindo investimentos e movimentação na área comercial, na geração de emprego e renda”.

Para o Informante 11 (Guaíra), o município de Guaíra possui uma cultura muito rica e especial, principalmente devido sua história, a existência da igrejinha de pedra e as casas e prédios construídos na época da Cia. Mate Laranjeira. Neste sentido, o Informante destacou:

Investir no turismo, de pesca esportiva, compra e de aventura aliado à conservação do centro histórico do município com certeza contribuirá para o fortalecimento do turismo em nossa cidade, aquecendo os setores de serviços, de alimentação, hotelaria, de guias de passeio e de pesca, além de preservar sua arquitetura histórica para também ser admirada e preservada pelos moradores do nosso município. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser variados na vida econômica, política, cultural da comunidade. É onde ocorre uma organização da sociedade que aí habita e aproveita seus recursos, sejam eles naturais ou culturais, bem como as facilidades presentes para prestar um serviço aos cidadãos que se deslocam de sua origem para que desfrutem de algum tipo de ação que esteja relacionada com lazer, trabalho ou uma combinação de ambos. O turismo é referenciado como uma atividade detentora de relevante potencial de propulsão do desenvolvimento.

Todos os Informantes salientaram a importância do incentivo à atividade turística como propulsora de desenvolvimento econômico, pois esta contribui para o “aquecimento” dos demais setores da economia, como comércio e serviços, canalizando investimentos da esfera privada, proporcionando maior número de empregos e renda para o município.

Outro fator destacado é a valorização do espaço urbano pela preservação da arquitetura histórica, a melhoria da infraestrutura urbana e a divulgação da região. No Quadro 5 apresenta-se a síntese das conclusões apreendidas das entrevistas às secretarias de Indústria Comércio e Turismo nas questões direcionadas ao papel da atividade turística.

**Quadro 5 - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas às secretarias de Indústria Comércio e Turismo nas questões direcionadas ao papel da atividade turística.**

<b>Informantes:</b>	<b>Questão</b>
-Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaira)	Questão 09) De que forma os investimentos no setor turístico contribuem para a transformação do espaço urbano do município?
<b>Principais Apontamentos:</b> a) O turismo é considerado propulsor de desenvolvimento econômico. b) Contribui para o “aquecimento” dos demais setores da economia e proporciona empregos. c) Incentiva investimentos da esfera privada e proporciona maior renda para o município. d) É canalizador de investimentos. Através do turismo o município de Foz do Iguaçu será palco de uma nova indústria de medicamentos com forte projeção econômica. e) O turismo valoriza o espaço urbano pela divulgação regional, preservação da arquitetura e melhora da infraestrutura urbana.	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

Assim como a promoção do turismo faz uso constante e depende de grande aparato em infraestrutura e serviços urbanos para que sua efetivação se concretize, todos os demais segmentos econômicos também fazem uso e necessitam de investimentos na perspectiva da infraestrutura urbana.

As preocupações municipais devem, no entanto, resultar de discussões propostas em planejamentos, tendo em vista encontrarem soluções compatíveis e que promovam um desenvolvimento regional mais integrado.

O desafio maior do planejamento é considerar, de forma mais atuante, a participação dos cidadãos no exercício do planejamento e na busca de soluções às suas necessidades. Um dos instrumentos utilizados para estabelecer as principais diretrizes urbanas municipais, que atua como importante instrumento de planejamento, constitui-se nos Planos Diretores Municipais.

### **3.7 Aspectos do Planejamento Urbano e o Plano Diretor**

Os planos diretores são instrumentos importantes para o processo de planejamento das diretrizes urbanas municipais e para a implantação de ações e políticas que visam o desenvolvimento integrado dos municípios.

Nesse sentido, os Planos Diretores contemplam temas importantes e fundamentais para o planejamento e condução estratégica de metas que visam atender e amenizar as principais necessidades da população e da organização do espaço territorial de cada município.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu formas de relação entre a sociedade e o poder público, visando maior responsabilidade na alocação de recursos destinados aos municípios, estabelecendo, no seu artigo 182, a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Essa obrigatoriedade, no âmbito da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, pela Lei Federal nº 10.257, de julho de 2001, contribui para o processo de democratização dos municípios através do desenvolvimento de instrumentos e políticas locais de forma participativa<sup>45</sup>.

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná (PDU) recomenda a implementação de Planos Diretores para os municípios com mais de 20.000 habitantes, os pertencentes às regiões metropolitanas, assim como os de interesse turístico<sup>46</sup>.

Este último aspecto faz com que os todos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu se incluam na necessidade de elaborar seus Planos Diretores, mesmo os de população inferior a 20.000 habitantes.

A elaboração de um Plano Diretor se efetiva através de um planejamento no qual se prevê a necessidade de conhecer e detalhar a realidade atual do município. A leitura e análise deste cenário atual fornecem parâmetros e dados para o planejamento de diretrizes e metas que conduzirão as ações futuras.

A política de desenvolvimento urbano considera, sobretudo, em seu planejamento, a dinamização das atividades econômicas, objetivando possibilitar maiores receitas, emprego e renda. Neste sentido, ela necessita de uma sistemática constante de planejamento para que as ações se efetivem.

Estes elementos priorizados são definidos como objetivos maiores ou, conforme definição no Plano Diretor do município de Medianeira,<sup>47</sup> como macro objetivos, devendo sinalizar o caminho para a elaboração das diretrizes municipais.

A coesão de um planejamento depende da elaboração de metas adequadas à realidade municipal, considerando as possibilidades orçamentárias e estratégias de obtenção e ampliação de receitas. Um fator negativo, que dificulta a elaboração de um bom planejamento, é a enorme dependência da maioria dos municípios brasileiros para com as transferências dos governos federal e estadual, especialmente as estaduais, decorrentes de impostos federais, via o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

---

<sup>45</sup> *Introdução. Leitura da Realidade Municipal. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

<sup>46</sup> *Plano de Trabalho. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

<sup>47</sup> *Plano Diretor de Medianeira.* Disponível em: <<http://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Como exemplo, o cenário de 2005 do Plano Diretor do município de Marechal Cândido Rondon relata que mais da metade das receitas totais deste município advém de transferências, sendo 26% oriundas do governo estadual e 23% do governo federal. Ressalta-se que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) representa, apenas, 2% das receitas totais.

Praticamente a metade das transferências correntes do Estado do Paraná para o município diz respeito ao FPM. Segundo o Plano Diretor, Marechal Cândido Rondon recebe em torno de 10% do total que o Estado repassa aos Municípios da Microrregião (MRG) de Toledo.

Conforme o Plano Diretor deste município, este fato causa várias dificuldades e incertezas ao planejamento municipal, pois os recursos, muitas vezes, são contingenciados, ou chegam ao município em momento impróprio, cabendo grande esforço em aumentar suas receitas e possibilidades de planejamento com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

Além das transferências da União e do Estado, também os *royalties*, anteriormente mencionados, constituem-se em significativa receita para a maioria dos Municípios Lindeiros, no entanto, destaca-se a falta de maior planejamento na aplicação dos mesmos. Conforme informação constante no Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon, estes são contabilizados como receitas correntes, ou seja, entram no caixa geral da prefeitura.

O Plano Diretor Municipal aponta a necessidade de se promover maior articulação entre os municípios.<sup>48</sup> Contudo, a elaboração de metas comuns com planejamento integrado se efetiva de forma bastante tímida. A integração consiste, fundamentalmente, no fato dessa região ser formada por municípios lindeiros ao lago de Itaipu, considerada como de relevante interesse turístico, além de ser prioritária para investimentos nessa atividade.

Destarte, conforme será abordada no capítulo seguinte, a iniciativa dos órgãos representativos da região Oeste do Paraná, de forma integrada, através de consórcios municipais, já estão se organizando e elaborando planos para obter recursos federais para a área de saneamento ambiental, contudo, as experiências associativas poderiam ser ampliadas a outros setores.

Como forma de melhor compreender a maneira pela qual o Plano Diretor estabelece em metas seus objetivos maiores, e se existe articulação entre os municípios objetivando maior equilíbrio regional, foram efetuadas entrevistas por meio de questionários com alguns representantes de Planos Diretores Municipais.

---

<sup>48</sup> *Relacionamento do Município com os Demais entes Federados. Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013b.

Dentre as questões solicitadas, indagou-se, inicialmente, sobre as maiores dificuldades encontradas na elaboração de um Plano Diretor para que este se concretize em um bom planejamento.

O Informante 16, representante do Plano Diretor de Foz do Iguaçu, respondeu que a dificuldade inicial seria a necessidade de se fazer uma boa leitura da realidade, um diagnóstico que possibilite a busca e indicações para a obtenção de melhores resultados. Ele salientou a necessidade de “um diagnóstico abrangente e realista, que mostre de fato os pontos fracos e os pontos fortes do município, sejam eles positivos ou negativos, em linguagem clara e sempre que possível, com gráficos demonstrando a evolução histórica de determinado dado ou informação”.

O Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) apontou que o principal problema é a busca pela participação popular, ressaltando, ainda, que “a unificação dos interesses dentro de um propósito único, baseado em questões técnicas e fundamentadas sempre são muito difíceis de serem alcançados. Os interesses particulares por muitas vezes prevalecem”.

Para o Informante 18 (Guaíra) existem duas dificuldades, a primeira corresponde à interação e compreensão do Plano por parte da sociedade, pois o assunto, ainda, é visto como muito técnico e com pouco apelo à participação geral, exceto pelos interesses mais imediatos. Neste sentido, segundo o Informante, “os objetivos e visão ficam muito concentrados na concepção dos gestores e suscetíveis à pressão mais especulativa aos interesses particulares”.

A segunda dificuldade é a necessidade de a gestão integrar o plano de ação do Plano Diretor com os demais planos e projetos municipais.

Dentre as dificuldades elencadas pelos Informantes na elaboração de um Plano Diretor, destacam-se a necessidade de um diagnóstico realista sobre o município e a unificação de interesses dentro de um propósito único. Daí a necessidade de conscientizar a população da importância de sua participação na elaboração do Plano Diretor, de forma a gerenciar melhor as ações, evitando, tão somente, as concepções dos gestores e pressões especulativas.

Questionados quanto aos objetivos do Plano Diretor e da política de desenvolvimento urbano frente à dinamização das atividades, objetivando maiores receitas, emprego e renda, o Informante 16 (Foz do Iguaçu) priorizou a importância de definir as tendências econômicas e a vocação natural do município, buscando incentivar essas atividades e melhorar a infraestrutura em seus vários contextos, seja viária, de armazenagem, distribuição ou comercialização.

Outro ponto fundamental, destacado pelo mesmo Informante e que, normalmente, dificulta a expansão de negócios, é a necessidade de investimento na formação de mão de obra qualificada para determinado setor. Isto sugere parcerias, incentivadas pelos estabelecimentos maiores ao empreendedorismo na produção de bens ou serviços terceirizados, fazendo com que a riqueza fique dentro do município, agregando renda e melhorando a qualidade de vida da coletividade.

O Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) focou em sua resposta a necessidade organização do município. Pensando nisso, ele propôs imaginar o município como uma engrenagem ou um motor. “Quanto mais ajustado e adequado melhor, mais rende e mais dá resultados. O Plano Diretor foca na organização da cidade, distribuindo os espaços de forma que atendam da melhor maneira possível o desenvolvimento social e sustentável”.

O Informante 18 (Guaira) priorizou o território. Segundo ele, o Plano Diretor de Guaira possui quatro áreas destinadas à vocação de desenvolvimento, “Zonas portuárias 1,2 ,3 e 4 sendo esta última a mais importante, pois reflete a ação estratégica de desenvolvimento e que requalifica a cidade definitivamente, gerando um atrativo industrial, serviços, comércio e demais atividades ligadas à questão portuária e logística”.

A política de desenvolvimento urbano, dentre vários aspectos, segundo os Informantes, deve levar em consideração o ordenamento da cidade e a distribuição dos espaços, a definição vocacional do município, as tendências, o melhoramento da infraestrutura e o incentivo ao empreendedorismo.

Considerando que grande parte das receitas totais de um município advém de transferências estaduais e federais, questionados em relação ao planejamento e valorização da receita recebida através do FPM, os Informantes expuseram o seguinte:

O Informante 16 (Foz do Iguaçu) sugere a necessidade de “atrair grandes investimentos que possam contribuir para o crescimento populacional e o aumento significativo dos impostos, principalmente os incidentes sobre a atividade industrial”. Ele considera tais ações como estruturantes, capazes de aumentar esse tipo de receita, e afirma que, “muitas vezes os incentivos para atrair esse tipo de investimento passam pela isenção de outros tributos municipais, isso mostra que é um longo caminho e os resultados aparecem no médio e longo prazo”.

Para o Informante 17 (Marechal Cândido Rondon), é preciso focar na ampliação do quadro gerador de impostos. E enfatizou, ainda, que “é muito difícil garantir a receita uma vez que a distribuição dos recursos é realizada de forma desigual”.

O Informante 18 (Guaíra) respondeu que a valorização da receita do FPM deve se dar através de “fiscalização permanente da legalidade das empresas para assim forçar o recolhimento do IPI e ICMS. Campanha para emissão da nota fiscal”.

Portanto, todos os Informantes apontam a necessidade de ampliar o quadro gerador de impostos, incentivando os investimentos para que, a longo e médio prazo, o município garanta sua sustentabilidade.

Dentre os municípios lindeiros, alguns Planos Diretores apontam a necessidade de integração entre os municípios. São destacadas as ações cooperadas da área da saúde, com intenções de estender esta iniciativa para outras áreas como transporte coletivo, destinação de resíduos sólidos e saneamento.

Nesta direção, os Informantes foram questionados sobre a existência, ou não, de ações resultantes de um planejamento regional para esta finalidade.

O posicionamento do Informante 16 (Foz do Iguaçu) foi de que “o desenvolvimento regional através de um planejamento integrado ou Plano Diretor Regional, caminha a passos muito lentos para não se dizer que está parado”. A opinião do Informante é de que o melhor exemplo de integração, na região Oeste, a nível municipal, “talvez seja a gestão integrada das atividades econômicas ao longo da rodovia Cascavel/Toledo. A duplicação resultou da busca da sinergia dos interesses das duas cidades e não como fator de concorrência, que não resultaria no benefício mútuo”.

Na perspectiva do Informante 17 (Marechal Cândido Rondon), “alguns municípios já estão aderindo a planos regionais tanto na área de saúde, saneamento e obras”. O Informante citou, como exemplo, o “Consamu - Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência entre os municípios do Oeste do Paraná já é resultado dessa união. Outro assunto que deverá ser discutido em breve é a questão do "lixo" e que deverá seguir o mesmo caminho”.

O Informante 18 (Guaíra) relatou que existem ações resultantes de planejamento regional e complementou que o planejamento existe em várias escalas, a primeira através de um consórcio internacional, com foco na infraestrutura de transporte com Salto Del Guairá e Mundo Novo (MS), e a segunda versa sobre o plano de regionalização de resíduos sólidos entre os municípios. O Informante acrescentou que o transporte coletivo está incluso no consórcio internacional.

Os Informantes apontaram que os municípios lindeiros caminham em direção a uma maior integração, no entanto, as ações ainda se estruturam e desenvolvem de forma lenta. Desse modo, os mesmos salientaram o plano de regionalização dos resíduos sólidos e o consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência, Comsamu. Para o município de Guaíra, existe

um plano de integração internacional, o qual prevê grandes investimentos com foco na infraestrutura de transportes.

Diante dos diferentes ritmos de desenvolvimento econômico e social existentes entre os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, os Informantes foram questionados quanto à existência de preocupações, no Plano Diretor Municipal, relacionadas à promoção de um planejamento integrado através de metas que objetivem amenizar as desigualdades e proporcionar maior equilíbrio regional.

A respeito disso, o Informante 16 (Foz do Iguaçu) afirmou que todos querem ter parceiros fortes e, pensando nisso, muito se fala em consolidação e no fortalecimento da região como um todo. O Informante citou o projeto Costa Oeste, através do “polo integrado de ecoturismo, turismo de esporte e aventura e o turismo gastronômico como um bom exemplo que pode dar certo”. E o Informante 16 comentou que “a geração de energia limpa, o respeito à natureza e a atividade da agricultura familiar sustentável que se tem conseguido através dos diversos projetos desenvolvidos pelo Programa Cultivando Água Boa é, sem dúvida, o melhor exemplo de que a integração é possível e beneficiará a todos”.

O Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) salientou que muitos Panos Diretores da região lindeira seguiram um padrão para seu desenvolvimento. E, por isso, ele acredita “que a integração só acontecerá a partir do momento que cada município conseguir ‘organizar’ seu território e na prática identificar os principais problemas, para, depois, buscarem soluções conjuntas”.

Por fim, o Informante 18 (Guaíra) relatou o seguinte: “Quanto aos demais municípios não posso responder, porém em Guaíra já atuamos de forma cooperada com o PACTO OESTE<sup>49</sup>, e nossas ações sempre são focadas em estratégias regionais como a da Plataforma Logística”.

Sendo assim, depreendeu-se das respostas dos Informantes que uma maior integração só ocorrerá após os municípios organizarem seus territórios. O Informante de Foz do Iguaçu destacou como exemplos de integração o pólo integrado de turismo, e a geração de energia limpa através dos projetos Cultivando Água Boa. O município de Guaíra apontou para ações de estratégias regionais, relacionadas à Plataforma Logística.

---

<sup>49</sup> O objetivo do PACTO OESTE é integrar e desenvolver as economias do Paraná e do Paraguai com investimentos em infraestrutura e logística. *Governo Assume Pacto Oeste e Amplia Perspectivas*. Disponível em: < <http://www.paranaoeste.com.br/noticia.php?id=135>>. Acesso em: 02 de jul. 2013.

Com relação aos investimentos dos municípios, indagou-se sobre as prioridades quanto aos espaços urbanos e rurais e sobre as principais fontes de recursos para atender tais investimentos.

O Informante 16 (Foz do Iguaçu), explicou que, pelo fato de a cidade concentrar infinitamente maior contingente populacional, o que gera problemas de toda ordem, a prioridade dos investimentos é o espaço urbano. Entretanto, proporcionalmente o investimento no meio rural também é muito grande e diversificado, sobre o qual ele exemplificou possíveis ações como:

a inseminação artificial que eleva o padrão genético e a produtividade do rebanho, o apoio na implantação de açudes, fornecimento de alivinos e a compra da produção de pescados para a alimentação escolar, até a padronização e melhoria da produtividade da agricultura familiar, com espaço para comercialização direta sem atravessadores. Além dos recursos próprios, é claro que a maior parte advém da parceria do município com os diversos programas dos governos estadual e federal, especialmente na assistência técnica e equipamentos.

A opinião do Informante 17 (Marechal Cândido Rondon) é de que precisamos “fazer com que seja cumprida a função social ao qual os terrenos e áreas são designadas”. Ele acrescenta que:

temos um levantamento que mostra que M. C. Rondon poderá dobrar a sua população sem precisar expandir o seu perímetro urbano. O constante crescimento tem atrapalhado o trabalho do poder público, causando desordem e muitas vezes impactos irreversíveis para a cidade. Cumprir o previsto no Plano Diretor é uma questão de necessidade fundamental para o desenvolvimento de nosso município.

Ainda a despeito da pergunta sobre as prioridades quanto aos espaços urbanos e rurais e sobre as principais fontes de recursos para atender tais investimentos, o Informante 18 (Guaíra) ressaltou em sua resposta a “habitação de interesse social, ampliação dos serviços de saúde, atração de instituições de ensino e pesquisa superior, sistema de pavimentação de estradas rurais e vias urbanas, construção de um parque tecnológico, iniciativas para implantação da Plataforma Logística”. O mesmo Informante conferiu para as “ações focadas em cooperação, e quando houver a necessidade de aplicação de recursos estes sempre são focados em convênios com contrapartidas, desta forma podemos gerar a cada R\$ 2,00 alavancamos R\$ 8,00 em média”.

Quanto às prioridades de investimentos nos diferentes espaços urbanos e rurais, o Informante de Marechal Cândido Rondon apresentou como prioridade a necessidade do cumprimento das funções sociais aos quais os terrenos são designados, neste sentido, informou que Marechal Cândido Rondon poderia dobrar sua população sem precisar expandir o seu perímetro urbano.

O Informante de Foz do Iguaçu mencionou a necessidade dos investimentos no meio rural através de uma padronização e melhoria da atividade da agricultura familiar, enquanto que o Informante de Guaíra conferiu importância em investir em habitação, na ampliação dos serviços de saúde, no ensino superior, na pavimentação de estradas urbanas e rurais e em iniciativas para instalação da Plataforma Logística, ao que o Informante acrescenta as ações focadas em cooperação que multipliquem os investimentos.

No Quadro 6 encontra-se, de forma resumida, os aspectos de maior relevância depreendidos das entrevistas direcionadas aos coordenadores de Plano Diretores Municipais.

**Quadro 6 - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas à Coordenadores de Planos Diretores Municipais.**

<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 1) Quais as principais dificuldades encontradas na elaboração de um Plano Diretor que garanta um bom planejamento?
<b>Principais Apontamentos:</b> a) Dentre as dificuldades elencadas para elaboração de um Plano Diretor, destacam-se a necessidade de um diagnóstico realista sobre o município e a unificação de interesses dentro de um propósito único. b) É importante conscientizar a população da necessidade de sua participação na elaboração dos Planos Diretores, de forma a gerenciar melhor as ações, evitando, apenas, concepções dos gestores e pressões especulativas.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 2) O Plano Diretor tem como um de seus objetivos que a política de desenvolvimento urbano considere em seu planejamento a dinamização das atividades objetivando maiores receitas, emprego e renda. Como são planejadas as ações neste sentido?
<b>Principais Apontamentos:</b> c) A política de desenvolvimento urbano deve, dentre vários aspectos, levar em consideração o ordenamento do seu território e a distribuição dos espaços. d) As políticas de desenvolvimento urbano devem, também, considerar a vocação do município, as tendências atuais, a melhoria da infraestrutura e o incentivo ao empreendedorismo.	

<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 3) Grande parte das receitas totais de um município advém de transferências estaduais e federais. Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios, existe planejamento para ações de valorização desta receita?
<b>Principais Apontamentos:</b> e) Faz-se necessário ampliar o quadro gerador de impostos, incentivando os investimentos para que, a longo e médio prazo, o município garanta sua sustentabilidade.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 5) Dentre os Municípios Lindeiros, alguns Planos Diretores apontam a necessidade de integração regional entre os municípios. São destacadas as ações cooperadas da área da saúde com intenções de estender esta iniciativa para outras áreas, como transporte coletivo, destinação de resíduos sólidos e saneamento. Existem ações resultantes de um planejamento regional para esta finalidade?
<b>Principais Apontamentos:</b> f) Os Informantes apontaram que os municípios Lindeiros caminham em direção a uma maior integração, no entanto, as ações se estruturam e se desenvolvem a passos lentos e, neste sentido, os Informantes exemplificam o plano de regionalização dos resíduos sólidos e o consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência, Comsamu. g) O município de Guaíra está se articulando em um plano de integração internacional com o Estado e país vizinho, para o qual estão previstos grandes investimentos com foco na infraestrutura de transportes.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 6) Diante os diferentes ritmos de desenvolvimento econômico e social existente entre os municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, existe no Plano Diretor de cada um destes a preocupação em desenvolver um planejamento integrado através de metas que objetivem amenizar as desigualdades e proporcionar maior equilíbrio regional?
<b>Principais Apontamentos:</b> h) Para que a integração se viabilize, é necessário, primeiramente, que os municípios organizem seus territórios através dos Planos Diretores. i) O Informante de Foz do Iguaçu destacou como exemplos de integração o pólo integrado de turismo e a geração de energia limpa através dos projetos Cultivando Água Boa. O município de Guaíra ressaltou as estratégias regionais relacionadas à Plataforma Logística.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 16 (Foz do Iguaçu) -Informante 17 (Marechal C.R.) -Informante 18 (Guaíra)	Questão 8) Em relação aos investimentos do município. Quais as prioridades quanto aos espaços urbanos e rurais? E quais as fontes de recursos para atender tais investimentos?
<b>Principais Apontamentos:</b> j) Quanto às prioridades de investimentos nos diferentes espaços urbanos e rurais é necessário o cumprimento da função social dos terrenos. k) O Informante de Foz do Iguaçu sublinhou a necessidade dos investimentos no meio rural, através de uma padronização e melhoria da atividade da agricultura familiar. l) Para o Informante de Guaíra, é importante investir em habitação, na ampliação dos serviços de saúde, no ensino superior, na pavimentação de estradas urbanas e rurais e em iniciativas para instalação da plataforma Logística. Ele acrescenta, ainda, o investimento em ações focadas em cooperação que multipliquem os investimentos.	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

As preocupações municipais devem resultar de intensas discussões propostas em planejamentos regionais e, neste sentido, os Planos Diretores se caracterizam como instrumentos fundamentais.

Todos os segmentos econômicos necessitam de planejamento e investimentos que possibilitem eficiência na perspectiva da infraestrutura urbana e proporcionem maior desenvolvimento socioeconômico. Por isso, são inúmeras as necessidades e anseios com que se deparam os municípios, conforme foi possível verificar através das informações analisadas no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO**

As redes de transporte e comunicação são extremamente importantes e dão suporte ao desenvolvimento econômico dos municípios, promovendo a circulação de mercadorias, pessoas e informações.

São inúmeras as necessidades sociais e de infraestrutura urbana que demandam os municípios. Estes fazem uso de vários instrumentos oferecidos pelos departamentos administrativos das esferas federais ou estaduais, por meio de planos e programas urbanos que buscam melhor desenvolvimento econômico e social. Os espaços aperfeiçoados ganham novos valores de mercado, atraindo uma rede de objetos conectados entre si e de acordo com uma lógica econômica espacial.

A incerteza do mercado de trabalho, associada à baixa remuneração e aos custos dos componentes necessários à vida urbana, institui instabilidade e, em muitos casos, perfaz uma realidade excludente que limita o acesso à vida urbana, fazendo emergir periferias e a ampliação dos problemas sociais.

As políticas neoliberais do Estado, centralizadas no desenvolvimento econômico fazem com que as cidades maiores acabem por receber maior contingente populacional, abarcando maiores possibilidades de desenvolver problemas sociais.

Receptadora de grande contingente migratório devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu e sem uma política habitacional adequada, Foz do Iguaçu configura-se como exemplo marcante desta situação, cuja política social é ineficiente para resolver os problemas criados.

### **4.1 Infraestrutura Urbana**

Todos os municípios carecem de investimentos, sobretudo os que proporcionam maior geração de empregos, sendo que são inúmeras as reivindicações e necessidades com que tais municípios se deparam. A concretização dos objetivos em ações faz com que os mesmos busquem no comprometimento político as soluções que visam beneficiar a todos dos municípios.

Com localização estratégica, o município de Guaíra faz divisa com o Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, com o Centro Oeste e Norte do Brasil e, também, com o Paraguai. Além de possuir um importante entroncamento rodoviário, Guaíra comporta uma das maiores

estruturas fluviais da América Latina, a Ponte Airton Senna. Na Figura 28, a Ponte Airton Senna entre Guaíra e Mundo Novo (Mato Grosso do Sul).



**Figura 28- Ponte Airton Senna.**

Fonte: Aula de campo em 2011.

Foto: Vânia Dirley Graff

Conforme Paterno (2012), líderes de Guaíra e de municípios vizinhos reuniram-se, no início de 2012, objetivando debater sobre a Plataforma Logística de Guaíra, um projeto que poderá garantir um salto ao desenvolvimento de toda a região. Um dos principais projetos em negociação é o modal ferroviário, a partir de Cascavel e, também, um projeto a longo-prazo que fará de Guaíra um centro de dutos transportadores de combustíveis e um polo aeroviário.

Segundo o prefeito do ano 2012, de Guaíra, Manuel Kuba, toda a economia regional sentirá os reflexos dessa mudança, principalmente o complexo hoteleiro, o qual foi duramente castigado em consequência da formação do reservatório de Itaipu.

Devido à precariedade da estrutura dos principais aeroportos da região, outra preocupação que visa possibilitar melhores perspectivas de desenvolvimento regional é a urgente necessidade da construção do Aeroporto Regional <sup>50</sup>, uma vez que o aeroporto Internacional de Foz é a única alternativa disponibilizada para a população do Oeste.

A preocupação dos empresários é com relação ao transporte de cargas, dada a importância da produção agrícola regional e a necessidade de um aeroporto que esteja equipado de acordo com o contexto mundial da aviação. O fato de não existir uma estrutura aeroportuária de qualidade é fator que repele investidores importantes na região.

---

<sup>50</sup> *Aeroporto Regional do Oeste Deve Sair do Papel*. Disponível em: Disponível em: <<http://catve.tv/noticia/6/33587/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Conforme já mencionado anteriormente, elencada como preocupação no PRODETUR, outra necessidade para investimento regional é a reforma e modernização da BR-277, considerada, no Brasil, como corredor do Mercosul. Esta BR é utilizada para o escoamento da produção agrícola do Paraguai e dos municípios da região Oeste com destino ao Porto de Paranaguá. (DUBIELA, 2012).

Na Figura 29, a BR 277 duplicada, em Foz do Iguaçu.



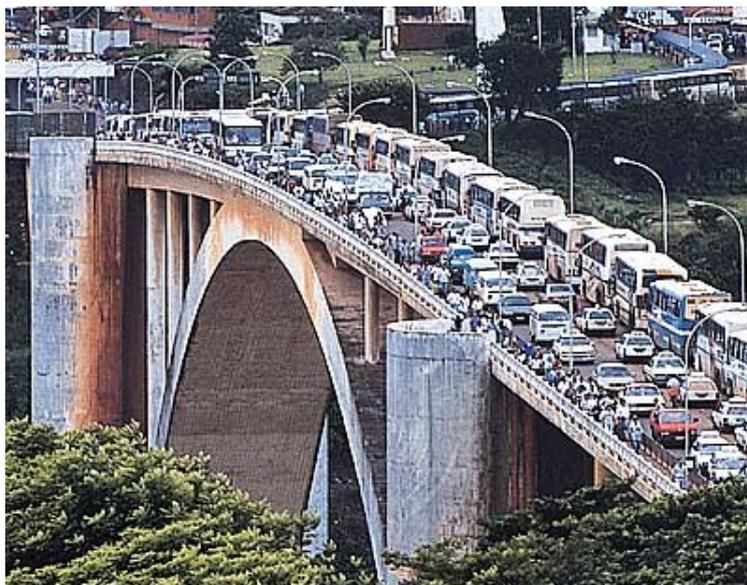
**Figura 29 - BR 277 Duplicada em Foz do Iguaçu**

Fonte: JORNAL VOZ D'OESTE - Disponível em: <<http://www.jvozdoeste.com.br/geral/2876-fechado-acordo-para-duplicacao-da-br-277.html>>. Acesso em: 21 maio 2013.

Devido às manifestações da comunidade regional, em 2012 foram iniciados os trabalhos de melhorias do percurso entre Medianeira e Cascavel, onde estão inclusos, também, os trabalhos de duplicação do percurso e a construção de quatro viadutos entre as cidades de Medianeira e Matelândia.

Outra obra que se apresenta em estado profundamente precário e reivindica melhorias é a Ponte da Amizade, que liga o Brasil e o Paraguai. A solução para desafogar o fluxo seria a construção de uma segunda ponte, ligando os dois países.

Na Figura 30, tráfego de veículos e pedestres na Ponte da Amizade, ligando Foz do Iguaçu (Brasil) à Ciudad del Este (Paraguai).



**Figura 30 - Fluxo de Veículos e Pedestres na Ponte da Amizade.**

Fonte: Disponível em: <<http://ronaldoliveiro.blogspot.com.br/2012/02/lei-dos-sacoleiros-entra-em-vigor.html>>.

Acesso em: 21 maio 2013.

A falta de investimentos públicos tem provocado alterações e estagnação populacional em alguns municípios. O exemplo mais marcante é a cidade de Foz do Iguaçu que, na última década, teve reversão em seu crescimento populacional, contrariando o crescimento acelerado de décadas anteriores.

Segundo o IBGE, a causa maior da estagnação populacional é consequência do aperto na fiscalização alfandegária na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, especialmente na Ponte da Amizade. Todavia, outro fator vem a ser a falta de investimentos públicos na cidade<sup>51</sup>.

Conforme anteriormente citado pelo Informante 8 (Foz do Iguaçu), o governo federal está encabeçando um projeto denominado “Beira Foz”. O objetivo é diminuir o contrabando na fronteira e contribuir com o desenvolvimento dos setores econômicos de Foz do Iguaçu, atraindo empresas e turistas. É uma proposta de recuperação do trecho de 21 km às margens do Rio Paraná, entre a Hidrelétrica de Itaipu e o Marco das Três Fronteiras, e está sendo coordenada por meio do Ministério da Justiça, contando com a participação dos governos municipal e estadual<sup>52</sup>.

O projeto “Beira Foz” configura-se como um movimento pela ocupação ordenada dos rios Iguaçu e Paraná. A proposta é dificultar o contrabando de mercadorias e drogas trazidas do

<sup>51</sup> *Obras Paradas e Promessas não Cumpridas São Rotina*. Cidade perdeu com a queda populacional registrada na última década, em parte motivada pela falta de investimentos públicos. Jornal O Paraná, 10 de Setembro de 2011 p. B10.

<sup>52</sup> *Projeto de Urbanização do Beira Foz será discutido em Audiência Pública*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/04/projeto-de-urbanizacao-da-beira-foz-sera-discutido-em-audiencia-publica.html>>. Acesso em: 23 maio 2013.

Paraguai. É uma iniciativa urbanística, de grandes proporções, que se estenderá deste o Parque Nacional do Iguaçu até a Itaipu. Compõe o projeto a construção de uma das maiores avenidas do Brasil, a reconstrução das aduanas, a construção de um parque linear com espaços de lazer e cultura, além de bares, hotéis, restaurantes, condomínios residenciais e postos avançados da Marinha e da Polícia Federal. Afora isso, a Ponte da Amizade será revitalizada com iluminação, inclusão de um calçadão para pedestres e bicicletas. O projeto contempla, ainda, um novo zoneamento e um programa de desfavelização das áreas ocupadas irregularmente. Cerca de 2 mil famílias serão realocadas e receberão casas populares em outras regiões da cidade<sup>53</sup>. Na Figura 31, foto de divulgação da Itaipu Binacional do Projeto Beira Foz. Trata-se da área às margens do rio Paraná a ser revitalizada.



**Figura 31 - Projeto Beira Foz.**

Foto: Divulgação Itaipu Binacional Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/04/projeto-de-urbanizacao-da-beira-foz-sera-discutido-em-audiencia-publica.html>>.

Acesso em: 23 maio 2013.

O contrabando de mercadorias e drogas trazidas do Paraguai, assim como para Foz do Iguaçu, é também, fator de perturbação e insegurança à população dos demais municípios Lindeiros. Com o objetivo de melhorar a segurança nas cidades da região, em 2012, se instalou no Oeste do Estado do Paraná, o Batalhão de Fronteira (BPFron) o qual atua com ações inteligentes de combate à criminalidade. O sociólogo e membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, diz que a criação de um grupo especializado em fronteira dá mais eficiência no combate ao tráfico pelo conhecimento empregado. A sede do BPFron esta instalada no município de Marechal Cândido Rondon, o mesmo atua em 139 municípios paranaenses localizados próximos da

<sup>53</sup>Projeto Beira Foz em Audiovisual 10'45". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rOixQZhqvB8>>. Acesso em: 23 maio 2013.

linha fronteira com Argentina e Paraguai. “As ações são feitas principalmente em áreas de difícil acesso como estradas rurais e ao longo do Lago de Itaipu, que de norte a sul do Paraná, possui mais de 1.300 quilômetros de margem”<sup>54</sup>.

Para Dubiela (2011), além do fator segurança, outro aspecto que traz preocupações e prejuízos ao setor empresarial da região de fronteira é a informalidade praticada por vendedores ambulantes com mercadorias ilegais provenientes do Paraguai. A atividade gera uma competitividade desleal frente à diferença de preço e carga de impostos que encarece o custo final da mercadoria brasileira. Segundo a Associação Comercial e Industrial da cidade de Mercedes (ACIM) “a proximidade com o Paraguai é uma porta de entrada para essas mercadorias nos municípios lindeiros” (DUBIELLA, 2011, p.B10).

Se por um lado a proximidade com o comércio do país vizinho causa desconforto aos empresários do setor de vendas, esta se caracteriza como vantagem ao setor imobiliário e turístico. A economia aquecida em Salto del Guairá tem gerado uma expansão demográfica urbana na fronteira com o Brasil. Muitos empresários brasileiros ou estrangeiros que investem no Paraguai se instalam no Brasil, e em contrapartida, muitos brasileiros acabam indo trabalhar no Paraguai. Desta forma, o dinheiro que é arrecadado lá com mão de obra ou empresas acaba sendo revertido e aplicado na região. Para o Presidente da Associação Comercial de Mundo Novo (MS), Vanderlei Rankel o que o município perde de vendas, recupera na área (imobiliária) e também com o turismo, porque as pessoas que vão comprar em Salto, passam em Mundo Novo, onde almoçam e ficam em hotéis<sup>55</sup>.

Cidade vizinha a Mundo Novo, Guaíra também é favorecida pelo setor comercial, que está em expansão em Salto Del Guairá, no Paraguai. O setor de hotelaria tem atraído novos investidores no município de Guaíra. É cada vez maior o número de pessoas que tem optado por fazer compras em Salto del Guairá, ao invés de Ciudad Del leste, cidade do Paraguai vizinha à Foz do Iguaçu, este fator tem aquecido a economia de Guaíra, principalmente do setor hoteleiro. No entanto, para o empresário Domenciano Neves são necessários vários investimentos na região, dentre os quais, priorizou as melhorias nas rodovias, especialmente as que ligam Guaíra a região Norte do Paraná, devido o enorme fluxo de veículos. Outras necessidades apontadas por ele, dizem respeito à necessidade de melhorias pelo governo do

---

<sup>54</sup> FREIRE, Mauricio. *Batalhão de Fronteira Melhora Segurança nas Cidades do Oeste Paranaense*. Disponível em <<http://cbnfoz.com.br/noticias-de-foz-do-iguacu/editorial/foz-do-iguacu/26072013-33916-batalhao-de-fronteira-melhora-seguranca-nas-cidades-do-oeste-paranaense>> Acesso em 16 de Setembro de 2013.

<sup>55</sup> *Comércio Paraguai avança em Direção ao BR*. Disponível em <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=11792&Not=Comercio%20paraguaio%20avanca%20em%20direcao%20ao%20BR>> Acesso em 13 de nov. 2012.

país vizinho, na cidade de Salto del Guairá, tendo em vista melhor comportar o grande aumento do fluxo de turistas<sup>56</sup>.

Como se pode averiguar, são inúmeras as deficiências em infraestrutura urbana que os municípios apresentam, sendo que estes, reivindicam investimentos nas esferas políticas buscando proporcionar maiores possibilidades de desenvolvimento social e econômico.

#### **4.2 Políticas de Investimento Urbano dos Municípios Lindeiros**

Com o intuito de investigar as obras prioritárias para investimentos nos municípios, bem como as fontes de recursos que os mesmos utilizam para a efetivação de seus trabalhos foram entrevistadas algumas secretarias municipais relacionadas ao Planejamento Urbano, e de igual modo secretarias relacionadas a Obras e Serviços Públicos, conforme segue:

São inúmeras as atribuições das secretarias ligadas à Administração e Planejamento dos municípios. Como exemplo destas, foram elencadas pelo Informante 3 (Foz do Iguaçu), conforme a Lei complementar nº 202, de 14 de fevereiro de 2013, da Assessoria Especial de Planejamento de Foz do Iguaçu:

a Assessoria Especial de Planejamento é o órgão ao qual incumbe as atividades de elaboração, gerenciamento, acompanhamento e fiscalização de projetos da Administração Direta Municipal, assessorando e orientando o Prefeito Municipal na execução do Programa de Governo e das orientações executivas Municipais; a elaboração, acompanhamento e prestação de contas dos convênios e subvenções sociais do Município; Planejamento das Políticas Orçamentárias Municipais, incluindo a estruturação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, além do Plano Plurianual; o assessoramento ao Prefeito Municipal em assuntos de sua competência e que nesta condição lhe forem cometidos e o fornecimento de dados e informações a fim de subsidiar o processo decisório do Chefe do Poder Executivo. A Assessoria Especial de Planejamento, além do Assessor Especial, subordinado diretamente ao Prefeito Municipal e com status de Secretário Municipal, compõe-se das seguintes unidades de serviços, diretamente subordinadas ao respectivo titular da Assessoria Especial: I - Diretoria de Convênios e Subvenções; II - Diretoria de Planejamento Orçamentário, e III - Diretoria de Planejamento de Projetos.

De igual modo, entre as principais atribuições das secretarias relacionadas a Obras e Serviços Públicos, podem ser elencadas diversas atividades. No caso do município de Foz do Iguaçu, o Informante 12 (Foz do Iguaçu) relatou que as atribuições da secretaria foram

---

<sup>56</sup> *Guaira: Naturalmente Privilegiada*: Empresários da rede hoteleira destacam viabilidade do setor turístico. Revista Região. nº12, 2011, p.21

alteradas e recém regulamentadas, em conformidade com a Lei Complementar nº 202/2013 – Título VI, arts. 39, na qual estão expressas as incumbências Secretaria Municipal de Obras com relação ao planejamento e infraestrutura urbana do Município, conforme segue:

...aprovar, fiscalizar e vistoriar os projetos e o sistema viário municipal, urbano e rural; manter e gerenciar o sistema de iluminação pública e de distribuição de energia; manter a de galerias pluviais, prover a implantação de obras públicas em geral e reparo dos próprios municipais; a análise, aprovação e fiscalização de projetos de obras e edificações; conservação, pavimentação e calçamento de ruas, avenidas e logradouros públicos; manutenção, conservação e guarda dos equipamentos rodoviários e da frota de veículos; conservação e o controle de terrenos no perímetro urbano; manter o controle das administrações de Cemitérios e dos Serviços Funerários; a fiscalização de contratos que se relacionem com os serviços de sua competência, e ainda o cumprimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e a obediência aos Códigos de Posturas, Obras, Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento ...<sup>57</sup>

A despeito do questionamento sobre a forma pela qual as secretarias seguem o planejamento com vistas a atender as adversidades atuais, bem como as expectativas futuras com relação ao desenvolvimento urbano dos municípios, depreendeu-se das respostas dos Informantes que os municípios, em sua maioria, contemplam, em seu Plano, as reivindicações da comunidade, cuja preocupação se traduz na consciência da importância de dois planejamentos distintos: um voltado para o atendimento das necessidades atuais das pessoas, e outro apropriado para metas em longo prazo.

Chegou-se a este parecer por intermédio da colaboração dos Informantes. No caso do Informante 4 (Marechal Cândido Rondon), este explicou de maneira sucinta a diferença entre os dois modos de planejamento: “a realidade presente trabalha-se com o planejamento a curto prazo, expectativas futuras de desenvolvimento, trabalha-se com o planejamento estratégico”. Diferente foi a resposta do Informante 5 (Mercedes), que afirmou ser o planejamento efetuado a partir da verificação das demandas existentes e suas características emergenciais. Feito este processo inicial, parte-se em busca da viabilização dos recursos financeiros, que podem provir dos cofres públicos municipais, estaduais ou federais. O Informante sublinha que as demandas devem satisfazer a população tanto momentaneamente, quanto em longo prazo.

Esta opinião final está em consonância com o Informante 7 (Guaira), que explica que o município de Guaira trabalha sob duas perspectivas principais: a do passado, ao identificar as necessidades estruturais e demandas urbanas existentes, e a perspectiva do futuro, que

---

<sup>57</sup> Lei Complementar nº 202/2013, ano XV Edição nº 1934 de 14 de fevereiro de 2013.p. 19 e 31.

prevê o impacto das estratégias estabelecidas. Ou seja, “... atuamos no presente para corrigir o passado olhando as necessidades para o futuro”, afirma o Informante.

Por fim, a versão do Informante 6 (Santa Helena) não se aplica aos casos anteriores, uma vez que, segundo ele, “devido ao início da gestão não foram traçados objetivos ao desenvolvimento urbano, porém percebe-se que nunca ocorreu um planejamento efetivo nesse sentido”.

As considerações sobre como são selecionadas as obras prioritárias para investimento no município revelaram que os municípios apresentam preocupações tendo em vista um planejamento prévio que contemple as obras prioritárias e que leve em consideração os interesses da comunidade e a previsão orçamentária.

Neste sentido, colaboram com informações o Informante 3 (Foz do Iguaçu), que destaca a importância do “Plano Diretor, das Conferências Municipais, Audiências Públicas e das demandas da comunidade local”. De igual modo o Informante 4 (Marechal Cândido Rondon) destacou a importância das obras resultantes do “Plano de Governo, Plano Diretor, indicações do Poder Legislativo, demandas das comunidades”. O Informante 12 (Foz do Iguaçu) relatou que “as obras prioritárias são elencadas a partir de necessidades evidentes e consultas públicas, para posterior inclusão em PPAs, LDOs e LOAs”<sup>58</sup>. O Informante 15 (Santa Helena) apontou que as obras de maior investimento são as obras vinculadas a convênios.

O Informante 7 (Guaíra), elencou as obras prioritárias para investimentos no município em quatro etapas e de acordo com as seguintes prioridades: inicialmente, ele destacou as obras oriundas do plano de governo, apresentadas na campanha eleitoral. Posteriormente, citou as oriundas do processo de planejamento participativo Urbano e Rural de Guaíra e, por fim, mencionou as oriundas das diretrizes estratégicas de gestão, bem como as obras de oportunidade, que são apresentadas em editais do Governo Federal, PAC, convênios e outros, e, ainda, de origem do Governo Estadual.

Os entrevistados consideram importante a participação da comunidade na indicação de obras e conforme o Informante 13 (Marechal Cândido Rondon) as ações, no município, são selecionadas conforme a necessidade da maior parcela da população, após terem sido encaminhadas ao setor de planejamento e jurídico. No entanto, os trabalhos somente são executados se estiverem planejados na rubrica orçamentária. Também o Informante 14 (Mercedes) apontou preocupações neste sentido relatando que as obras são selecionadas

---

<sup>58</sup> Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

“através do plano de governo dos gestores. Plano este que é discutido com as comunidades locais para melhor aplicação dos recursos públicos”. O Informante 5 (Mercedes) enfatizou que as obras prioritárias devem melhorar a qualidade de vida da população e beneficiar maior número de municípios, sempre por intermédio de Audiências Públicas.

O Informante 6 (Santa Helena ) destacou anteriormente o início de gestão do governo e com relação à seleção de obras relatou que “a partir do mês de junho será implementada a Secretaria de Planejamento para estudo e acompanhamento das ações voltadas às obras urbanas”.

Com relação ao questionamento das deficiências em infraestrutura urbana, os municípios apontam como uma constante preocupação o recapeamento asfáltico, segundo mostra a resposta do Informante 14 (Mercedes), ao identificar como problemática a “recuperação da pavimentação asfáltica da cidade, pois em virtude do tempo o asfalto está deteriorado e os custos são altos para a recuperação”. Outros municípios apontam como deficiente a drenagem urbana, haja vista a necessidade de implantação de galerias pluviais, segundo as respostas dos Informantes 12 (Foz do Iguaçu) – “atualmente a maior deficiência está relacionada à drenagem urbana, tais como implantação e readequação da rede de galerias pluviais, além da limpeza, dragagem e proteção das margens de córregos e rios existentes, principalmente, na área urbana” – e 13 (Marechal Cândido Rondon), sendo que este, além da falta de galerias pluviais, mencionou outra preocupação: “a falta do anel viário na cidade, o que ocasiona um grande fluxo de caminhões e máquinas pesadas no centro ou em ruas paralelas, o que gera um desgaste asfáltico fora do planejado”.

Outros problemas que atingem vários municípios são a falta de rede coletora de esgoto (Informante 5 – Mercedes; Informante 4 – Marechal Cândido Rondon), a deficiência da mobilidade urbana e o tráfego de veículo pesados (Informante 3 – Foz do Iguaçu; Informante 4 – Marechal Cândido Rondon), o reforço na rede de abastecimento de água (Informante 5 – Mercedes), a maior fiscalização com relação à implantação de novos loteamentos urbanos (Informante 6 – Santa Helena), entre outros aspectos citados, como limpeza urbana, limpeza dos córregos e assoreamento do sistema de drenagem urbana e o sistema de saneamento (Informante 7 – Guaíra; Informante 15 – Santa Helena).

Diante do resultado apresentado, chama-se atenção para o fato de que os maiores problemas relacionados à mobilidade urbana, aos meios de transporte e às vias públicas, na cidade de Foz do Iguaçu, constituem-se enquanto resultados do grande fluxo de veículos e de transporte coletivo – conforme já analisado no primeiro capítulo – o qual adveio como consequência natural dos atrativos turísticos, das migrações pendulares e da localização

geográfica fronteira do município.

O questionamento seguinte pretendeu saber se existe possibilidade dos municípios atenderem suas obras demandadas apenas com recursos próprios. A conclusão a que se chegou foi de que a maioria dos municípios necessita e utiliza de verbas externas (estaduais e federais) para dar conta de suas necessidades em obras e infraestrutura urbana. Isto quer dizer que falta autossuficiência a tais cidades, no que concordam os Informantes 13 (Marechal Cândido Rondon), 12 (Foz do Iguaçu) – o qual respondeu que a arrecadação municipal e os valores permitidos para investimentos “não propiciam ao município a autossuficiência para o atendimento à demanda de infraestrutura e obras afins” – e o Informante 14 (Mercedes), que argumentou que “o município gasta em torno de 40% somente em folha de pagamento e em torno de 52% para manter a máquina pública, restando apenas 8% para investimentos”.

Em contradição aos demais municípios, o Informante 15 (Santa Helena) teve posicionamento diverso, afirmando que é possível atender a demanda por obras com recursos próprios, devido ao bom orçamento do município.

No questionamento sobre como as ações municipais são planejadas, tendo-se em vista os limites financeiros que apresentam e os recursos públicos disponíveis, percebeu-se que os mesmos, de acordo com as respostas obtidas, elencam suas obras seguindo seu caráter emergencial e respeitando o planejamento prévio. Quando os recursos não são compatíveis com as necessidades, os municípios buscam soluções em outras esferas, como as federais ou estaduais ou, ainda, através de ampliação de receitas e de operações de crédito. Os dois últimos casos foram citados pelo Informante 3 (Foz do Iguaçu) – ou seja, as ações são planejadas “mediante o congelamento de despesas e ampliação das receitas, bem como através de operações de crédito”. Por sua vez, o Informante 4 (Marechal Cândido Rondon) respondeu que os recursos de seu município são “baseados em recursos próprios, empréstimos, Emendas Parlamentares, Convênios e Transferências Voluntárias”.

O Informante 5 (Mercedes) descreveu que é através da urgência das ações que é feito o planejamento, respeitando os recursos que o município dispõe. “Quando estes recursos não são compatíveis com a necessidade, parte-se em busca de recursos algumas vezes de transferências voluntárias (Federais ou Municipais) outras vezes, se considera a possibilidade de viabilização de operação de crédito.” Por fim, em contraposição à resposta direta do Informante 6 (Santa Helena) – “no momento as ações serão planejadas e nenhum recurso foi disponibilizado para obras públicas” – o Informante 7 (Guaíra) se manifestou com propriedade a respeito da temática em questionamento, chamando atenção para a importância de:

procurar usar o mínimo de valores destinados ao investimento a aplicação direta e usar estas verbas para contrapartidas, desta forma os 20% de um valor aplicado direto para um determinado uso podemos torna-lo 80%, resumindo, nesta estratégia a cada R\$ 2,00 próprios podemos alavancar R\$ 8,00 com os convênios para o mesmo uso.

Com relação à fonte de recursos que o município utiliza para a realização de suas obras urbanas, e como são planejadas as ações municipais diante de seus limites financeiros, para além dos recursos da esfera estadual e federal – o Informante 6 (Santa Helena) informou que o município está elaborando “projetos para buscar recursos junto ao Governo Estadual e Federal” –, das operações de crédito – o Informante 3 (Foz do Iguaçu) apontou “principalmente as operações de crédito e as próprias” –, dos financiamentos e das emendas parlamentares, ressaltaram a importância dos *royalties*, do ICMS, FPM, IPTU, dentre outras taxas e impostos, sendo este o caso do Informante 4 (Marechal Cândido Rondon) – “FPM, Retorno de ICMS, IPTU, Royalties, Impostos e Taxas Diversas”.

Todos os demais Informantes, de modo geral, e evitando elencar, aqui, exaustivamente a ordem da fonte de recursos citada pelos municípios, se valem de recursos próprios, estaduais, federais, de convênios e de financiamentos (Informante 5 – Mercedes; Informante 12 – Foz do Iguaçu; Informante 13 – Marechal Cândido Rondon) e dos *Royalties* (Informante 7 – Guaíra; Informante 14 – Mercedes; Informante 15 – Santa Helena).

Procurando saber quais os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento e a preservação das cidades dessa região, os Informantes contribuíram com várias possibilidades de recursos, dentre os quais, recursos da esfera estadual, o ICMS e o IPVA e, da esfera Federal, o FPM e os *Royalties*. Também elencaram diversos programas de investimentos.

Conforme contribuição do Informante 8 (Foz do Iguaçu) e do Informante 14 (Mercedes), estes destacaram alguns programas de investimento como o Paraná Urbano, Fundo de Desenvolvimento Estadual, Pro Municípios, Pró Moradias ou, ainda, os programas dos diversos Ministérios Federais, Ministérios das Cidades, Ministério da Educação, FUNASA, Ministérios da Saúde, Ministério dos Esportes, Ministério do Planejamento, Ministério da Ação Social, entre outros.

Dentre os que informaram os recursos estaduais o ICMS e o IPVA e da esfera Federal o FPM, *Royalties* estão os Informantes 14 (Mercedes), 10 (Santa Helena), 5 (Mercedes), este último destacou também que “tais recursos são os principais componentes das receitas

financeiras de municípios de pequeno porte, cuja estrutura comercial e industrial não tem grande destaque na economia do município”.

Os Informantes 3 (Foz do Iguaçu) e 4 (Marechal Cândido Rondon) apontaram as transferências de capital e operações de crédito como empréstimos, Emendas Parlamentares, Transferências Voluntárias, PAC. O Informante 15 (Santa Helena) apontou de igual modo as emendas parlamentares para a educação, bem como, “aquisição de máquinas e equipamentos, calçamento e lama asfáltica”.

Também foram apontados como investimentos que potencializam o desenvolvimento das cidades da região os recursos aplicados em infraestrutura, principalmente de transporte, e as ações consorciadas entre os municípios, conforme relatou o Informante 7 (Guaíra). O Informante 13 (Marechal Cândido Rondon) destacou obras que receberam investimentos externos, como a Avenida Irio Jacob Welp, o recape das avenidas, dos distritos e as pavimentações poliédricas.

Os Informantes das secretarias municipais relacionadas à indústria e comércio também contribuíram com informações neste sentido. O Informante 8 (Foz do Iguaçu) citou, como exemplo de investimentos que potencializam o desenvolvimento e preservação das cidades os investimentos da esfera federal, a criação do Ministério das Cidades, dada a sua importância quanto à superação do “recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes (mobilidade) e do trânsito, para integra-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo”. O Informante 9 (Mercedes) apontou a importância dos “recursos direcionados para investimentos na agricultura e em infraestrutura local”. O Informante 10 (Santa Helena) destacou além dos *royalties* e das emendas parlamentares o ICMS ecológico.

O Informante 6 (Santa Helena) apontou que “o município não fez um levantamento preciso para saber o quantitativo que estes recursos representam ou, ainda, se houve recebimento destes recursos”.

Por fim, o Informante 11(Guaíra) mencionou várias possibilidades de arrecadação municipal, como:

IR Imposto de Renda: Do produto da arrecadação do imposto de renda, a União entrega 22,5% ao fundo de participação dos municípios. ITR Imposto Territorial Rural: Arrecadado pela união, metade deste importo pertence ao município. IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores : Arrecadado pelo Estado que repassa 50% do valor arrecadado. ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação: Arrecadado pelo estado que repassa 25% do valor arrecadado ao município. IPI Imposto sobre Produtos Industrializados: De competência da União, que arrecada e transfere

aos estados e municípios obedecendo às mesmas regras válidas para a distribuição do imposto de renda. Fundo de Participação dos Municípios: Composto de 22,5% dos 47% do produto de arrecadação do IR e IPI. [grifo do autor]

O Quadro 7 apresenta a síntese das entrevistas às secretarias de Planejamento, secretarias de Obras e Serviços Públicos e de Indústria e Comércio:

**Quadro 7 - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas às secretarias de Planejamento, de Obras e Serviços Públicos e de Indústria e Comércio:**

<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 3 (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira)	Questão 2) De que forma efetua-se o planejamento tendo em vista atender a realidade presente e as expectativas futuras de desenvolvimento urbano do município?
<b>Principais Apontamentos:</b> a) A maioria dos municípios entrevistados leva em conta, no planejamento, o envolvimento da comunidade e a necessidade de atender dois tipos de planejamento: um que atenda as necessidades momentâneas da população, e outro que dê conta de metas que demandem longo prazo.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>
-Informante 3 (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira) -Informante 12 (Foz do Iguaçu) -Informante 13 (Marechal C.R.) -Informante 14 (Mercedes) -Informante 15 (Santa Helena)	Questão 2) Como são selecionadas as obras prioritárias para investimentos no município? (Sec. de Obras)  Questão 3) Como são planejadas e selecionadas as obras urbanas prioritárias para investimentos no município? (Sec. de Planejamento)
<b>Principais Apontamentos:</b> b) Os municípios executam suas obras através de planejamento prévio, levando em consideração a emergência da obra, os interesses da comunidade e a previsão orçamentária. c) Destacam-se os meios de planejamento elaborados com participação popular, como Plano Diretor, Conferências Municipais e Audiências Públicas.	
<b>Informantes</b>	<b>Questões</b>

-Informante 3 (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira) -Informante 12 (Foz do Iguaçu) -Informante 13 (Marechal C.R.) -Informante 14 (Mercedes) -Informante 15 (Santa Helena)	<p>Questão 3) Em sua opinião, qual a maior deficiência relacionada à infraestrutura urbana que o município apresenta? (Sec. Obras)</p> <p>Questão 4) Em sua opinião, qual a maior deficiência relacionada à infraestrutura urbana que o município apresenta? (Sec. Planejamento)</p>
<p><b>Principais Apontamentos:</b></p> <p>d) Os municípios apontam como maior dificuldade ligada à infraestrutura urbana, a constante preocupação com recapeamento asfáltico. No caso de Marechal Cândido Rondon, a falta de um anel viário acentua as preocupações neste sentido.</p> <p>e) Alguns municípios destacaram deficiências na drenagem urbana pela necessidade de implantação de galerias pluviais.</p> <p>f) Outros problemas destacados por vários municípios foram a falta de rede coletora de esgoto, a necessidade de reforço na rede de abastecimento de água e maior fiscalização na implantação de novos loteamentos urbanos.</p> <p>g) Para o município de Foz do Iguaçu, os maiores problemas estão relacionados à mobilidade urbana, aos meios de transporte e às vias públicas. O que é resultante do intenso tráfego de veículos no município, enquanto consequência natural de atrativos turísticos, de migrações pendulares e da localização geográfica de fronteira.</p>	
<b>Informante</b>	<b>Questões</b>
-Informante 3 (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira) -Informante 12 (Foz do Iguaçu) -Informante 13 (Marechal C.R.) -Informante 14 (Mercedes) -Informante 15 (Santa Helena)	<p>Questão 4) É possível atender a demanda por obras apenas com recursos próprios? (Sec. de Obras)</p> <p>Questão 5) Como são planejadas as ações municipais diante seus limites financeiros, os recursos públicos disponíveis? (Sec. de Planejamento)</p>
<p><b>Principais Apontamentos:</b></p> <p>h) A maioria dos municípios necessita e utiliza-se de verbas externas (estaduais e federais) para dar conta de seus anseios e necessidades em obras e infraestrutura urbana.</p> <p>i) Os municípios utilizam diferentes possibilidades de recursos, tanto da composição do orçamento próprio, como os provenientes de operações de crédito, programas do governo federal e estadual, financiamentos e emendas parlamentares para dar conta de suas necessidades relacionadas à infraestrutura urbana. Os principais recursos da esfera estadual são o ICMS e o IPVA, e da esfera Federal o FPM e os <i>Royalties</i>.</p>	
<b>Informante</b>	<b>Questões</b>
-Informante 3	

(Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira) -Informante 8 (Foz do Iguaçu) -Informante 9 (Mercedes) -Informante 10 (Santa Helena) -Informante 11 (Guaira) -Informante 12 (Foz do Iguaçu) -Informante 13 (Marechal C.R.) -Informante 14 (Mercedes) -Informante 15 (Santa Helena)	<p>Questão 6) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas? (Sec. de Planejamento)</p> <p>Questão 7) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento e preservação das cidades dessa região? (Sec. de Planejamento)</p> <p>Questão 5) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas? (Sec. de Obras)</p> <p>Questão 6) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento e preservação das cidades dessa região? (Sec. de Obras)</p> <p>Questão 8) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento socioeconômico das cidades dessa região? (Sec. Ind. E Com.)</p>
<p><b>Principais Apontamentos:</b></p> <p>j) Existem diversos programas de investimentos que os municípios utilizam, como Paraná Urbano, Fundo de Desenvolvimento Estadual, Pro Municípios, Pró Moradias ou, ainda, os programas do PAC, dos diversos Ministérios Federais, Ministérios das Cidades, Ministério da Educação, Ministérios da Saúde, Ministério dos Esportes, Ministério do Planejamento, Ministério da Ação Social, entre outros.</p>	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

Diante das inúmeras necessidades relacionadas à infraestrutura urbana com as quais os municípios se deparam, estando entre elas, principalmente, a necessidade de recapeamento asfáltico e a rede coletora de esgoto, os municípios fazem uso de várias fontes de recursos que financiam suas obras. Além dos recursos municipais, destacam-se os recursos externos, previstos através de programas das esferas estadual e federal.

Na análise seguinte, serão elencados alguns exemplos de programas de investimento utilizados que potencializam a infraestrutura regional.

#### 4.2.1 Programas institucionais e governamentais de investimentos regionais que influenciam na produção do espaço

Conforme informações anteriores, as oportunidades que objetivam sanar demandas regionais são oferecidas pelos departamentos administrativos das esferas municipais, federais ou estaduais, por meio de planos e programas urbanos que buscam atender ao desenvolvimento econômico e social destes municípios.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU)<sup>59</sup> integra entidades e programas para coordenação dos interesses do Estado e de municípios quanto à obtenção de recursos e apoio técnico especializado. Ela objetiva definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes. Ela apresenta como principais programas o Plano de Transporte Escolar (PTE), o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU) e os Consórcios Intermunicipais.

Este último intenciona o fortalecimento do associativismo municipal, para o desenvolvimento urbano, tendo em vista a união das comunidades mediante planos previamente estabelecidos. Considera-se a possibilidade de um Consórcio Intermunicipal quando da existência de um grupo de municípios integrantes de um mesmo aglomerado urbano ou microrregional, com a finalidade de executar obras e serviços públicos de interesse comum, ou para a aquisição de bens, produtos e equipamentos.

Para dar apoio ao recebimento de recursos, o serviço social autônomo Paranacidade, órgão vinculado à secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), criado para canalizar recursos para municípios através de financiamentos, tem acompanhado inúmeras obras em andamento na região Oeste. O acompanhamento ocorre por meio de suporte técnico e auxílio em processos de liberação de recursos federais aos municípios que possuem dificuldades em montar o projeto de solicitação de financiamento. Conforme o coordenador do escritório regional de Cascavel do Paranacidade, João André Sarolli, a linha de atuação que o Paranacidade segue é de obras urbanas, visando o desenvolvimento em qualquer área. Ele ressalta que o número de solicitações maior está relacionado à pavimentação<sup>60</sup>.

Ainda segundo o coordenador, os requisitos para obter recursos de financiamento por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é que o município esteja com a documentação em dia, que tenha capacidade de endividamento e possua um bom projeto.

Como exemplo de obra conjunta do Governo do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, a pavimentação da Avenida Irio Jacob Welp, conforme Figura 32:

---

<sup>59</sup> *Secretaria do Desenvolvimento Urbano*. Disponível em: <[www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br](http://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br)>. Acesso em: 03 jan. 2013.

<sup>60</sup> *Paranacidade Órgão Busca Proximidade com os Municípios*: coordenador regional da autarquia e supervisor regional da SEDU estão pessoalmente visitando as cidades. Objetivo é estimular a elaboração de bons projetos. *Jornal O Presente*, p.7, 22 de Mar. de 2012.



**Figura 32 - Avenida Irio Jacob Welp.**

Foto: Vânia Dirley Graff. (2013)

Desde 2011, uma das preocupações do governo do Estado do Paraná tem sido, também, a reforma e/ou a ampliação de mais de 40 escolas no Oeste do Paraná. As reformas na infraestrutura escolar da região variam de grande a médio porte. Em Terra Roxa, o prédio do novo Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) está finalizado. A próxima etapa é mobiliar e instalar os laboratórios para iniciar as aulas, em 2014. O novo CEEP vai atender a 1,2 mil alunos de 10 municípios da região, com cursos técnicos de Vestuário, Modelagem, Vendas e Recursos Humanos, além do ensino médio<sup>61</sup>.

Outro exemplo de obra do Estado do Paraná, anteriormente elencada por Informante de Foz do Iguaçu, é a construção do Viaduto da Avenida Paraná, em Foz do Iguaçu. A obra, que está sendo executada, compreende a formação de uma trincheira e rebaixamento da Avenida, para que a BR 277 passe por cima. A intenção da construção do viaduto é melhorar o trânsito, devido ao intenso tráfego de veículos<sup>62</sup>.

Outra estratégia utilizada pelos municípios são os planos do Governo Federal. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>63</sup>, criado em 2007, tem como objetivo acelerar o desenvolvimento e promover a retomada do planejamento e execução de grandes

<sup>61</sup> *Governo Reforma e Amplia 40 Escolas no Oeste do Estado.* Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=74749>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

<sup>62</sup> *Começam as Escavações e Terraplenagem da Trincheira da BR 277 com a Avenida Paraná.* Disponível em: <<http://globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-foz-do-iguacu/v/comecam-as-escavacoes-e-terraplenagem-da-trincheira-da-br-277-com-a-avenida-parana/2506591/>>. Acesso em: 27 mai. 2013..

<sup>63</sup> *Programa de Aceleração do Crescimento PAC.* Disponível em: <[www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

obras de infraestrutura social, urbana, logística e de energia do país. Um de seus fundamentos é a desoneração de tributos para incentivar maior número de investimentos no Brasil.

A redução de tributos é dirigida para setores como, equipamentos aplicados à TV digital, de microcomputadores, de insumos e serviços usados em obras de infraestrutura, e de perfis de aço. Contempla, também, medidas econômicas para o crescimento econômico do país, como o estímulo ao crédito e ao financiamento e às medidas fiscais de longo prazo, como é caso do controle das despesas com a folha de pagamento e a modernização do processo de licitação.

O objetivo do PAC é contribuir para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, elevando o investimento público e privado em obras fundamentais. Em 2011, o PAC entrou em sua segunda fase, com mais recursos e mais parcerias com Estados e municípios, para a execução de obras estruturantes. Dentre os empreendimentos que objetivam melhorar as cidades, estão as obras de Saneamento, Prevenção de Áreas de Risco, Pavimentação e Mobilidade Urbana.

Os programas de Mobilidade Urbana do PAC visam a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e das ações para o sistema de transporte coletivo urbano<sup>64</sup>.

Segundo o Ministério do Planejamento, cada município e Estado deverão apresentar projetos que destaquem a pavimentação ou recapeamento de vias, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, construção de reservatórios, captação de água, passeios com acessibilidade, sistema cicloviário, medidas de modernização de tráfego, sinalização viária e demais elementos que promovam a acessibilidade urbana. O município de Foz do Iguaçu estará sendo contemplado com recursos do programa, sobretudo em obras para promover melhorias e ampliação das condições para a mobilidade urbana<sup>65</sup>.

Outro exemplo de utilização dos recursos federais do PAC II é Marechal Cândido Rondon, que está ampliando sua capacidade de captação de água bruta no sistema de abastecimento. Na Figura 33, ilustra-se a implantação da rede adutora que interligará os poços Feiden, João Pessoa e Uhlein até a Captação I:

---

<sup>64</sup>Programa de Mobilidade Urbana PAC 2. Disponível em: <[www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana](http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>65</sup>Programa de Aceleração de Investimentos-PAC2 do Governo Federal Trará Investimentos para Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/pac-2-do-governo-federal-trara-investimentos-para-foz-do-iguacu>>. Acesso em: 23 maio 2013.



**Figura 33 - Instalação da rede adutora de captação de água em Marechal Cândido Rondon.**

Fonte: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Disponível em: <<http://www.saaemcr.com.br/Inicio/Conteudo/2422/meta-ii-do-pac-esta-em-execucao-em-marechal-candido-rondon>>.

Acesso em: 27 maio 2013.

Outra obra em andamento, no município de Marechal Cândido Rondon, é a construção da Estação de Tratamento de Esgoto, que compreende a construção de lagoas anaeróbicas e de lagoas facultativas. As obras estão sendo realizadas através de recursos federais do PAC II, e têm como agentes participantes o Ministério da Saúde através da FUNASA, a Prefeitura Municipal e Serviços Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)<sup>66</sup>.

Instituição do Governo Federal, a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) é um órgão executivo do ministério da saúde, responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento. As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico. A FUNASA presta auxílio técnico e/ou financeiro, e os investimentos visam intervir no meio ambiente e na infraestrutura dos municípios de até 50.000 habitantes<sup>67</sup>.

Outro programa de destaque estabelecido pelo PAC é o programa habitacional para a contratação de unidades habitacionais com prioridade às famílias de baixa renda, o Programa Minha Casa, Minha Vida. O Programa acontece, de forma geral, em parceria com Estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Para quem tem renda bruta de até R\$

<sup>66</sup> *Meta II do Pac está em Execução em Marechal Cândido Rondon.* Disponível em: <<http://www.saaemcr.com.br/Inicio/Conteudo/2422/meta-ii-do-pac-esta-em-execucao-em-marechal-candido-rondon>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

<sup>67</sup> *Fundação Nacional da Saúde - FUNASA.* Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/competencia/>>. Acesso em: 23 maio 2013.

5.000,00, o Programa oferece algumas facilidades, como descontos, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais<sup>68</sup>.

O governo do Estado do Paraná, em parceria com o Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, está investindo recursos na construção de novas casas através do Programa Morar Bem Paraná, programa este que atende 95% dos municípios. A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) firmou parceria com 378 municípios para a construção de unidades habitacionais urbanas e rurais, melhorias em residências, regularização e titulação de casas<sup>69</sup>.

Conforme Lucrecia (2012) por meio de um convênio com o Ministério das Cidades e com o intuito de financiar famílias de baixa renda, foram destinadas verbas para 70 mil novas moradias no Estado, até 2014. As prefeituras entram na parceria com doações de áreas e terrenos para a construção das casas. O acordo envolve, ainda, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que são os agentes financeiros. As parcerias do Ministério com o Paraná envolvem, também, investimentos nas áreas de mobilidade urbana e saneamento básico.

A integração com outras secretarias e entidades estaduais está presente na política de habitação, como a Sanepar e a Copel, que fazem todos os serviços de saneamento e eletricidade nas residências, nos municípios em que atuam. Algumas famílias, também, são selecionadas para a Tarifa Social, programa que atende famílias de baixa renda com tarifas fixas.

A Cohapar mantém parceria com a Secretaria da Família e a Assistência Social, como o objetivo de que, após o término das construções das casas, as famílias, também, recebam apoio social, com ações do programa Família Paranaense<sup>70</sup>.

Diante do quadro de déficit de moradias, carência de acesso a bens sociais e pobreza em que muitos vivem, foi criado, pelo governo federal, o Plano Brasil Sem Miséria<sup>71</sup>. O objetivo é buscar pessoas que vivem na pobreza extrema, inscrevendo as que precisam e ainda não recebem a Bolsa Família, e também ajudando quem já recebe a bolsa a buscar outras formas de renda.

O programa tem ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e serviços públicos. No campo, o objetivo central é aumentar a produção

---

<sup>68</sup> *Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>69</sup> *Programa Morar Bem Paraná Chega a 95% dos Municípios*. Disponível em: <<http://jornalmeuparana.com.br/site/?p=36980>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>70</sup> *Habitação – Programa Morar Bem Paraná chega a 95% dos Municípios*. Disponível em: <<http://jornalmeuparana.com.br/site/?p=36980>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>71</sup> *Plano Brasil Sem Miséria*. Disponível em: <[www.brasilsemmiseria.gov.br](http://www.brasilsemmiseria.gov.br)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

dos agricultores. Na cidade, qualificar mão de obra e identificar oportunidades e emprego para os mais pobres. Ele também inclui a ampliação da política de microcrédito e incentivo à economia popular e solidária, entre outras ações de inclusão social.

Alinhados ao programa Brasil sem Miséria, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop) firmaram, em fevereiro de 2012, em Curitiba, um acordo para elaboração de planos de saneamento ambiental de todos os 52 municípios da Região. O acordo também inclui financiamentos para programas de geração de trabalho e renda e projetos de gestão pública<sup>72</sup>.

A FPTI finalizou uma carta convite a ser submetida ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), solicitando recursos para elaboração dos planos municipais. O BNDES assumirá 50% dos custos com recursos não reembolsáveis.

Os planos de saneamento contemplam o tratamento de esgoto, abastecimento de água, drenagem e gestão de resíduos sólidos. A região Oeste do Paraná está realizando seus planos de forma integrada. As prefeituras têm até 2014 para apresentarem seus planos e os municípios já estão se organizando através de consórcios municipais.

Principal instrumento de financiamento de longo prazo para investimentos em todos os segmentos da economia, incluindo as questões sociais, regionais e ambientais, o BNDES<sup>73</sup> vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

Com recursos do BNDES será realizada mais uma etapa da ampliação do sistema de esgoto sanitário da cidade de São Miguel do Iguçu. O sistema de abastecimento de água da cidade também está sendo ampliado. A Sanepar está finalizando a perfuração de mais um poço tubular profundo no município, que vai aumentar a capacidade de produção de água em 30%. Os investimentos estão sendo realizados com recursos do BNDES, por meio de debentures, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa e emitidas pela Sanepar, em meados de 2011. Estes recursos visam, principalmente, a ampliação dos sistemas de água e esgoto em municípios com menos de 50 mil habitantes, como é o caso de São Miguel do Iguçu<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> *PTI Desenvolverá Planos de Saneamento do Oeste*. Jornal O Presente, 17 de fevereiro de 2012. p. 08.

<sup>73</sup> *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/A\\_Empresa/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/)>. Acesso em: 27 mai 2013.

<sup>74</sup> *Mais de R\$4,5 Milhões para Sistema de Água e Esgoto*. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/noticias/mais-r-45-milhoes-para-sistemas-de-agua-e-esgoto>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

Outro exemplo de parceria entre os municípios, através de consórcio intermunicipal, é a implantação, na região Oeste do Paraná, do Consórcio Intermunicipal da rede de Urgência entre os Municípios do Oeste do Paraná (CONSAMU). A obra para a sede já está concluída e localiza-se no município de Cascavel. O CONSAMU será mantido pelo Estado, com 50% do valor<sup>75</sup>. Integram este consórcio 43 municípios para os quais em alguns estão sendo implantadas bases do Serviço Móvel de Urgência (SAMU). Posteriormente, serão feitos consórcios de rateio entre os municípios para efetuar repasses financeiros ao consórcio<sup>76</sup>.

Como exemplo, a base do SAMU de Marechal Cândido Rondon atenderá outros cinco municípios: Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Nova Santa Rosa e Quaro Pontes. A construção do prédio - sede da unidade microrregional entrará em funcionamento até o final de 2013. O investimento está sendo viabilizado pela prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon, que receberá, posteriormente, repasses financeiros dos demais municípios para os serviços que envolvem o atendimento da população. O SAMU fará atendimentos clínicos e cirúrgicos aos politraumatizados e outras situações, como AVC e infarto<sup>77</sup>.

São inúmeras as demandas municipais. Os municípios fazem uso de vários instrumentos e programas capazes de auxiliar em suas necessidades, promovendo o alcance de seus objetivos.

Diante dos inúmeros investimentos e recursos dos quais os municípios se utilizam, conforme informações da AMOP, a falta de planejamento e infraestrutura, continua, ainda, sendo um entrave ao desenvolvimento da região Oeste.

Conforme análise feita no capítulo III, outro problema que impede um maior desenvolvimento são as políticas de investimentos em infraestrutura do Paraná, que têm se configurado, ao longo dos anos, como centralizadas e ineficientes, preocupadas em atender os habitantes das áreas metropolitanas, onde se concentram maior número de eleitores.

### 4.3 Políticas Habitacionais

Preocupado com o desenvolvimento econômico e deficiente de ações sociais, o Estado se faz ineficiente para com as responsabilidades sociais. O resultado desta prática são as grandes desigualdades sociais, o aumento da pobreza, a fome e a falta de moradia.

---

<sup>75</sup>*Municípios Atrasam Repasse de Verba e Atrasam a Implantação.* Disponível em: <<http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/municipios-atrasam-repasse-de-verba-e-atrasam-implantacao-42348/>>. Disponível em: 12 jun. 2013.

<sup>76</sup>*Detalhes do Consamu são Apresentados na AMOP.* Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=22355>>. Acesso em: 11 jun. de 2013.

<sup>77</sup>*Construção da Sede do Samu é iniciada em Marechal.* A unidade vai atender Marechal Cândido Rondon e mais cinco municípios. Disponível em: <<http://catve.tv/noticia/6/61311/construcao-da-sede-do-samu-e-iniciada-em-marechal>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

Esses problemas se acentuam nas cidades maiores, cujos recursos disponíveis são insuficientes para atender as demandas. O alto preço do solo urbano e dos alugueis, nas cidades maiores, bem como a baixa renda de muitos, têm sido a causa das grandes desigualdades sociais e o estímulo à formação de áreas desprovidas de planejamento, como os aglomerados subnormais.

A pobreza é uma preocupação mundial. Dentre os temas abordados pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio+20, em 2012, a fome no mundo foi destaque. No entanto, a falta de ações em solucionar o problema demonstra a gravidade do assunto, que carece de atenções mais concretas pelos diversos líderes e governos.

Conforme Davis (2006), o crescimento das grandes cidades é impulsionada pela reprodução da pobreza, e não pela oferta de empregos. As cidades colhem o resultado da crise agrária mundial. O Terceiro Mundo apresenta uma realidade diferente de tempos atrás, em que as cidades industriais utilizavam-se do uso intensivo de capital e o campo do uso extensivo de mão de obra. Atualmente, o campo se utiliza do uso intensivo de capital e cidades industrializadas do uso intensivo de mão-de-obra. “As cidades apesar do crescimento econômico estagnado ou negativo e sem o necessário investimento em nova infra-estrutura, instalações educacionais e sistemas de saúde públicas, simplesmente colheram o produto da crise agrária mundial” (DAVIS, 2006, p. 26).

A política neoliberal desamparou a sociedade, instituindo o aumento das desigualdades sociais através de um quadro de instabilidade perante as incertezas do mercado de trabalho. A baixa remuneração, associada aos custos dos componentes necessários à vida urbana, perfazem uma realidade excludente que limita o acesso à vida urbana, fazendo emergir as periferias e a ampliação dos problemas sociais.

Segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de nove mil famílias vivem na extrema miséria na região Oeste do Paraná. Isto significa que cada membro da família é obrigado a passar o mês com R\$ 70,00 nesse período, o que representa R\$ 1,50 por dia (BARROS, 2011).

Essas pessoas representam as que não têm emprego e estão fora dos programas de governo de transferência de renda, como Bolsa Família e Vale Gás. A maior parte vive em habitações precárias e metade nas três cidades mais populosas da região. O município de Foz do Iguaçu é o que mais concentra famílias nesta situação, 2.796 domicílios não possuem qualquer forma de renda. As famílias que vivem em condição precária, somadas, representam 3% das famílias dos 52 municípios da região Oeste (BARROS, 2011).

O município de Entre Rios do Oeste, em números proporcionais, apresenta a situação mais confortável, com apenas três famílias em situação de risco. Já no município de Guaíra, a situação é inversa, com 319 domicílios nesta situação, quase 5% do total (BARROS, 2011).

Fome e falta de moradia são questões interligadas, que traduzem necessidades básicas importantes para viabilizar condições para vida em sociedade. Foz do Iguaçu está na lista do IBGE como município que possui favelas. Das 80 mil residências, 1,8 mil estão em 10 favelas. No total, 6,4 mil pessoas vivem nesses locais, ou seja, mais de 2,5% dos habitantes<sup>78</sup>.

O IBGE utiliza o conceito de aglomerado subnormal para abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, como as denominadas favelas, termo mais comumente utilizado<sup>79</sup>.

As imagens seguintes confirmam a realidade de alguns aglomerados subnormais presentes em Foz do Iguaçu, Jupira, Conjunto Bubans e Rio Boicy. Na Figura 34, vista parcial da Favela Jupira:



**Figura 34 - Vista Parcial da Favela Jupira**

Foto: Henri Marlus Graff (2013).

Na Figura 35, vista parcial da favela Conjunto Bubans.

---

<sup>78</sup> Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

<sup>79</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.



**Figura 35 - Vista Parcial da Favela Conjunto Bubans**

Foto: Henri Marlus Graff (2013).

Na Figura 36, vista Parcial da Favela Rio Boicy:



**Figura 36 - Vista Parcial da Favela Rio Boicy**

Foto: Henri Marlus Graff (2013).

No Censo de 2010, o IBGE adotou inovações operacionais com o objetivo de melhor identificar os aglomerados através de imagens de satélite de alta resolução e levantamentos morfológicos das áreas<sup>80</sup>.

O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal:

cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia

<sup>80</sup> *Censo de 2010 Aprimorou a Identificação dos Aglomerados Subnormais*. Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051> >. Acesso em: 11 jan. 2013b.

(pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

A identificação de um aglomerado subnormal atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) **ou** precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)<sup>81</sup>. [grifo do autor]

A urbanização fora de planejamento e de padrões vigentes resulta de políticas públicas ineficientes para com os problemas sociais. A falta de maior harmonia entre as cidades, advindas de desequilíbrios em infraestrutura urbana, são elementos que colaboram nesta ineficiência.

Sem melhores perspectivas em cidades menores, muitos preferem migrar para as médias e grandes, agravando o quadro dos problemas sociais. Como exemplo, tem-se o caso do município de Foz do Iguaçu, cuja formação de aglomerados subnormais teve estímulo nas intensas migrações decorrentes do processo de construção da Usina de Itaipu, que trouxe uma superpopulação à cidade, que não contava com uma política populacional adequada.

As migrações foram estimuladas, principalmente, por um forte discurso que destacavam a construção de Itaipu e fazia referência ao número de trabalhadores, moradia, escolas, dentre outros elementos que enalteciam sua infraestrutura. Diante deste fato, muitos vislumbraram melhores possibilidades para concretização de suas aspirações e o emprego determinava esta condição (MANARIN, 2008).

Ao término da construção da usina como num processo natural, no âmbito das relações de trabalho, a maior parte dos trabalhadores foi dispensada, ficando desempregada (MANARIN, 2008).

Conforme o Ipardes (2000), em 2000, a região Oeste possuía 12% do déficit habitacional do Estado, o que significam 20,3 mil moradias, ou seja, 6,47% do total dos domicílios apresentavam alguma precariedade, ou abrigavam mais de uma família. Mais de

---

<sup>81</sup> *Censo de 2010 Aprimorou a Identificação dos Aglomerados Subnormais*. Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051> >. Acesso em: 11 jan. 2013b.

50% do déficit foi oriundo de apenas três municípios: Foz do Iguaçu (4.806), Cascavel (4.137) e Toledo (1.555), correspondendo aos mais populosos da região Oeste do Estado.

Levando em consideração a importância da necessidade de políticas habitacionais adequadas, e com o intuito de melhor compreender como se processam as políticas habitacionais atuais, e quais as possibilidades que os municípios dispõem para um melhor planejamento e ações que diminuam os déficits habitacionais, foram questionadas algumas secretarias municipais dos Municípios Lindeiros, relacionadas à Coordenação e Planejamento.

Conforme informações dos entrevistados sobre as políticas habitacionais dos municípios, compreende-se que estas políticas são tratadas através da inserção em Planos de Habitação e da atuação de Coordenadorias e Conselhos Municipais de Habitação, sob orientação das Secretarias de Planejamento, Planos Diretores e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias.

Nesse sentido, vários municípios destacaram a atuação de suas políticas habitacionais. O Informante 7 (Guaira) relatou que “dentro da estrutura de planejamento existe a coordenadoria de habitação que é responsável pela implantação do plano municipal de habitação de interesse social, que sobre a orientação da Secretaria de Planejamento exerce essa atividade”. O Informante 5 (Mercedes) mencionou que a política de planejamento habitacional é elaborada através de um “plano simplificado de habitação e criação de Conselho Municipal de Habitação”. O Informante 3 (Foz do Iguaçu) destacou a inserção de programas de habitação no PPA, LDO e LOA,<sup>82</sup> além da previsão no Plano Diretor.

Outros informantes, como 4 (Marechal Cândido Rondon) e 6 (Santa Helena) também enaltecem que os planos levam em consideração a demanda por parte da população e a oferta do setor público privado. O Informante 6 (Santa Helena) destacou a parceria com a COHAPAR.

Questionados quanto a política habitacional para pessoas de baixa renda, constata-se através das informações que não existem estratégias específicas e diferenciadas para atender demandas de pessoas mais carentes. Alguns Informantes, no entanto, destacam a atuação conjunta dos setores de Planejamento Habitacional com as secretarias de Assistência Social, como no caso dos Informantes 5 (Mercedes) e 6 (Santa Helena). Em Marechal Cândido Rondon, conforme o Informante 4 (Marechal Cândido Rondon), elaborou-se o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social<sup>83</sup>. O Informante 3 (Foz do Iguaçu) destacou

---

<sup>82</sup> Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

<sup>83</sup> O plano contempla um diagnóstico da situação habitacional de interesse social, define estratégias e estabelece metas para o atendimento das demandas habitacionais.

novamente a inserção de programas de habitação no PPA, LDO e LOA, além da previsão no Plano Diretor.

O Informante 7( Guaíra) apresentou algumas estratégias de sua política habitacional, como a doação de casas para famílias de baixa renda e construção de casas sustentadas no programa federal Minha Casa Minha Vida para famílias com renda de 0 a 3 e 0 a 6 salários mínimos. O município mantém, como estratégia a integração desses dois programas em uma mesma área, intercalando casas na renda 3 e 6, a fim de evitar discriminação. Neste sentido o Informante 7 (Guaíra) explicou que a estratégia de implantação da política habitacional de Guaíra está assim constituída:

- 1.Regularização Fundiária em terrenos públicos e privados para acesso à escrituração garantida pelo direito de posse em áreas já urbanizadas;
2. Construção de casas para doação de famílias em situação de risco;
- 3.Construção de casa para o público de renda de 0 a 3 salários mínimos; (para atender esta faixa de demanda, alteramos o plano diretor ampliando as áreas de construção para habitação de interesse social).
- 4.Construção de casa para o público de renda de 3 a 6 salários mínimos; ( para atender esta faixa de demanda, alteramos o plano diretor ampliando as áreas de construção para habitação de interesse social).
5. Ampliação da oferta de terrenos mediante liberação de novos loteamentos. O acesso à casa na renda de 0 a 3 e 3 a 6 está sustentada no programa federal Minha Casa Minha vida. Temos como estratégia a integração destes programas nesta mesma área para não criar guetos ou discriminação, intercalando casa de 0-3 com 3-6.

No Quadro 8, apresenta-se a síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas as secretarias de Planejamento das questões sobre a política habitacional dos municípios.

**Quadro 8 - Síntese das conclusões apreendidas das entrevistas relacionadas a secretarias de Planejamento nas questões sobre a Política Habitacional.**

Informantes	Questões
- Informante 3  (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira)	Questão 8) Como é planejada a política habitacional do município?
<p><b>Principais Apontamentos:</b></p> <p>a) As políticas habitacionais são tratadas através da inserção de Planos de Habitação e através da atuação de Coordenadorias e Conselhos Municipais de Habitação, sob orientação das Secretarias de Planejamento, Planos Diretores e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias.</p>	
Informantes	Questão
- Informante 3 (Foz do Iguaçu) -Informante 4 (Marechal C.R.) -Informante 5 (Mercedes) -Informante 6 (Santa Helena) -Informante 7 (Guaira)	Questão 9) Como é planejada a política habitacional para pessoas de baixa renda do município?
<p><b>Principais Apontamentos :</b></p> <p>b) As políticas direcionadas às pessoas de baixa renda, em alguns municípios, são tratadas através de atuação conjunta entre o Conselho Municipal de Habitação e a secretaria de Assistência Social.</p> <p>c) Em Marechal Cândido Rondon, elaborou-se o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que estabelece metas para o atendimento das demandas habitacionais.</p> <p>d) O Informante de Guaira apresentou algumas estratégias de sua política habitacional, como doação de casas para famílias de baixa renda e construção de casas sustentadas no programa federal Minha Casa Minha Vida para famílias com renda de 0 a 3 e 0 a 6 salários mínimos. O município mantém como estratégia a integração desses dois programas em uma mesma área, intercalando casas na renda 0 a 3 e 0 a 6, a fim de evitar discriminação.</p>	

**Elaboração:** Vânia Dirley Graff

O alto preço do solo urbano e dos aluguéis, nas cidades maiores, bem como a baixa renda de muitas pessoas, tem sido a causa das grandes desigualdades sociais e segregação social dos habitantes, fazendo com que estes necessitem ocupar terrenos irregulares em áreas impróprias e distantes do centro, com carência de serviços públicos e falta de transporte.

Com o intuito de lutar por políticas que garantam direitos básicos como moradia, transporte, água e saneamento, e tendo o objetivo de mobilizar pessoas e entidades, desde 1987 existe o Fórum Nacional de Reforma Urbana <sup>84</sup>.

O Fórum é composto por um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores. Formado por movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a reforma urbana e mobilizar pessoas e entidades para mudar as injustiças das cidades brasileiras, o FNRU se fundamenta a partir de três princípios fundamentais:

**Direito à Cidade.** Todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, à saúde e à educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação.

Sobre a Gestão Democrática das Cidades, os cidadãos devem participar das decisões fundamentais para o futuro das cidades. As prefeituras e Câmaras de Vereadores devem dialogar com a sociedade antes de decidir os destinos da cidade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses coletivos da população.

Dentre as lutas atuais estão a luta por recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, pelo fim dos despejos forçados, pela aprovação da Política Nacional de Saneamento, a constante discussão sobre a elaboração de planos diretores democráticos, dentre outros. Dentre as maiores conquistas do Fórum Nacional de Reforma Urbana está o Estatuto da Cidade.

Diante dos alarmantes obstáculos a serem superados para que a vida urbana possa ser usufruída com dignidade, o Estatuto da Cidade configura-se como um conjunto de instrumentos que objetivam garantir o direito à cidade; um direito fundamental da pessoa humana. Também propõe auxiliar no acesso às oportunidades que a vida urbana oferece, diminuindo as desigualdades sociais. Trata-se de uma lei construída com a participação ativa dos movimentos da sociedade civil que lutam pela reforma urbana. “O “Estatuto da Cidade” é a denominação oficial da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183” <sup>85</sup>.

O crescimento desordenado das grandes cidades trouxe uma profunda desigualdade, fazendo emergir, simultaneamente, áreas planejadas, dotadas de infraestrutura de serviços

---

<sup>84</sup> Fórum Nacional de Reforma Urbana. Disponível em: <[www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

<sup>85</sup> *Estatuto da Cidade*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

com um padrão de vida adequado às necessidades atuais, e áreas precárias, desenvolvidas fora do planejamento original e desprovidas de condições para o atendimento das necessidades mais básicas de seus moradores.

Tais deficiências tem provocado o agravamento do quadro de exclusão social, tornando mais evidentes a marginalização e a violência urbana, causando grande apreensão à população das cidades.

Rodrigues, em seu texto *Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade* (2005), relata que a ênfase dos movimentos sociais tem sido garantir o direito à vida e o acesso a todos os moradores à cidade. Neste sentido, alguns artigos expressos no estatuto manifestam estas intenções, como o que reconhece o direito ao usucapião urbano ou, ainda, o que estabelece limites à especulação imobiliária.

A autora reconhece que a existência do estatuto não resolve e nem elimina os conflitos, mas traz à tona e reconhece as deficiências da maioria da população diante da falta de acesso às oportunidades que a vida urbana oferece.

Conforme Rodrigues (2005, p. 92), o estatuto define, também, novos padrões e normas de planejamento urbano e critérios para elaboração do Plano Diretor:

para os municípios com população urbana superior a 20.000 habitantes, para os integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, para os localizados em área de especial interesse turístico, para os que forem atingidos por impacto ambiental de âmbito regional e nacional relacionados à implantação de empreendimentos e atividades econômicas, públicos e/ou privados, independente da dimensão da população.

É importante salientar, segundo Rodrigues (2005, p.92), que “mantêm-se, no estatuto, as normas capitalistas da propriedade da terra urbana (edificadas ou não), a renda individual obtida na produção social da cidade. O estatuto impõe, contudo, limites à especulação imobiliária”. Este garante, assim, instrumentos jurídicos e participativos que permitam tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem estar dos cidadãos.

Para Rodrigues (2005), existe certa virtualidade na forma de pensar os espaços urbanos, no sentido de que os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade acabam por apresentar muitas contradições. Destarte, muitos o identificam como um projeto utópico. Um exemplo desta utopia seria o fato de que o Plano Diretor deve abranger todo o município e, no entanto, utiliza como critério a extensão urbana. O Plano Diretor é obrigatório aos municípios que têm população superior a 20.000 habitantes “na área urbana”, fato que indicaria uma

utopia espacial. Outro exemplo de conflito é o limite administrativo de municípios que não corresponde, necessariamente, com outras formas de planejamento, como as atividades econômicas que definem suas estratégias pelas possibilidades financeiras. O Plano Diretor é, também, omissivo em relação ao planejamento integrado de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e consórcios municipais, o que o caracteriza como municipalista, pois permanece na esfera municipal, impossibilitando analisar a dinâmica espacial em sua complexidade.

As preocupações municipais devem, todavia, resultar de intensas discussões propostas em planejamentos regionais, tendo em vista os interesses da comunidade em geral, promovendo um crescimento harmonioso que dê conta de satisfazerem os interesses coletivos. Desta perspectiva, se faz importante encontrar soluções que deem conta de um melhor equilíbrio regional.

A formação do espaço regional tem como base de formação a influência direta de diversos fatores, tanto naturais quanto sociais, culturais, econômicos e políticos. Cada espaço do território possui peculiaridades que o definem, e ramificações de atividades que se estabelecem e relacionam.

A paisagem urbana corresponde ao reflexo de todas estas influências, cada espaço do território é composto de objetos que se relacionam e tornam específicos os lugares. A análise da paisagem se torna um recurso importante na busca de informações que expliquem as mais diversas manifestações da vida urbana.

#### **4.4 A Paisagem Urbana e o Lugar**

A forma espacial é o elemento intrínseco e essencial ao funcionamento e estruturação das relações sociais que se apresentam. Cada espaço ocupado da cidade é formado por um conjunto de objetos representados por equipamentos e infraestrutura urbana como casas, escolas, comércio, indústrias, praças, vias asfaltadas, redes de energia elétrica, dentre inúmeros outros elementos e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades econômicas e ao viver urbano.

Segundo Santos (1997), a paisagem é o resultado dos objetos naturais formados pela natureza e os objetos fabricados pelo homem ao longo de diferentes tempos históricos.

A paisagem continuamente se transforma. Sofre consequências de processos naturais e sociais, adquire novas formas e conteúdos, de acordo com novas possibilidades e realidades.

Santos (1996) distingue a cidade atual da cidade do século XIX. Considera que, anteriormente, as cidades correspondiam a um produto cultural. “Hoje a cidade está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro um ‘produto técnico’”. E acrescenta: “a cultura era nacional ou regional, a técnica é universal” (SANTOS, 1996, p.28).

Cada vez mais, o homem sofre influência das técnicas universais, das novas formas de produção e dos modelos de comportamento que influenciam na maneira com que o homem se relaciona com o lugar em que ele vive.

Se antes as relações se davam pela maior valorização dos vínculos de solidariedade, proximidade e vizinhança, hoje, as relações se tornaram, de maneira geral, mais superficiais, motivadas pela rapidez dos novos ritmos de produção e pelos modelos de comportamento mais individualizados (COLOGNESE; SCHALLENBERGUER, 1994).

Uma melhor apreensão do espaço só se torna possível pela compreensão da necessidade em se conhecer o lugar em que se vive, interpretando as possíveis relações que existem por trás de cada objeto. Esta apreensão se torna mais eficiente à medida que se criam vínculos com o lugar. "O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p. 6).

A observação de uma paisagem é um recurso importante para a prática da reflexão, pois permite obter informações e abstrair conclusões a respeito do que se observa. Uma fotografia, compondo elementos de uma paisagem urbana, pode conter importantes informações. A composição dos objetos pode traduzir informações sobre diversos componentes da vida urbana, como organização social, aspectos políticos, culturais, o tempo histórico que ela representa, dentre outros fatores possíveis de serem considerados.

Como forma de exemplificar a importância da paisagem como recurso que propicia observação e análise de informações, segue uma amostra de imagens objetivando reconstituir, por meio do processo de rememoração aspectos importantes sobre a formação da cidade de Marechal Cândido Rondon, bem como sobre a peculiaridade de seus objetos urbanos.

Foi selecionada a cidade de Marechal Cândido Rondon, para compor o quadro de imagens, objetivando maior integração e proximidade do observador com os objetos da paisagem.

O processo de rememoração se dá, preponderantemente, por intermédio da produção simbólica e cultural de um grupo histórico e social, os qual propicia elementos e relatos importantes para a análise da formação urbana da cidade de Marechal Cândido Rondon.

Com o propósito da rememoração, compõe também, o início da apresentação das imagens, um trecho de um livro de um pioneiro que saiu, em 1953, ainda menino, juntamente

com seus pais e irmãos, do Rio Grande do Sul para o Paraná. No Quadro 9 o autor representa seus sentimentos diante da angustiante partida e perspectivas quanto ao que encontraria nas novas terras de General Rondon, então distrito de Toledo.

**Quadro 9 - Texto de material inédito de Vilton Theobaldo Graff, pioneiro de Marechal Cândido Rondon.**

***Primórdios***

*Negociadas as terras no sul, e assumidos os primeiros compromissos na nova terra, os pais se viam ante o inédito. A iminente necessidade da realização dos demais propósitos. Os preparos da viagem. O definitivo abandono da Terra Natal, onde nasceram, cresceram e constituíram família.*

*Não bastasse o temeroso das entranhas matas e do distante desconhecido, havia ainda a incerteza do sucesso do empreendimento, visto da precariedade dos recursos existentes quer sejam financeiros e materiais. Haveria aí na nova propriedade, a pior necessidade de fazer os primeiros roçados e aguardar os resultados das primeiras diminutas safras ainda a serem plantadas, e dos primeiros animais a serem criados. O futuro era uma incógnita. As perguntas se sobrepujavam. A disponibilidade de recursos na nova vila. Escola, igreja, medicina, comércio, sociedade?*

*O tempo avança fugaz e não perdoa. Os pais, para não demonstrar retração, se mostram imbuídos de espírito aventureiro e otimista. Não davam atenção às preocupações e comentários dos vizinhos, amigos e parentes, que não apostavam em tudo aquilo que estavam presenciando. Quando havia aquele que gracejava dizendo, se não forem devorados pelos índios ou mortos pelos tigres e animais peçonhentos, certamente morreríamos de fome nos sertões do Paraná. Lembro-me bem, o muito que uma tia nossa chorou diante da nossa expectativa. Uma decisão inconcebível para muitos. Não havia precedentes que o justificassem.*

*Evidentemente, também nós, como inocentes infantes, fomos alvos por parte dos pais, que nos inspirando fé e confiança pelo que nos esperava embrenharam-se nas extensas matas da desconhecida General Rondon. Embora que pouco ou nada vínhamos entendendo da situação que se criara. Lembro bem, quando nosso pai me dizia, que lá no Paraná eu me tornaria um homem trabalhando. Foi um dos meus grandes incentivos e auto estima. Tornar-se gente nas novas terras, um sonho de todo menino.*

*(Vilton Theobaldo Graff)*

Do relato anterior pode-se abstrair informações importantes sobre os sentimentos e a grande preocupação dos colonizadores quanto às dificuldades que iriam enfrentar nas novas terras e sobre a disponibilidade de recursos a serem, ainda, conquistados, naquela época. “Escola, igreja, medicina, comércio, sociedade?” (GRAFF, s/d).

Diante da carência de recursos e dificuldades enfrentadas pelos colonizadores nos primórdios da colonização, com trabalho árduo e persistência, aos poucos, a cidade ia ganhando forma.

Na Figura 37, retrato da vila de General Rondon, em 1957.



**Figura 37 - Marechal Cândido Rondon em 1957.**

Aos fundos, Hotel Avenida.

Fonte: Acervo Matias Seiboth.

Na imagem, o retrato de uma pequena vila com casas dispersas e, ainda, escassa infraestrutura. Ao fundo, a presença do Hotel Avenida, primeiro hotel da cidade de Marechal Cândido Rondon, existente, ainda, nos dias atuais.

O processo de mecanização, pelo qual passou o setor agrícola do Paraná a partir da segunda metade do século passado, foi decisivo para o crescimento da população urbana dos municípios. Dentre eles, o município de Marechal Cândido Rondon também foi afetado pelo êxodo rural e suas consequências.

As cidades tiveram que se adaptar a novos usos e funções através do surgimento de novas estruturas urbanas destinadas à habitação, atividades comerciais, industriais e de serviços. Na Figura 38, vista parcial do centro de Marechal Cândido Rondon, em 1975. Trata-se da construção de edifícios comerciais e residenciais no cruzamento das ruas Santa Catarina e Sete de Setembro.



**Figura 38 - Construção de edifícios no centro de Marechal Cândido Rondon (1975)**

Fonte: Acervo de Vilton Theobaldo Graff.

A forma espacial é o elemento intrínseco e essencial ao funcionamento e estruturação das relações sociais. Sempre que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam. O mesmo ocorre em relação ao espaço e à paisagem, que se transformam adaptando-se às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 1996).

Lugares se transformam tendo em vista atender a novos anseios. Retratos de um mesmo lugar, obtidos em tempos diversos, podem compor paisagens transformadas. Eles são capazes de provocar diferentes sentimentos e reações diante de objetos do passado que já não existem mais sob as mesmas perspectivas.

Na Figura 39, edifício Irmãos Lamb. Localização da antiga estação rodoviária de Marechal Cândido Rondon.



ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

**Figura 39 - Edifício Irmãos Lamb  
Estação Rodoviária de Marechal Cândido Rondon (1980).**

Fonte: Acervo Matias Seiboth.

O expressivo crescimento urbano, decorrente dos processos migratórios, fez com que as cidades tivessem que se adaptar a uma nova realidade. Mudanças na economia e nas relações sociais trouxeram a necessidade de um maior número de objetos e de infraestrutura urbana, provocando profundas alterações na paisagem.

O aumento do fluxo de pessoas fez com que se aprimorassem os equipamentos de transporte. Nesta perspectiva, a antiga estação rodoviária, de Marechal Cândido Rondon, também sofreu remanejamento e teve que se adequar à nova realidade, garantido melhores perspectivas ao novo fluxo de passageiros.

Na Figura 40, edifício Irmãos Lamb, em 2006, remodelado e sendo utilizado como comércio.



**Figura 40 - Edifício Irmãos Lamb utilizado como comércio. (2006)**

Fonte: Acervo Matias Seiboth.

Os objetos urbanos carregam em si uma simbologia que identifica o envolvimento das cidades no sistema econômico mundial e sua capacidade de estarem inseridos neste sistema, pois objetos numerosos traduzem uma maior presença das redes e fluxos; elementos essenciais para a dinamização econômica.

Na Figura 41, vista parcial da Rua Tiradentes, centro comercial de Marechal Cândido Rondon, e alguns de seus equipamentos urbanos destinados ao comércio e prestação de serviços, como farmácias, lojas, supermercado, dentre outros.

A cidade de Marechal Cândido Rondon apresenta algumas características peculiares. Sua localização, em terreno plano, favorece e justifica a presença de grande número de bicicletas como recurso de locomoção. Neste sentido, a cidade tem preocupação com a presença de ciclovias, as quais garantem melhor ordenamento e segurança aos transeuntes. Por se tratar de uma cidade planejada, sua divisão se dá em quadras. A imagem corresponde a uma cidade limpa e arborizada.



**Figura 41 - Centro comercial de Marechal Cândido Rondon (2013)**

Foto: Vânia Dirley Graff.

Apesar do setor de serviço ser o mais representativo, em termos econômicos, no município, a produção agropecuária estimula, também, uma forte projeção industrial do ramo agroindustrial.

Na Figura 42 parte da estrutura externa do frigorífico de Aves da Copagril. Compõe, também, a imagem, aspectos da infraestrutura pública urbana, como a rede de iluminação pública e a ciclovia.



**Figura 42 - Frigorífico de Aves da Copagril. (2013)**

Foto: Vânia Dirley Graff.

O município apresenta preocupações quanto aos aspectos turísticos, embelezamento da cidade, esporte e lazer para seus habitantes. Além da presença de praças, a cidade conta com o Parque Ecológico Rodolfo Rieger, onde está localizado o Lago Municipal, conforme pode ser

visualizado na Figura 43. O local é destinado à contemplação, à prática de caminhadas, passeios, lazer e descanso de moradores e visitantes.



**Figura 43 - Parque Ecológico Rodolfo Rieger (2009).**

Fonte: Acervo Matias Seiboth.

O turismo representa um dos segmentos de forte crescimento no mundo contemporâneo e promove uma importante alternativa econômica. O incentivo da atividade turística torna necessários inúmeros investimentos em infraestrutura no município.

Conforme análise feita no terceiro capítulo, o município de Marechal Cândido Rondon está incluso no PDITS, este configura-se como um importante instrumento do Ministério do Turismo para promover e conduzir ações que oportunizem o desenvolvimento da atividade.

Diante disso, o município apresenta grande preocupação em oferecer ao visitante bem estar e entretenimento através da festa gastronômica do Boi no Rolete e da *Oktoberfest*. Para tal finalidade, o município apoia-se em uma infraestrutura de destaque, cuja arquitetura relembra a tradição dos colonizadores migrantes alemães.

Na Figura 44, Parque de Exposições onde está localizado o Centro de Eventos Werner Wanderer, de Marechal Cândido Rondon, e onde são realizadas as comemorações alusivas ao aniversário do município, a festa do Boi no Rolete, a Exposição da Indústria e Comércio (EXPOMAR) e a *Oktoberfest*.



**Figura 44 - Parque de Exposições e Centro de Eventos Werner Wanderer de Marechal Cândido Rondon (2009)**

Fonte: Acervo de Matias Seyboth.

Cada espaço ocupado da cidade é formado por um conjunto de objetos que tornam únicos e específicos os lugares.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996b, p. 259).

A cidade comunica um modelo de organização de sociedade, ofertando um papel social a cada membro que a compõem, mas ela é também a um palco de referência onde despontam os desejos e as mais variadas manifestações da criatividade humana.

Na Figura 45, vista aérea da Cidade de Marechal Cândido Rondon, em 2009.



**Figura 45 - Vista aérea de Marechal Cândido Rondon (2009)**

Arquivo: Acervo de Matias Seyboth.

Embora as imagens por si só não possam transmitir o emaranhado de informações que existem por trás da história de cada objeto urbano, elas revelam que houveram transformações ao longo do tempo. E são estas transformações que tornam vivos os lugares e dinâmicos os mais diferentes espaços, comprovando que novas paisagens e outras, mais belas, são possíveis de existir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual, em que as exigências decorrentes da competitividade econômica se acentuam cada vez mais, são enaltecidos os aspectos e necessidades de desenvolvimento político, social e econômico dos municípios.

A Região dos Municípios Lindeiros apresenta ritmos de urbanização diferenciados entre os municípios, fator este que se expressa por meio de uma dinâmica socioespacial própria de cada município, sob os diferentes ritmos de desenvolvimento econômico.

Cada município que compõe esta pesquisa apresenta sua própria configuração territorial e ritmo de crescimento urbano, sendo que o levantamento e interpretação dos dados, até aqui analisados, demonstram que esta urbanização, em alguns casos, não está acompanhada de uma satisfatória infraestrutura urbana.

A região apresenta representatividade econômica no Estado do Paraná, fator que se traduz na quantificação da porcentagem do PIB com relação à média do PIB per capita do Paraná, sendo que a maior concentração de renda revela-se no município de Foz do Iguaçu, o que é resultante de seu perfil econômico, que advém, sobremaneira, de seu polo turístico e da atração de investimentos. Esta realidade se opõe a alguns municípios que apresentam economia mais estagnada e menos diversificada, como, por exemplo, o caso o município de São José das Palmeiras e de Diamante do Oeste, que possuem o menor número de estabelecimentos por setor econômico, fator que coincide com a baixa representatividade do PIB quando comparado à média do Paraná.

Destarte, a carência de alguns serviços urbanos cria um sistema de dependência para com cidades de maior capacidade de oferta destes serviços. Municípios criados pelo desmembramento de outros são os que mais apresentam esse estado de dependência, sendo este o caso dos municípios de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes, desmembrados do município de Marechal Cândido Rondon e que, a despeito do desmembramento, ainda dependem deste, bem como de outros municípios para suprir inúmeras necessidades, que se exemplifica, sobremaneira, pela necessidade de serviços bancários. Ressalta-se aqui a interdependência entre todos, pois, como se verificou, Marechal Cândido Rondon possui conexões com os municípios contíguos, especialmente em relação aos serviços e mobilidade populacional.

A dinâmica regional é resultado do fluxo de pessoas e serviços presentes em cada município e varia conforme a oferta de oportunidades, serviços e empregos, o que gera uma concentração e uma desconcentração de pessoas e atividades entre os municípios.

O grande número e fluxo de veículos, em Foz do Iguaçu, tem um de seus adendos no movimento pendular, a quantidade de pessoas que se desloca, diariamente, para o trabalho e/ou para o estudo. A maior parte das pessoas envolvidas neste movimento tem como estímulo a saída para o Paraguai e, dos que entram em Foz do Iguaçu, muitos residem em municípios periféricos, como no caso de Santa Terezinha de Itaipu, município com elevada taxa de crescimento populacional, conforme último censo do IBGE.

Existem municípios com setores econômicos altamente diversificados, como no caso de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Medianeira. Na outra ponta, existem municípios com pouca representatividade econômica, como os municípios de Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, fator que reflete uma economia mais estagnada, com poucas indústrias, comércio reduzido, serviços menos especializados, com menores fluxos de informação e, conseqüentemente, carência de infraestrutura e serviços básicos.

Embora na análise do PIB per Capita a maioria dos municípios tenha índices inferiores em comparação à média do Paraná, o indicador do IDH denota qualidade de vida em alguns destes municípios. Por exemplo, os municípios de Entre Rios do Oeste e Medianeira apresentam pouca expressividade no PIB, mas revelam IDH superior à média do Paraná.

Por outro lado, existem, também, municípios com IDH baixo e com PIB extremamente inferior à média do Paraná, como o caso dos municípios de Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, caracterizando uma realidade urbana bastante divergente dos demais municípios, pois, além de possuírem um valor de PIB extremamente inferior, as características do IDH também remetem a maiores dificuldades sociais.

A análise das taxas de desemprego demonstra que todos os municípios apresentam necessidade de estimular seus segmentos econômicos de forma a proporcionar maiores oportunidades de trabalho à população, sendo que o município de Foz do Iguaçu apresenta, entre os demais, os maiores índices de desemprego, embora possua ampla diversificação nos segmentos econômicos.

São José das Palmeiras, conforme análise dos últimos censos, configura-se como o município que mais perde população, como consequência da falta de atrativos e da carência de elementos que possam garantir melhores perspectivas para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores.

É acentuada a divergência econômica e social entre os municípios que carecem de um maior envolvimento político regional, os quais buscam maior integração que possibilite diminuir tais diferenças.

A análise dos valores dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) demonstra que os municípios mais beneficiados são, sobretudo, os municípios bastante pequenos, criados em decorrência dos desmembramentos, cuja população é de aproximadamente 5.000 habitantes. Ao contrário, as receitas próprias estão concentradas nos municípios maiores, fazendo com que estes disponham de melhores perspectivas para o planejamento e custeio de seu sistema administrativo.

Todos os municípios limieiros, com população inferior a 10.000 habitantes, recebem o mesmo valor de repasse de FPM. A diferença está no número de habitantes que os mesmos possuem. Dentre os seis municípios com este valor de repasse, o de maior população é Itaipulândia e o de menor São José das Palmeiras. A divisão do valor do FPM pelo número de habitantes revela o dobro de valor por habitante para este último, com o mesmo valor de repasse.

Com relação ao ICMS, são os municípios maiores que apresentam perspectiva de melhores resultados devido a maior capacidade em gerar recursos próprios. Como no caso de Marechal Cândido Rondon e Medianeira, que possuem menor valor de FPM por habitante em comparação aos municípios pequenos, mas os valores de ICMS por habitante revelam-se superiores na comparação com estes municípios.

Já no município de Foz do Iguaçu, município com grande expressão populacional, tem ICMS superior ao FPM, obedecendo à lógica de que, em municípios grandes, os recursos financeiros próprios são maiores do que em municípios pequenos.

Municípios pequenos e pouco urbanizados acabam por perder sua população diante da falta de empregos capazes de proporcionar salários dignos e devido à falta de infraestrutura urbana.

O que determina o aproveitamento do repasse do FPM em municípios menores são as políticas públicas, capazes de estimular as potencialidades locais e a permanência de seus cidadãos, favorecendo ações que estimulem maior número de empregos, habitação, saneamento, educação, dentre outras, que proporcionem maior dinamismo e maiores perspectivas à vida urbana, desacelerando o aumento dos problemas sociais, em cidades maiores, advindo das migrações.

Como exemplo de estímulo às novas potencialidades, destaca-se o município de Terra Roxa, que obteve melhora em seu desempenho econômico através do surgimento de um ramo

de atividades da indústria têxtil. Após várias décadas de perda populacional, o município tem retomado o seu crescimento. O ICMS por habitante de Terra Roxa é superior ao de Santa Terezinha de Itaipu, não obstante este último apresente população maior.

Nesse sentido, as políticas em cidades menores devem levar em conta o planejamento e a responsabilidade progressiva em assumir despesas e a integração de seus cidadãos, pois os problemas das grandes cidades não se desenvolvem de forma isolada, mas sob a responsabilidade de todos os municípios.

Ao longo dos anos, os *royalties*, provenientes de Itaipu, têm sido fonte importante na receita dos municípios da região. Utilizados, principalmente, em infraestrutura urbana, estes são considerados como um incremento fundamental para o desenvolvimento regional.

A distribuição dos recursos tem vigência prevista até 2023. Diante deste fato, tem-se a necessidade de um planejamento estratégico, capaz de substituir esta fonte de receitas que, para alguns municípios, é significativa, como no caso do município de Santa Helena, que recebe maior parcela de recursos. Outros municípios como Medianeira e Terra Roxa não seriam tão prejudicados, já que os valores dos *royalties* recebidos pela Itaipu são os menores dentre os demais.

É importante que os *royalties* sejam aplicados no desenvolvimento socioeconômico, conforme a opinião de alguns entrevistados, de forma a propiciar aos municípios capacidade de sobreviverem com suas próprias receitas. Afora isso, os Informantes consideram importante o compartilhamento de estratégias regionais que gerenciem estas ações.

A presença do lago e o recebimento dos *royalties* mantêm os municípios unidos em prol de seus objetivos, promovendo articulações políticas regionais. Como exemplo desta articulação, destaca-se o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que tem como finalidade o desenvolvimento integrado e socioeconômico da região. A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) é outra entidade que objetiva auxiliar os interesses da região. Outra entidade que visa promover maior fortalecimento regional é a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP).

A experiência de integração dos municípios que compõem a região lindeira, através de seus diversos órgãos gestores, caracteriza a importância de uma incessante busca de reconhecimento regional. As articulações objetivam, principalmente, buscar as soluções para o fortalecimento e o desenvolvimento de infraestrutura e logística.

O incentivo da atividade turística pelos órgãos gestores dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu traz a necessidade, por outro lado, de inúmeros investimentos em infraestrutura

e planejamento, viabilizando a atividade através da criação de programas e políticas direcionadas a este segmento.

Conforme a opinião de entrevistados, o turismo é considerado, pelos municípios, como um meio propulsor ao desenvolvimento econômico, que contribui para o aquecimento dos demais setores da economia, proporcionando empregos e renda. Ele também valoriza o espaço urbano, melhorando a infraestrutura, preservando a arquitetura e fomentando uma maior divulgação regional.

O turismo potencializa maior fluxo de pessoas, que usufruirão das atividades econômicas existentes. Neste sentido, ele incentiva novos investimentos e empreendimentos como a construção de hotéis, bares, restaurantes, aeroportos, dentre outras atividades comerciais e de serviços necessárias ao bom desempenho da demanda turística.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) configura-se como instrumento importante para o planejamento do turismo. No plano, estão estabelecidas as prioridades, ações e decisões da política turística, dirigindo, assim, os investimentos.

A cidade de Foz do Iguaçu vem a ser um polo do turismo devido a seus atrativos naturais, como as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu. Estão integrados ao seu PDTIS, dentre outros municípios, os que compõem a base desta pesquisa.

No PDTIS, estão identificadas as preocupações quanto às carências de infraestrutura urbana e a necessidade de melhorar a acessibilidade regional pelo aprimoramento de importantes obras, como a BR 277, as duas pontes, o terminal rodoviário e o aeroporto internacional de Foz do Iguaçu, que necessitam de urgentes melhorias.

Nesse sentido, a atividade turística constitui-se em uma estratégia importante para o desenvolvimento econômico dos municípios, pois incentiva e aprimora os investimentos públicos e privados na região, potencializando maior presença de equipamentos urbanos e oferta de serviços, objetivando atender o fluxo de pessoas.

Assim como a promoção do turismo faz uso constante e depende de grande aparato em infraestrutura e serviços para que sua efetivação se concretize, todos os demais segmentos econômicos fazem uso e necessitam de uma grande rede logística que possibilite eficiência ao fluxo de transporte e comunicações, gerando desenvolvimento econômico e promovendo a participação ativa e efetiva na economia mundial.

O espaço urbano na Região lindeira, passou por grandes transformações estruturais ao longo dos anos. As mudanças na economia e nas relações sociais fizeram com que novas necessidades se instituísem devido ao maior fluxo de pessoas, serviços e informações. Objetos urbanos foram incorporados com intuito de promover as atividades comerciais,

industriais e de serviços. Também os investimentos públicos tiveram que se adequar a nova realidade. O aumento do fluxo de pessoas trouxe a constante necessidade de aperfeiçoar os setores de transporte e comunicação, fomentando uma maior demanda por vias públicas, sinalização, iluminação, dentre outros objetos e equipamentos urbanos que compõem a realidade da paisagem urbana regional.

Dentre as muitas necessidades relacionadas à infraestrutura urbana, a constante necessidade de recapeamento asfáltico configura-se como o maior problema citado pelos municípios. Também foram apontadas deficiências relacionadas à falta de saneamento, ao reforço na rede de abastecimento de água e à necessidade de fiscalização na implantação de novos loteamentos urbanos, dentre outras.

Entre as principais preocupações municipais relacionadas ao saneamento básico estão as necessidades da coleta e do tratamento de esgoto, do abastecimento de água e do manejo dos resíduos sólidos.

A falta de investimentos nos setores de saneamento é fator que pode causar problemas relacionados à saúde pública pela contaminação e proliferação de doenças, assim como, também, provoca prejuízos ao meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da população.

Os municípios fazem uso de várias fontes de recursos que potencializam suas obras municipais. As oportunidades são oferecidas pelos departamentos administrativos das esferas municipais, federais ou estaduais, por meio de planos e programas urbanos que buscam atender ao desenvolvimento econômico e social destes municípios. No entanto, conforme o entrevistado da AMOP, a falta de planejamento e de infraestrutura continua sendo um entrave ao desenvolvimento regional.

As políticas de investimentos em infraestrutura no Paraná têm se configurado ao longo dos anos como concentradas, preocupadas em atender aos habitantes da metrópole.

Preocupado com o crescimento econômico, cujo planejamento desfavorece o equilíbrio na distribuição dos investimentos, o Estado se faz ineficiente para com as responsabilidades sociais. Os problemas se acentuam nas cidades maiores, cujos recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda das necessidades sociais. O alto custo dos aluguéis, junto a outros fatores, como o desemprego ou a baixa renda, têm sido a causa das grandes desigualdades sociais e o estímulo à formação de aglomerados subnormais. Como no caso do município de Foz do Iguaçu, cuja formação de aglomerados estimulou-se pelas intensas migrações decorrentes do processo de construção da Usina de Itaipu.

As preocupações municipais devem resultar de intensas discussões, propostas em planejamentos regionais, tendo em vista os interesses da comunidade em geral, promovendo um crescimento harmonioso que dê conta de satisfazer os interesses coletivos.

Um dos instrumentos utilizados para estabelecer as diretrizes urbanas municipais constitui-se nos Planos Diretores Municipais. Estes se configuram como instrumentos importantes para a implantação de ações e políticas que visam o desenvolvimento integrado e apontam para a necessidade de maior articulação entre os municípios.

Constata-se, no entanto, que a elaboração de metas comuns com planejamento integrado entre os municípios lindeiros se dá, ainda, de forma bastante tímida. Existem iniciativas dos órgãos representativos da região Oeste do Paraná que de forma integrada, através de consórcios municipais, estão se organizando, objetivando elaborar planos para obter recursos federais para a área de saneamento ambiental, contudo, as experiências associativas poderiam ser ampliadas aos mais diversos setores.

Conforme opiniões dos Informantes, são várias as preocupações frente à elaboração dos Planos Diretores Municipais. Eles destacaram a necessidade de um diagnóstico realista sobre os municípios e a importância de unificar interesses coletivos da população em um propósito único dentro do Plano Diretor.

Os Informantes destacam que os municípios lindeiros caminham em direção a uma maior integração regional. No entanto, as ações, ainda, estruturam-se e se desenvolvem a passos lentos, nesse sentido, exemplificaram algumas propostas de integração como: o plano de regionalização dos resíduos sólidos; o consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência Comsam; o polo integrado de turismo; a geração de energia limpa através dos projetos Cultivando Água Boa e as estratégias regionais relacionadas à Plataforma Logística.

Os Informantes, também, apontaram que, para que a integração se viabilize, é necessário, primeiramente, que os municípios organizem seus territórios e, assim, os Planos Diretores correspondem a uma ferramenta muito importante.

Diante das divergências econômicas e sociais presentes entre os municípios lindeiros, um planejamento integrado se torna uma política fundamental para que as ações se efetivem em benefício de todos, promovendo o crescimento de forma mais ampla e harmoniosa, proporcionando elementos que justifiquem e estimulem a permanência da população em suas cidades de origem e a diminuição das mazelas dos efeitos concentradores das grandes e médias cidades. O atual modelo de ocupação induz à pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população.

## REFERÊNCIAS

AEROPORTO REGIONAL DO OESTE DEVE SAIR DO PAPEL. Disponível em: <<http://catve.tv/noticia/6/33587/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DO PARANÁ –ADEOP. Disponível em: <[www.adeop.org.br](http://www.adeop.org.br)>. Acesso em: 02 jan. 2013.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO TURÍSTICA CATARATAS DO IGUAÇU – ADETUR. Disponível em: <[www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia](http://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

ALVES, Lucir Reinaldo; SOUZA, Edson Belo Clemente; WILLERS, Ednilse Maria. Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007). *Interações*. Campo Grande, 2010, v. 11, n. 1, p. 71-80.

APLS do ESTADO DO PARANÁ ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE MODA BEBÊ DE TERRA ROXA: estudo de caso. Curitiba: Ipardes, 2006, 33p.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a Região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. *Cadernos Metrópole*. 2º sem. 2008, p. 81-91.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação Cidade Campo: desafios e perspectivas. *Campo - Território: revista de geografia agrária*. V.4, n.7, 2009, p. 201-229.

ASPECTOS TURÍSTICOS. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP. Disponível em: <[www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)> . Acesso em: 02 jan. 2013a.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP. Disponível em: <[www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)> . Acesso em: 02 jan. 2013b.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/A\\_Empresa/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/)>. Acesso em: 27 maio 2013.

BARROS, Luciano. Extrema miséria afeta nove mil famílias: Essa é a quantidade de famílias da região Oeste que sobrevive com menos de um real e meio por dia, diz IBGE. *Jornal O Paraná, Linha da Pobreza*, p.B10, 16 de jun. de 1011.

BULHÕES, Ronaldo; PIERRUCINI, Mariângela Alice. Oeste do Paraná: caracterização enquanto região. In: *Estratégias de Desenvolvimento Regional Região Oeste do Paraná*. Cascavel/Paraná: Edunioeste, 2003, p.77-88.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007, p.49-52.

\_\_\_\_\_. Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão. *Revista Cidades*. Vol. 5, nº 8, 2008, p. 183-186.

\_\_\_\_\_. A “Ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Revista Cidades*. Vol.6, nº10, 2009, p. 289-306.

\_\_\_\_\_. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, vol.1, nº18, 2002, p.161-178.

CASTRO NETO, Vicente Ferreira de. Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades – visão sob o enfoque territorial. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, 2012, p.123-145.

CATAIA, Márcio. Uso do Território e Fronteiras Políticas no Período da Globalização. In: *Fronteiras em Foco*. Campo Grande- MS: Ed. UFMS, 2011, p.13-32.

CATARATAS DO IGUAÇU UMA ÓTIMA OPÇÃO PARA VISITAR NESTE FERIADÃO. *Jornal O Paraná*, turismo, p.C4, 29 de mar. de 2012.

CENSO DE 2010 APRIMOROU A IDENTIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051>>. Acesso em: 11 jan. 2013a.

CENSO DE 2010 APRIMOROU A IDENTIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051>>. Acesso em: 11 jan. 2013b.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. AGLOMERADOS SUBNORMAIS. PRIMEIROS RESULTADOS. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2013b.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 ago. 2011.

CENSO 2010: PARANÁ MAIS URBANO E MAIS IDOSO. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang)>. Acesso em: 13 jul. 2011a.

CENSO 2010: PARANÁ MAIS URBANO E MAIS IDOSO. Disponível em:

<[http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang)>. Acesso em: 13 jul. 2011b.

CENSOS DEMOGRÁFICOS 1991/2000/2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 ago. 2011.

CIGOLINI, Adilar Antonio. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. *O Espaço Geográfico em Análise*. Nº 05, 2001, p. 47-66.

CINTRA, Marley Deschamps Anael; MOURA, Paulo Delgado Rosa. *Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná 2000*. Curitiba: Iparde, nº 08, 2008.

COLLA, Cristiane; et al. Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. *VII Encontro Nacional sobre migrações de tema central: migrações, políticas públicas e desigualdades regionais*. Curitiba, 2011.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de História. In: *Estratégias de desenvolvimento regional Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003, p.3-3

\_\_\_\_\_. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960*. São Paulo: Editora Educativa, 1988.

COLOGNESE, Silvio Antonio; SHCALLENBERGER, Erneldo. *Migrações e Comunidades Cristãs: o modo de ser evangélico no Oeste do Paraná*. Toledo: Editora Toledo, 1994.

COMEÇAM AS ESCAVAÇÕES E TERRAPLENAGEM DA TRINCHEIRA DA BR 277 COM A AVENIDA PARANÁ. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-foz-do-iguacu/v/comecam-as-escavacoes-e-terraplenagem-da-trincheira-da-br-277-com-a-avenida-parana/2506591/>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

COMÉRCIO PARAGUAIO AVANÇA EM DIREÇÃO AO BR. Disponível em <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=11792&Not=Comercio%20paraguaio%20avanca%20em%20direcao%20ao%20BR>> Acesso em 13 de nov. 2012

CONCEITO DE AGLOMERADO SUBNORMAL. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. Disponível em: <[www.lindeiros.org.br](http://www.lindeiros.org.br)>. Acesso em: 21 mai 2012a.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. Disponível em: <[www.lindeiros.org.br](http://www.lindeiros.org.br)>. Acesso em: 03 jan. 2013b.

CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SAMU É INICIADA EM MARECHAL. Disponível em: <<http://catve.tv/noticia/6/61311/construcao-da-sede-do-samu-e-iniciada-em-marechal>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede Urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DADOS HISTÓRICOS DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em: <[www.itaipulandia.pr.gov.br](http://www.itaipulandia.pr.gov.br)>. Acesso em: 26 jul. 2011.

DAMKE, Ciro. O Brasildeutsch Como Fator de Conservação da Língua Alemã no Brasil. *Revista Trama*. n 07, 2008, vol.4, p.115-123.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DECLARAÇÃO ANUAL DO MOVIMENTO ECONÔMICO FISCAL. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/declaracoes\\_demonstrativos/vaf/](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/declaracoes_demonstrativos/vaf/)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES. Disponível em: <<http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/descricao/>>. Acesso em: 19 de Jun. de 2012.

DETALHES DO CONSAMU SÃO APRESENTADOS NA AMOP. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=22355>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

DIAS, Leila Cristina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: *Brasil Século XXI Por Uma Nova Regionalização – Agentes Processos e Escalas*. São Paulo: Editora, 2004, p.161-162.

DOWEL, Maria Cristina Mac; GOMES, Gustavo Maia. *Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social*. Brasília: ipea, 2000.

DUBIELA, Vandrê. BR-277 e Ponte da Amizade Fazem Aniversário à Espera de Investimentos. *Jornal O Paraná*, p.B6, 27 de mar. de 2012.

DUBIELA, Vandrê. Oeste Quer Dar um Basta à Clandestinidade: Associações comerciais dos municípios margeados pelo lago de Itaipu pedem maior rigor na fiscalização. *Jornal O Paraná*. p.B10, 20 de Agosto de 2011.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 21 fev. 2012.

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ESTADOS E MUNICÍPIOS. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS. Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Disponível em: <[www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FOZ DO IGUAÇU. ATRATIVOS E SERVIÇOS. Disponível em: <<http://www.caminhositaipu.com.br/modules/lago/site/cidades.php>> Acesso em: 07 jan. 2013

FOZTRANS INSTITUTO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <[www.pmf.pr.gov.br](http://www.pmf.pr.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2013.

FREIRE, Mauricio. *Batalhão de Fronteira Melhora Segurança nas Cidades do Oeste Paranaense*. Disponível em <<http://cbnfoz.com.br/noticias-de-foz-do-iguacu/editorial/foz-do-iguacu/26072013-33916-batalhao-de-fronteira-melhora-seguranca-nas-cidades-do-oeste-paranaense>> Acesso em 16 de Setembro de 2013.

FROTA DE VEÍCULOS CADASTRADOS NO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <[www.detran.pr.gov.br](http://www.detran.pr.gov.br)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

FROEHLICH, Moacir. Maior Parque Agroindustrial. In *Revista Indústria*. Mai.2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/competencia/>>. Acesso em: 23 maio 2013.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <[www.fazenda.mg.gov.br/estados\\_municipais/repasse\\_receita](http://www.fazenda.mg.gov.br/estados_municipais/repasse_receita)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <[www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

GLOSSÁRIO POR TEMA: ECONOMIA. Disponível em: <[www.portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T\\_Economia.htm](http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T_Economia.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2013.

GOTTDIENER, Mark. *A produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GOVERNO ASSUME PACTO OESTE E AMPLIA PERSPECTIVAS. Disponível em: <<http://www.paranaoeste.com.br/noticia.php?id=135>>. Acesso em: 02 de jul. 2013.

GOVERNO REFORMA E AMPLIA 40 ESCOLAS NO OESTE DO ESTADO. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=74749>>. Acesso em: 27 maio 2013.

GRAZIANO, Xico. Cidades Rurais. *Boletim Informativo FAEP/SENAR*. Nº 919, 2006, p. 9.

GREGORY, Valdir; Schallenberger, Erneldo. *Guaira: um mundo de águas e histórias*. 1. ed. Paraná: Editora Germânica, 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Myskyw, Antonio Marcos. *Porto Britânia a Pato Bragado Memórias e Histórias*. Paraná: Editora Germânica, 2004.

GUAÍRA: NATURALMENTE PRIVILEGIADA Empresários da rede hoteleira destacam viabilidade do setor turístico. *Revista Região*. Nº12, 2011, p.21

HABITAÇÃO – PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ CHEGA A 95% DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: < <http://jornalmeuparana.com.br/site/?p=36980>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

HAESBAERTH, Rogerio. O Território em tempos de Globalização. *Etc..., espaço, tempo e crítica*. Nº 2(4), vol 1, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural*. 6º ed. São Paulo, 1996.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 16 Set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 out. 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 11 de jan. 2013b.

INSTITUTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE FOZ DO IGUAÇU – FOZTRANS. Disponível em: < [www.pmf.pr.gov.foztrans](http://www.pmf.pr.gov.foztrans)>. Acesso em: 15 maio 2013.

INSTITUTO DE TURISMO E EVENTOS DOS CAMINHOS. Disponível em: <[www.caminhositaipu.com.br](http://www.caminhositaipu.com.br)>. Acesso em: 07 jan. 2013.

INTRODUÇÃO. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível e: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor/1](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor/1)>. Acesso em: 23 fev. 2012

LIMONAD, Ester. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. *Revista Cidades*. Vol. 5, nº8, 2008, p.243-261.

\_\_\_\_\_. Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas. *Revista Cidades*. Vol.7, nº11, 2010, p.161-177.

LUCRECIA, Mauren. Paraná assina convênio para fazer 70 mil novas mordias: investimento de R\$3,3 bilhões beneficiará famílias de baixa renda. *Jornal O Paraná*, p.A3, 24 de julho de 2012.

LOPES, Sérgio. O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”. Cascavel-Pr: Edunioeste, 2002.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação Político- Administrativa de Municípios no Brasil. In: *Dinâmica dos Municípios*. Brasília: Ipea 2007.

MANARIN, O. *Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu 1975 a 1991*. 2008, 147 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MANFRIN, Juliet. Oeste cresce 0,5% e metade dos municípios encolhe. Números influenciam no repasse público; gestores tem 20 dias para recorrer. *Jornal O Paraná* Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/oeste-cresce-05-e-metade-dos-municipios-encolhe-19210/>> Acesso em 27 de Fevereiro de 2013.

MAIS DE R\$4,5 MILHÕES PARA SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/noticias/mais-r-45-milhoes-para-sistemas-de-agua-e-esgoto>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

META II DO PAC ESTÁ EM EXECUÇÃO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: < <http://www.saaemcr.com.br/Inicio/Conteudo/2422/meta-ii-do-pac-esta-em-execucao-em-marechal-candido-rondon>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar. A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Ciência Geográfica*. Nº06, 1997.

\_\_\_\_\_. Repensando a Geografia. In: *Novos rumos da Geografia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 34-49.

MOURA, Rosa. Paraná: Meio século de urbanização. *Ra'E Ga*. Nº 08. Ed. UFPR, Curitiba, 2004, p.33-44.

\_\_\_\_\_. Qual o papel dos pequenos municípios na escala do desenvolvimento. In *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. UEM, Maringá: FGE, 2009, p.15-40.

MUNICÍPIOS ATRASAM REPASSE DE VERBA E ATRASAM IMPLANTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/municipios-atrasam-repasse-de-verba-e-atrasam-implantacao-42348/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

NO FESTIVAL DE TURISMO DAS CATARATAS IGUAÇUENCE ASSUME A PRESIDÊNCIA DA ADETUR CATARATAS E CAMINHOS. Disponível em: <[www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia](http://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticia)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

OBRAS PARADAS E PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS SÃO ROTINA: cidade perdeu com a queda populacional registrada na última década, em parte motivada pela falta de investimentos públicos. *Jornal O Paraná*, Foz do Iguaçu, p.B10, 10 de Set. de 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em: <[www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net)>. Acesso em: 19 mar. 2012.

O ESTADO DO PARANÁ NO CENSO DE 2010. Disponível em: <[www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net)>. Acesso em: 16 abr. 2012.

OS VÁRIOS PARANÁS OESTE PARANAENSE: O 3º ESPAÇO RELEVANTE. ESPECIFICIDADES E DIVERSIDADES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 2008.

PARANACIDADE ÓRGÃO BUSCA PROXIMIDADE COM OS MUNICÍPIOS: coordenador regional da autarquia e supervisor regional da Sedu estão pessoalmente visitando as cidades. Objetivo é estimular a elaboração de bons projetos. *Jornal O Presente*, p.7, 22 de Mar. de 2012.

PATERNIO, Jean. Líderes se integram por plataforma logística na macrorregião de Guaíra: Intenção é envolver Oeste, Mato Grosso do Sul e parte do Paraguai. *Jornal O Paraná*, Polo, p.B7, 22 de fev. de 2012.

PATERNIO, Jean. Paraná precisa de 350 cidades para somar apenas 40% do seu ICMS industrial: para enfrentar problemas governo do Estado estuda programa de desoneração de tributos para estimular novos avanços no interior. *Jornal O Paraná*, Cidades, p.B4, 27 de mar. de 2012.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Região- pluralidade e permanência desafios e tendências contemporâneas da categoria em geografia. *Geografia*. Rio Claro, v.29, nº 3, p.339-353, set./dez.2004.

PIB E PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES 2009. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)> Acesso em: 13 jan. 2012.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. Disponível em: <[www.brasilsemmiseria.gov.br](http://www.brasilsemmiseria.gov.br)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

PLANO DE TRABALHO. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – 2007. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

PLANO DIRETOR DE MEDIANEIRA. Disponível em: <<http://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)>. Acesso em: 23 jan. 2013.

PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/PDITSFozdoIguacu.pdf>> em: 22 jan. 2013

PLANO NACIONAL DO TURISMO. Disponível em <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)> Acesso em 23 de jan.2013.

POLO TURISTICO DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <[www.setu.pr.gov.br](http://www.setu.pr.gov.br)>. Disponível em: 22 jan. 2013.

POPULAÇÃO ATIVA E DESEMPREGADA – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 16 Out. 2013.

POPULAÇÃO E GRAU DE URBANIZAÇÃO – 1970 – 1980 – 1991 – 2000 – 2010. Disponível em: <[www.amop.gov.br](http://www.amop.gov.br)>. Acesso em: 03 ago. 2011.

POR QUE A OCKTOBERFEST É COMEMORADA EM OUTUBRO? Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/educacao>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

PREFEITOS LINDEIROS DIZEM SIM PARA ADETUR: Proposta de contribuir com o valor fixo de R\$2,6 mil anual, em uma única instância de governança, será oficializada em cada município por meio de projeto de lei que será encaminhado para as Câmaras de Vereadores. *Jornal o Presente*, p.09, 12 de jul. de 2012.

PROGRAMA MISIONES JESUÍTICAS GUARANÍES. LA VIDA EM LAS MISIONES. Boleteria de San Ignacio. Argentina: 2011.

PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC. Disponível em: <[www.pac.gob.br](http://www.pac.gob.br)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE INVESTIMENTOS- PAC2 DO GOVERNO FEDERAL TRARÁ INVESTIMENTOS PARA FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/pac-2-do-governo-federal-trara-investimentos-para-foz-do-iguacu>>. Acesso em: 23 maio 2013.

PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA PAC2. Disponível em: <[www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana](http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ CHEGA A 95% DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<http://jornalmeuparana.com.br/site/?p=36980>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR. Disponível em: <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)> Acesso>. Acesso em: 22 jan. 2013.

PROJETO BEIRA FOZ EM AUDIOVISUAL 10'45". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rOixQZhqvB8>>. Acesso em: 23 maio 2013.

PROJETO COSTA OESTE. Disponível em: <[www.lindeiros.or.br](http://www.lindeiros.or.br)>. Acesso em: 21 maio 2012.

PROJETO DA FRENTE PARLAMENTAR. Disponível em: <[www.ideall.com.br/adeop/artigo/493](http://www.ideall.com.br/adeop/artigo/493)>. Acesso em: 02 jan. 2013.

PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO BEIRA FOZ SERÁ DISCUTIDO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/04/projeto-de-urbanizacao-da-beira-foz-sera-discutido-em-audiencia-publica.html>>. Acesso em: 23 maio 2013.

PTI DESENVOLVERÁ PLANOS DE SANEAMENTO DO OESTE: prefeituras têm de 2012 a 2014 para apresentarem projetos, *Jornal O Presente*, p.08, 17 de fev. de 2012.

RECEITAS MUNICIPAIS. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

REIS, Douglas Sathler. O Rural e Urbano no Brasil. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP – CEDEPLAR. Universidade de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

RELACIONAMENTO DO MUNICÍPIO COM OS DEMAIS ENTES FEDERADOS. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013a.

RELACIONAMENTO DO MUNICÍPIO COM OS DEMAIS ENTES FEDERADOS. PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <[www.mcr.pr.gov.br/planodiretor](http://www.mcr.pr.gov.br/planodiretor)>. Acesso em: 07 fev. 2013b.

REPASSE DA RECEITA. Disponível em: <[www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/repasse\\_receita](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) E DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS). Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 07 fev. 2013.

REPASSE DOS ROYALTIES. Disponível em: <[www.Itaipu.gov.br](http://www.Itaipu.gov.br)>. Acesso em: 01 mar. 2013.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. *Revista Cidades*. V.7, n12, 2010 p291-304.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. *Revista Cidades*. v.2, n.3, 2005, p. 89-110.

ROYALTIES. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2011a.

ROYALTIES. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)>. Acesso em: 15 set. 2010b.

ROESLER, Marli Renate Von Borstel. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade: a dinâmica da hidrelétrica binacional de Itaipu nos municípios lindeiros*. Cascavel/Paraná: Edunioeste, 2007.

ROTEIRO CIRCUITO 1: HISTÓRICO E CULTURAL – GUAÍRA A FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <[www.caminhositaipu.com.br](http://www.caminhositaipu.com.br)>. Acesso em: 07 jan. 2013.

ROZEIRA, A. M. Foz do Iguaçu: *Cidade rede Sul-Americana. Foz do Iguaçu, como a mais importante cidade da trílice fronteira, possui um conjunto de características que remetem a condição geopolítica contemporânea*. 2006, 170 f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PARANÁ – SEDU. Disponível em: <[www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br](http://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br)>. Acesso em: 03 jan. 2013.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o Espaço Missioneiro*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO. Disponível em: <[www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br](http://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br)>. Acesso em: 03 jan. 2013.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. Disponível em: <[www.paranacidade.org.br](http://www.paranacidade.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SILVA, José Borzacchiello. Planejamento Urbano e Crise das Cidades. *Terra Livre*. Vol.1 nº 30, 2008, p.84-96.

SILVA, José Flávio Marques; TONDO, Isabel de Souza Pereira; LIMA, Jandir Ferreira. Desenvolvimento Local em Guaíra - PR: impasses e alternativas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol.8, nº 2, 2007, p.165-174.

SILVEIRA, Maria Laura. Porque há tantas desigualdades sociais no Brasil ? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira . In: *Que País é esse?: pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os Circuitos da Economia urbana. In: *X Simpósio Nacional de Geografia Urbana em Florianópolis*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*. Santa Cruz do Sul, v.15, nº1, 2010, p.74-88.

SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna Prestes. *Análise e Depoimentos*. Rio de Janeiro, v.198, nº 4, 1985.

SOUZA, Edson Belo Clemente; STERCHILE, Shirla Patricia Weber. Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão de Desenvolvimento Regional*. V.4,2008, p21.

\_\_\_\_\_. *A (re)produção da região do Lago de Itaipu*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2009.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica da Produção do Espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. *Revista geografares*. V. 9, 2011, p. 141-167.

\_\_\_\_\_. Políticas Territoriais de Desenvolvimento Regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. N.115, 2008b, p.125-146.

SPOSITO, Eliseu Savério. *A vida nas Cidades*. São Paulo: Contexto, 1994.

TAVARES, Hermes Magalhães; Políticas de desenvolvimento regional dos países do “centro” e no Brasil. *Cadernos*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano XV, n 2, ago-dez 2001/ano XVI, n 1, jan-jul, 202, p.229-248.

TECCHIO, Caroline; ESPIG, Márcia Janete. *A escrita do Tenente Revolucionário João Cabanas no Livro “A coluna da Morte”*. Disponível em <[http://ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH\\_00463.pdf](http://ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH_00463.pdf)> Acesso em 08 de Outubro de 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS E SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADES – 2010. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

X GAMES DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <[www.jogadaensaiada.com.br](http://www.jogadaensaiada.com.br)>. Acesso em: 27 maio 2013.

XAVIER, D. *Municípios lindeiros na microrregião de Toledo e aplicação de Royalties*. 2013, 136 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Programa de pós graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

ZAAR, Mirian Herni. O processo migratório no extremo Oeste do Paraná/Brasil com a construção da hidrelétrica binacional Itaipu. *Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Scripta Nova*. II Colóquio internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, nº 69, 2000.

**ANEXOS**

## Anexo 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PROCESSOS DE FORMAÇÃO E A DINÂMICA URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO LAGO DE ITAÍPU

**Pesquisador:** Edson Belo Clemente de Souza

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 14413613.1.0000.0107

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 259.160

**Data da Relatoria:** 25/04/2013

**Apresentação do Projeto:**

Suficiente

**Objetivo da Pesquisa:**

Presente

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Presente

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Importante para a área

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Suficientes

**Recomendações:**

Sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**UF:** PR

**Telefone:** (45)3220-3272

**Município:** CASCAVEL

**CEP:** 85.819-110

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado. O projeto está adequado, não necessitando alterações, no que se refere à ética em pesquisa com seres humanos.

CASCADEL, 29 de Abril de 2013

---

**Assinador por:**

**João Fernando Christofolletti**  
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA  
Bairro: UNIVERSITARIO  
UF: PR                      Município: CASCADEL  
Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: ocp.pppg@unioesta.br

## Apêndice 1

### **ENTREVISTAS PARA AS SECRETARIAS RELACIONADAS ÀS OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS**

#### **QUESTÕES:**

- 1) Quais são as principais atribuições da Secretaria de Obras do município de Foz do Iguaçu?
- 2) Como são selecionadas as obras prioritárias para investimentos no município?
- 3) Em sua opinião, qual a maior deficiência relacionada à infraestrutura urbana que o município apresenta?
- 4) É possível atender a demanda por obras apenas com recursos próprios?
- 5) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas?
- 6) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento e preservação das cidades dessa região?

## Apêndice 2

### ENTREVISTAS PARA AS SECRETARIAS RELACIONADAS AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

#### QUESTÕES:

- 1) Quais são as principais atribuições da Assessoria Especial de Planejamento?
- 2) De que forma efetua-se o planejamento, tendo em vista atender a realidade presente e as expectativas futuras de desenvolvimento urbano do município?
- 3) Como são planejadas e selecionadas as obras urbanas prioritárias para investimentos no município?
- 4) Em sua opinião, qual a maior deficiência relacionada à infraestrutura urbana que o município apresenta?
- 5) Como são planejadas as ações municipais diante de seus limites financeiros, os recursos públicos disponíveis?
- 6) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas?
- 7) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento e preservação das cidades dessa região?
- 8) Como é planejada a política habitacional do município?
- 9) Como é planejada a política habitacional para pessoas de baixa renda do município?
- 10) Qual sua opinião sobre o uso dos royalties em prol do desenvolvimento regional?

### Apêndice 3

## ENTREVISTAS PARA AS SECRETARIA RELACIONADAS À INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DOS MUNICÍPIOS

### QUESTÕES:

- 1) Em sua política a secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico e Indústria e Comércio tem como objetivo estimular o crescimento e progresso do município, liderando ações que visam dar sustentabilidade à área Industrial e Comercial. Neste sentido, quais são as principais ações da secretaria?
- 2) De que forma a secretaria apoia as empresas ou estimula iniciativas para novos investimentos industriais ou comerciais no município?
- 3) Quais os principais ramos de atividades industriais e comerciais que se destacam no município?
- 4) Quais os principais investimentos públicos relacionadas a obras ou serviços urbanos que dão suporte aos interesses e necessidades dos empresários da região?
- 5) Os estabelecimentos industriais e comerciais presentes no município tem sido suficientes para atender a demanda por empregos do município e região?
- 6) Existem articulações conjuntas entre as secretarias relacionadas aos setores de Indústria e Comércio dos municípios da região limdeira ao Lago de Itaipu que busquem, de forma integrada, e através de planejamento, sanar deficiências ou estimular novos investimentos econômicos na região?
- 7) Qual a fonte dos recursos que o município utiliza para a realização de suas obras públicas urbanas que dão suporte às necessidades e contribuem para o desenvolvimento dos setores econômicos do município?
- 8) Quais são os recursos da esfera estadual e federal que potencializam o desenvolvimento socioeconômico das cidades dessa região?
- 9) De que forma os investimentos, no setor turístico, contribuem para a transformação do espaço urbano do município?
- 10) A secretaria possui dados socioeconômicos disponíveis sobre a realidade local?

## Apêndice 4

### ENTREVISTAS AOS COORDENADORES DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

#### QUESTÕES:

- 1) Quais as principais dificuldades encontradas na elaboração de um Plano Diretor que garanta um bom planejamento?
- 2) O Plano Diretor tem como um de seus objetivos que a política de desenvolvimento urbano considere em seu planejamento a dinamização das atividades objetivando maiores receitas, emprego e renda. Como são planejadas as ações neste sentido?
- 3) Grande parte das receitas totais de um município advém de transferências estaduais e federais. Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios. Existe planejamento para ações de valorização desta receita?
- 4) O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b). A distribuição dos recursos é feita levando em consideração o número de habitantes e faixas populacionais. Em sua opinião, considera adequada a forma como este recurso é distribuído entre os municípios? Justifique.
- 5) Dentre os Municípios Lindeiros, alguns Planos Diretores apontam a necessidade de integração entre os municípios. São destacadas as ações cooperadas da área da saúde com intenções de estender esta iniciativa para outras áreas como, transporte coletivo, destinação de resíduos sólidos e saneamento. Existem ações resultantes de um planejamento regional para esta finalidade?
- 6) Diante os diferentes ritmos de desenvolvimento econômico e social existente entre os municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, existe no Plano Diretor de cada um destes a preocupação em desenvolver um planejamento integrado através de metas que objetivem amenizar as desigualdades e proporcionar maior equilíbrio regional?
- 7) Qual sua opinião sobre o uso dos royalties em prol do desenvolvimento regional.
- 8) Em relação aos investimentos do município. Quais as prioridades quanto aos espaços urbanos e rurais? E quais as fontes de recursos para atender tais investimentos?

## Apêndice 5

### ENTREVISTAS A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - AMOP

#### QUESTÕES:

- 1) A entidade da AMOP tem como política institucional auxiliar os objetivos e interesses da Região Oeste do Paraná. Quais são atualmente as principais demandas urbanas da região atendidas pela Amop?
- 2) Qual o critério utilizado para atender as prioridades regionais relacionadas a obras ou serviços urbanos?
- 3) De que forma a AMOP colabora com os municípios tendo em vista à promoção do desenvolvimento socioeconômico?
- 4) Quais os projetos urbanos e regionais, da união e do governo do Paraná, que tem a participação da AMOP?
- 5) Existem estratégias da AMOP para a promoção de um planejamento integrado entre os municípios que busque maior equilíbrio regional?
- 6) Quais são as contrapartidas dos municípios para estarem associados a Amop?